

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS,
MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

MESTRADO PROFISSIONAL

RODRIGO LÚCIO DE ALMEIDA

**O MUSEU CASA DA CULTURA CORONEL JOÃO ELIAS DA SILVA CALDAS EM
ITABERAÍ-GO: INVENTÁRIO E EXPOSIÇÃO COLABORATIVA**

GOIÁS – GO

2023

RODRIGO LÚCIO DE ALMEIDA

**O MUSEU CASA DA CULTURA CORONEL JOÃO ELIAS DA SILVA CALDAS EM
ITABERAÍ-GO: INVENTÁRIO E EXPOSIÇÃO COLABORATIVA**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Dailza da Conceição Fagundes.

GOIÁS – GO

2023



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: Rodrigo Lúcio de Almeida

Email: rodrigoohistoriador@gmail.com

Dados do trabalho

Título: **O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas em Itaberaí-GO: Inventário e Exposição Colaborativa.**

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG) – Mestrado Profissional.

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goiás, 01 de maio de 2023.

Rodrigo Lúcio de Almeida.

Assinatura autor(a)

Marina Daizy C. Laguarda

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

A447m Almeida, Rodrigo Lúcio de.
O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da
Silva Caldas em Itaberaí-GO : inventário e exposição
colaborativa [manuscrito] / Rodrigo Lúcio de Almeida.
– Goiás, GO, 2023.
201 f. ; il.

Orientadora: Profª. Dra. Maria Dailza da Conceição
Fagundes.

Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais,
Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina,
Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Patrimônio cultural - Itaberaí-GO. 1.1. Educação
patrimonial. 1.2. Gestão do patrimônio. 1.3. Museu Casa
da Cultura. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás,
Câmpus Cora Coralina.

CDU: 069.013(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

RODRIGO LÚCIO DE ALMEIDA

**O MUSEU CASA DA CULTURA CORONEL JOÃO ELIAS DA SILVA CALDAS EM
ITABERAÍ-GO: INVENTÁRIO E EXPOSIÇÃO COLABORATIVA**

Relatório Técnico submetido ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP/UEG), Mestrado Profissional, para fins de Defesa como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História. Aprovado em 03 de fevereiro de 2023, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes docentes:

Prof^a Dr^a Maria Dailza da Conceição Fagundes – (PROMEP/UEG)
Orientadora

Prof^a Dr^a Camila Azevedo de Moraes Wichers (PPGAS/UFG)
Membro externo

Prof. Dr^o. Neemias Oliveira da Silva (PROMEP/UEG)
Membro interno

Prof^a Dr^a Gislaine Valério de Lima Tedesco (PROMEP/UEG)
Suplente

Prof. Me. Àtila Bezerra Tolentino (REM/PB)
Suplente

Goiás, 03 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me oportunizar a vida e conceder saúde, força, esperança, sabedoria e estratégias para que pudesse superar as dificuldades e obstáculos que o caminho do processo nos propicia. A gratidão é imensa, pois a sua presença não se rotula somente no âmbito do estudo, mas em todas as áreas de minha vida. Obrigado Senhor por todas as conquistas e realizações que obtive até agora. E creio que muitas ainda virão, por isso creio que o Senhor continuará me oferecendo a sabedoria e me capacitando para enfrentar as situações.

A minha família também agradeço por ser sempre peça fundamental em todas as áreas da minha vida. Agradeço pelo amor e incentivo que nunca me faltaram. O estímulo de cada um de vocês era ânimo para que eu não desistisse, e permanecesse em busca dos meus objetivos. A minha mãe, Abadia Maria da Silva Almeida, gratidão por todas as palavras de carinho e incentivo nas horas em que mais precisei. Suas sábias palavras me apoiaram em diversos momentos. Ao meu pai, Geovani Lúcio de Almeida, agradeço por todo amor e parceria, tudo isso oferecido a mim foi de grande importância, e nunca irei me esquecer. Aos demais familiares, obrigado por cada palavra amiga e mensagem de incentivo. Cada momento compartilhado fez com que esses dias fossem mais leves e divertidos.

Aos meus amigos, irmãos para a vida inteira, obrigado pelas palavras que me encorajaram, e por estarem sempre presentes nas etapas importantes da minha vida. A assistência de vocês fez toda a diferença para me tornar o que sou hoje. Cada um de vocês faz a diferença. Que o nosso vínculo permaneça sempre.

Ao meu amigo Aquilis Mendanha, obrigado pela compreensão de sempre e por entender e colaborar para que esse trabalho fosse finalizado. No meu crescimento você possui um papel fundamental e significativo. Obrigado pela força!

A Rayane Victória, meu muito obrigado por se disponibilizar e colaborar com a escrita. Seu apoio também é muito importante, e ele esteve sempre presente. Gratidão!

A Michelly Vieira, meus eternos agradecimentos por ser fundamental no apoio da minha trajetória. Suas palavras de motivação fizeram com que eu não desistisse, e procurasse sempre fazer o melhor. Obrigado por ser e fazer o que você representa nessa história.

Aos professores, imenso é o meu reconhecimento e admiração pelo trabalho que exercem. Obrigado a cada um que com seu jeito singular conseguiu contribuir efetivamente com meu trabalho através das disciplinas ministradas. O conhecimento é à base de tudo, e todos que eu adquiri vocês fazem parte.

A minha orientadora, Prof.^a Maria Dailza da Conceição Fagundes, não há palavras suficientes para descrever a minha gratidão e felicidade por todo esse período em que estivemos juntos. Desde a graduação a conheço, e tive o prazer de tê-la em mais esse processo. Você é extremamente importante em toda a minha formação, seu empenho e acompanhamento me deixa reconhecer onde eu sempre posso chegar. Você é quem faz enxergar que sempre posso ser e fazer melhor. Meu eterno agradecimento!

Aos arguidores da banca, Prof.^a Camila Azevedo de Moraes Wichers e Prof. Neemias Oliveira da Silva, meus agradecimentos pela disponibilidade de realizar a leitura, avaliação, e por contribuir para a pesquisa. Obrigado por todo conhecimento compartilhado!

Aos meus colegas do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio (PROMEP), agradeço por toda a parceria e bons momentos que tivemos a oportunidade de viver. Cada um de vocês ocupa um importante papel na minha trajetória.

Sou grato também aos meus amigos do Museu casa da Cultura e da Academia Itaberina de Letras e Artes, em especial, a Maria Lúcia de Oliveira Sá e Antônio César Caldas Pinheiro, que me auxiliaram nos momentos de pesquisa e das fontes essenciais para este trabalho.

Agradeço também à direção e à coordenação do Colégio Estadual Rocha Lima, em Itaberaí-GO, pela aceitação do projeto apresentado referente à exposição colaborativa e todo o respaldo que tive, para a liberação dos alunos nas atividades realizadas no Museu.

Agradeço de forma especial aos alunos do Ensino Médio (3^a Série A e B), do Colégio Estadual Rocha Lima que foram essenciais para a realização da proposta de exposição colaborativa. Muito obrigada pelo empenho e pela dedicação e atuação em todas as etapas das ações de educação patrimonial tanto no âmbito do Colégio quanto no Museu Casa da Cultura.

Enfim, para todos aqueles que de forma direta e indireta torceu e contribuiu com esse momento muito importante e especial em minha vida, minha eterna gratidão. Que o Senhor venha abençoar e recompensar cada um de vocês!

MUSEU DA PESSOA

Missão nobre é a de compartilhar a nossa memória
Usufruir de momentos inesquecíveis entre os seus
Sentir o prazer de uma nova emoção a cada história
Enaltecer dias felizes que povoaram cenários meus
Unir as experiências boas e más, alcançando vitória.
Depois que o tempo passa a gente recorda e não à toa
Até chora ao lembrar como a vida de outrora era boa.

(José Carlos Gueta)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1: Limites territoriais do Município de Itaberaí-GO	22
Mapa 2: A localização do Museu Casa da Cultura	47
Figura 1: Praça Sinhô Pinheiro	28
Figura 1A: Praça Sinhô Pinheiro	28
Figura 1B: Praça Sinhô Pinheiro em reforma	28
Figura 1C: Antigo Coreto	28
Figura 2: Região em que ficavam as primeiras casas em Itaberaí	33
Figura 3: Região baixa da cidade - divisa das ruas Capitão Caldas com Padre Pedro	36
Figura 3D: Região baixa da cidade em 1920	36
Figura 3E: Região baixa da cidade em 2021	36
Figura 3F: Praça da Matriz	36
Figura 4: O Coronel João Elias da Silva Caldas e Deolinda da Silva Baylão	38
Figura 5: Bodas de Ouro do casal João Elias da Silva Caldas e Deolinda da Silva Baylão	42
Figura 6: Parte dos móveis doados pela família do Cel. João Elias da Silva Caldas	61
Figura 7: Sala utilizada como auditório e dá acesso ao quintal da casa	62
Figura 8: Objetos de tamanhos menores	63
Figura 9: Casa do Cel. João Caldas e prédio que hoje abriga o “Museu Casa da Cultura”	85
Figura 10: Parte dos fundos da casa com acesso ao quintal	86
Figura 11: Área dos fundos	86
Figura 12: Piso tabuado corrido	89
Figura 13: Piso ladrilhado feito com tijolo	89
Figura 14: Janelas do Museu Casa da Cultura	90
Figura 15: Muros feitos de adobe	91
Figura 16: Entrada para o porão	91
Figura 17: Dentro do porão	92
Figura 18: Planta baixa da Casa da Cultura	93
Figura 19: Acesso à entrada principal do museu	95
Figura 20: Primeira sala localizada do lado esquerdo da casa	95
Figura 21: Sala da Guia e Secretária Executiva do Museu	96
Figura 22: Sala de palestras	97
Figura 23: Sala do lado direito – exposições de objetos escolares de antigamente	97
Figura 24: Quarto que pertenceu ao Cel. João Caldas e sua esposa D. Deolinda	98
Figura 25: Imagem da página na plataforma Tripadvisor: espaço virtual de compartilhamento de experiências dos visitantes da Casa da Cultura Coronel João Caldas	107
Figura 26: Folder da 13ª Semana de Museus para uma Sociedade Sustentável	117
Figura 27: Folder da 14ª Edição da Semana de Museus divulgando a identidade do museu local junto ao IBRAM	120
Figura 28: Folder com a Programação da 14ª Semana de Museus realizada no Museu Casa de Cultura Coronel João Caldas	119
Figura 29: Registro da 14ª Edição da Semana de Museus: oficina de desenho, paisagens e alunos do Colégio Estadual Honestino Monteiro Guimarães	121
Figura 29 G: Oficina de desenho	121

Figura 29H: Oficina de desenho	121
Figura 29 i: Oficina de desenho	121
Figura 29J: Alunos do Colégio Estadual Honestino Monteiro Guimarães	121
Figura 29L: Alunos do Colégio Estadual Honestino Monteiro Guimarães	121
Figura 30: Folder 15ª Semana de Museus que se apresentava na Casa de Cultura	123
Figura 31: Folder da 16º Semana de Museus	124
Figura 32: Folder da 17º Semana de Museus	125
Figura 33: Banner exposto para os visitantes durante a 17ª Semana de Museus	127
Figura 34: Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio de Almeida, na 17º Semana de Museus.	127
Figura 35: Folder da 18º edição da Semana de Museus "Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão"	131
Figura 36: Folder da 19º edição da Semana de Museus "O Museu, a educação e a imaginação no poder"	132
Figura 37: Folder da 20º edição da Semana de Museus	132
Figura 38: Folder da 13º edição da Primavera dos Museus	134
Figura 39: Folder da 13º Primavera dos Museus: Objetivos e a programação das atividades	135
Figura 40: Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio de Almeida, no primeiro semestre de 2022	136
Figura 41: Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio de Almeida, no primeiro semestre de 2022	137
Figura 42: Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio	138
Figura 43: Jornais e documentos em exposição na vitrine da biblioteca do Museu datados dos anos de 1927, 1958 e 1968, respectivamente (da esquerda para a direita)	145
Figura 44: Resquícios indígenas doados ao museu: urna mortuária (simulacro) (à esquerda); a (direita) partes de cerâmicas e fragmentos de cachimbos	146
Figura 45: Modelo descritivo da parte interna do livro do tombo como é preenchido no Museu Casa da Cultura	154
Figura 46: Exemplo do código adotado para identificar a cama, no quarto que pertenceu ao Cel. João Caldas e D. Deolinda Baylão	156
Figura 47: Apresentando o projeto de exposição colaborativa e a proposta de sensibilização para os alunos	163
Figura 48: Aplicação da dinâmica de sensibilização	164
Figura 49: Dinâmica de sensibilização realizada em duplas	165
Figura 50: Inventário: Modelo de preenchimento por cômodos	180

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura Física do Museu Casa da Cultura: detalhes construtivos	87
Quadro 2: Disposição do acervo do Museu Casa da	94
Quadro 3: Quantitativo da origem dos Visitantes do Museu Casa da Cultura	106
Quadro 4: Registro de visitantes de outras cidades, estados e país	107
Quadro 5: Grupos que compõem a Comunidade Escolar	110
Quadro 6: Participação do Museu Casa da Cultura Coronel João Caldas na Se Museus	116
Quadro 7: Participação do Museu Casa da Cultura Coronel João Caldas na Pr Museus	133
Quadro 8: Dados do acervo do Museu	142
Quadro 9: Informações do acervo do Museu Casa da Cultura	150
Quadro 10: Modelo de registro de objetos composto na coleção	156
Quadro 11: Quadro de ofícios e objetos criados com base nas informações elaboradas pelos alunos	165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Quantitativo de Visitações realizadas ao Museu Casa da Cultura de 2015 a 2022	103
Gráfico 2: Porcentagem anual de visitantes do Museu Casa da Cultura de 2015 a 2022	103
Gráfico 3: Perfil Relativo dos Visitantes do Museu Casa da Cultura 2015-2022: Comunidade Local e Comunidade Escolar, ambos Itaberinos	109

LISTA DE SIGLAS

AILA - Academia Itaberina de Letras e Artes

Art. - Artigo

Cel. - Coronel

CPIM - Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal

ES - Ensino Superior

ESF1 - Ensino Fundamental 1

ESF2 - Ensino Fundamental 2

ESM - Ensino Médio

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - Conselho Internacional de Museus

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional

ITB - Itaberinos

n° - Número

O.E - outros estados

OMCC - Observatório de Museus e Centros Culturais

O.M.G - outros municípios goianos

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo apresentar o levantamento de pesquisa acerca do acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, bem cultural localizado no município de Itaberaí-GO, criado em 1993. Assim, além da análise do acervo museológico, realizou-se também o estudo sobre o percurso formativo histórico e político da cidade considerando a participação fundamental da comunidade local, desde a sua origem até a atual cidade de Itaberaí. As fontes para o desenvolvimento dessa pesquisa foram documentos escritos e iconográficos acerca da instituição Museológica e da cidade, bem como a análise do próprio acervo que o museu abriga. Recorremos também à história oral a partir de entrevistas com pessoas ligadas à instituição museológica, alunos e moradores da cidade que dialogaram, expondo suas lembranças e contribuindo para a representação da identidade cultural itaberina. Além da pesquisa, sintetizada nesse relatório, o estudo abarca também dois produtos: o inventário do vasto acervo do Museu Casa da Cultura, compreendendo 271 objetos e 5.984 itens do acervo bibliográfico; a proposta de uma exposição temporária, intitulada de “Saberes e Fazeres em Itaberaí-GO - uma Exposição Colaborativa”, criada a partir da realização de oficinas de Educação Patrimonial com alunos do Colégio Estadual Rocha Lima, em Itaberaí-GO e contando com a minha cooperação enquanto professor da turma e pesquisador e da equipe museal. Nessa perspectiva, na área de Gestão Patrimonial, a criação do inventário visa o levantamento, a identificação e a documentação do acervo do Museu Casa da Cultura e no âmbito da Educação Patrimonial, a exposição, centrada na narrativa acerca dos ofícios, tem o objetivo de fortalecer os laços do Museu com a comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural, Itaberaí-GO, Museu Casa da Cultura, Educação Patrimonial e Gestão do Patrimônio.

ABSTRACT

This study intends to demonstrate a research survey about the collection of the Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas Museum, a cultural asset located in Itaberaí, city of Goiás, created in 1993. Furthermore, besides in museum collection analysis, we presented an investigation about the city's historical and political formative path considering the fundamental participation of the local community, since its origin until the current Itaberaí city. Iconographic and written documents concerning the institution museological and the city were the sources to the development of this research, as well as the analysis of the museum's collection. We also analyzed the oral history from interviews with people related to the museological institution, students and city's inhabitants who dialogued, talking about their memories and contribution to the representation of the itaberina cultural identity. This study also reveal two products: the inventory of the vast collection of the Casa da Cultura Museum, comprising 271 objects and 5,984 items from the bibliographical collection and the proposal for a temporary exhibition, entitled "Knowledge and Doings in Itaberaí-GO - a Collaborative Exhibition", originated from implementation Heritage Education workshops for Colégio Estadual Rocha Lima students, in the city mentioned above and counting on my cooperation as teacher and museum researcher. In the area of Heritage Management, inventory's creation aims at surveying, identifying and documenting the collection of the Casa da Cultura Museum. Then, in Heritage Education, the exhibition, focus on the narrative about the occupations, aims to strengthen the connection museum with the community.

Keywords: Cultural Heritage, Itaberaí-GO, Casa da Cultura Museum, Heritage Education and Heritage Management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. MUSEU CASA DA CULTURA JOÃO ELIAS DA SILVA CALDAS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ITABERAÍ-GO: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	21
1.1 Paisagem histórica de Itaberaí	21
1.1.1 A casa como dimensão da vida doméstica, familiar, pública e privada do Casal Deolinda da Silva Baylão e do Coronel João Elias da Silva Caldas	31
1.2 A criação do Museu Casa da Cultura	44
1.3 O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas: patrimônio cultural e lugar de memórias	64
1.4 Procedimentos metodológicos	77
2. MUSEU CASA DA CULTURA: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS CONTADAS POR CÔMODOS E OBJETOS	83
2.1 A Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas	83
2.2 Museu Casa da Cultura: espaço de saberes e fazeres da comunidade	99
2.2.1 Público do Museu Casa da Cultura	100
2.2.2 As Ações de Educação Patrimonial na Casa da Cultura	112
2.3 O Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas: os bens relacionados ao patrimônio cultural da comunidade	139
2.3.1 Documentação do Acervo	152
2.4 Oficina de educação patrimonial e a exposição colaborativa	157
3. PATRIMÔNIO E MEMÓRIAS EM EXPOSIÇÃO NO MUSEU CASA DA CULTURA	171
3.1 Formato definido do produto	172
3.2 O Público - alvo da Exposições	176
3.3 O impacto esperado no museu e na comunidade	177
4. EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS: PROPOSTAS DE APLICAÇÃO NO ESPAÇO DO MUSEU CASA DA CULTURA CORONEL JOÃO ELIAS DA SILVA CALDAS	179
4.1 Manual: Instruções de uso do produto	179
4.1.1 O inventário do acervo: bens materiais	180
4.1.2 A proposta de exposição colaborativa temporária	181
4.2 Devolutiva para a comunidade	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	188
ANEXOS	200

INTRODUÇÃO

O bem cultural selecionado para esta pesquisa é o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas¹ em Itaberaí-GO, criado em 1993, e localizado na antiga residência de Dona Deolinda Baylão e de seu esposo, o Coronel João Caldas, figura que atuou na parte do cenário político e comercial da cidade. Rememorar sua biografia, que se entrelaça com a itaberina, permite entender a historicidade que permeia a ação humana sobre o tempo, bem como perceber que museus biográficos eternizam mais que memórias: consolidam também a condição de construir saberes e fazeres inerentes aos bens patrimonializados. Nesse sentido, o Museu Casa da Cultura representa um espaço de patrimonialização de bens materiais e imateriais, que dialoga com os visitantes para que estes construam seus saberes e consequentemente influenciem seus fazeres, promovendo assim, a compreensão de que sua cultura não é apenas prática, mas é também histórica.

A proposta da pesquisa é realizar uma intervenção no museu², visto que se faz necessária a gestão do acervo que o compõe. Para isso, a aquisição e a manutenção de cada objeto devem ser monitoradas por documentação, garantindo um controle e cooperando para um contexto lógico bem estabelecido. Além do mais, todas as ações citadas acima caminham para a construção de um museu contemporâneo, com aspectos que atendam a toda a comunidade, aumentando a prática de visita ao mesmo. Em virtude das situações mencionadas, analisamos a necessidade de organizar todo o acervo, documentando, gerindo e preservando todos esses objetos que fizeram parte de uma história. Átila Tolentino, em relação à preservação do Patrimônio Cultural afirma que:

E quando tratamos da preservação e valorização do patrimônio cultural, necessariamente temos que entrar na seara da educação, pois a preservação dos nossos bens culturais se trata de uma prática social, uma vez que as comunidades devem ser as grandes protagonistas na seleção do que representa as suas identidades e na preservação de seus valores culturais (TOLENTINO, 2012, p. 29).

O meu interesse pela pesquisa acerca do Museu Casa da Cultura relaciona-se à minha formação acadêmica. Assim que terminei o curso de Direito, entrei como portador de diploma

¹ O Museu em estudo é denominado pela comunidade como: Museu Casa da Cultura João Caldas, Museu Histórico de Itaberaí e Museu Casa de Cultura.

² No que se refere à proposta de produto, a equipe responsável pelo museu aceitou e está disposta a integrar e auxiliar no que for necessário para que o plano de intervenção ocorra de forma sensata e prudente, através do conhecimento e experiências compartilhadas pela equipe.

no curso de História da Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina. Sempre trabalhei na área da educação. Como esse museu está localizado na cidade em que moro, tenho uma boa relação de parceria com a instituição, por sempre frequentá-la, seja levando alunos para visitação ao local, desenvolvendo projetos na área de História, participando de eventos que a institui o disponibiliza para a comunidade, dentre eles a “Primavera dos Museus” e a “Semana dos Museus”. Na gradua o, optei por fazer deste museu o objeto de pesquisa do meu trabalho de conclusão de curso. Na ocasião, em 2019, foi-me recomendado pela banca de avalia o do TCC, dar continuidade aos estudos deste objeto de pesquisa no Mestrado Profissional.

Assim, seguindo a recomenda o, ao me inscrever na sele o do Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, em 2020, apresentei como proposta o estudo desse museu e uma interven o em rela o ao acervo exposto, pois conforme evidências apresentadas, este não possui exposi es de longa dura o e temporárias. Tal empecilho dificulta tanto o trabalho da guia para dar seguimento em suas apresenta es, quanto o entendimento dos visitantes que percorrem os cômodos do museu.

E foi assim que cresceu meu interesse pelo tema sobre o museu, por ser um importante lugar de memórias da cidade, no qual desenvolvo um trabalho de parceira enquanto professor há algum tempo e pelo qual tenho muito apreço. Meu interesse se justifica também por este lugar ter proporcionado oportunidades, seja para meus estudos, seja para minha carreira profissional e ainda exercer um importante papel para a comunidade, com um legado que pertence   cidade. Por isso, todos são imprescindíveis na manuten o e na dissemina o deste patrimônio.

O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, em Itaberaí que possui uma com popula o estimada de 44.329 habitantes, difere daqueles que pertencem aos grandes aglomerados urbanos, mais dinâmicos e ambivalentes. Ao contrário, t pico do interior, este museu compõe o cenário cultural da comunidade, por onde se exhibe parte da História e da vida local. Destacando a exposi o da cultura material e os vultos de seus patronos, assim como o processo de cria o e desenvolvimento histórico de Itaberaí.

Essa institui o museológica possui espaços destinados ao estímulo sensorial por meio de objetos do passado, expondo um acervo diversificado, variando desde utensílios, móveis, itens pessoais, entre outros, muitos datados do século XVIII e oriundos das primeiras famílias. Portanto encontram-se também os móveis e utensílios do primeiro consultório odontológico da região e também uma biblioteca com obras literárias de autores itaberinos dentre outros objetos que compõe o acervo como: cédulas antigas, bicicletas com placa, ferros a brasa, estátuas,

bules, máquinas de tear, baús, carpetes, espingardas, quadros com fotos dos antigos prefeitos da cidade. Todos expostos nos ambientes da casa - quartos, salas e cozinha. Em relação à estrutura do museu, observa-se que a maior parte dos cômodos da residência é destinada à exposição do acervo. Além disso, há um espaço com os móveis utilizados pela guia na administração da instituição e uma sala destinada às reuniões da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA), com espaço para a participação dos integrantes e vários livros que compõem a biblioteca do espaço.

Compreende-se que o museu apresenta grande relevância para a comunidade, mas ao mesmo tempo percebe-se a necessidade de um projeto de intervenção que, entre outros objetivos, tenha como ações principais: realizar o inventário e a catalogação das peças; verificar se os objetos estão condicionados de forma adequada e, assim, propor a preservação e a organização do acervo para a exposição temporária e de longa duração.

A esse respeito, nota-se que uma variedade de peças que não estão bem expostas pode dificultar tanto o diálogo mediado pela guia quanto a compreensão e a internalização histórica pelos visitantes. Assim, promover mudanças nesse quesito favorece o reconhecimento do museu como espaço formativo. Nesse sentido, a proposta é fazer com que os objetos do acervo sejam direcionados de forma adequada, preservando as peças e mantendo sua narrativa histórica, bem como, distribuí-las em uma exposição temporária colaborativa.

Ressalta-se, assim, que o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas representa o principal espaço histórico da comunidade local. Portanto, muitos itaberinos o chamam de Museu Histórico de Itaberaí, característico da população, da qual se fez presente na doação de grande parte do acervo. O museu Casa da Cultura representa mais que um local com objetos expostos relacionados à história da cidade de Itaberaí: representa também um “lugar de memórias” (NORA, 1993); e conseqüentemente, proporciona um emaranhado de conhecimentos por intermédio de diversas atividades promovidas visando manter uma relação com a comunidade.

Nesse sentido, torna-se necessário um projeto de gestão que tenha como ações principais realizar o inventário e a catalogação do acervo e propor uma nova organização das peças, bem como organizar uma exposição temporária colaborativa. Assim, elencamos algumas problematizações: Como pode ocorrer a realização do inventário das peças do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas? Quais os processos inerentes a essa ação? É possível favorecer a significação da visita por meio de um diálogo coerente com peças localizadas em locais estratégicos/ condizentes? Como o desenvolvimento dessas exposições colabora para o gerenciamento do acervo?

Estes são alguns questionamentos que procuramos respondê-los ao longo de cada etapa do processo da pesquisa que está em desenvolvimento. Gerenciar um acervo é algo amplo, e exige certa atenção para que com sabedoria consigamos organizá-lo e manter o verdadeiro conhecimento que é adquirido através do seu estudo.

A partir de tais indagações feitas, elencamos algumas hipóteses. É pertinente que se faça um levantamento de todas as peças presentes no Museu, escolhendo um sistema de numeração mais apropriado, de acordo com as suas necessidades. Um bom planejamento envolvendo os colaboradores dessa instituição se faz necessário. Todo esse processo, sem dúvidas, irá favorecer a significação de todas as visitas realizadas posteriormente. Além do mais, esse é um dos objetivos desse projeto, despertar a atenção do público que já visitou ou que ainda vai visitar o museu por meio de um diálogo coerente que é efetivado ao distribuir as peças em locais estratégicos e condizentes. Assim, o objetivo foi desenvolver uma exposição temporária colaborativa, que corrobora para o gerenciamento do acervo devido a sua história e significação.

Desenvolver uma pesquisa desse tipo se justifica pela compreensão da relevância cultural que o Museu Casa da Cultura possui, o qual eterniza saberes e fazeres. E também por entender que o aprendizado significativo se revela na medida em que professores de História e equipe museológica se comprometem a tornar a visita aos museus em uma possibilidade de construção de conhecimento. Por esse motivo, é importante que se crie exposições, para tornar o museu atrativo e dinâmico. Considerando-se ainda que as visitas mais frequentes são de estudantes, a construção da narrativa histórica através do acervo é essencial.

Em relação ao objetivo geral, a proposta é realizar o inventário e a catalogação do acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, para propor a criação de uma exposição temporária colaborativa. Por sua vez, os objetivos específicos são: efetuar o levantamento dos objetos que compõem o acervo do Museu; verificar se os objetos estão condicionados de forma adequada e assim, propor a preservação das peças; organizar as peças em exposição seguindo uma lógica ou narrativa histórica; e propor uma ação de gestão, visando distribuir o acervo em uma exposição temporária.

Os museus representam um espaço destinado à exposição de bens materiais e imateriais, como forma de preservação da história. Definidos como instituição permanente, acessível e inclusivas, sem fins lucrativos e a serviço do público segundo o estatuto do International Council of Museums (ICOM, 2022), possuem a função de adquirir e conservar bens patrimoniais tangíveis e intangíveis, propiciando à sociedade momentos de lazer, meios para pesquisa e comunicação por meio da exibição dos objetos (PEREIRA; VALLE, 2017).

O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas não foi objeto de estudo em nenhuma pesquisa acadêmica anterior. A fim de construir a argumentação crítica da proposta de intervenção, foram feitas uma busca exploratória tanto em fontes primárias como secundárias e estudos de autores locais cuja temática refere-se ao museu, retratando: história, memórias, patrimônio, educação patrimonial, exposição do acervo e gestão.

A pesquisa teve como fundamentos teóricos os estudos de Ecléa Bosi (2003); Pierre Nora (1993); Maurice Halbwachs (1990); Sônia Rampim Florêncio (2014); José Reginaldo Santos Gonçalves (2015); Márcia Chuva (2015 2012); Átila Bezerra Tolentino (2016); Antônio César Caldas Pinheiro (2003); Andrea Delgado (2005), Andréa Mortara Almeida (1993), Camila Azevedo de Moraes Wichers (2015), Cristina Bruno (1996), entre outros.

Como fontes da pesquisa, foram utilizados o livro de visitação do Museu, os estatutos e os regimentos de cria o do museu e da AILA (Academia Itaberina de Letras e Artes). Em rela o às fontes iconográficas, recorreremos   análise de folders produzidos e utilizados durante a campanha de divulga o dos eventos ligados ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) e de fotografias tiradas durante a execu o desses eventos, assim como do acervo que faz parte do patrimônio local. Quanto às fontes orais, foram realizadas entrevistas com a guia do museu, Maria Lúcia de Oliveira S , com Antônio César Caldas Pinheiro, o principal responsável pela conversão da casa em museu e com alguns membros da AILA.

Em rela o   pesquisa, primeiramente, foi realizada reunião com a equipe da institui o e membros da AILA que participaram direta ou indiretamente da organiza o das exposi es e da produ o de folders da campanha e divulga o do Museu Casa da Cultura para a comunidade. O próximo passo foi a realiza o de inventário e documenta o do acervo do museu e a cataloga o das peças. Por fim, as a es centraram-se na elabora o do segundo produto – a exposi o temporária "**Saberes e Fazeres em Itaberaí-GO – uma Exposi o Colaborativa**". –, ao retorno para a comunidade, aos impactos e às mudanças ocasionadas no museu.

O relatório está estruturado em quatro se es. Na primeira, intitulada **O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas enquanto Patrimônio Cultural de Itaberaí – GO: Discussão Teórico- Metodológica**, apresenta o bem cultural Museu Casa da Cultura Cel. João Elias da Silva Caldas, abordando brevemente a história da cidade de Itaberaí-GO e da casa da família de João Elias Caldas que mais tarde tornou-se museu. Do mesmo modo, nesta se o são discutidos os conceitos norteadores da pesquisa e os procedimentos metodológicos utilizados durante o estudo e para a prepara o para o produto final.

Na segunda seção, **Museu Casa da Cultura: Histórias e Memórias contadas por cômodos e objetos**, são apresentadas os resultados alcançados com a pesquisa realizada: a apresentação do Museu, o perfil do público que o frequenta, as atividades realizadas pela instituição museológica envolvendo a comunidade e o inventário do acervo. Assim, seguindo os métodos de pesquisa, é proposta uma nova catalogação do acervo. Através de imagens do espaço e do acervo, do perfil do público do Museu e das atividades realizadas.

Na seção 3, denominada **Patrimônio e Memórias em Exposição no Museu Casa da Cultura**, o foco é a apresentação do inventário e da Exposição Museológica temporária colaborativa, destinadas ao público que frequenta a instituição em dois tempos distintos. Assim, considerando as ações planejadas, a proposta é apresentar neste item os dois produtos, os resultados esperados e impactos que as exposições provocaram no museu e na comunidade.

Já a seção 4, **Exposições Museológicas: propostas de Aplicação no espaço do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas**, abarca as impressões gerais da aplicação do produto. Nesse sentido, são apresentados o manual de uso do produto, a proposta de aplicação na comunidade e as devolutivas para comunidade. Do mesmo modo, é destacada a atuação junto ao público escolhido, dando ênfase à importância de se produzir o conhecimento na ação, ter uma base organizada e sistematizada, com exposições que integram a história do museu com a sua função para a historicidade.

1. O MUSEU CASA DA CULTURA CORONEL JOÃO ELIAS DA SILVA CALDAS ENQUANTO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ITABERAÍ-GO: DISCUSSÃO TEÓRICA-METODOLÓGICA

“Querida cidade, Itaberaí”!
 Teu nome adorado ao longo ressoa.
 Salve! Salve! Itaberaí!
 A paz e a saudade tão ledas entoam.
 Salve! Salve! Itaberaí!”
 (Antônio Severino Coelho).

O objetivo desta seção é apresentar o bem cultural selecionado para este estudo, o Museu Casa da Cultura, e o lugar onde se encontra: a cidade de Itaberaí em Goiás. Assim, propõe-se discutir a relação da história do museu com o município de Itaberaí, a residência do Casal Deolinda da Silva Baylão e do Coronel João Elias da Silva Caldas e a história da criação da Casa da Cultura. Do mesmo modo, visa-se discutir os principais conceitos ligados à instituição e a seus acervos como patrimônio cultural e memória. Além disso, a seção aborda os procedimentos metodológicos, apresentando o que foi realizado, como e por que foi escolhido cada método, a fim de elaborar os produtos: inventário e a exposição temporária colaborativa.

1.1 Paisagem histórica de Itaberaí

O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas possui um enorme acervo Histórico e Cultural e é sede da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA). O bem cultural em estudo está localizado em Itaberaí, na região antiga da cidade (como é chamada pelos moradores), na qual, em uma caminhada por suas calmas ruas de pedras, são encontradas casas, praças e igreja que mantiveram traços da arquitetura colonial do século XVIII e cuja sua resistência pode ser vista em contraste às construções mais recentes ou modernas.

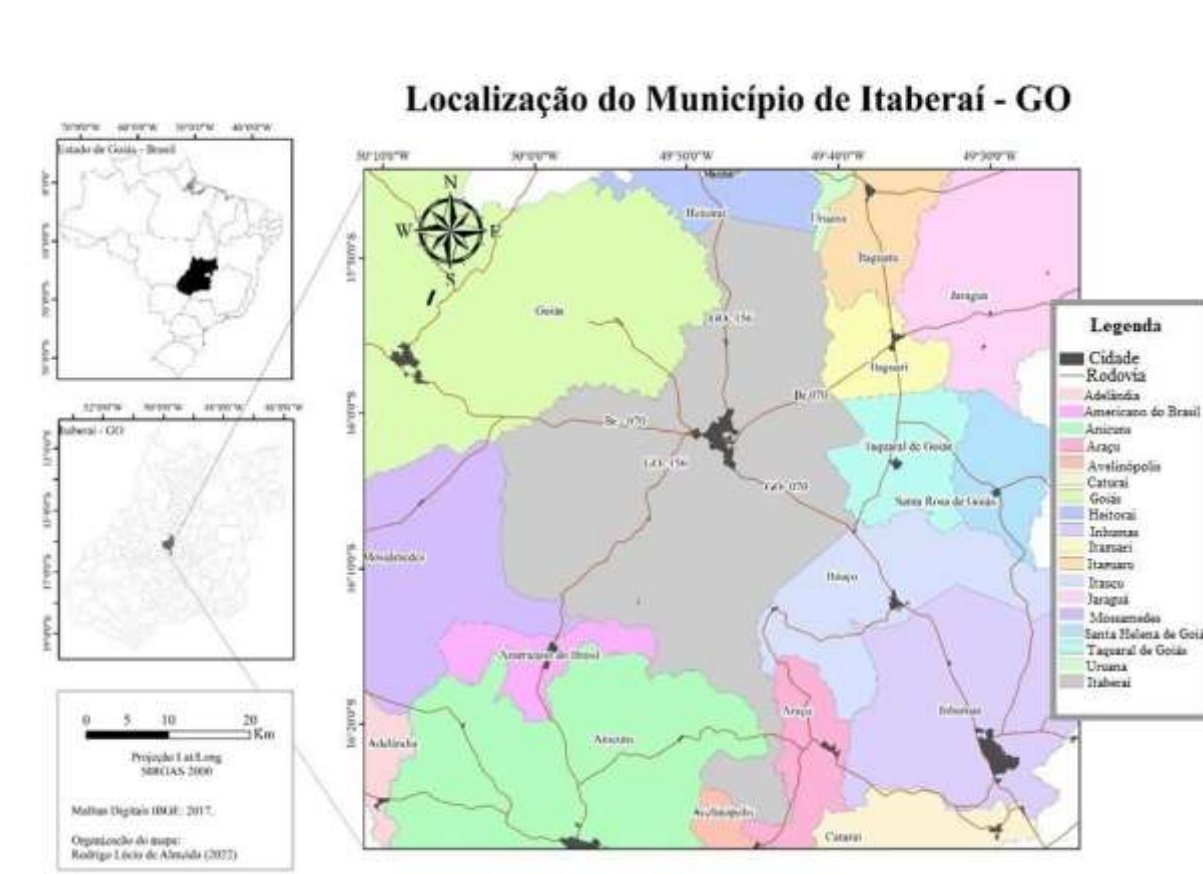
Os museus surgiram a partir da necessidade de posse de objetos que indicassem domínio, indícios ou características de uma época, em que sua representação evoca o passar dos anos e as modificações resultantes de seu patrimônio. Dessa forma, são importantes por fazerem parte do processo de documentação e aquisição da humanidade. E, na confirmação desse processo, o objeto de estudo, o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, uma antiga residência colonial, é considerado um museu biográfico, responsável por salvaguardar, em meio às mudanças temporais, os documentos, a arquitetura, os objetos e os

costumes que são resultado da história, das memórias coletivas e da família do Coronel João Elias da Silva Caldas.

Para a compreensão do bem cultural selecionado na pesquisa é necessário apresentar alguns pontos e discussões acerca da história do lugar em que o Museu Casa da Cultura se encontra, ou seja, uma visão breve ocupação territorial da região que deu origem ao arraial de Curalinho até a legitimação da cidade de Itaberaí, bem como o estudo sobre a residência onde a instituição museológica está sediada e sobre o Coronel João Elias da Silva Caldas.

Geograficamente, Itaberaí está localizada no Centro Goiano, a uma distância de 92 km da capital Goiânia. No que se refere às fronteiras territoriais, a cidade de Itaberaí limita-se aos municípios de Goiás, Heitorai, Uruana, Itaguaru, Itaguari, Taquaral de Goiás, Itauçu, Araçu, Avelinópolis, Anicuns, Americano do Brasil e Mossâmedes, conforme observa-se no mapa a seguir:

Mapa 1: Limites territoriais do município de Itaberaí



Fonte: Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2022.

A cidade de Itaberaí possui uma população estimada de 44.329 habitantes em 2021. É considerada pequena³, embora economicamente ativa. Sua vocação econômica vem da agropecuária com ênfase na pecuária de leite e de corte, na avicultura e no cultivo agrícola (como milho, feijão, tomate rasteiro, laranja, arroz e recentemente uva). Possui grandes empresas, como a Super Frango (abatedouro, incubatório e fábrica de ração), um centro comercial diversificado, faculdades e polos universitários (IBGE, 2017; GOIÁS, 2007).

A compreensão da história de Itaberaí requer antes o estudo do contexto de colonização das terras goianas. A fundação de muitas cidades goianas está inserida no contexto do ciclo do ouro. A descoberta do ouro foi o elo nas mudanças, principalmente na História da urbanização no interior Brasil, levando a Coroa Portuguesa a redefinir um plano de ações de ocupação e soberania, de controle sob o território central.

[...] precisamente a partir de 1717 que quase todos os núcleos urbanos criados no sertão passaram a obedecer a um "tipo de planejamento". Regulamentos para as regiões das minas, elaboração de uma jurisdição que incidisse sobre os exploradores aventureiros, contenção das ampliações das primeiras terras justificadas pelas posses, expansão do território colonial a oeste de Tordesilhas, levantamentos cartográficos e a combinação de um sistema de partilha de terras, ou de direitos sobre ela, com o estabelecimento de povoações articuladas entre si, foram os fundamentos dessa nova política de ocupação, organizada particularmente por engenheiros militares que utilizavam mapas, descrições e relatos corográficos para o conhecimento, a demarcação e a legitimação de territórios mais avançados (BOAVENTURA, 2007, p.65)

Em Goiás, a Coroa Portuguesa, como medida de assegurar seu domínio econômico e territorial criou uma série de procedimentos jurídico-administrativos, iniciados pela instalação das intendências, posteriormente, a criação da Capitania e de sua capital, as casas de fundição, caminhos reais e registros. Dentre as várias maneiras de colonização, outras atividades se desenvolveram paralelamente à busca do ouro, como a abertura de caminhos terrestres e fluviais, a partilha das terras sob os sistemas sesmarial e de datas minerais, e o incentivo à agropecuária. A região onde posteriormente surgiu o arraial do Curralinho estava localizada na boca da mata, a beira do Mato Grosso Goiano, ampla e de terra fértil. Conforme a Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyaz, de 1778, realizado pelo sargento-mor Thomás de Souza, aparece bem assinalado o arraial, à margem direita do rio das Pedras, na entrada do Mato Grosso Goiano (BOAVENTURA, 2007, p. 105; PINHEIRO, 2003; PEDROSO, 1994).

³Segundo a Revista Brasileira de Geografia (1946) essa classificação foi inspirada levando em consideração vários autores e a Sinopse Preliminar do censo de 1940, em que os municípios são agrupados segundo sua população absoluta.

As incursões de missionários dirigidas ao território de Goiás nos Setecentos foram as que de fato provocaram sua efetiva ocupação. Entretanto, já no início foram as grandes responsáveis por transformar os indígenas em cristãos, "bem como pela dizimação dos resistentes e selvagens índios, considerados, à época, um dos agentes impeditivos do projeto de colonização e exploração dos portugueses" (BOAVENTURA, 2007, p.178). Dentre os objetivos dos missionários estavam o de converter os indígenas ao catolicismo e para isto, isolava-os do convívio com a população regional, em aldeamentos⁴. Já para os bandeirantes, competia a exploração de ouro e diamante e a captura de indígenas - para vendê-los como escravos em regiões escassas de mão de obra africana - como alguns de seus propósitos principais; logo, foram "130 anos de intensa penetração interiorana em busca das riquezas daquelas terras: índios, pedras e metais preciosos" (PEDROSO, 1994, p. 17).

Como resultado, a configuração do território de Goiás, fez-se em meio a longos processos de confrontos de poderes institucionais e de resistências que se interpunha entre o colonizador e os indígenas que também disputavam o território. Segundo Pinheiro (2003), foi na região do arraial de Curalinho, pouco tempo depois do surgimento de Vila Boa, que aconteceu o primeiro conflito entre os brancos adventícios e os índios que habitavam a região. De acordo com Pinheiro, existe uma extensa carta para o descobridor das Minas de Nossa Senhora do Pilar - a atual cidade de Pilar - datada de 1760, cujo autor, João de Godói Pinto da Silveira, queixava-se de um ataque dos índios aos moradores. A carta relata que um grupo de bugres⁵ - indígenas - cercou a sua casa por 5 dias, impedindo os moradores até de chegar na fonte, mas um tiro num dos bugres afastou o grupo da casa.

Os índios tanto em Goiás como em todo território brasileiro, por diferentes razões de ordem cultural e tradicional, não compreendiam ou viam a ocupação das terras como os seus tomadores entendiam. Para os nativos as noções de fronteiras e limites, se é que possuíam, porventura eram muito diferentes. Para eles, a terra/natureza era/é o suporte da vida, não um bem negociável. Os nativos lutavam por sua soberania sobre o território, não por fronteiras, delimitações jurídicas ou eclesiásticas (BOAVENTURA, 2007, p.178). Os indígenas foram umas das maiores forças de resistência do processo de ocupação do território de Goiás, e não foi diferente em Itaberaí.

⁴Aldear significa concentrar ou reunir diferentes grupos indígenas em um mesmo local (aldeamento); as aldeias tinham como foco principal a cristianização e a civilização dos indígenas.

⁵Denominação pejorativa e preconceituosa atribuída aos indígenas por serem tidos como selvagens, rudes, incivilizados e hereges.

O avanço da colonização no país resultou em mais povos indígenas submetidos à violência dominante, o que acabou por reduzir esta nação. Segundo Boaventura (2007), no território goiano houve uma redução dos índios Xacriabá e Avá-Canoeiro, e o extermínio dos índios Goyá, Crixá, Kayapó Meridional, Akroá, entre outros grupos. Consequentemente, esses grupos indígenas buscavam reagir, principalmente, atacando os povoados e as fazendas da região. Palacin e Moraes (1994) citam mais tribos que também habitaram o território goiano: Kaiapó, Caraja Pitanguá, Araxá, Quirixá, Goyá, Barueri e Carajaúna. Segundo os autores, dentre os que se opuseram fortemente ao processo de colonização, estavam os Kaiapós Meridional - que se encontravam no sul ocupando da estrada que vinha de São Paulo até o Araguaia, no caminho do Mato Grosso -, os Akroá-Assú, Xavante e Xacriabá - no norte-; dos quais o primeiros deste grupo eram a grande causa de conflitos mais brutais e sem solução.

Diante a todos esses fatos - expropriação territorial, circunscrição territorial, aldeamento, doutrinação religiosa, domesticação e proletarização - além dos crimes contra a vida, comprometeram e enfraqueceram consideravelmente inúmeros povos indígenas.

Quando as jazidas se esgotaram, dando início ao povoamento de outras áreas da província, a população que permaneceu viu-se obrigada a se dedicar às atividades agropecuárias, que no início eram muito imperfeitas. As técnicas eram pouco conhecidas, inclusive para aqueles escravos habituados à mineração. Embora, nem todas as áreas povoadas tornaram-se cidades consolidadas, algumas reminiscências urbanas resistiram em pequenos núcleos de povoados esparsos (PINHEIRO, 2003).

Em meados do século XVIII, essa mesma região já estava povoada de fazendas, dezenas de lavradores sesmeiros. Por volta de 1770, surgiu na província de Goiás, um pequeno arraial denominado Currálinho (assim foi chamado por mais de século). Em 1903, foi elevado à condição de cidade e por iniciativa do deputado Coronel Benedito Pinheiro de Abreu, em 05 de agosto de 1924, passando a ser chamada de Itaberaí (“Itaberahy” em tupi-guarani, que significa Rio das Pedras Brilhantes) (IBGE, 2017).

Currálinho, segundo Antônio César Caldas Pinheiro (2003), desde o início despertou a atenção dos primeiros a se aventurar na lavoura e na criação de gados, por ser um lugar de boas terras e águas e estar próximo à Vila Boa (atual cidade de Goiás). Assim, observa-se que o município surgiu por meio da atividade pecuária. O autor explica: “Com o declínio da atividade mineradora, muitos mineiros dedicaram-se à agropecuária. Requereram sesmarias para plantar e criar, dando início ao povoamento sedentário da região do Rio das Pedras” (PINHEIRO, 2009, p. 7).

Vários pesquisadores buscando construir a identidade goiana e de seu povo, foram baseados nas narrativas das expedições de caráter exploratório realizadas por naturalistas, geógrafos e militares na fase oitocentista (TEIXEIRA, 2013). Estudos apontam alguns relatos dos viajantes naturalistas que percorreram a região no século XIX. Foi através do olhar e discurso destes que se teve um contato com a realidade do interior do país, mesmo fosse um olhar carregado de estereótipos e baseado em padrões eurocêntricos de desenvolvimento (TEIXEIRA, 2013).

Em suma, no trabalho de Teixeira (2013), "O Sertão de Goiás na Literatura de Viagem" é possível observar que durante os deslocamentos, os relatos de John Emmanuel Pohl, Auguste Saint-Hilaire, George Gardner e Francis Castelnau apontam dentre as principais dificuldades nas viagens pelo território goiano, à maioria fazia referência à falta de desenvolvimento das vias de comunicação, tanto terrestres como fluviais. O fato da distância da região até as grandes cidades e do litoral serem grandes e a falta de vias de tráfego limitava a produção dos nativos. Uma vez que os habitantes não conseguiam exportar seus produtos com facilidade, os lucros do cultivo ficavam nas despesas com o transporte. Logo, os moradores, que em grande parte eram agricultores, não produziam mais que o necessário para subsistência ou troca. Para os exploradores estas dificuldades representavam algumas das razões para justificar um isolamento e atraso da região.

Tudo ao redor apresentava um quadro de grandiosa solidão; todos os vestígios humanos estavam apagados [...]. Em toda parte, a viçosa força renovadora da natureza, em sua atividade eterna, livre e incessante, extirpa as marcas da civilização, como se indignada pela violação de seus domínios (POHL, 1976, p. 172).

Assim, à medida que se adentrava o território (principalmente para o norte de Goiás), surgiam as expressões de ser uma terra longínqua, carente, distante da prosperidade, afastada da luz e do progresso. O que revela dentre os muitos escritos destes exploradores a ausência do olhar imparcial no todo, sobressaindo à visão negativa baseada nas dificuldades encontradas pelos grupos de viajantes, que novamente comparavam o desenvolvimento das regiões do Brasil com outros países. Na concepção de Teixeira (2013), como a passagem desses viajantes se deu após o fim do ciclo de ouro, sendo o motivo principal da transformação desta região, no final só conseguiram visualizar nas vilas, povoados e arraiais por onde passaram não mais do que a pobreza, ócio, atraso e isolamento.

Na época, a política de distribuição das sesmarias⁶ era feita por representantes do poder público, mediante uma solicitação de pedidos das pessoas interessadas (PINHEIRO, 2003). O sistema de sesmarias foi uma medida legal - criada pela Coroa Portuguesa - de divisões das terras coloniais, por meio de sesmos, doados a particulares. Entretanto, o sesmeiro, não era, exatamente, um proprietário, mas um beneficiário das terras da Coroa, que deveria seguir três condições básicas ou normas regulamentares para concessão: a medição, a confirmação e o cultivo. Embora fosse lei, essas medidas não eram cumpridas, culminando, posteriormente, na composição de grandes latifúndios, principalmente em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. O regime sesmarial vigorou no Brasil durante todo o período colonial e foi suspensa em julho de 1822 (BOAVENTURA, 2007; PANIAGO, 2011).

Deusa Maria Rodrigues Boaventura (2007), explica que não havia nenhuma restrição de caráter social: para a concessão das sesmarias o solicitante deveria ser necessariamente cristão e efetuar o pagamento do Dízimo da Ordem de Cristo, sob a produção. Porém, caso o solicitante fosse negligente, e a terra não fosse explorada dentro do prazo estabelecido em documentação, a doação retornava ao Estado, e este tinha o poder de doá-las novamente a outros com o dever de cumprir as normas regulamentares.

Cabe questionar a não restrição social para a concessão de sesmarias quando, por exemplo, observamos os indígenas. Para os portugueses, os indígenas, por não se organizarem em sociedade e não possuírem um regime jurídico de proteção à propriedade válida, ficavam totalmente fora. Um soberano europeu tinha mais direitos sobre outro território, protegido pela jurisdição da época, do que um indígena. Desde aquela época, ser proprietário rural em Goiás significava *status*, poder econômico e político. Haja vista que a preferência da Coroa era por indivíduos que já possuíam algum acúmulo de bens (PANIAGO, 2011).

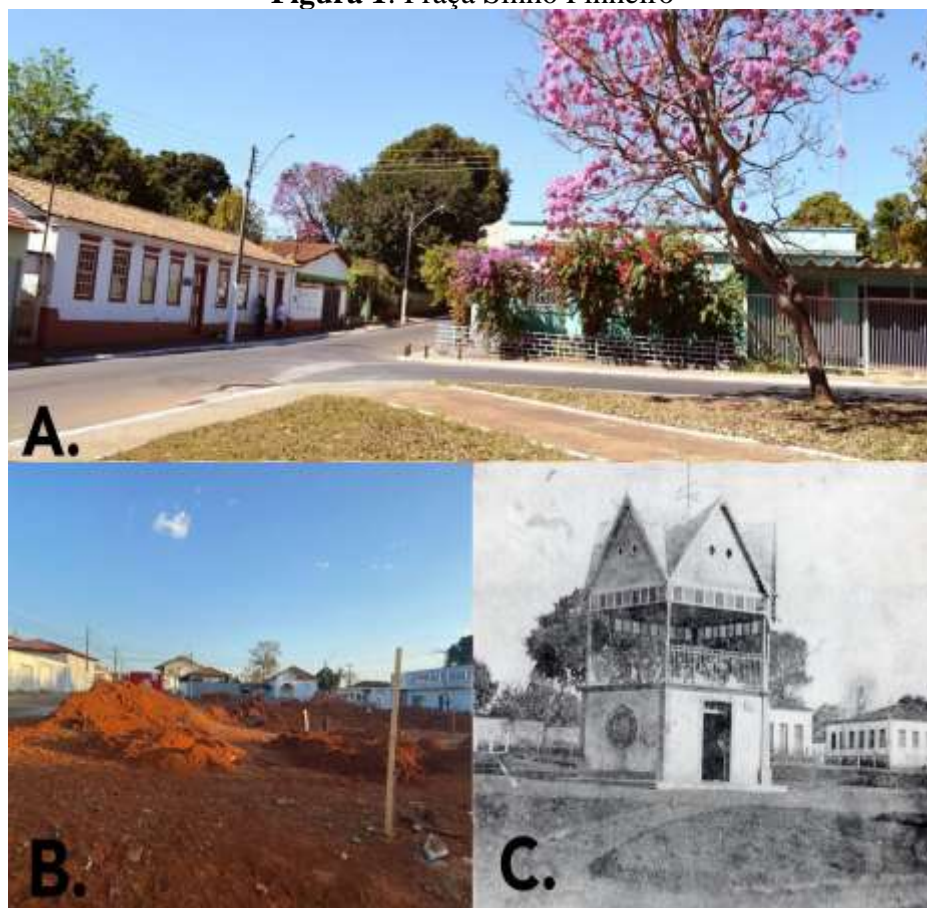
A documentação histórica goiana comprova que Itaberaí originou-se da reunião de fazendeiros da região - em meados do século XVIII - que adentraram as matas da área do Rio das Pedras. De acordo com o Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Itaberaí (2008), nos registros das primeiras sesmarias da região, demonstra que os seus respectivos fazendeiros plantavam e criavam gado e que estes produtos eram negociados em Vila Boa de Goiás. Reafirmando que, um dos fatores que estimulou a permanência dos pioneiros nestas terras foi à agropecuária, diferenciando-se das demais, em que com a mineração aurífera dava início às povoações.

⁶ O sistema de sesmarias foi uma medida legal - criada pela Coroa Portuguesa - de divisões das terras coloniais, por meio de sesmos, doados a particulares.

Com o passar do tempo e a chegada de outros fazendeiros, através das rezas e ladainhas nas poucas casas, foi edificada uma pequena capela, na qual o padre de Vila Boa pudesse celebrar as cerimônias religiosas, como batismos e casamentos não sendo mais precisas que os moradores da região se dirigissem à igreja de Vila Boa.

No princípio, o local era apenas um rancho com curral, localizado à margem direita do Rio das Pedras. Tempos depois, próximo ao antigo curralzinho, estava à chácara do capitão José Manoel da Silva Caldas, que usou o terreno de sua propriedade e construiu algumas casas (ATLAS ESCOLAR HISTÓRICO GEOGRÁFICO MUNICÍPIO DE ITABERAÍ, 2008). No local, formou-se o Largo da Estalagem (que se chamou também Largo São José). Atualmente, é conhecida como Praça Sinhô Pinheiro (Praça Joaquim Lúcio - figura 1.A). Percebe-se na figura 1.B que o local está em obras para construção do Coreto (figura 1.C), retomando um antigo modelo construído em 1920.

Figura 1: Praça Sinhô Pinheiro



Fonte: (Figuras A e B) Arquivo próprio do autor, 2022; (Figura C) Acervo fotográfico do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

O Coreto, construído pelo Prefeito Benedito Pinheiro de Abreu, na década de 1920, ficava em outra praça – Sinhô Fonseca (que já não existe) – e no local foi construído o Fórum da cidade. A atual prefeita de Itaberaí em exercício, Rita de Cássia Soares Mendonça (2000-2004 e 2020 - atual), explicou, em entrevista cedida em 07 de Julho de 2022, que o Coreto faz parte da história de Itaberaí e inclusive de forma saudosa, compartilha suas recordações sobre o local:

Para mim é uma honra, nesta minha segunda gestão, reconstruir o coreto da nossa querida Itaberaí. Recordo-me, durante a minha infância e adolescência, que era o ponto de encontro dos itaberinos, todos os dias, nos fins de tardes, principalmente nos domingos. Agora, sendo reconstruído, para a nossa alegria. (Rita de Cássia Soares Mendonça, entrevista em 07/07/2022).

A prefeita Rita de Cássia afirma ainda que o Coreto não deveria ter sido destruído da forma como foi. Segundo ela, na troca de prefeitos, o que tomou posse destruiu o Coreto como uma forma de expressão de poder frente a seu oponente, que encerrava seu mandato. Portanto, na obra de ampliação da Praça Sinhô Pinheiro, escolheu o local para fazer essa “salvação cultural”, reconstruindo-o.

A motivação principal para a formação do arraial, segundo Pinheiro (2003; 2009), veio da devoção dos roceiros por Nossa Senhora D’Abadia, a qual é, pela tradição cristã, a padroeira da cidade. Com o mesmo propósito, um pequeno grupo se juntou e edificou uma capela sob a invocação da santa. Com a passagem do tempo, aos poucos foram chegando mais moradores e o arraial, então conhecido por Curralinho, foi se firmando (AZEVEDO, 1987, p. 157).

De acordo com Grazielle Rodrigues Nascimento (2018), na composição da arquitetura goiana do século XVIII, uma das particularidades designadas às construções que vão se articulando no entorno das igrejas, em consonância com outras, traduzia uma espécie de representantes do poder. Nesse sentido, para qualquer avanço expansionista que rondava o período colonial, era necessário manter uma assistência espiritual aos que habitavam os novos territórios. Tal princípio é fruto da cultura externa (portuguesa), implantada como uma forma de manter o controle territorial.

Na História local não há consenso sobre quem foi o fundador ou o idealizador do movimento de construção do município. No entanto, Derval Alves de Castro, em sua obra intitulada de “Os Anais da Comarca do Rio das Pedras”, publicado em 1993, defende que o fundador da cidade teria sido o dono da Fazenda Palmital: o Capitão-mor Salvador Pedroso de Campos. Já no contexto da História Oral, o historiador Antônio Pinheiro (2003), relata que tal feito partiria de outros capitães, que doaram algumas partes das sesmarias, destinado à construção da capela ou casa de oração.

Uma apostila disponibilizada pelo Colégio Educandário Evangélico Durval Rosa Pires (Itaberaí-GO) (1995), traz na íntegra os nomes dos capitães a quem são atribuídos para dar as condições para a construção de Currálinho:

Entre os primeiros moradores alguns se sobressaíram pela grande influência que exerceram no crescimento do arraial, destacando, o Capitão-mor Salvador Pedroso de Campos que adquirira a Fazenda Palmital dos primeiros donos, e também o Capitão de Ordenanças João Luiz Brandão, o Capitão Antônio Cardoso, o Capitão Tristão da Cunha Morais e outros (COLÉGIO EDUCANDÁRIO EVANGÉLICO, 1995, p. 04).

Porém, Antônio Pinheiro (2003), em “Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições” traz à luz em seu estudo de caso narrativas de documentos e relatos históricos que corroboram a existência de um doador de terras onde foi construída a capela de Nossa Senhora D’Abadia, referindo-se a um Francisco Tavares como doador do patrimônio e não há relatos de que tenha sido Salvador Pedroso conforme os fragmentos seguintes:

Já foi visto que os viajantes e cronistas que trataram de Currálinho no século passado, não se referiram ao capitão-mor como o fundador do arraial. Disseram todos ter o arraial se originado da reunião de fazendeiros da região. E mesmo Silva e Souza, Cunha Matos e Pohl que conheceram o capitão-mor pessoalmente ou por meio de pessoas que o conheceram, não o dão como fundador de Currálinho [...] O testamento de Salvador Pedroso de Campos, registrado em 1818 na cidade de Goiás, é outro documento que nada diz quanto a sua participação na fundação de Currálinho. Se ele tivesse doado as terras para o patrimônio poderia ter garantido esta doação no testamento. O que se vê ali, porém, é uma doação em oitavas de ouro destinada às obras da igreja que à época passava por uma reforma (PINHEIRO, 2003, p. 123-124).

Sobre Francisco Tavares, os registros de Pinheiro (2003), dizem:

Como se constatou, a tradição dos antigos de Currálinho e os apontamentos da Igreja sempre se referiram a Francisco Tavares como doador do patrimônio, o qual se acredita aqui ser o Francisco de Paula Tavares (pai), pois os outros dois seus filhos não tinham idade para fazerem uma doação no final do século XVIII. Este Francisco de Paula Tavares deve ser o mesmo que se encontrava em Vila Boa de Goiás internado no Hospital Militar, desde 28 de agosto de 1795 até setembro do mesmo ano [...] (PINHEIRO, 2003, p. 127).

Pinheiro (2003) cita ainda que o médico e viajante austríaco Johann Emmanuel Pohl, esteve algumas vezes na capitania de Goiás, nos anos de 1817 a 1821, no ano de 1818 passou no arraial de Currálinho e dessa ocasião deixou por escrito:

Este lugarejo completamente decadente foi fundado por alguns habitantes da região, que arrotearam, para suas plantações, a grande selva de Mato-Grosso, a sete léguas de distância de Vila Boa. Fica sobre uma colina, ao pé da qual, passa, na direção do Sul para o Norte, o Rio das Pedras, de uns quatro metros de largura, que deságua no Rio Urú. No meio da povoação, numa praça espaçosa, mas inteiramente coberta de ervas, fica a pequena igreja de barro de Nossa Senhora da Abadia, filial de Vila Boa. A aparência exterior, é melhor que a interior, apesar de terem construído uma escada por fora para penetrar-se no púlpito, dentro da igreja. Dezoito cabanas constituem a povoação. São de barro e madeira, mal construídas e cobertas de palha. Todas se acham em quase completa decadência [...] (POHL, 1976, p.149).

Em 1824, Currálinho já era um povoado contando com 52 casas, localizadas em duas ruas, e uma grande praça onde se encontrava a capela de Nossa Senhora D'Abadia. Em uma dessas casas, residiram o Coronel João Elias da Silva Caldas e seus nove irmãos.

1.1.1 A casa como dimensão da vida doméstica, familiar e pública do Casal Deolinda da Silva Baylão e do Coronel João Elias da Silva Caldas

Ao visitar casas que passaram a sediar museus, é impossível não tentar mergulhar na vida privada e pública da sociedade, tanto daqueles que viveram naquele prédio ou dos motivos de transformação da residência em uma instituição museológica. No cenário histórico da cidade de Itaberaí, é possível conhecer a sua história através do estudo do processo de urbanização de Currálinho.

À medida que chegavam mais moradores na região de Currálinho, o arraial foi tomando a forma de cidade. Com a edificação das primeiras casas, comércios, ruas, praças e igreja a cidade crescia. De geração em geração novas famílias eram constituídas, e assim chegamos às histórias dos moradores da residência onde hoje funciona a Casa da Cultura Coronel João Caldas, o antigo lar do casal Deolinda da Silva Baylão e do Coronel João Elias da Silva Caldas.

O Coronel João Caldas nasceu no dia 20 de outubro de 1868. Era um dos 9 filhos do Capitão José Manoel da Silva Caldas e Dona Jacyntha Luiza do Couto Brandão Caldas (Mãe Cintha). Neto do Alferes Constâncio Manoel da Silva Caldas e Dona Maria Rita da Silva (avós paternos); e do Capitão Jacintho Luiz da Silva Brandão e Dona Antônia Maria do Couto Guimarães (avós maternos).

Pela análise da base familiar do Coronel João Caldas, observa-se que seu pai, os avôs e ele tinham patentes militares⁷. Até o século XIX, o Brasil, na condição de país colonizado, herdou-se o modelo de organização militar português, salvo em casos especiais, onde foram criadas forças estratégicas para atender as questões locais. Em relação aos cargos militares da época, destaca-se o alto oficialato do Exército que era ocupado em grande maioria por membros da aristocracia que favorecidos por redes de privilégios tinham um acesso mais rápido ao oficialato militar. A ascensão ao cargo de general dava-se por fidelidade à monarquia. O recrutamento dos oficiais era realizado entre a comunidade. Até 1850, quase todos generais e coronéis vinham de grupos formados por fazendeiros, comerciantes ricos, altos funcionários civis e militares. Conseqüentemente, para aqueles que não eram membros das elites, com exceção aos períodos de guerras, tinham pouca chance de progredir na carreira militar e até de chegar ao oficialato (SILVA, 2020)

Nesse sentido, na linhagem paterna do Coronel João Caldas, seu pai e avô era natural da Cidade de Goiás, porém, pesquisando sobre sua família materna⁸ foram encontrados fatos interessantes. Dona Jacyntha Luíza do Couto Brandão Caldas (Mãe Cintha) é irmã de Joaquim Luis do Couto Brandão que é pai de Jacyntha Luiza Couto Brandão - mãe de Ana Lins dos Guimarães Peixoto (Cora Coralina). Logo, a mãe do Coronel, além de ser natural da Cidade de Goiás, nasceu na Casa da Ponte, (onde hoje funciona o Museu Casa de Cora Coralina, na Cidade de Goiás), que foi adquirida em leilão público pelo pai de Dona Antônia Maria do Couto Guimarães (mãe de Dona Jacyntha Luíza do Couto Brandão Caldas), o português João José do Couto Guimarães em 1825⁹ (PINHEIRO, 2002).

Entretanto, a mãe de Cora Coralina, com 19 anos, casou-se com seu primo Jacintho Luiz da Silva Caldas (irmão do Coronel), sendo os pais de Vicência Caldas Bastos. Segundo Bittar (1997, p. 144), o casamento com seu primo "Jacintho Luís da Silva Caldas, filho do Capitão José Manoel da Silva Caldas e Jacyntha Luísa do Couto Brandão Caldas", foi celebrado na Igreja, em abril de 1883, sem o impedimento de consanguinidade em caso de parentes de segundo grau. A autora cita que naquela época o casamento entre parentes reflete a mentalidade

⁷ No exército do Brasil no período colonial e no imperial, a hierarquia entre os militares era determinada pela ordem decrescente das patentes, onde: 1º temos o marechal-de-exército; em 2º, o tenente-general; e 3º, o marechal, representando os três maiores cargos; depois em 5º, está o coronel; em 8º, temos o capitão; em 10º, está o alferes, em uma lista com 17 níveis.

⁸ Cruzando dados genealógicos no geni.com - maior plataforma virtual de árvore genealógica - foi possível, identificar as relações familiares de Jacyntha Luíza do Couto Brandão Caldas com base em outros textos sobre seu irmão Joaquim Luis do Couto Brandão (avô de Cora Coralina) e sua sobrinha Jacyntha Luiza Couto Brandão e esposa de seu filho.

⁹ Com base na Informação na página do Museu Casa de Cora Coralina em 1825, foi posta em hasta pública pela Fazenda Real e adquirida pelo Sargento-Mor, João José do Couto Guimarães, trisavó de Cora Coralina.

das famílias com nomes tradicionais, principalmente na Cidade de Goiás, que promoviam casamentos de conveniência. Visto como prática comum, tendo como objetivo assegurar a herança e principalmente, o poder entre as famílias (BITTAR, 1997). Contudo, o irmão do Coronel faleceu de tuberculose 2 meses após o nascimento de sua filha em 1884, aos 25 anos de idade.

Entre os primeiros moradores do pequeno arraial de Curralinho, um dos nomes que sobressaiu por influência dos poderes que exerceram em seu desenvolvimento, foi o do Capitão José Manoel da Silva Caldas. Em 1824, o arraial era formado por um grande largo (largo da Matriz), duas ruas e cinquenta e duas casas no total. Na época, não existia a rua que parte da Matriz em direção a Rua General Pedroso, ao lado da cidade onde se formou o arraial (figura 2). Portanto, o lugar do antigo curralzinho que deu origem ao arraial, só começou a ser integrado ao núcleo do Largo da Matriz, somente quando o capitão José Manoel da Silva Caldas construiu algumas casas em um terreno seu.

Com características originais do século XVII-XVIII, as casas eram construções rústicas, muitas de pau-a-pique e barreadas. Esse barro era misturado com fezes bovina e amassado com os pés, para obter uma liga. As casas construídas pelo capitão Caldas eram interessantes, diferiam das construções de então, tendo algumas, na frente, ampla varanda, como as casas bandeirantes de São Paulo.

Figura 2: Região em que ficavam as primeiras casas em Itaberaí no ano de 1924



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

Nessa época, as ruas não tinham uma simetria ou planejamento como visto na imagem (Figura 2), assim as primeiras casas seguiam um alinhamento sinuoso. Na foto, o espaço é o do Largo da Igreja – atual região da Praça da Matriz. A rua de terra, atualmente conhecida como “Padre Pedro”, dá acesso à Praça Sinhô Pinheiro e à ponte do Rio das Pedras, hoje conhecida como “Ponte Velha” – obra construída em 1862.

No período de sua adolescência, João Elias Caldas enfrentou diversas dificuldades e iniciou seu trajeto profissional comercializando armas de fogo, sendo apelidado, de forma jocosa de “João Coronha”. Já no comércio, possuía uma loja oferecendo produtos destinados às fazendas e ferragens, negócio que foi ampliado, juntamente com seu cunhado, Augusto da Silva Baylão. Trabalhando, acumulou uma fortuna, sendo considerado um dos homens mais ricos de seu tempo, um dos acionistas do Banco Agropecuário do Estado de Goiás. Agropecuarista, era dono das fazendas Conceição, Bela Vista, Boa Vista, Barreiro, Mandinga, Córrego Branco, Palmital e Macedo, localizadas nos municípios de Itaberaí, Saleiro e Inhumas. Como grande criador de gado, foi sócio fundador da Sociedade Goiana de Pecuária, em 1943. Tinha vários prédios em Itaberaí, inclusive para hospedagem dos amigos da zona rural em épocas de eleições e festas (PINHEIRO; PINHEIRO, 2002).

O Coronel João Caldas herdou de seu pai o comando da política local, no qual permaneceu por 50 anos. É importante dizer que antes do Coronel, era “seu pai, capitão José Manuel da Silva Caldas, e seu primo, o vigário Luiz Antônio da Fonseca, que lideravam a política da antiga Currealinho, ambos pertencendo à ala bulhonista” (PINHEIRO; PINHEIRO, 2002, p. 112).

A residência em que morou João Elias da Silva Caldas com sua esposa e filhos está situada na região baixa da cidade, onde a maior parte das ruas são de pedras, em frente à praça denominada Sinhô Pinheiro, na rua Capitão Caldas. Construída pelo próprio Coronel, entre 1903 e 1905 (figura 3.D), suas características são típicas do período colonial, pois apresenta traços semelhantes a esse tipo de construção, comum às regiões de São Paulo e Minas Gerais.

Portanto, segundo o Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Itaberaí, as primeiras construções que deram origem ao povoado de Currealinho/Itaberaí encontram-se na praça da matriz e seus arredores (figura 3.F). E as casas próximas à praça são construções singelas e rústicas, com alguns cômodos assoalhados e até entocados. As portas e janelas são envernizadas ou pintadas a óleo de linhaça, ao qual se misturam tintas de cores berrantes. A pequena cidade, mas tinha um aspecto totalmente branco.

As residências eram grandes. Na entrada, um corredor comprido dava acesso à uma varanda em nível mais baixo. Essa varanda era espaçosa, ladrilhada de tijolo comum, tendo como mobiliário uma mesa grande, com um banco de mesmo tamanho, algumas cadeiras de madeira e as famosas redes. Do lado direito da varanda, havia três dormitórios. As casas, assim, apresentavam um plano arquitetônico muito parecido, com exceção da casa do Cel. João Elias da Silva Caldas, dita uma das melhores de seu tempo. A descrição que se tem em relação a residência do Coronel, pode ser aprofundada no trecho a seguir:

Eram 2 casas, sabe. A casa grande¹⁰, que é essa casa que está lá. E onde é o Centro Espírita¹¹ era outra casa. E fazia parte. Essa outra casa, do centro espírita, era chamada de Estalagem. Por isso que aquela rua, no século XIX, chamava Rua da Estalagem porque é onde ficavam as pessoas que vinham ou passavam pelo local. As tropas pousavam ali. Como no fundo do quintal – o quintal era muito grande - tinha aquela aguada, então, era onde os cavalos, os burros iam tomar água. Pastar, comer um capim verde. Então, imagino que era o hotel cinco estrelas da época porque não existia garagem, naquela época tinha que ter lugar para tropa. Essa casa era muito grande. Tinha no fundo do quintal uma escada que ia pra essa outra casa. Então, meu bisavô tinha lá a farmácia dele. Ele não era farmacêutico não. Falava-se farmácia o armarinho que guardava remédios. [...] (Antônio César Caldas Pinheiro, entrevista dia 23/05/2022).

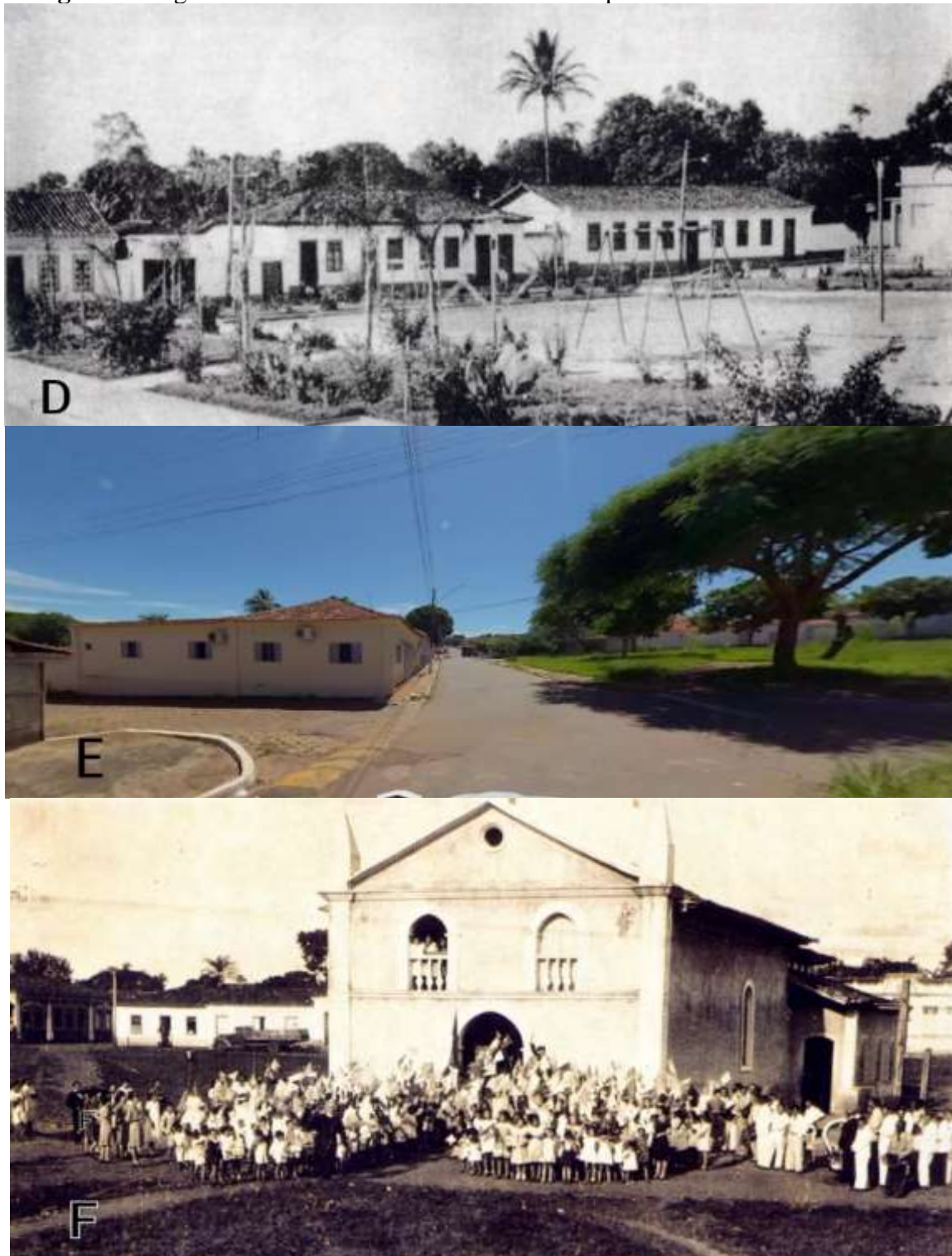
O trecho narrado por Antônio César Caldas Pinheiro, é de quem conhece a história da cidade e tem um vínculo direto com o lugar. Consequentemente, detecta-se de certa forma, dentre bens – tanto presentes como os ausentes – traços que revelam elementos da casa e da região que está localizada, ou seja, o relato dos moradores esclarece sobre “pensamentos, os gostos eruditos ou populares, [...] os interesses e hábitos de quem nela habitava, além da posição dos proprietários na hierarquia social e dos materiais com que foi construída”, como afirma Cayer e Sheiner (2021, p. 2), ao conceituarem e contextualizarem acerca das casas cuja história desperta interesse. Nas imagens a seguir, observa-se a região baixa da cidade de Itaberá, em diferentes épocas:

Nas imagens a seguir, observa-se a região baixa da cidade por volta de 1920 (em 3.D) vista pelo lado direito da praça; a mesma região (em 3.E), só que vista do lado esquerdo e ao fundo da praça, em 2021. A foto (3.F) foi tirada no ano de 1905, em frente à igreja de Nossa Senhora D'Abadia, região que é conhecida como Praça da Matriz. Ao fundo é possível visualizar algumas das primeiras casas, quando tudo era calcado apenas por terra e capim.

¹⁰ A Casa Grande é o atual espaço ocupado pelo Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas.

¹¹ A segunda casa a que Antônio César se refere, é hoje propriedade de um centro espírita.

Figura 3: Região baixa da cidade - divisa das ruas Capitão Caldas com Padre Pedro.



Fonte: (Figuras D e F) Acervo fotográfico do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022. (Figura E) Arquivo pessoal do autor, 2022.

Na segunda metade do século XVIII, o surgimento das primeiras igrejas na Vila Boa de Goiás (Cidade de Goiás) e das primeiras construções públicas, coincidiu com a estruturação das primeiras famílias naquela região, quando foram chegando e ficando tanto portugueses,

paulistas e nordestinos (BITTAR, 1997). Entretanto, a pecuária e a agricultura, até o final daquele século, existiam na maioria dos casos como atividades subsidiárias, não contribuindo para a fixação de famílias em um determinado local, ou como ocorreu em Itaberaí.

O Coronel João Elias Caldas exerceu uma carreira política sob forte influência de seu pai, em 09 de maio de 1892, foi nomeado como um dos membros da Intendência de Currálinho. Dentre os cargos políticos que ocupou ao longo de sua vida constam: Presidente do Conselho Municipal dos quadriênios de 1906/1911, 1911/1915, 1922/1923 e 1923/1927; Conselheiro de 1915/1919, quando na Presidência da Câmara estava seu amigo Pe. Pedro Rodrigues Fraga; Intendente (prefeito) pelo pleito no dia 20 de setembro de 1927, ficando no cargo até 1930, ano em que foi deposto, na revolução.

Sobre os bastidores políticos da época, Pinheiro e Pinheiro (2002) descrevem que, nas vésperas das eleições para o governo do Estado, o candidato Pedro Ludovico, ao perceber que Currálinho poderia ser uma forte oposição, chamou até a capital o Cel. João Caldas. Na ocasião, o anfitrião propôs ao Coronel que após as eleições nomearia para prefeito de Currálinho a pessoa que ele indicasse. João Caldas, muito ágil, disse que aceitaria a proposta caso ele nomeasse de imediato o novo prefeito. No entanto, Pedro Ludovico não aceitou, pois ele tinha acabado de nomear para o cargo de prefeito Artur Batista. Sem o acordo, o Coronel estabeleceu oposição à sua candidatura. Nesse contexto, Pedro Ludovico mediu novamente os prejuízos da oposição e após uma nova conversa com o Cel. João Caldas, chegou, enfim, a um acordo, em que a indicação do sobrinho do coronel, Benedito Pinheiro de Abreu para prefeito de Itaberaí, agradava ambas as partes (PINHEIRO; PINHEIRO, 2002).

Assim, Benedito Pinheiro foi prefeito de Itaberaí. Depois, nas eleições de 1954, esta a qual seu genro, Dr. José Ludovico de Almeida (que antes fora prefeito de Itaberaí, deputado estadual e federal e secretário de estado) foi eleito a Governador do Estado goiano, contou integralmente com as influências do Coronel João Caldas (VIEIRA; PINHEIRO, 2015).

Casou-se ainda jovem no dia 12 de novembro de 1892, com Deolinda da Silva Baylão, nascida em Currálinho a 17 de março de 1874, única filha mulher dentre os três filhos de Balduíno da Silva Baylão e de D. Inácia Rodrigues Vidigal; mas teve uma irmã, fruto de um segundo casamento de sua mãe, após falecimento de seu pai.

Figura 4: O Coronel João Elias da Silva Caldas e Deolinda da Silva Baylão



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

Sobre seu casamento, em 1892, o Jornal “Estado de Goyaz”, da antiga capital, publicou o seguinte:

Curralinho,
 D’alli nos escrevem:
 Aqui celebrou-se a 12 do corrente o casamento do snr. João Elias da Silva Caldas, membro da intendencia, com a exma.d. Deolinda da Silva Baylão.
 Foram paranympfos os snrs. Belisario Alexandre de Almeida e Augusto da Silva Moreira, presidente da Intendencia.
 Para assistirem a esse consorcio vieram do Allemão os snrs. Martiniano Tobias de Moura, Francisco Candido Magalhães, Manoel Dyonísio, Joaquim Pedro Ribeiro da Silva e Sebastião Cintra.
 Foi celebrante o Revmo. Snr. Conego Ignacio X. da Silva.
 Mil venturas desejamos ao jovem par” (JORNAL “ESTADO DE GOYAZ”, 1982 apud PINHEIRO; PINHEIRO, 2002, p.112).

Um pouco do que se sabe sobre, Dona Deolinda da Silva Baylão, foi descrito no livro "Troncos e Vergôntas: descendentes do tenente-coronel Luiz Manoel da Silva Caldas". Toda uma vida é resumida em três parágrafos para dizer que era uma "mulher de certa cultura, lia muito, desde Vitor Hugo, passando por Pitigrilli, Alexandre Dumas e José de Alencar. [...] Era sensível, delicada e desde a sua mocidade trazia a arte na alma" (PINHEIRO; PINHEIRO,

2002, p.318 e 320). Segundo os autores do livro, dentre seus dons culturais, "cantava e dedilhava com maestria seu pequeno violão de cor escura" modinhas à noite, na porta da rua ou na grande varanda interna de sua casa (PINHEIRO; PINHEIRO, 2002, p.319).

Em 1890, nas festas do Espírito Santo, Nossa Senhora d'Abadia e Nossa Senhora do Rosário, foi publicado no jornal Gazeta Goyana, uma nota destacando "as senhoritas Deolinda Baylão, Benedita Baylão, Honorata, Maria Luiza, Blandina, Benedita Correia e D. Josefa, compuseram o coral que abrilhantou as cerimônias", as músicas escolhidas eram quase todas de autoria do vigário de Curralinho e acompanhadas por banda de música (PINHEIRO; PINHEIRO, 2002, p.320).

Portanto, é necessário continuamente escrever e reescrever a história a partir de uma posição do presente, colocando no centro a problemática da pesquisa (ZIMMERMANN; MEDEIROS, 2004). Mas o que se percebe, é que ainda predomina na história contada sobre os feitos das mulheres itaberinas e de Dona Deolinda, uma construção de identidades fixas para mulheres e homens.

Pinheiro e Pinheiro (2002) nos apresenta a Dona Deolinda que começava o dia ordenando suas vacas apascentadas no fundo do quintal. Depois relata o seu envolvimento na política e eleições, em que "fabricava centenas de garrafas de licor, de vários sabores, para presentear seus eleitores; era um grande cabo eleitoral". Influenciando e convencendo todos os seus descendentes a votarem no candidato que ela indicava. Ao passo que revela uma habilidade sócio-emocional e capacidade resoluta de uma persona "tranquila, tinha para cada pessoa necessitada que a procurava o auxílio pedido e uma palavra de carinho". E por fim, mostra aquela que "nunca levantava a voz, nem com as peraltices de seus netos, os quais conhecia bem, por isso os vigiava. E como os vigiava" (PINHEIRO E PINHEIRO, 2002, p.319).

Compreendendo que as mulheres, no esforço diário assim como o dos homens, também foram/são responsáveis pela construção, desde início, da história das cidades e das sociedades, assim como do imaginário e da mentalidade de seu povo, porém, ainda é necessário um esforço maior para tirá-las de um contexto de esquecimentos.

A esse respeito, compreende-se que as mulheres eram pouco vistas nos espaços públicos, longe dos destaques, mas atuante na família e confinadas no lar. Michelle Perrot (2012) questiona esse confinamento da mulher ao silêncio e a ausência da história sobre elas, como se estivessem fora do tempo ou dos acontecimentos. Um silêncio profundo, motivado por diversas razões. A invisibilidade e o silêncio da mulher, em algumas sociedades chegam a ser uma questão de ordem das coisas. E diferente dos homens, não tinha um grande nome ou

sobrenome transferido a sua geração, ela tinha apenas um nome. Até sua presença era subestimada quando houvesse ausência da figura masculina. Chegando a ser praticamente ignorada. Perrot aponta ainda que uma das culpas da invisibilidade feminina era o "silêncio de fontes":

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (PERROT, 2012, p. 12).

Para efeitos de memória, até seus poucos vestígios estiveram condicionados ao quase inexistente e tardio acesso ao aprendizado da escrita. Segundo, Bittar (1997), infelizmente muitas mulheres - particularmente as goianas - foram sombras quase invisíveis como sujeitos históricos. Mesmo que saibamos que elas participaram de grandes e pequenos eventos da história humana, na maioria das vezes sua atuação cotidiana é apresentada em caráter improvisador e desenvolve-se sem espaço próprio, portanto, é necessário ter consciência de que sua participação não é menos importante que a do homem. No caso de Dona Deolinda, durante as empreitadas políticas do marido, lhe foi atribuída a expressão "grande cabo eleitoral". Bittar (1997, p. 18), aponta para a fala de Marina Maluf, autora de "Ruídos da Memória", em que "nas relações sociais capitalistas, desde o final do século XVIII até hoje, se equilibram precariamente na crença que as mulheres mais 'ajudam' do que trabalham".

Isso significa que, se traduzimos em outra perspectiva, Deolinda Baylão não ajudava nas eleições de modo desinteressado, mas quase sempre acordou de madrugada, repartindo com seu marido - na condição de sócia proprietária dos bens do casal e valores da época para o casamento - a responsabilidade de seus empreendimentos econômico e social no qual concordou em assumir com seu cônjuge, sendo talvez consciente ou não, parte de uma imagem política baseada no clientelismo.

Cabe refletir que na história da cidade, das famílias e dentro dos lares itaberinos, há um certo impasse entre a história das mulheres e a história dominante, porém, não se trata de instituir um desafio no qual o objetivo é o de substituir a biografia de um sujeito pelo outro, do masculino pelo feminino, pelo contrário, é "restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambiguidade, assim como a cumplicidade" mas também a parceria entre ambos (BITTAR, 1997, p. 19).

Prado (2019) ao relacionar o ano de 1900 com o de 1890 mostra que a população da Cidade de Goiás saltou de 6.779 para 13.475 pessoas. A densidade demográfica mais que duplicou, comparando com dados anteriores. Ele enfatiza que o número de mulheres em todo o estado era superior ao de homens. E conseqüentemente eram mulheres que, muito provavelmente, realizavam atividades laborais que foram de grande importância para a manutenção das cidades, vilas, arraiais e fazendas ao longo do território goiano.

Quando Dona Deolinda agia buscando atender a necessidade daqueles que a procurava, pode-se perceber uma mulher política-militante atenta aos detalhes, aos pequenos acontecimentos, aos afetos e aos desejos (ZIMMERMANN; MEDEIROS, 2004). É a mesma que começava o dia ordenando as vacas apascentadas no fundo do quintal, o que implica dizer que as mulheres em Goiás, principalmente em Curralinho/Itaberaí não eram inibidas ou mesmo se achavam reduzidas aos papéis de submissas para seus maridos ou homens. Ao contrário, muitas trabalhavam para sustentar seus filhos e a família tanto na condição de casada ou abandonada pelo marido e pai, ou submetidas desafortunadamente ao luto, ou terem marido ausente. Havia também aquelas mulheres que não se casaram, mas precisaram trabalhar para sobreviver (PRADO, 2019).

O fato é que as mulheres goianas também eram agentes mobilizadoras de poder, o problema é que muitas não tiveram voz por muito tempo. Por exemplo, ao buscar saber mais sobre Deolinda Baylão, é necessário ampliar o olhar em direção ao silêncio de mais detalhes sobre a mulher que nunca levantava a voz. Para tornar as mulheres itaberinas visíveis corroboro com Zimmermann e Medeiros (2004, p.37), *é/foi/será* "preciso acumular dados, instituir lugares de memória e na falta de testemunhos escritos" a história oral é de "certo modo uma revanche das mulheres". Há na história daquela que cantava modinhas a noite em casa, questões que continuam reprimidas? Tais como: as suas dificuldades de se expressar e posicionar sobre suas ações nos acontecimentos públicos e, sobretudo de falarem de si, de dizerem "eu". Ou que devido uma educação que inculcou nela o esquecimento de si para doar-se principalmente, ao esposo e seus eleitores, aos filhos e netos.

Como frutos do matrimônio, o casal teve 12 filhos, os quais, assim como os pais, contribuíram para a política e para a área social de Itaberaí. Vieira e Pinheiro (2015) citam brevemente como seus filhos e filhas se destacaram. Começando por sua filha, Iracema Caldas foi primeira-dama do estado; Balduino da Silva Caldas foi prefeito duas vezes e uma vez deputado; Gilberto Caldas foi médico humanitário – e o primeiro médico da cidade –, presidente da Câmara e prefeito; Sebastião Caldas, médico; e Jacinto Caldas, gramático e jornalista. Ainda consta que 3 de seus genros foram prefeitos da cidade, Antônio Zacarias da

Fonseca, José Pinheiro de Abreu e Jurandir Araguaia Leite (VIEIRA; PINHEIRO, 2015). A seguir, na figura 5, observa-se a família reunida na ocasião da comemoração das bodas de ouro do casal João Elias da Silva Caldas e Deolinda da Silva Baylão:

Figura 5: Bodas de Ouro do casal João Elias da Silva Caldas e Deolinda da Silva Baylão



Fonte: Acervo fotográfico do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

Pinheiro e Pinheiro (2002) descrevem em seu trabalho a história de um homem influente, respeitado, comunicativo, rico e inclusive visionário, considerado à frente do seu tempo e sempre em busca do progresso, inclusive foi o primeiro a possuir um automóvel em Itaberaí. Já sua esposa, assumiu a maternidade como a função exclusiva do feminino, as tarefas domésticas e o espaço do privado e, sendo assim, em muitos casos deixou de ser para existir em função dos seus.

O coronel faleceu com 86 anos, em Itaberaí, no dia 20 de agosto de 1955 e foi sepultado no dia seguinte. Consta que do velório até o local de enterro, esteve presente uma grande massa popular, parentes, amigos e também o Governador do Estado e seu genro, José Ludovico de Almeida, o Vice-Governador Bernardo Sayão e todo o Secretariado Governamental. Nesse dia, o comércio e as repartições públicas não abriram suas portas, em respeito ao cidadão que deixou

honrosa memória e uma vida de edificações e esforços em prol da terra itaberina (PINHEIRO; PINHEIRO, 2002, p. 117).

A casa do casal foi também o estabelecimento comercial até 1955. E após o falecimento do Coronel, a sua esposa D. Deolinda da Silva Baylão, residiu até o dia de seu falecimento, em 16 de março de 1963. Sendo sua morte sentida em toda a família e na cidade onde possuía grande número de amigos (PINHEIRO; PINHEIRO, 2002).

O ato de registrar e datar os traços do passado é possível através do conhecimento científico, ou a partir da classificação segundo estilos precisos. Mas, na concepção de Pesavento (2005, p.11) “o resgate do passado implica em ir além desta instância, para os domínios do simbólico e do sensível, ao encontro da carga de significados que esta cidade abrigou em outro tempo”.

Ainda sobre esta relação entre o espaço urbano e seu passado, Rolnik (1988) define as cidades, em seus estudos, como um espaço de confluência de dinâmicas demográficas, econômicas, políticas, sociais, culturais e simbólicas. Portanto, a cidade em si, é a materialização de sua própria história.

Já Lima (2017) afirma que atualmente, o estereótipo que se cristalizou em torno dos grandes monumentos e das obras de arte, que dariam consistência à chamada cultura brasileira, suprimiu, na história de muitas cidades e grupos sociais, as memórias coletivas heterogêneas. Além disso, a autora considera que o motivo da supressão destas cidades ocorre pela ausência de uma estrutura institucional de preservação. Sem uma representante perante as políticas de patrimonialização, fatalmente há o esquecimento somado ao relativo abandono do patrimônio e da memória histórica pelo poder público e, por vezes, pela própria população.

As raízes históricas do Museu Casa da Cultura representam um fio condutor entre a memória biográfica e a função social e memorial para a comunidade itaberina. Ao promover e/ou incentivar tanto as visitas quanto a realização de eventos, festividades e comemorações, o nome do Museu permite que os itaberinos percebam que a história acompanha sua vida diária e, desta forma, eles são também frutos dessas memórias, costumes e tradições.

1.2 A criação do Museu Casa da Cultura

Em relação à definição de museus, a mais recente, segundo o “Estatuto do International Council of Museums”, foi adotada na 26ª Conferência Geral do ICOM, realizada entre 20 e 26 de agosto de 2022 em Praga:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o patrimônio material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento (ICOM, 2022)

Portanto, de acordo com a mais recente definição do ICOM, é essencial que os museus sejam acessíveis e inclusivos, fomentando a diversidade e a sustentabilidade visto que são instituições abertas ao público e sem fins lucrativos. Estes espaços possuem a “função de adquirir e conservar bens patrimoniais tangíveis e intangíveis, propiciando à sociedade momentos de lazer, meios para pesquisa e comunicação por meio da exibição” (PEREIRA; VALLE, 2017, p. 836).

Em relação à etimologia, a palavra “museu” vem do grego “mouseion”, que na mitologia grega fazia referência às nove Musas, filhas do deus grego Zeus com Mnemosine. Logo, como eram símbolo da capacidade criativa e da inspiração artística e científicas, a palavra passou a ser usada como referência ao local (casa) de saberes e conhecimento (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013; FONSECA, 2012; RODRIGUES, 2010; COELHO, 2009; CARLAN, 2008).

Com base nesses autores, compreende-se que os museus representam ambientes de conhecimento sistematizado. São espaços destinados à conservação de saberes e fazeres cotidianos, selecionados para serem lembrados, configurando-se, assim, de acordo com Delgado (2005), como recortes do passado. Os museus visam criar um espaço formativo, um gerador de novos sentidos para a população local, fortalecendo processos que remetem à valorização da comunidade que nele se vê inserida ou representada (JOURDAN, 2014).

Além disso, é preciso ressaltar que qualquer objeto é suscetível de se tornar uma obra de arte, pela própria lógica de autonomia da arte, mas tal processo exige categoricamente do seu espectador uma disposição propriamente de conhecimentos específicos, que antes lhe era exigida de maneira condicional, conforme afirma Bourdieu (2001, p.274). O Museu Casa da Cultura traz esse espaço como referência e lugar de experimentação, heterogeneidade, historicidade e contemporaneidade (VAZ, 2009).

Nesse sentido, cabe ao espaço formativo característico do museu permitir que seus visitantes e colaboradores percebam que são protagonistas dessa história que será preservada, como aponta Pierre Nora: “(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 12-13).

Os museus, hoje, podem ser encontrados em qualquer lugar do mundo e sua existência já se perpetua há diversos séculos. Mas à medida que o tempo avançou, os museus sofreram aclimatações, perdendo alguns significados seculares, passando por ajustes ditados pela complexidade e pela contemporaneidade sociocultural. Dessa forma, a exposição museológica deve ser mais do que uma simples demonstração de objetos, e sim uma contribuição para a humanidade. Esta que é diretamente influenciada pela historicidade, mediada pelas perspectivas individuais e coletivas, salvaguardando sua trajetória presente e futura.

Até 1993, Itaberaí não tinha uma entidade oficial dedicada às manifestações culturais locais. Segundo as informações¹² de dois dos idealizadores dos espaços culturais da cidade, Benedito Magno e Antônio César Pinheiro, esse "ressentimento" proporcionou a criação da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA), que tinha o intuito de congrega literatos, artistas e guardiães da memória da comunidade, viabilizando, inspirando e promovendo iniciativas de proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico de Itaberaí. A associação visava, assim, aliar a tradição à cultura e ao progresso, conforme pode ser observado no seu estatuto, no capítulo 1 "Da denominação dos Objetivos":

Art.2º - Tem por objetivo incentivar a literatura, as artes goianas e a cultura em geral, priorizando as manifestações culturais itaberinas, além da contínua preservação e manutenção das estruturas da língua pátria. (alterado) (ESTATUTO AILA, 1993, p.01).

Com isso, o objetivo de criar a AILA, a princípio, foi à necessidade de formalizar seu compromisso com as manifestações culturais itaberinas, buscando preservar a herança histórica de seus moradores e daqueles que contribuíram para construção da cidade. E, assim, entende-se que a atitude da instituição em "incentivar", "priorizar", "preservar" e "manter", corrobora com a visão de Tolentino e Franch (2017, p.14), em dizer que por traz disso a "memória é relacional", ou seja, está atrelada aos sujeitos que a constroem, aos seus interesses, à sua cosmovisão e às suas experiências de vida, está, portanto, enviesada da posição específica dos sujeitos que a constroem.

Na entrevista feita com Antônio César Caldas Pinheiro, o historiador conta como foi concebida a ideia da criação da AILA e aquisição do imóvel onde hoje é a sede.

[...] Pra fundar a Academia, eu fui chamando algumas pessoas. O papai, lá em casa é claro! Dona Temis, o pessoal mais antigo de Itaberaí. Eu falei: - Olha, vamos ver se fundamos alguma coisa, assim, ligada às questões das letras, mas também às tradições, à cultura de Itaberaí para ver se a gente fomenta isso. Foi fundada a Academia, eu acho que em cinco de julho de

¹²As informações foram compiladas com base nas publicações no site da prefeitura municipal de Itaberaí e no perfil da AILA na rede social *Facebook*.

noventa e três. Mas, aí nós não tínhamos sede, pelo menos uma casa. E eu sempre olhando para aquela casa... Eu falei, aquela casa podia ser nossa (risos). Que é a sede. Aí eu falei com o papai - ele era vivo ainda - com uma tia nossa, chamada Dona Noca - aí em Itaberaí - tinha o velho Balduino. Então, eram muitos herdeiros, toda família era herdeira. Fui conversando com um e com outro. Aí eles falaram: - "Não, vai lá! Entra pra casa! Vocês vão até ajudar a conservar a casa, né!" Então, entramos. Houve uma reforma. Um tio nosso, que era filho do João Caldas, que estava vivo ainda - Sebastião da Silva Caldas - aqui de Goiânia, nos ajudou muito, sabe. Assim, nós, só pudemos reformar a casa na época, foi com o dinheiro dele. Aí, reformamos a casa. Compramos cadeira, pra fazer tipo um auditório, essas coisas [...] nós estávamos no imóvel, só que não era legalizado, não era da Academia. Eu pensei em falar, mas pai, como é que vamos fazer? Aí, meu pai falou: - Vamos conversando! E ele foi conversando com alguns parentes. E eu também. E eles falavam sempre assim: "- Não Elio, ali vai ser uma disputa difícil, tem o quê? Quase cem herdeiros? Então, vão ficando na casa. Na hora que fizer 15 anos vocês entram com usucapião". E foi assim que foi feito! E foi uma coisa muito amigável, ninguém foi contra, sabia?! Não houve uma ação contra, nem nada. Então, quando fez 15 anos, nós entramos com ação e logo ela saiu. Então, a Academia ficou sendo, realmente a dona da propriedade ali, que é muito grande [...] (Antônio César Caldas Pinheiro, entrevista dia 23/05/2022)

Assim, sentindo a necessidade de salvaguardar a história das famílias, da Cultura do povo itaberino, os herdeiros do casal Deolinda Baylão e Coronel João Caldas, apoiaram o projeto do historiador Antônio César Caldas Pinheiro, em transformar a residência em sede da AILA. Portanto, o historiador e bisneto do casal foi um dos idealizadores do museu. Mas, a execução do plano ocorreu em sistema de colaboração. Fato que ao ser questionado se houve alguma dificuldade/entrave para colocar em prática o projeto, novamente o historiador relata que não tiveram entraves, mas preocupações tanto com a legitimação do imóvel e o estado de conservação deste. Com ajuda de um dos familiares, sem filhos e viúvo, doou uma boa quantia em dinheiro para viabilizar (um pouco) a instalação da AILA e do Museu no imóvel, além outras atitudes como formar uma equipe coesa e comprometida com a cultura local, conforme sua fala abaixo:

[...] Não teve pessoas que atrapalharam, houve muita cooperação. Eu acho que o momento em que Itaberaí estava esquecendo muito sua história, sabe! Sua cultura! Então, eu acho que as pessoas aguardaram pra isso. (E enfatiza) Então, vamos auxiliar nisso aí, né?! Foi uma coisa nesse sentido [...] Teve algumas pessoas que se juntaram, que fizeram rifas. Eu lembro que uma foi a Adriana Fonseca. Ela fez uma rifa pra gente vender - não sei o quê, lá - para separar o dinheiro para ajudar a reformar o cômodo, sabe? Uma coisa assim. Então, nesse sentido de cooperação. Porque já havia tido algumas tentativas de fundar algumas associações culturais. O senhor Jureide, né, se lembra dele? (pergunta ao entrevistador) - daquele povo de Lima? Ele é da área da música. Eu lembro que ele fundou na década de 80, eles tentaram fundar

alguma coisa na área das artes, ele, o Caramuru¹³, nas artes aí em Itaberaí. [...] Aí, mas não foi pra diante. As coisas começaram e morriam, sabe. Então, eu lembro que teve umas 3 ou 4 tentativas. Então quando a Academia começou, nós tivemos muito cuidado. Nós nos reuníamos, o quê? 1 ou 2 anos antes de fundar a Academia. Nós nos reunimos antes, fomos nos conhecendo, sabe. É isso que foi acontecendo (Antônio César Caldas Pinheiro, entrevista dia 23/05/2022).

No ano de 1997, após a reforma, o casarão foi inaugurado chamando-se “Casa de Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas” e depois de 15 anos tornou-se de propriedade da AILA, por usucapião. Assim, a antiga residência do coronel João Elias da Silva Caldas e Deolinda da Silva Baylão, localizada na Rua Capitão Caldas, nº 16, no Centro de Itaberaí, passou a ser a sede do Museu Casa da Cultura, como pode observar no mapa a seguir:

Mapa 2: A localização do Museu Casa da Cultura



Fonte: Elaborado por Laís Naiara Gonçalves dos Reis, 2022.

¹³Artista plástico itaberino, famoso por suas pinturas com areia, tem hoje quadros por todo Brasil e em 22 países. Já participou de exposições em Itaberaí, Goiânia, Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, etc. Expôs várias vezes na Fundação Jaime Câmara e foi o grande embaixador de Itaberaí e de Goiás, o mais importante itaberino nas artes, nesses duzentos e poucos anos de Itaberaí.

Dessa forma, a Casa de Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas passou a ser um ponto estratégico importante na disseminação de uma maior consciência dos itaberinos, quanto à valorização da história de Itaberaí. Por essa razão, no primeiro artigo do capítulo 1 “Da denominação dos Objetivos”, do estatuto da AILA, consta a alteração do local de funcionamento, que passa a ser na Casa da Cultura Coronel João Caldas.

Art. 1º - A Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA), fundada em 05 de junho de 1993, em Itaberaí, Estado de Goiás, por tempo indeterminado, sociedade civil, sem finalidades lucrativas e políticas, é uma entidade regulada pelo presente estatuto e subsidiariamente pelo Código Brasileiro e demais leis em vigor, **sediada na Casa de Cultura Cel. João Caldas.** (alterado) (ESTATUTO AILA, 1993, p.01, grifo nosso).

O estatuto, criado em 1993, sofreu suas primeiras alterações, a partir da existência de uma sede, a fim de registrar juridicamente a posse desse espaço, nomeando-a como Casa da Cultura Coronel João Caldas. Assim, o documento, oficializa e entrelaça inevitavelmente a cultura histórica da cidade com a de seus primeiros moradores. No trecho da entrevista abaixo consta a forma como foi definido o nome da instituição, o diálogo começa quando questiono que não havia uma biografia do Coronel:

Mas eu não quis colocar isso, porque ficava parecendo uma coisa personalista. E eles não queriam isso naquela época. Eu não queria (nessa hora simula um diálogo de terceiros) "Ah, é um museu de família!". "Não. Não é um museu de família". Até o nome. O nome que nós pensávamos na época era " Casa de Cultura - sede da Academia Itaberina de Letras e Artes". Aí como o filho dele nos doou - naquela época, 1996/97 que fizemos a reforma - ele nos doou vinte e tantos mil reais. Imagina!? Era muito dinheiro, né. E ele pediu" **"- Olha, a única coisa que eu peço então, é que faça a memória do meu pai!"** - que era o dono da casa. Eu acho que é o mais natural [...] Eles queriam colocar a placa, e colocar meu nome. Eu falei: "- Não. Eu não quero!". É só o nome dele, o dono da casa. Eu tinha muito medo disso. Eu já vi em muitos lugares, as pessoas fazem como se fossem uma coisa da família. Não é esse o sentido. A gente está passando, eu não estou em Itaberaí mais. Meus pais já faleceram. Sabe, eu quero é que as coisas fiquem para Itaberaí. Daqui uns dias eu não existo mais. Bobagem (Antônio César Caldas Pinheiro, entrevista dia 23/05/2022, grifo nosso).

Ao analisar o trecho acima, observa-se que o relato remonta desde a ancestralidade a ação denominativa. O ato de nomear lugares, por exemplo, os espaços públicos, como praças, ruas e instituições, envolve detalhes que frequentemente são cercados de polêmica. É comum homenagear um ser humano (vivo ou morto), uma data, um evento, entre outros. É uma escolha cheia de significados, evocando as lembranças de atitudes, comportamentos e valores, das quais decorrem juízos sobre o acerto ou o erro da homenagem (CUNHA FILHO; MAGALHÃES,

2021). Os nomes assumem uma função imprescindível e inevitável, de identificação para o grupo que se utiliza deles. Através da experiência como escritor, doutor em paleografia e pela atuação como docente universitário, na forma como explica Antônio César, fica claro que ele tem o conhecimento crítico sobre as simbologias que recaem nas escolhas do nome do Coronel, ou de qualquer indivíduo.

Essas designações apresentam uma forte relação de subjetividade com o grupo, havendo uma relação de complementaridade entre o lugar e o habitante mediada pela toponímia. Como bem disse Regina Abreu (1996, p.68), "as homenagens póstumas recriam a pessoa no templo da memória". Logo, existe dentre aquelas pessoas que se destacam, seja nas artes, na política ou na ciência, algumas escolhem e contratam - em vida - escritores para redigir suas biografias; outros chegam a organizar um arquivo pessoal para posteridade. Mas, homenagear, a princípio, é um indicativo de que nominar um espaço público não é algo corriqueiro ou um ato administrativo banal. Ao contrário, "envolve aspectos sensíveis da memória coletiva, inseridos no âmbito do patrimônio cultural, que tem adquirido um protagonismo na (re)construção do passado" (CUNHA FILHO; MAGALHÃES, 2021, p. 12).

Em relação ao bem cultural de estudo, observa-se que por vontade do doador de uma verba importante para a reforma do imóvel, a instituição deveria representar a memória do dono da casa. Dar nomes de um homem público ao espaço cultural reflete uma prática comum desde a República Velha, uma forma de impor uma memória de determinada pessoa sobre os cidadãos que governam. Tornando evidente seu valor e dando a imortalidade aos sujeitos, por meio da memória coletiva (GUILHERME, 2013). A família está presente na fala de Antônio César, por meio de tios, seu pai e primos e do próprio historiador, que não manifestou nenhuma intenção familiar sobre a criação da Casa da Cultura, apenas seu tio, filho de Deolinda Baylão e Coronel João Caldas demonstrou a vontade de que fosse feita a "memória de seu pai".

Quando foi criado o Museu Casa da Cultura, houve todo um processo de "fabricação do imortal", termo utilizado por Regina Abreu (1996) que na discussão leva em consideração a doação de Alice da Porciúncula Calmon du Pin e Almeida, ao Museu Histórico Nacional. No caso, a autora ressalta não só dos objetos doados, mas é toda questão existencial de seus donos, mas a partir da atitude de Alice da Porciúncula Calmon.

Estamos em 1935, e uma senhora, após a morte do marido, resolve doar um conjunto de objetos a um museu. Quem é essa senhora? Quem é o marido dessa senhora? Para que museu os objetos são doados? Como se caracteriza esse museu? Qual a sua filosofia? Quem o dirige? Para que e para quem ele funciona? Quais os objetos escolhidos para serem doados? Como se processou essa escolha? Como esses objetos são incorporados pelo museu?

Que lugar eles ocupam na hierarquia institucional? Quais os significados que eles encerram? (ABREU, 1996, p. 28).

Essas perguntas representam o ponto de partida de seu estudo, mas refletem também nessa pesquisa o processo de construção do Museu Casa da Cultura. Ao problematizar a criação da AILA, do Museu, seu nome, a integração do acervo a casa, leva-nos como pesquisadores a refletir sobre suas opções. Ao investigar sobre as principais personagens que teceram a trama e reuniram um conjunto peculiar de ações e objetos, vai se descobrindo "um mundo invisível e dele extraímos todo o conhecimento ao nosso alcance" (ABREU, 1996, p. 29). Assim, ao transformar a casa no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, e sede da AILA, inevitavelmente e mesmo diretamente leva-nos a conduzir ao universo material dos políticos locais, dos governantes e dos governados pelo Coronel, na governabilidade de seus antecessores e sucessores, tanto em Itaberaí como no estado de Goiás.

A AILA tornou-se dona do imóvel, portanto, vai ao encontro da afirmação de Chagas (2007): aqueles que se consideram possuidores (pode ser um indivíduo ou uma coletividade) ou que exercem a ação de possuir são aqueles que “estão em condições de instituir o patrimônio, de deflagrar (ou não) os dispositivos necessários para a sua preservação, de acionar (ou não) os mecanismos de transferência de posse entre tempos, sociedades e indivíduos diferentes” (CHAGAS, 2007, p. 209).

Todavia, a instituição não é uma empresa, é uma sociedade civil, pois existe para regular um grupo de pessoas com ideais semelhantes, unindo esforços em prol de objetivos comuns. E como tal, é responsável por cumprir as leis pertinentes e não tem finalidades lucrativas nem políticas.

Benedito Magno Vieira, membro da AILA desde 2003, também ressalta e reafirma a forma como a instituição é mantida, durante sua entrevista: “É um trabalho voluntário. Nós todos temos outras atividades! Essa não é a principal, é um trabalho voluntário, certo!” (Benedito Magno Vieira, entrevista dia 28/04/2022).

No mesmo documento, a AILA criou os departamentos Museu e Biblioteca que foram assim definidos nos parágrafos 1º, 2º e 3º:

Capítulo IV – Da Administração

Art. 11º - A Academia será dirigida por uma Diretoria composta de Presidente, Vice-presidente, 1º Secretário, 2º Secretário, 1º Tesoureiro e 2º Tesoureiro.

§ 1º - Ficam criados os departamentos Museu e Biblioteca da Academia Itaberina de Letras e Artes.

§ 2º - Os administradores dos Departamentos Museu e Biblioteca serão de livre nomeação do Presidente, não sendo obrigatório ser membro da Academia.

§ 3º - O departamento Museu será administrado segundo seu próprio Regimento Interno (ESTATUTO AILA, 1993, p.03).

Ainda discorrendo sobre o processo de criação e amadurecimento da Academia e o envolvimento dos membros e da comunidade, Antônio César fala sobre a ideia base da criação do museu:

A Maria das Graças Moraes vai saber te falar bem isso também. Fomos fazendo uma apresentação para as pessoas - nós éramos sete - o que era, o sentido de um museu e de uma academia. **Que não era num sentido elitista, mas no sentido de serviço. Sabe.** E foi muito interessante porque, nos primeiros cinco anos, quando nós estávamos na Academia, tinha o quê, uns vinte e tantos anos, que não havia um livro escrito em Itaberaí. Nesses cinco anos tiveram seis, bem no início da Academia. Então, você pode ver que as pessoas foram acordando, foram ajudando. Nós fazíamos muitas reuniões, assim, na posse, né. Eu falei:"- Gente, toda vez que for ter uma posse de alguém, toda vez que tiver o centenário de alguém conhecido, uma pessoa, , um prefeito. **Mas também alguma pessoa que foi interessante.**" (Dirigindo ao entrevistador, pergunta) Por exemplo, você conheceu seu Manoel Mota? Seu Manoel era um homem muito simples, muito humilde, muito bom. Viveu quase 100 anos. [...] Ele ajudou a construir a igreja de São Sebastião - ele não era nem formado, mas tinha um conhecimento, assim de engenharia - então nós fazemos uma homenagem para ele. A banda, também! A banda de música que estava acabando, as pessoas já estavam velhinhas. Fizemos uma homenagem (Antônio César Caldas Pinheiro, entrevista dia 23/05/2022, grifo nosso).

A ideia defendida em vários momentos por um dos sete primeiros membros da AILA, Antônio César, é difundir a mensagem de um museu não elitista e inclusive, opondo-se a todas as atitudes que o levasse a ser visto como um. A princípio, a sua vontade é que o local fosse visto como um museu que reflete a questão pela qual deu origem à Itaberaí - que foi através da agropecuária, dos objetos, dos ofícios, das crenças - pelas maiorias. Do mesmo modo, almejava que a instituição representasse a comunidade considerada como responsável ininterruptamente a história e trajetória do povo local. Buscando assim, citar personagens para celebrar a história humana de Itaberaí e nesse sentido, remete aqueles que ao longo dos tempos precisam ser escolhidos para não serem esquecidos.

No primeiro momento, quando se entra em contato com a história da AILA, do Museu, da casa e de Itaberaí, há uma sinergia, cujas motivações vão se cruzando, embora em alguns momentos se tenha a impressão de que é tudo um departamento só. A narrativa de um dos

membros da instituição mantenedora da Casa da Cultura, Benedito Magno Vieira, retrata com profusão esse entrelace:

A Academia que criou. Como não tinha sede, passou para aquela casa em 96 e a transformou na Casa da Cultura. Depois, criou o Museu Histórico de Itaberaí, com ajuda da população, dos órgãos públicos, né! Então, a {RelaçãOo}” ali a gente confunde, né! Academia Itaberina de Letras... Museu Histórico de Itaberaí... Casa da Cultura Coronel João Caldas... Eu sinto assim, parece que é uma coisa só! Por quê? A Academia, O Museu foram os Acadêmicos que criaram né?! E sempre que tem alguma peça - assim uma pessoa, tem uma peça importante - e como são os resíduos de Itaberaí, eu sou procurado direto: "Oh, tem uma peça lá em casa, antiga!", "Tem algum livro". (E enfatiza) Então, a relação da Academia, 'É Muito Grande' com o Museu Histórico de Itaberaí, porque foi a academia que criou. É a academia que zela [...] então, a relação com a academia e o Museu se confunde (Benedito Magno Vieira, 28/04/2022).

A transcrição da expressão “{RelaçãOo}” dessa maneira foi proposital, pois pretende indicar exatamente como foi pronunciado por Benedito Magno, ao descrever a relação do Museu, com a AILA. Ao pronunciar a palavra dessa forma, Magno enfatiza o fato de que concorda com a grande aproximação entre as instituições e expressa que há uma “mistura” nas funções de ambas. Portanto, apresenta que outras pessoas também vêm os membros da Academia como representantes do Museu, ao procurá-lo para efetuar doações de peças.

O entendimento e a busca por registro da trajetória social do Museu Casa da Cultura envolvem uma pesquisa que permita a compreensão em profundidade da conexão entre objetos móveis, todos os cômodos e seus administradores. Isso retoma o que Rangel e Almeida (2017), em “Os Cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa enquanto Museália”, afirmam ao apontar que estes são também documentos com carga simbólica e materialidade, sendo imprescindível a sua catalogação e pesquisa como qualquer objeto museológico.

Conforme as tipologias, o bem cultural estudado, dado o contexto tanto de interesse histórico quanto da participação política de seus donos, foi preservado como registro de sua época e transformado em museu do tipo museus-casa (QUEIROZ, 2013). Na concepção dos museus-casa a intenção originária pode ser modificada:

[...] a intenção originária de criação de museus-casa é a criação de museus biográficos, ainda que a visão e a missão desses museus-casa possam ser modificadas pela equipe da instituição com o passar do tempo. Por vezes, a visão e os objetivos do museu mudam de tal forma, que a própria tipologia do museu é modificada, retirando-se o termo "casa" do nome do museu. E, assim, diminuindo a dimensão biográfica da instituição, ainda que não desaparecendo por completo. (QUEIROZ, 2013, p. 12).

Ao diminuir a dimensão biográfica, ressignifica-se a forma como esse museu apresenta a história, passando a enquadrar-se como influenciador, de perspectivas dos visitantes, interferindo no modo de refletir e de atuar sobre a sociedade. Portanto, é necessário "associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados" (FLORÊNCIO, 2015, p. 23). Nesse sentido, principalmente as crenças existentes, são frutos de toda uma historicidade envolvida nos mais diversos setores sociais, ao decorrer dos anos.

Em síntese, as casas históricas e os museus-casa iniciaram seu percurso na Europa e nos Estados Unidos. Logo, essas duas categorias ficaram intimamente ligadas, pois foram criadas na época por iniciativa das elites, dos colecionadores e dos Estados Nacionais em formação, ou de mecenas. Geralmente, essas instituições estavam ligadas à organização de coleções de objetos artísticos que remetiam a uma necessidade de criar raízes culturais, ou construir uma origem, que outrora ficou perdida no tempo em meio às guerras e as mudanças de países. Dessa forma, para criar esse tipo de museu, passaram a ser utilizadas casas, palácios ou residências históricas, e assim, esses locais se tornaram um lugar de lembrar ou representar personagens, períodos ou fatos significativos para setores importantes da sociedade (CAYER; SHEINER, 2021).

Cayer e Sheiner (2021) evocam a definição de casa, uma vez que pode ser nomeada de diversas maneiras, como: lar, habitação, morada, residência, abrigo, refúgio, edifício e etc. Podem também ser definidas, pelo tamanho, tipo, aspecto, por suas funções e pelas emoções e evocações geradas nos seus moradores a partir do que ela representa. No entanto, em síntese, é um lugar ou espaço projetado para ser habitado e remete à ideia de abrigo, independentemente se é a mais singela ou mais suntuosa.

Assim, a casa é o lugar da vida privada, daquilo que é regido pelo costume. Quando se fala na casa do Coronel João Caldas, há um desenho do espaço, um retrato que se parece à pessoa que habitou o lugar, a partir dos objetos (tanto presentes quanto ausentes) e de seus possíveis usos, refletindo os pensamentos e os gostos da época, revelando os hábitos e os interesses de quem nela morava, além da posição dos proprietários na hierarquia social e dos materiais com que foi construída.

Nesse contexto museu-casa, tem-se: o Museu, como o espaço de culturas, sujeitos e histórias; e a Casa, como representante dos valores que estão envolvidos, seja de quem a planejou e a construiu, seja dos seus moradores, considerando-se também como eram cômodos/espacos da habitação. Já o fato de casas e de algumas edificações estarem destinadas a serem chamadas de históricas deve-se pelo tipo, pela beleza e/ou por sua história acumulada

(CAYER; SHEINER, 2021). Como no trecho em que o bisneto do Cel. João Caldas, Antônio César Caldas Pinheiro, amplia o entendimento sobre o valor dado ao bem familiar que era a casa:

[...] por volta de 1985 a casa ficou sozinha. Enquanto meu avô estava vivo, meu avô dava-se uma limpeza na casa, ajudava passar cal na frente. Deixou a casa arrumadinha, sabe. Depois, foi se deteriorando. Depois que ele faleceu a casa foi se deteriorando muito (Antônio César Caldas Pinheiro, entrevista 23/05/2022).

Nesses casos, a musealização é um meio de proteger e conservar a casa. E do mesmo modo, coube aos administradores (AILA) transformar esse modelo de residência, com seus objetos e memórias, em uma instituição museológica responsável por salvaguardar e educar, dentre tantas outras ações intrínsecas aos Museus.

Nos dois casos, ao transformar a casa do Cel. João Caldas, uma herança familiar, em sede e propriedade da AILA, e ao criar um museu-casa, percebe-se que essas ações estão além de uma preocupação patrimonial de proteção de um passado. Existe um interesse que faz parte de uma dinâmica de vida, que consiste na capacidade de os corpos patrimoniais funcionarem como instrumentos de mediação entre mundos e tempos diferentes. Isso se remete ao que Chagas (2007) em sua obra “Casas e Portas da Memória e do Patrimônio” chama de interesses:

Em outros termos: **o interesse no patrimônio não se justifica apenas pelo seu vínculo com o passado seja ele qual for, mas pela sua conexão com os problemas fragmentados da atualidade, com a vida dos seres em relação com outros seres, coisas, palavras, sentimentos e ideias** (CHAGAS, 2007, p. 221, grifo nosso).

Nota-se, assim, que o patrimônio cultural é um diálogo entre “educação, memórias e identidades”, pois se refere a um processo formativo que resgata memórias preservadas e influencia os saberes e fazeres atuais (TOLENTINO, 2013, p. 06). E o campo museal está em movimento, tanto quanto o domínio patrimonial. Esses dois territórios por vezes “ora se casam, ora se divorciam, ora se interpenetram, ora se desconectam”, e constituem corpos em movimento. E, como tal, também “são instrumentos de mediação, espaços de negociação de sentidos, portas (ou portais) que ligam e desligam mundos, indivíduos e tempos diferentes” (CHAGAS, 2007, 223). O que vemos no casarão construído pelo Cel. João Elias da Silva Caldas é um imóvel visto pela época como um dos melhores da cidade. Mas que não há, por parte da AILA, o interesse em torná-lo um lugar de devoção ao passado de seus donos e nem de uma elite local. Mas reflete o desejo de um filho, em fazer celebrar a memória de seu pai.

Aparentemente um gesto "nobre", quase desinteressado (por parte de toda família), primeiro, abrindo mão dos direitos sobre o imóvel e depois pela doação de objetos e de dinheiro para uma reforma. A criação do Museu Casa da Cultura como sede de uma das poucas instituições culturais da cidade não teve nada de desinteressado. Pelo contrário, na "fabricação do imortal" - que no caso é o Museu - cria-se uma oportunidade de escolher o lado pelo qual será mantida uma versão específica da história da cidade e daqueles que nela viveram, vivem e viverá.

De forma genérica, patrimônio implica legado, herança e difusão de valores. A esse respeito compreende-se que os bens recebem “[...] status de patrimônio não por seu produto final, mas pelo significado que portam para a formação identitária de um grupo” (NETO; JOURDAN, 2015, p. 59). Os administradores do Museu têm o papel no modelo de história que busca reproduzir - nas crenças, nos méritos, nas grandezas de quais personagens (homens e mulheres), grupos, comportamentos, entre outras. O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, enquanto lugar de memória, mas também como cenário na fabricação do imortal, almeja difundir uma maneira de ler e fazer história. Assim, a serviço da representação da coletividade, é essencial entender claramente a quem o Museu favorece.

O acervo do museu, especificamente, possui mais objetos doados pela comunidade do que ligado aos primeiros donos da casa, Deolinda Baylão e Coronel João Caldas. Segundo Antônio César Caldas Pinheiro, poucas coisas são de seus bisavós ou de membros da família. A exemplo, não há uma biografia do Coronel, embora haja alguns objetos seus como uma caixa de rapé¹⁴, muitos documentos e materiais escritos por ele. Seus familiares, num primeiro momento, rejeitam monopolizar a história política e social, associadas ao domínio e poder exercido pelo Coronel e seus filhos e familiares. Mas a instituição mantenedora não nega uma forma de retribuir o pedido de honrar a "memória do Coronel".

Monique de Saint Martin (1996) explica que parte das pesquisas sobre famílias de antigas oligarquias, ou sobre homens governantes de Estado é tomada como ponto de partida as memórias e as lembranças escritas pelos membros das famílias, tais como cartas, testemunhos, arquivos familiares; porém, geralmente, os bens e os inventários, são raramente analisados.

Para nós pesquisadores, esses instrumentos sendo uma fonte pouco explorada é particularmente ricos em informações. Desvendam detalhes sobre aquela família, seu modo de

¹⁴O rapé é o pó obtido a partir da trituração de folhas secas de tabaco (*Nicotiana tabacum L.*) cascas de árvores, ervas e demais plantas moídas, surgiu nas tribos indígenas da América do Sul.

vida, seus interesses e contradições; assim como os múltiplos reflexos das atividades de indivíduos influentes e personagens na representação política de Itaberaí, mas das condições de existência do seu povo ao longo dos tempos.

O departamento, Museu Coronel João Elias da Silva Caldas, é responsável pelo acervo da Casa da Cultura que compreende uma diversidade de bens materiais, mesmo na ausência de uma biografia, de referência ao Cel. João Caldas e sua esposa ou da comunidade itaberina na época. Os objetos variam desde peças religiosas, como esculturas, a notas de dinheiro, camas, baús, talheres, fotos de antigos prefeitos e obras de literatura. Como bens de natureza imaterial, os mais fluentes seriam aqueles ligados às festividades religiosas.

A memória somente se eterniza na medida em que a história contada possui relevância, estando envolvida direta ou indiretamente na vida diária da comunidade que de uma forma ou de outra faz parte desse processo histórico. A relevância se configura pela forma como a comunidade vê este tipo de local e os benefícios são os retornos vindos da esfera municipal – no caso do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – por meio de verbas que permitam a preservação do acervo como um todo e de seus funcionários. Mesmo que estes sejam mantidos pelo poder público local, a instituição se posiciona como sendo apolítica.

No Brasil, as práticas museológicas são amparadas por leis. Destaca-se a Constituição Federal de 1988, em que foi alcançada uma grande evolução nas normativas de proteção aos bens culturais do país, visto que na lei máxima, em seu Título VIII (Da Ordem Social), Capítulo III (Da Educação, da Cultura e do Desporto), Seção II (Da Cultura), nos Artigos 215 e 216, delineou o conceito, a abrangência, os instrumentos e as responsabilidades pela proteção do patrimônio cultural brasileiro.

A primeira vez em que foi utilizado em um texto constitucional o termo “direitos culturais” foi na Constituição de 88, assim mencionado no *caput* do artigo 215, em que o Estado garante a todos o acesso e o exercício pleno dos “direitos culturais” no país, apoiando e incentivando a valorização e a difusão das manifestações culturais. Deve-se observar, ainda, que, no parágrafo 3º, o Estado se compromete a implantar o Plano Nacional Plurianual visando o desenvolvimento cultural do País, com integração de ações através do poder público que conduzem à:

I - Defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional (BRASIL, 2016, p. 216).

Nota-se que, no texto constitucional, os incisos do parágrafo 3º, afirmam o comprometimento do Estado no desenvolvimento da Cultura no país, aplicando ações: de formação de pessoal – o que abre caminho para valorização também daqueles que desejam trabalhar no setor museal, ao passo que eleva as exigências por qualidade e preparação profissional no setor cultural-; de defesa e valorização do patrimônio e também de reconhecimento da diversidade regional e étnica, afirmando as múltiplas identidades culturais no Brasil; e de democratização do acesso aos bens culturais, promovendo e difundindo-os. Assim, o documento legal abre precedentes para as políticas públicas voltadas para o patrimônio cultural no país.

Consequentemente, no Art. 216 da Constituição foram esclarecidos quais elementos constituem o patrimônio cultural brasileiro: “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (BRASIL, 2016, p. 127), incluindo:

- I–as formas de expressão;
- II–os modos de criar, fazer e viver;
- III–as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV–as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V–os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 2016, p. 127).

Os parágrafos seguintes mostram a extensão do Art. 216, com o acréscimo do §6º, inexistente no texto do documento de 1988, que foi alterado por meio da Emenda Constitucional nº42/2003¹⁵.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

¹⁵ A Emenda Constitucional nº42 de 19 de dezembro de 2003, refere-se ao “Sistema Tributário Nacional e dá outras providências”.

§ 6º É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular a fundo estadual de fomento à cultura até cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida, para o financiamento de programas e projetos culturais, vedada a aplicação desses recursos no pagamento de:

I–despesas com pessoal e encargos sociais;

II–serviço da dívida;

III–qualquer outra despesa corrente não vinculada diretamente aos investimentos ou ações apoiados (BRASIL, 2016, p. 127-128).

Avançando nas estratégias de proteção do patrimônio nacional foram criadas posteriormente as seguintes leis: Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009; e a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009.

A Lei 11.904/2009, “Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências” e aplica-se apenas aos museus, conforme especifica o artigo 6º: “Esta lei não se aplica às bibliotecas, aos arquivos, aos centros de documentação e às coleções visitáveis” (BRASIL, 2013, p. 28). A seção “Disposições Gerais” do capítulo I do Estatuto traz no art. 1º a definição de museus, sua finalidade e para quem essas instituições devem ser abertas: “ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”.

Destaca-se, ainda, o capítulo II - intitulado “Dos Regimentos Aplicáveis aos Museus” - que esclarece no artigo 7º que qualquer entidade é livre para criar seus museus, independente do regime jurídico, mas com respeito aos termos estabelecidos nesta lei. Além disso, na seção II, o artigo. 20 prevê o regime nas áreas básicas dos museus, que deve ser de competência da direção dos museus, o que envolve: “assegurar o seu bom funcionamento, o cumprimento do plano museológico por meio de funções especializadas, bem como planejar e coordenar a execução do plano anual de atividades” (BRASIL, 2013, p. 31).

No mesmo ano da criação do Estatuto do Museu, foi criado o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), com a Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que também possibilitou o surgimento de novos cargos e comissões, além de outras providências. Por meio de debates, fóruns, discussões e consultas públicas, a criação do IBRAM foi o resultado de um trabalho coletivo, democrático, envolvendo diversos setores da sociedade. A autarquia é a responsável pelo fomento de inúmeras instituições museológicas brasileiras, por meio de editais, especificamente criados para o atendimento das demandas de modernização e qualificação dos museus brasileiros.

Ademais, a Lei 11.904/2009, dentre suas atribuições, também determina que os museus devem: promover ações educativas, envolvendo e permitindo a participação comunitária;

disponibilizar oportunidades de prática profissional; proporcionar para as instituições de ensino a possibilidade de ministrarem cursos relacionados ao patrimônio, museus e áreas afins.

Art. 1º **Fica criado o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram)**, autarquia federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Cultura, com sede e foro na capital federal, podendo estabelecer escritórios ou dependências em outras unidades da federação (BRASIL, 2013, p. 49, grifo nosso).

Com 30 unidades federais sob sua gestão direta, a maior responsabilidade do órgão é cuidar de toda a Política Nacional de Museus. Através da Política Nacional de Museus foram criados programas posteriormente implementados em todas as unidades museais do Brasil, dentre os quais se podem citar o Sistema Brasileiro de Museus¹⁶, o Cadastro Nacional de Museus¹⁷, a Semana Nacional de Museus¹⁸, a Primavera de Museus¹⁹ e o Programa de Educação Museal²⁰ (CHAGAS; FILHO, 2019).

Posteriormente, o decreto nº 8.124, criado em 17 de outubro de 2013, regulamentou os dispositivos: da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009 - que institui o Estatuto de Museus; e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009 - que cria o IBRAM. Tendo em vista as múltiplas interpretações admitidas na leitura das referidas leis, o Decreto nº 8.124, acrescenta definições e especificações.

Art. 1º Este Decreto regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto dos Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.

Art. 2º Para fins deste Decreto, consideram-se:

[...]

II - bens culturais musealizados - os descritos no inciso I do caput que, ao serem protegidos por museus, se constituem como patrimônio museológico;

III - bens culturais passíveis de musealização - bens móveis e imóveis, de interesse público, de natureza material ou imaterial, considerados individualmente ou em conjunto, portadores de referência ao ambiente natural, à identidade, à cultura e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira;

¹⁶ O Sistema Brasileiro de Museus (SBM) é uma rede organizada, constituída a partir da adesão voluntária das instituições, tem como objetivos um promover um conjunto de ações - coordenação, articulação, mediação e qualificação - entre os museus brasileiros; e dentre uma de suas finalidades é a colaboração com o desenvolvimento, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Cultura.

¹⁷ O Cadastro Nacional de Museus (CNM) é uma fonte de coleta e armazenamento de dados para o conhecimento e mapeamento dos museus brasileiros. Qualitativamente fornece informações para a formulação e o monitoramento de políticas públicas para o campo museal.

¹⁸ A Semana Nacional dos Museus é uma temporada cultural coordenada pelo Ibram, realizada na semana em é comemorado o Dia Internacional dos Museus, em 18 de maio.

¹⁹ A Primavera dos Museus é uma temporada cultural que acontece todo ano em Setembro, no início da estação homônima, coordenada pelo Ibram.

²⁰ O Programa de Educação Museal, orientado pela Política Nacional de Educação Museal, propõe a realização de ações que fortaleçam o campo profissional e a realização das práticas educacionais nos museus.

[...]

IX - museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento; [...] (BRASIL, 2013, p.1).

Essas são algumas das leis nacionais que fortalecem as práticas museais e que foram dando credibilidade às informações sobre o setor museal. Tal processo está embasado nos artigos 215 e 216 da Constituição que orientam e definem os recursos materiais, financeiros e de pessoal. Diante da necessidade de políticas públicas destinada ao setor museal, a importância desse processo jurídico se justifica porque cria uma instituição gestora, o IBRAM, e fortalece o setor. Por meio do Estatuto de Museus, instrui-se a aplicação de técnicas museológicas; com a regularização das Leis 11.904/2009 e 11.906/2009, por meio do Decreto nº 8.124/2003, define-se e orienta-se a preservação e a conservação de bens culturais musealizados.

O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas é, segundo Benedito Magno Vieira, em entrevista realizado em 28 de abril de 2022, cadastrado no IBRAM e participa constantemente das atividades promovidas pela autarquia e, dentre essas, Magno citou: a Semana dos Museus e as Primaveras de Museus. Esses eventos fazem parte da estratégia do IBRAM e objetivam a promoção, a divulgação e a valorização dos museus brasileiros. Pretendem, ainda, atrair e aumentar o público, além de intensificar a relação dos museus com a sociedade (IBRAM, 2021).

Possibilitar e promover a existência de instituições culturais como os museus são ações necessárias, pois durante uma visita ao museu, conforme Almeida (1995; 1997), vários saberes e fazeres são construídos. Além disso, os aprendizados variam desde aspectos afetivos a cognitivos, diretamente relacionados tanto às características do museu quanto às perspectivas do visitante. Por isso, a organização da exposição torna-se fundamental durante a visitação.

Retomando o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, o casarão, que é a sede da AILA, fica na mesma região do antigo arraial “Currálinho”, a qual tem o privilégio de ter no quintal a nascente de um pequeno córrego. O casarão é o mesmo construído por João Elias da Silva Caldas, que além de servir como residência, foi escritório político e espaço para sua loja comercial até o ano de 1955, quando da sua morte, e continuou habitada por Dona Deolinda da Silva Baylão, sua esposa, até 1963, quando também veio a falecer (VIEIRA; PINHEIRO, 2011).

Na Casa da Cultura Coronel João Caldas, a exposição museológica, bem como os objetos referentes ao arquivo pessoal dos fundadores de Itaberaí, prediz uma época de dificuldades e inovações, apresentando da simplicidade à sabedoria para a criação de tais objetos. Tal percepção é possível considerando-se que vários dos instrumentos utilizados no dia a dia atravessaram décadas inalteradas e alguns passaram somente por um aperfeiçoamento.

O Museu Casa da Cultura possui em seus amplos cômodos um enorme acervo Histórico e Cultural da cidade que inclui: uma Biblioteca com os autores itaberinos e suas principais obras (livros da literatura contemporânea e do passado); quadros com fotos de casas, igrejas, coreto e prefeitos da cidade; exposição de objetos usados pelas primeiras famílias fundadoras; objetos do primeiro consultório odontológico; e memórias da vida familiar do Coronel João Caldas.

Abaixo, a imagem (figura 6), mostra uma sala ampla, com janelas largas e altas de madeira. Nas paredes há fotografias dos moradores, principalmente do Cel. com sua esposa e outras fotos em cima de mesas de canto, móveis de madeira antigos, comuns na época como bancos de madeira usados como sofás e baús de madeira (rústicos).

Figura 6: Parte dos móveis doados pela família de Cel. João Elias da Silva Caldas



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2022.

Figura 7. Sala utilizada como auditório e dá acesso ao quintal da casa



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2022.

Na imagem acima (figura 7), vê-se um dos cômodos da casa, amplo e bem arejado. Apesar de ser considerado um estilo de época, os pisos de madeira não eram encontrados tão facilmente nas casas daquele período.

Assim, nota-se que o Museu Casa da Cultura busca promover as raízes históricas, por meio da apresentação dos aposentos do Cel. João Caldas, bem como de uma diversidade de objetos expostos desde utensílios e móveis a obras literárias de autores itaberinos, além de um arquivo pessoal referente às famílias fundadoras da cidade.

Quando a Academia Itaberina de Letras e Artes, cria seu estatuto, atribui a função de sua existência e do museu em si à “preservação da cultura, por meio da literatura e da arte goiana, além de priorizar manifestações culturais, como eventos que objetivem tal princípio” (ESTATUTO AILA, 2018, p.01). Conseqüentemente, garante também a periodicidade na realização de tais manifestações culturais devido à importância que esse processo compreende.

Tolentino em seu artigo “Museus e paisagens culturais: o exemplo do Museu Comunitário da Escola Viva Olho do Tempo” traz uma reflexão importante sobre atuação das instituições museológicas, primeiro em nível amplo e depois no contexto dos museus comunitários. O autor justifica que a atuação dos museus e dos profissionais que atuam nele “vai além das quatro paredes da instituição e não está confinada no objeto musealizado em si,

mas também nas relações sociais produzidas a partir dele e do homem com o seu meio” (TOLENTINO, 2016, p.1).

Figura 8. Objetos de tamanhos menores



Fonte: Arquivo pessoal do Autor, 2022.

Nesse contexto, a iniciativa do historiador Antônio César Caldas Pinheiro e sua família, em fomentar ações que permitiram transformar a residência no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, transfere para a população itaberina, estudantes, professores e pesquisadores um espaço com múltiplos significados, no qual as referências históricas locais e culturais mantêm-se preservadas. Mesmo aquelas peças que são comuns para uns, lá não passam despercebidas aos olhos, como os objetos na estante na sala do casarão (na figura 8).

Gonçalves (2007, p. 50) retrata bem a intenção por trás dos motivos e interesses que move os idealizadores de instituições culturais, assim como na Casa da Cultura, afirmando que “nesses processos está presente uma determinada concepção da temporalidade, na qual a história é vista como um processo incontrolável de destruição, devendo as “culturas”, as “tradições” serem “resgatadas”, “preservadas” [...]”. Átila Tolentino (2014), citando Chagas (2009), resume as diferenças entre os museus:

Ecomuseus, etnomuseus, museus locais, museus de bairro e de vizinhança, museus comunitários, museus de sociedade e museus de território são algumas das múltiplas expressões que passaram a habitar as páginas da literatura especializada, ao lado de outras mais consagradas, como museus históricos, museus artísticos, museus científicos e museus ecléticos. (...) Não se tratava mais, tão somente, de abrir os museus para todos, mas de admitir a hipótese (e desenvolver práticas nesse sentido) de que o próprio museu,

concebido como um instrumento ou um objeto, poderia ser utilizado, inventado e reinventado como liberdade pelos mais diferentes atores sociais (CHAGAS, 2009, p. 49).

Ao compartilhar da ideia central exposta pelos autores, em que se ressalta ainda sutileza dos detalhes, nota-se que há, portanto, uma liberdade para conduzir um bem cultural, como a Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, como instituição cabe entender e explorar para quem e qual história o museu quer construir de fato.

Ainda sobre a gestão dos bens culturais, os museus visam criar um espaço formativo, para o compartilhamento de saberes. Processos que remetem à valorização da comunidade que nele se vê inserida ou representada (NETO; JOURDAN, 2015).

A abertura às análises por estudiosos marcou o início da consideração de museus como instituições públicas. Portanto, no seu desenvolvimento, as bases que sustentam tais instituições têm sido expor e conservar a historicidade daqueles que por meio da vivência sobre este mundo, criam objetos a partir de seus saberes e fazeres cotidianos, tendo como objetivo apresentar recortes do passado (DELGADO 2005). Em alguns casos, os objetos que compõem os acervos possuem a condição de serem comercializados entre museus, pela venda ou troca. Porém, quando são patrimonializados, devem se localizar na região da qual são oriundos.

Essa medida se justifica, pois assim “classificados e coletivamente reconhecidos, esses objetos desempenham uma função social e simbólica de mediação entre o passado, o presente e o futuro do grupo, assegurando a sua continuidade no tempo e sua integridade no espaço” (GONÇALVES, 2007, p. 28). Contudo, para assegurar essa continuidade no tempo e sua integridade de algum bem, sendo material ou imaterial, é instituída a patrimonialização.

1.3 Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas: patrimônio cultural e lugar de memórias

Embora memórias e patrimônio cultural constituam dois modos de abordagem neste tópico, frequentemente, quando se trata de memória e de história, quase sempre são colocadas em campos opostos, mas na verdade ambas coexistem. Dialeticamente a memória está relacionada ao pensamento histórico (SAMUEL, 1997).

Na visão de Maurice Halbwachs, a memória é sempre construída em grupo, entretanto, é também um trabalho do sujeito. Nesse sentido, a memória vem naturalmente à mente, é primitiva e instintiva, além de ser objeto das emoções e sofrer deformação com o tempo. Agora

a história já é autoconsciente, é um produto da análise e da reflexão e está sempre em busca de provas, sendo linear e metódica.

E a memória coletiva, para Halbwachs (1990), é uma memória viva, e substitui o tempo, pois está em constante movimento, portanto, não é preciso fixá-la. Mas quando o objetivo é lembrar-se do que está distante no passado, ou evitar sua destruição, a memória se torna memória histórica - o mesmo que memória cultural -, quando ela não mais mobiliza o cotidiano. Além disso, pertence ao registro da memória, com capacidade de dar continuidade à transmissão no seio de um grupo.

Jacques Le Goff (1990) discute a história na perspectiva de presente, passado e futuro. A partir disso, o autor afirma que há pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A memória coletiva é essencialmente mítica, deformada, “mas constitui o vivido” da relação “nunca acabada entre o presente e o passado”. Portanto, “é desejável que a informação histórica”, fornecida pelos historiadores, “corrija a história tradicional”, vulgarizada e falseada (LE GOFF, 1990, p. 29-30). Nesse caso, para o autor, o papel da história é esclarecer a memória, ajudando esta última a retificar os seus erros.

Mas há um ponto crucial, segundo Le Goff, que é a contradição da história: o fato de o seu objeto ser singular, enquanto, seu objetivo, como o de toda ciência, é atingir o geral, o universal, o regular. Ou seja, como isso é possível quando um personagem, um acontecimento, algo existiu só uma vez?

Antes de atribuir méritos à memória, como propriedade de adquirir e conservar certas informações e revisá-las é preciso entender a “nebulosa memória no campo científico”²¹ - no conjunto de fenômenos neuro/psíquicos/fisio/bio/psicológicos – sobre os quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que são representadas como algo do passado.

Quando uma informação²² chega ao cérebro, ativa uma rede de neurônios - chamada de circuitos neurais -, e quando a informação é reforçada, ela é retida, logo, a repetição é uma estratégia necessária para formar a memória. A seguir, do armazenamento até a leitura da memória, ocorrem três subprocessos: o primeiro *é a aquisição*, que corresponde ao momento em que a informação é captada por meio das estruturas sensoriais (por exemplo, ouvidos, olhos, tato, olfato, etc.) e transportada por impulsos elétricos e/ou mediadores até o cérebro para ser interpretada; o segundo *é o processo de consolidação ou armazenamento da memória*, que

²¹Expressão usada por Le Goff na introdução do capítulo “Memória” em sua obra “Memórias e História”, para interpretar o assunto dentro do conceito científico.

²²Ao usar o termo informação, Júnior e Faria (2015), referem-se a qualquer evento passível de ser processado pelo sistema nervoso: um fato, um objeto, uma experiência pessoal, um sentimento ou uma emoção.

pode ocorrer por caminhos onde há alterações bioquímicas (chamados de “traços de memória”) ou por processos eletrofisiológicos, (chamados de “rápidos”, pois só duram o tempo em que é necessário a informação é necessária, depois essa é extinguida); e terceiro e último, o *processo de evocação das memórias*, que é a recuperação/o retorno espontâneo ou voluntário das informações armazenadas, na sequência do tempo em que ocorrem, em alguma região do córtex cerebral (JÚNIOR; FARIA, 2015).

Em seguida, conforme as conexões cerebrais vão sendo moldadas, surgem sistemas de classificação da memória, tão complexos que os autores afirmam faltar adjetivos para explicá-las. Mas o fato é que, na realidade, o sujeito escolhe quando e como deve lembrar (JÚNIOR E FARIA, 2015).

Na concepção de Le Goff (1990), à medida que esses fenômenos vão sendo correlacionados aos processos ligados às memórias, quanto a suas perturbações ou ausências, pode-se evocar, seja de forma metafórica ou concreta, traços e problemas da memória histórica e da memória social. Nesse processo, também é preciso considerar a apropriação da linguagem como um produto social, primeiro falado e depois escrito. Assim, o autor considera que o uso da linguagem é uma extensão de saída de informação do corpo físico, possibilitando o armazenamento da memória.

Ao se lançar mão de uma narrativa histórica, temporal e analítica, é como se colocasse ordem ao caos, trazendo o meio esquecido de volta às partes fragmentadas e criando uma imagem muito mais clara da realidade (SAMUEL, 1997).

Ampliando a noção de história, Tardy e Dodebei (2015) apontam para uma forma social de adquirir conhecimento, por meio da memória, segundo uma leitura mais contemporânea, dinâmica e com força ativa tanto para fazer esquecer como para lembrar e não como um banco de imagens do passado. Essa perspectiva se deve, precisamente, ao caráter de fluxo da memória, atribuindo uma dimensão humana à palavra (a encarnação do discurso); deve-se ainda à importância não só dos aspectos cognitivos, mas também dos aspectos sensíveis, sociais e afetivos. A memória aparece como um dos assuntos abordados na entrevista com Maria Lúcia de Oliveira Sá, cujo conteúdo abaixo está dividido em duas partes. Nesta primeira, apontamos como exemplo para a encarnação do discurso.

Eu tenho uma passagem que me deixa muito emocionada. É de uma aluna, que estudava na escola Susi. Ela fazia o quarto ou quinto ano. Não me lembro bem a série dela. E ela fez um trabalho sobre a história do nosso município e esse trabalho foi muito bonito e emocionante. E tudo aquilo que eu expliquei sobre a história do município, ela conseguiu transmitir para o seu trabalho. E principalmente a conclusão dela que me mostrou muito que foi uma forma de

agradecimento que ela fez sobre a forma que consegui repassar o conhecimento sobre a história de Itaberaí [...] (Maria Lúcia de Oliveira Sá, entrevista em 19/04/2022).

Por sua vez, a ideia do fluxo contínuo da memória permite inclusive construir pontes entre diferentes tempos e gerações, relacionando memória e narrativa histórica. Tanto a guia do museu como a aluna representam também um exemplo da relação dialética discutida por Raphael Samuel, em sua obra “Teatros da Memória” publicada em 1997.

No ato consciente de relembrar, há uma forma de construir conhecimentos, já que a memória é historicamente condicionada ao momento em que emerge; é intemporal e alterada de geração em geração; é portadora da experiência que levou a sua existência; e carrega marcas das emoções vividas. Maria Lúcia, ao descrever um fato memorável, relaciona-o a seu ofício como guia no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, compartilhando aquilo que o acervo simboliza e sua temporalidade. Assim como a história, “a memória é inerentemente revisionista, e nunca é tão camaleônica quando parece permanecer igual” (SAMUEL, 1997, p. 44). Nesse contexto, observa-se que a aluna, tendo visitado a Casa da Cultura, tem como referência o lugar que lhe permite entender mais sobre a construção do patrimônio cultural de Itaberaí.

Por outro lado, a materialidade descreve significativamente um passado de influências, diversos tipos de histórias, individuais ou coletivas, que podem ser construídas e eternizadas pelo público no decorrer de uma exposição. Os museus, assim, também passam a ser considerados por Pierre Nora como “lugares de memória”.

Os "lugares da memória" são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. O que secreta, veste, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade fundamentalmente envolvida em sua transformação e sua renovação. (...) **os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea**, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 12-13, grifo nosso).

Na concepção de Pierre Nora (1993), os museus são esses lugares de memória, dos “restos” deixados pelos condutores da história, como se momentaneamente fossem cristalizados, estagnados sem qualquer interferência para revivê-los na íntegra. Para que existam, basta o sentimento que duvida da existência da memória espontânea. Porquanto o passado precisa ser apresentado, mesmo sob uma nova criação, o que nos leva tomar como

exemplo a segunda parte da fala de Maria Lúcia de Oliveira Sá, citada anteriormente quando o produto da experiência é ativar operações ameaçadas, celebrando ou arquivando.

[...] já passado muitos anos - uns 10 a 12 anos - ela retornou no museu. Pegou o trabalho dela e ela levou para casa para ser restaurado para estar devolvendo ao museu. E hoje, ela é uma amante da história do nosso município (Maria Lúcia de Oliveira Sá, entrevista em 19/04/2022).

Quando a história da cidade está subordinada à memória, isso implica o resgate de uma série de temporalidades. De acordo com Pesavento (2005), o tempo das cidades é múltiplo, dinâmico e está sempre a ser construído, até porque a cidade é continuamente uma reinvenção do mundo no espaço. Esse processo compreende o tempo presente, em que são realizadas as opções políticas e são definidas as intervenções sobre o urbano. E nesse movimento, às vezes despercebido, as cidades vão se (re) construindo continuamente, enquanto o passado e o futuro vão sendo moldados no horizonte.

Somos produto de uma historicidade que comporta aspectos culturais, sociais, políticos, entre outros, além de uma contemporaneidade marcada pela presença tecnológica. Nessa perspectiva, como preservar memórias em museus? Estas necessitam de uma materialidade? Nesse contexto, entende-se que os museus expõem muito mais que artefatos antigos, mas verbalizam memórias, eternizando-as.

Há, portanto, diferentes modos de lembrar. As memórias individuais e as memórias coletivas vivem sob constante processo de tensão. O recordar é um processo de busca e preservação das lembranças. Voltar a lugares de memória constitui um modo de suavizar as preocupações com o destino de seus objetos. Para Paul Ricoeur (2007), recordar-se é ter uma lembrança ou ir buscar por uma. Assim, é mediante a lembrança é que chegará a uma transição condizente da pergunta "o quê?", para a pergunta "quem?": partindo da compreensão no sentido estrito de uma investigação dos recursos cognitivos da lembrança, para uma abordagem que está centrada na apropriação da lembrança por um sujeito capaz de se lembrar de si. "Será este o nosso caminho: do "o quê?" ao "quem?", passando pelo "como?" - da lembrança à memória refletida, passando pela reminiscência" (RICOEUR, 2007, p. 24).

Por outro lado, é preciso ressaltar que há ainda uma grande disputa de opiniões no campo dos estudos sobre a memória. Das gerações que visitam atualmente os museus, não podemos mais saber, com tanta segurança o que, ou quais vestígios ficarão armazenados em suas memórias ou serão silenciados, ou o quanto a narrativa histórica terá que se esforçar para superar a expectativa das gerações presentes e futuras. Com o avanço das tecnologias digitais de informação e comunicação revela-se que os modelos clássicos, que configuram a memória

em tempos (passado-presente-futuro), estão sendo interpretados de maneira peculiar na atualidade. Dessa forma, evita-se a experiência do presente, fazendo com que uma grande parcela das sociedades contemporâneas esteja preocupada e ancorada no binômio passado-futuro (TARDY; DODEBEI, 2015).

Ante o perigo da perda da capacidade de armazenamento da memória, do esquecimento da Cultura e na ausência da liberdade criativa da história, Tardy e Dodebei (2015), em “Memória e Novos Patrimônios”, apresentam o fio condutor que estrutura o conjunto de sua obra, o exame da construção simultânea entre a memória social e a patrimonialização. As autoras explicam que ambas não devem ser tomadas isoladamente e para isso examinam a questão patrimonial do ponto de vista da memória, e a questão da memória referida sob o ângulo patrimonial.

A partir de então, buscar-se-á fazer de modo similar à interpretação de memórias e patrimônio culturais abarcados no objeto em estudo, o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas. Nesse sentido, será lançado um olhar que introduz um compartilhamento entre: a memória escrita, que pode ser considerada por meio de relatos e documentos históricos da formação de Itaberaí, dos primeiros moradores e da ocupação de seu espaço territorial, motivado pelas possibilidades agropecuárias, segundo aqueles que operaram esses registros; e a patrimonialização, que ocorre quando o registro enuncia a memória e a conserva como sua herança, aproximando a memória daquela sociedade e sua história no espaço museal.

Na formação do patrimônio associou-se à ideia de bem coletivo e público expressando um tipo de sociedade como coletivo de indivíduos e indivíduo coletivo. Num primeiro movimento, bens considerados privados e restritos a grupos de elites, notadamente históricos e artísticos, ganharam o estatuto de “bens nacionais”, ou seja, legados de uma coletividade. Processos de patrimonialização tornaram-se objetos de políticas públicas com agências voltadas para este fim (TARDY; DODEBEI, 2015, p. 15).

Dessa forma, patrimonializar no contexto do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, passa a significar um processo de escolha de determinados bens ou artefatos capazes de simbolizar ou de representar metaforicamente a ideia abstrata da comunidade local, e seus primeiros governantes, como uma ideia de historicidade. A ação patrimonial baseia-se nas pesquisas em torno do museu e de sua exposição que remete à reconstrução patrimonial da memória local.

Em Itaberaí, seu patrimônio representa as possibilidades de promover uma rede de convívio e sociabilidade que transmute os vários sentidos de cidades ou espaços modernos. O

museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, vivifica a resistência do espaço e no tempo, não apenas por meio dos acúmulos históricos em seu acervo que remetem ao passado, mas também por beneficiar as relações sociais que persistem, no sentido de pertença, de construção da identidade partilhada, ora como passado, ora como presente, e ora como devir (BOSI, 2003). Nesse sentido, a temporalidade no espaço do Museu Casa da Cultura tem como pano de fundo as fortes representações de João Elias da Silva Caldas, na política e na comunidade, na vida familiar, na memória coletiva e no patrimônio histórico-cultural.

O conceito de Patrimônio parte da fundamentação de que algo ou bens pertencentes são transmitidos aos sucessores, uma herança que se desenrola da ação de guardar, preservar, conservar. Logo, em termos jurídicos, “patrimônio” é uma representação pelos bens, pelos direitos e pelas obrigações econômicas que pertencem especificamente a uma pessoa ou a uma empresa. No caso deste estudo, a patrimonialização refere-se a um bem cultural, o que faz com que a importância/o interesse passe a ser de domínio público, sendo que a gestão cabe às diversas esferas municipais, estaduais e/ou federais, gerando proventos econômicos para que a conservação aconteça. Dessa forma, a patrimonialização, de acordo com Lima (2012):

[...] configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação. Conservação a ser praticada por instância tutelar, portanto, dotada de responsabilidade (competência) para custodiar os bens. E conservar, conceito que sustenta o Patrimônio, consiste em proteger o bem de qualquer efeito danoso, natural ou intencional, com intuito não só de mantê-lo no presente, como de permitir sua existência no futuro, ou seja, preservar. (LIMA, 2012, p. 34)

A ideia central de “Preservar”, como citada por Lima (2012), torna-se condição para “permitir sua existência no futuro”. Os movimentos, em termos de políticas de preservação de patrimônio, para garantir a existência e combater a destruição dos bens culturais, tiveram seu início mundialmente, por volta dos séculos XVII e XVIII. No Brasil, o primeiro documento federal que defende o patrimônio foi o decreto 22.928 de 12 de junho de 1933, com a patrimonialização nacional de Ouro Preto. Na época, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMC), um departamento do Museu Nacional, era o órgão responsável pela preservação do patrimônio. Em 1937, foi assinado o decreto-lei nº 25 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico cultural, cuja responsabilidade gestora passa a ser do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Patrimonializar um bem cultural público, assim, não é tarefa que depende só de uma vontade. Na concepção de Lima Filho e Abreu (2007):

Para que uma manifestação cultural concorra ao registro, é necessário um amplo dossiê com pesquisas consistentes, descrições detalhadas e justificativas sobre as razões dos pedidos de registro. É evidente que, para esta atividade específica, os antropólogos reúnem os atributos necessários (LIMA FILHO; ABREU, 2007, p. 38)

Entende-se que, dadas às exigências, reunir toda documentação necessária para concorrer ao registro de patrimônio demanda altos custos. Logo, na hipótese de o registro ser concedido por ordem e “democraticamente”, este pode demorar. Por outro lado, os interessados que possuem capital financeiro disponível possuem mais garantias de ocupar os primeiros lugares frente à concorrência e executar mais rápido a tarefa para patrimonializar bens culturais, passando a ser considerados patrimônios culturais do Brasil.

Em Itaberaí, toda a região que hoje representa desde os primeiros aglomerados de pessoas, onde Curralinho foi se firmando até se transformar em Itaberaí, faz parte do cenário histórico local. E todos os bens ali presentes está sob a vigilância do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de Itaberaí, por meio da Lei nº 577 de 10 de abril de 1992 que “Estabelece a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Itaberaí e dá outras providências”, instituindo, no Art. 1º e 2º:

Art. 1º Ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal os bens móveis e imóveis, de propriedade Pública ou particular, existente no Município, que, dotados de excepcional valor histórico, arqueológico, paisagístico, bibliográfico ou artístico, justifiquem o interesse público na sua preservação.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Conselho Consultivo Municipal de Patrimônio Histórico e Artístico de ITABERAÍ, órgão de assessoria à Prefeitura Municipal, contribuição específica de zelar pela preservação do Patrimônio Histórico do Município. (CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERAÍ, 1992, p. 1)

Portanto, está atrelada a essa lei a proteção do patrimônio de toda a Casa da Cultura Coronel João Caldas. Além disso, a existência desse documento legal permite que a Casa da Cultura busque por meio de sua mantenedora, a AILA, apoio e contribuições das lideranças políticas municipais, segundo vai recordando Benedito Magno Vieira, um dos líderes mais solícitos:

Pois é, o que, o que nós fazemos é conservar! A Academia tem o apoio da prefeitura, né! Desde que o museu foi fundado sempre tivemos uma parceria através de funcionários, né?! [...] Parece que, quando criou mesmo o Museu - em 96 - o prefeito parece que era o Tico. Ainda era o Tico! Então veio o Juvenal Raimundo Lima, depois do Juvenal, veio a Rita. [...] (Benedito Magno Vieira, entrevista em 28 de abril de 2022).

De modo específico ao Museu Casa da Cultura, ao transformar o acervo em patrimônio cultural, calcular seu valor histórico é parte de um processo de análise dos bens, sendo seguido por três aspectos, segundo Rotman e Castells (2007):

Em primeiro lugar, amplia-se e diversifica-se o campo a respeito daqueles bens que são patrimonializáveis, incorporando-se, também, as produções culturais de setores subalternos. - Em segundo lugar, postula-se a proteção do patrimônio atendendo à íntima relação que este guarda com reconhecimentos identitários; os bens patrimoniais passam a ser considerados evidência testemunhal da identidade dos povos. - Em terceiro lugar (como assinala J. Agudo Torrico, 1999), valorizam-se os povos atuais não somente como herdeiros e transmissores de bens patrimoniais, mas também como criadores de novos patrimônios (ROTMAN; CASTELLS, 2007, p.71).

Rotman e Castells (2007) explicam que essas três observações garantem um valor declarativo na concepção de patrimônio como acervo, desvinculando objetos dos sujeitos, das classes e dos grupos sociais. Ao se considerar a concepção de patrimônio como acervo, tem-se a conceituação dos objetos a serem fundamentados como os “guardadores” de memória, envolvendo aqueles considerados como materiais e/ou como imateriais. Portanto, o Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), caracteriza os patrimônios materiais e imateriais na seguinte condição:

Os bens tombados de natureza material podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos, paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. [...] Os bens culturais de natureza imaterial dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas) (IPHAN, 2013)

Nesse contexto, é válido ressaltar que o acervo do Museu Casa da Cultura compreende uma diversidade de bens materiais, tanto referentes à biografia do Cel. João Caldas, quanto à comunidade itaberina no geral. Os objetos variam desde peças religiosas, como esculturas, a notas de dinheiro, camas, baús, talheres, fotos de antigos prefeitos e obras literárias. Segundo Gonçalves (2007), os bens relacionados ao patrimônio imaterial não são propriamente tombados, mas “registrados”, como forma de eternizar costumes, necessitam de acompanhamentos, para verificar sua permanência e transformação.

A diferenciação entre patrimônio material e imaterial foi adotada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), substituindo o conceito de

“cultura tradicional e popular”, por “patrimônio cultural imaterial” (PCI). Dessa forma, o patrimônio imaterial passa a ser caracterizado por expressões, conhecimentos, representações e técnicas particulares a indivíduos e reconhecidas como patrimônio cultural (ROTMAN; CASTELLS, 2007; IPHAN, 2019).

Márcia Chuva (2012, p. 163), ao abordar a “perspectiva integradora do patrimônio cultural”, ressalta a necessidade de estabelecer novos paradigmas para a preservação do patrimônio cultural integral. O pressuposto trazido pela autora se sustenta por considerar que o homem, enquanto espécie influenciável e influenciadora é constituída pelo meio em que está inserido, sendo produtor de saberes e fazeres, inteiramente relacionados. Assim, acervos materiais são justificados pelos imateriais, pois sobre qualquer objeto exposto existe um tipo de história característica daquele que a selecionou.

No Brasil, no início da trajetória da formação da noção de patrimônio, algumas singularidades levaram a pressupor uma divisão dicotômica entre categorias material e a imaterial. Na concepção de Chuva (2012), é consenso de todos, que essa divisão não existiu. Mas na trajetória histórica essa divisão foi requerida durante a reestruturação das instituições de patrimônio, como uma forma de distinguir a natureza dos objetos. Dessa forma, passando a se organizar em setores de patrimônio material e imaterial.

Márcia Chuva (2015) explica ainda que a divisão entre patrimônio material e imaterial, na atualidade, ocorre em função da noção de patrimônio concebido a partir da concepção de cultura, voltada não apenas para o produto, mas considerando o processo de criação e também os detentores de saberes, agentes produtores. No entanto, todo patrimônio cultural possui uma carga simbólica imaterial ou intangível. Do mesmo modo, os bens de natureza imaterial como as celebrações e os modos de fazer requerem algum tipo de materialização para ser realizado, como os edifícios ou as ferramentas de um ofício.

Exatamente em função dessa nova perspectiva é que foram reconhecidos como patrimônio bens e práticas culturais, anteriormente considerados pelas políticas públicas dirigidas ao folclore, à cultura popular, aos grupos indígenas, dentre outros, mas que não recorriam à sua patrimonialização (CHUVA, 2015, p. 25).

Essa ampliação demarca a ideia de que valores, tradições e costumes, não são lembrados somente por objetos materiais, mas pela historicidade que os mesmos representam, relembando costumes passados, que se diferem dos atuais, mas que foram essenciais para construir uma cultura de pertencimento. Nesse sentido, as lembranças existentes, a memória

preservada, o reconhecimento, são características que sustentam o Museu Casa da Cultura de Itaberá, representando a preservação da História Local.

O que Le Goff (2003, p. 423), atribuiu ao significado de conservar informações, “remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas.” Dessa forma, serve para a construção de novas informações, pois cognitivamente somos oriundos de informações antigas (co) relacionadas aos momentos que vivenciamos no agora.

As memórias são acontecimentos dependentes da interferência de atuações que as fazem serem lembradas. Compreendemos a existência de ações entre Estado e sociedade, influenciados pelos paradigmas entre dominante e dominado que sujeitam memórias ao esquecimento, tidas como irrelevantes. A memória deixada ao esquecimento transfigura o real trajeto tomado pela sociedade atual. Memórias deixadas ao acaso, na maioria das vezes, condizem com uma ação consciente em selecionar lembranças e se desvelar das que se quer esquecer.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver a seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida (POLLACK, 1989, p. 12)

A memória, entendida dessa forma, possui um caráter de enquadramento que prediz estruturas sociais. A memória influencia as particularidades que caracterizam sistemas culturais, mesmo que sejam provenientes de conflitos/tensões sociais. Por mais que sejam marcantes podem cair no esquecimento, quando não agrupadas a valores construídos e praticados. Por isso, há a necessidade de relacionar lembranças, histórias e tradições aos momentos marcantes, memoráveis. “Pode-se imaginar, para aqueles e aquelas cuja vida foi marcada por múltiplas rupturas e traumatismos, a dificuldade colocada por esse trabalho de construção de uma coerência e de uma continuidade de sua própria história.” (POLLACK, 1989, p. 14).

Vale ressaltar que momentos memoráveis, aqueles aos quais “selecionamos” inconscientemente para serem lembrados, possivelmente foram marcantes, pelas consequências geradas, como: conflitos, guerras, violações aos direitos humanos, mas também por marcar as vivências das pessoas do ponto de vista. Portanto, o produto da seleção é a lembrança, a recordação. Tal produto não se refere à lembrança de quem, mas de quê. Nesse sentido, é preciso questionar sobre quais aspectos – emocionais, sociais, cognitivos, históricos – tal processo ocorre. Se nos atentarmos às “nossas” memórias, compreendemos que o fluxo da memória, não apenas a capacidade cognitiva do ser humano permite que ela mesma selecione as memórias, fazendo-nos produto desta “seleção”. Ao ser perguntado sobre um evento que mais gostou, Benedito Magno Vieira nos responde:

Eu gostei muito dessa homenagem pro Caramuru. Porque nós, mesmo não sendo da Academia, ainda, em dois mil e parece que foi em 2002/2003. A ideia, até não foi minha, foi do Omar Souto: que é um cara de Heitoraí - que é um dos grandes nomes das artes plásticas em Goiás. E como ele aprendeu as artes plástica com Caramuru Brandão, ele falou assim: vamos fazer uma homenagem para o Caramuru. Eu encontrei com ele no pit-dog aqui na praça, do sobrinho dele, do Wellington. Ele falou assim "vamos fazer uma homenagem pro Caramuru?" Vamos! Aí, através dessa fala dele, nós mobilizamos: prefeitura, câmara dos vereadores, clube de leões, maçonaria. Foram várias. Foi um grandioso evento mesmo essa homenagem ao Caramuru. E que todo mundo que participou, a prefeita, parece que a prefeita era a Rita de Cássia (Benedito Magno Vieira, entrevista em 28/04/2022).

Portanto, nesta fala, notam-se os sistemas psíquicos que operaram favorecendo essa memória, detalhada por Benedito Magno, no sentido de conservar em detalhes essas informações. Temos esse caráter seletivo, ou seja, a capacidade de selecionar aquilo que poderá ser lembrado, havendo, assim, a possibilidade de materializá-la na rememoração desencadeada pela visão direcionada aos objetos/bens ligados a ela (LE GOFF, 2003).

A preservação de memórias pelo registro da história oral faz com que sejam difundidas pelos fatores sociais vivenciados por quem conta. A escrita permite a preservação de ideias e momentos significativos que não sofrem influências pelas perspectivas daquele que o conta, fato inevitável na história oral. “O primeiro domínio onde se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (LE GOFF, 2003, p. 428).

Considerando também que são necessários os "lugares de memórias" e sua existência, que permitem uma continuidade da memória histórica. Observa-se que esses aspectos complementam o trabalho da guia do museu, ao narrar a história de Itaberaí, cuidar da

organização do acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, e corrobora para justificar as ações e as atividades. A guia o faz sobre todo um processo de reconhecer qual parte da história será lembrada e quais estão sendo silenciados.

Assim, tais espaços permitem ainda a discussão de ideias e opiniões referente à memória e à história musealizada. O ser humano é permeado por diversas questões e contradições, reconhecendo, dessa forma, a memória coletiva como algo importante e revelador para a comunidade (ABREU; SANTOS, 2015).

Nesse sentido, a necessidade de espaços físicos para que a memória seja lembrada se fortalece, pois ultrapassa o sentido somente de exposição, referindo-se ainda a um processo dialético e educativo, individual e coletivo que caracteriza as perspectivas e as opiniões que hoje prevalecem. “A relação entre memória e história se fortalece nesse período, desenvolvendo-se uma “cultura da memória” baseada na “musealização da realidade”, ou seja, no resgate do passado” (ABREU; SANTOS, 2015, p. 04).

Para Nora (1993), carecemos de objetos que despertem nossas memórias, pois se estivéssemos em permanente rememoração não haveria a necessidade de tais espaços físicos. Nesse sentido, o risco de extinção da memória leva os indivíduos a criarem diversos meios de relembrar fatos marcantes, fazendo com que sejam mais que lembradas, mas revividas. São memórias que possivelmente cairiam no esquecimento, originárias da difusão e evolução dos conhecimentos.

[...] a lembrança por si só, como um fato isolado, não tem relevância de fato histórico, mas somente se vista dentro de um contexto que servirá de base para repensar acontecimentos, especialmente no que concerne às questões da cultura humana, pois esta é um reflexo da valorização ou não da memória de uma sociedade (ABREU; SANTOS, 2015, p. 4).

Os museus, dessa forma, possuem o papel de preservação e exposição de memórias. De acordo com Tolentino (2013, p. 06), o patrimônio cultural é um diálogo entre “educação, memórias e identidades”, pois são cada uma delas, como fios que se enlaçam e entrecruzam, formando uma trança firme. Comporta a identidade porque compõe uma organização e seleção do que deverá ser lembrado. De forma genérica, patrimônio implica legado, herança e difusão de valores. A seleção se desenvolve entre as memórias, as quais ao serem escolhidas e contadas constroem aprendizado.

A patrimonialização preserva mais que a história, tida como estagnada, eternizada, pois propicia a compreensão do significado do passado como propulsor, indicador de um novo trajeto. Sua importância se transcende em despertar motivadores frente a ações educativas,

sendo elas objetivamente conduzidas tanto à educação formal, quanto não-formal. Nesse contexto, a sociedade é desenvolvedora dessa história e dela usufrui.

Com efeito, o patrimônio não está apenas ligado à história – aliás, ele próprio é, como sublinham alguns autores, história materializada –, como à memória e à identidade dos povos e das comunidades, ao turismo e ao desenvolvimento, ao trabalho e ao lazer (MENDES, 2009, p. 9).

Falar sobre o papel educativo que os museus possuem compreende destacar que essas instituições passaram a ter envolvimento com a universidade, além das escolas, graças a uma nova organização museal que facilita processos de pesquisa (MENDES, 1999; RODRIGUES, 2010).

A pesquisa se torna essencial, portanto, como forma de compreender os resquícios históricos dos quais somos frutos, questionando a origem dos acervos, para também de compreender questões como a preservação dos objetos e as formas de construção de aprendizados, por meio de capacitação e ações educativas.

Ressalta-se, por fim, que a cultura humana preservada em espaços físicos como os museus dialoga com resquícios de aspectos dominantes ou não, da valorização ou não de diversas culturas. A exposição dos objetos, bem como o diálogo estabelecido, discute dialeticamente sobre a posição social frente a tais questões.

1.4 Procedimentos metodológicos

A intenção deste tópico é relatar os procedimentos metodológicos na realização da pesquisa, abordados nesse item, como o estudo da cidade onde o bem cultural, o Museu Casa da Cultura, se encontra bem como a história da residência e a criação dessa instituição museológica. Do mesmo modo, indica as metodologias utilizadas para a apresentação do espaço museológico e o planejamento para a execução da proposta de intervenção em estudo, abordados nos próximos itens do Relatório, que resultou na elaboração de dois produtos: o inventário do acervo e a proposta de uma exposição temporária e de longa duração.

O fato de relatar as atividades desenvolvidas em uma pesquisa ou um estudo científico possibilita o ato de “historiar seu desenvolvimento que vai além de apresentar os caminhos percorridos, de descrever as atividades realizadas e de apreciar os resultados – parciais ou finais – obtidos” (SEVERINO, 2013, p. 181). Mais que isso, também valoriza principalmente o

pensamento lógico e argumentativo do pesquisador e a coerência de seus métodos, conferindo habilidades aprendidas ao decorrer de suas vivências acadêmicas teóricas e práticas.

A documentação Museológica tem um papel fundamental na gestão, organização e manutenção dos museus, logo, deve ser a primeira estratégia que a instituição precisa executar para que todas as outras atividades museológicas se desenvolvam. Deste modo, quando não há uma documentação ou esta é desorganizada, o museu perde-se na sua própria história (MARCOLINO, 2021).

Corroborando com as definições acima, foi constatado que sem o inventário atualizado não é possível estruturar corretamente todo o trabalho. Isso porque, além de ser um documento, o inventário é um instrumento de pesquisa e controle dos acervos, tornando-se fundamental que seja atualizado sempre que necessário. Quanto às tipologias deste estudo, trata-se de estudo documental e de revisão bibliográfica. Entende-se que para chegar ao resultado pretendido, que é propor exposições temporárias e de longa duração, é necessário ampliar o campo de pesquisa.

Na pesquisa bibliográfica, optou-se por revisar estudos que contribuem para o aporte teórico de ideias para compor a escrita dos temas escolhidos, mas seguindo critérios definidos. Severino (2013, p. 106) explica que na prática o pesquisador “utiliza os dados ou as categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registradas”. Os textos e os autores escolhidos tornam-se fontes de referência teórica. Assim, foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico dos autores que abordam temáticas relacionadas aos museus, ao patrimônio cultural, à cidade de Itaberaí-GO etc. Trata-se de registros disponíveis em estudos anteriores e que já passaram por avaliadores, por exemplo, teses, artigos, dissertações, livros, entre outros, disponíveis online ou impressos.

As modalidades de pesquisas podem ser consideradas como método ou técnica, sendo utilizadas para esclarecer e entender a historicidade envolvida no museu em estudo. Para a melhor compreensão sobre os procedimentos de coleta, análise e apresentação dos resultados, estes foram divididos didaticamente em etapas descritas logo abaixo.

No que se refere ao estudo e apresentação do bem cultural, abordado neste item, o Museu Casa da Cultura João Elias Da Silva Caldas, os **procedimentos para a coleta de dados** envolveram as seguintes etapas: primeiro, a análise das fontes escritas e iconográficas, estudo do livro de visitas, e análise do Estatuto do Museu e Estatuto da AILA – instituição que mantém o Museu. Considerados documentos importantíssimos, pois contém informações desde a criação do Museu, a organização e a função mantenedoras. Em relação aos *corpus* documental, na pesquisa foi

[...] necessário dar atenção cuidadosa à pesquisa documental pois esta trabalhará com documentos que nunca passaram por um tratamento científico, como: relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, podendo também serem utilizadas outras matérias de divulgação (FERRAZ; BELLO, 2020, p.301-302)

A museóloga Marcolino (2021) explica que um mesmo museu pode ter mais do que uma tipologia como acervo. E, quando há fontes iconográficas, esses documentos “são catalogados com documentos sonoros, videográficos, filmográficos e fotográficos” (MARCOLINO, 2021, p.19).

Quando a questão de investigação exige uma observação/análise iconográfica, isso pressupõe que faz parte das estratégias de estudo, incluir as fotografias e os outros artefatos de momentos e pessoas históricas. As especificidades a que se referem essas fontes de informação contribuem para observar diferentes realidades e apontam recortes temporais da história no espaço do Museu e de todos que estão em contato.

A conservação intelectual que os documentos de um museu apresentam, refere-se aos seus potenciais de informação (PADILHA, et al, 2014). Dentre as estratégias de coleta de dados para a documentação, foi necessário ir à Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas para buscar leis, estatutos e também entrevistas.

Assim, para nortear as buscas e elaboração da proposta em estudo, foram feitos o levantamento documental específico por meio da busca e análise do Estatuto do Museu, Livro do Tombo, Livro de visitação e busca exploratória por informações sobre o Coronel João Elias da Silva Caldas. Ambas permitiram compreender a história do museu e de modo geral entender a gestão das atividades executadas no museu.

Em relação ao livro de visitas, sua importância centra-se em sua notoriedade quanto a seu conteúdo, ou seja, uma visão geral das pessoas que estiveram em algum momento presente no museu, construindo um controle desse público que pode ser observado e analisado. Assim, caracteriza-se uma possível comparação ao realizar as intervenções propostas, identificando a contabilização de aumento ou diminuição no impacto dessas visitas, antes e após o desenvolvimento do projeto.

Do mesmo modo, recorreremos ainda à análise do Estatuto do Museu que exhibe rico conteúdo em informações acerca de todo o processo de transição de casa para museu, contendo leis, ações burocráticas para sua finalização, e detalhes afins. Também como referência, analisa-se o Estatuto da AILA (Academia Itaberina de Letras e Artes), que é a mantenedora do

museu. O documento faz parte de seus afazeres e coordena todas as suas áreas, constituindo assim, uma relação entre o museu e a comunidade.

Nessa metodologia, também, faz-se necessário à análise das fontes iconográficas, outro aspecto rico que o museu possui em seu vasto acervo. A maioria das fotografias que hoje se encontram nesta instituição museal foi registrada por antigos moradores e doada pela comunidade. As fotos de grande variedade vão desde quando o município se chamava Currealinho, as primeiras casas e construções antigas e atuais.

Acredito que a pesquisa iconográfica pode enriquecer um texto sobre um período histórico com imagens do acervo, obras arquitetônicas, quadros ou fotografias de pessoas. Segundo Padilha *et all* (2017, p.8), “a iconografia é uma prática de erudição por excelência, trata de catalogar, examinar e descrever a ocorrência de certos elementos visuais,” e, nesse sentido, apresenta uma proposta descritiva.

A segunda etapa refere-se à fase das entrevistas²³ com indivíduos e profissionais que atuam no Museu em estudo, essenciais para a abordagem do bem cultural no item 1 do Relatório, sendo eles: Maria Lúcia de Oliveira Sá – secretária executiva da AILA, colaboradora como guia no Museu há mais de 20 anos; Antônio César Caldas Pinheiro²⁴ – Historiador responsável pelo Museu que colaborou para a fundação do Museu Casa de Cultura de Itaberáí-GO; Benedito Magno Vieira – membro e o representante dos membros da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA).

Para que fosse possível realizar a segunda etapa, o projeto de pesquisa foi submetido à Base nacional e unificado de registros de pesquisas envolvendo seres humanos, à Plataforma Brasil, sendo aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), da Universidade Estadual de Goiás.

A entrevista é uma das técnicas de análise que pode seguir uma estrutura de perguntas e respostas, com o objetivo de obter informações por meio de abordagens como: temática específica para o grupo de estudo, visando entender fatos a partir da fala dos entrevistados e da busca de outras fontes documentais; temática biográfica, com a finalidade de estudar a memória de pessoas ou fatos significativos para a história, assumindo dimensões como a memória ou a tradição oral; ou ainda a temática da história de vida, em que a narrativa dos sujeitos envolve

²³ Partes das entrevistas foram realizadas nos meses abril e maio de 2022.

²⁴ O referido historiador, que possui ampla influência nas decisões que dizem respeito ao Museu Casa da Cultura, visto que fez parte de sua fundação, foi comunicado do projeto de intervenção, tem conhecimento das ações propostas para seu desenvolvimento, autoriza e concede permissão para realização do mesmo.

sua experiência de vida - desde a infância até o tempo histórico que interessa ao pesquisador, que pode ser um momento do passado ou do presente (PADILHA, 2017).

Foi necessário agendar os horários como público escolhido, para a entrevista oral, dando preferência para horários fora do trabalho. A princípio, a narrativa oral foi considerada fundamental como forma de “medir” e/ou mensurar a importância para a permanência do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas.

Para a realização das entrevistas é preciso estar em um ambiente em que o entrevistado converse naturalmente, sem que haja interferência externa ou sem que o indivíduo se sinta interrogado. Felipe e Alves (2016, p.04) expõem que, depois, ao refletir sobre a transcrição de memórias, o “lembrar 'de' e o escrever 'sobre', não são atividades ingênuas como se pensava há pouco tempo atrás”.

Nos estudos históricos, os laços culturais, que se encontram envolvidos principalmente nas memórias de cada indivíduo, são o que sustentam a vida em sociedade. Portanto, assim como Felipe e Alves (2016) consideram a importância da história oral, no que se refere ao resgate da memória, do mesmo modo, este estudo acolhe também a fonte oral como um método de pesquisa.

As fontes orais podem fornecer grandes contribuições para o alcance da memória, revelando um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. “É imprescindível valorizar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória pessoal, uma vez que a memória de um pode ser a memória de muitos, e pode inclusive reverberar na memória coletiva” (FELIPE; ALVES, 2016, p.5).

Por fim, a terceira etapa engloba o estudo e apresentação dos espaços do museu e também do seu acervo do Museu e a classificação dos objetos, pois o museu em estudo possui diversas tipologias museológicas, que podem ser chamadas de Esquema Classificatório do Acervo. O objeto começa a ser nomeado de forma geral e parte para o específico, em que sua classificação se baseia na função que a peça possui tanto por utilidade (função original primária) como pelo valor simbólico (função original secundária). Por mais que uma peça possua duas funções, deve ser escolhida uma única classificação. “A metodologia deste instrumento de pesquisa, o qual pode ser denominado de Esquema Classificatório do Acervo, permite estabelecer um quadro geral, em ordem crescente, contendo termo / título, o código de registro ou de inventário, a classe e a subclasse de cada objeto.” (CÂNDIDO, 2006, p. 41). Para tal procedimento, analisar documentos que o museu possui foi fundamental.

No que se refere aos produtos, nesta pesquisa apresentamos o inventário do acervo da instituição museológica em estudo e também a proposta de uma exposição temporária. Visto

que o Museu Casa da Cultura não possui Plano Museológico, o inventário, apresentado no item 2, foi essencial para identificar os objetos que compõem o acervo.

Quanto à exposição, foi elaborada de forma colaborativa com alunos do Colégio Estadual Rocha Lima, em Itaberaí-GO, e a equipe do Museu, seguindo uma ordem dialógica, para que ocorra de forma coletiva e democrática, com o desenvolvimento de ideias claras e concisas. Por isso, com esses produtos, sobretudo a exposição, a proposta é realizar a ressignificação do espaço do museu, adotando técnicas, utilizando materiais e abrangendo ações adequadas procurando envolver a comunidade.

2. MUSEU CASA DA CULTURA: HISTÓRIAS E MEMÓRIAS CONTADAS POR CÔMODOS E OBJETOS

“O Museu transforma a obra em objeto”

(André Malraux).

Neste item, será apresentado o objeto de estudo que norteia a investigação desta pesquisa, bem como a casa histórica do Cel. João Elias da Silva Caldas, que sofreu um processo de conversão em museu, o próprio museu e o seu acervo. Também abordará resultados das análises da pesquisa em campo, observação dos documentos que criaram a instituição museal, o grupo de integrantes acadêmicos da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA) que o gerencia e entrevistas com integrantes ligados a esta instituição já citada. Serão apresentados ainda quais são os tipos de públicos que visitam o Museu Casa da Cultura e quais as atividades desenvolvidas de Educação Patrimonial.

2.1 A Casa de Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas

O bem cultural selecionado para esta pesquisa trata-se de um Museu sediado em um casarão construído no século XIX e remodelado em 1905, pelo Coronel João Elias da Silva Caldas (1968-1955), para sua residência e estabelecimento comercial. A casa possui traços de uma arquitetura vernacular, ostentando as técnicas do século XIX, sendo as paredes da frente de tijolos largos e o restante de adobe. Contém quase todos os cômodos assoalhados, além de um porão. As portas e janelas são grandes, de madeiras e possuem vidraças.

A casa do Cel. João Caldas é uma das últimas remanescentes da antiga Curalinho. Nela se deram muitos momentos marcantes e importantes para o município. Diz o historiador Antônio César Caldas Pinheiro, em entrevista concedida no dia 23 de maio de 2022:

Naquela casa, se deram episódios importantes para a história de Itaberaí e do Estado de Goiás. Por isso deve ser preservada pelo que significa para a história da região e para o conhecimento da arquitetura e do passado (Antônio César, entrevistado em 23/05/2022).

O dono da casa, Cel. João Caldas, foi um importante político, desempenhando o exercício de intendente e buscando melhorias para o antigo arraial, até este ser elevado à categoria de município. Com traços do período colonial, a casa em si já é considerada um

patrimônio cultural. Tal classificação se fortaleceu ainda mais quando a casa foi convertida em uma instituição museológica, ficando conhecida como um museu-casa.

Ainda na mesma entrevista, Antônio César Caldas Pinheiro, historiador responsável pelo Museu e bisneto dos donos da casa, ressalta o interesse e a importância da conversão da casa em museu:

Depois do falecimento dos meus bisavôs, o casarão ficou um tempo fechado. Passando na porta, me deparando com janelas e portas fechadas, me veio uma ideia, de transformá-la em museu, juntamente com o meu pai, reabrimos a casa e começamos a organizar todo o processo burocrático. Após toda a burocracia, a criação deste museu foi de suma importância para a cidade de Itaberaí, visto que antes não havia nenhum lugar que abrigava a memória daquela região. E hoje, é um dos lugares oficiais, que possa ser considerado como lugar e espaço de memórias (Antônio Cesar, entrevistado em 23/05/2022).

Diante desta fala, o Museu Casa da Cultura é hoje considerado a única instituição da cidade, que abriga centenas de documentos, objetos e histórias que fazem daquele lugar, um espaço privilegiado da história de Itaberaí, tornando-o um lugar de memória. Sem citar que a casa em si, já suscita a recordação do passado.

O Museu Casa da Cultura preserva características de um determinado período, com particularidades ligadas à vida cotidiana dos primeiros fundadores da cidade, os ofícios dos trabalhadores, que vão desde a origem do arraial conhecido antigamente como Curralinho até a atual cidade de Itaberaí. Os objetos estão distribuídos em praticamente todos os cômodos da casa, permitindo que os visitantes repensem o modo de vida da época mencionada, observando tanto a estrutura do prédio como as peças ali expostas.

A esse respeito, a guia e secretária executiva do museu, Maria Lúcia, em entrevista, concedida no dia 19 de abril de 2022, explica como foi pensada a distribuição do acervo nos cômodos da casa:

Pensamos da seguinte forma: deixar os objetos pessoais dos donos da casa no quarto e na sala central (onde recebiam visitas e faziam reuniões) para manter a lembrança e a memória. Os demais objetos foram distribuídos na medida em que chegavam as doações feitas pela comunidade e os objetos que eram mandados pelo Antônio Cesar. (Maria Lúcia, entrevistada em 19/04/2022).

Nota-se, assim, que o acervo do Museu Casa da Cultura é muito rico e possui uma vasta variedade, indo de objetos pessoais dos ex-donos do imóvel a objetos doados pela comunidade. Além disso, a instituição conta com muitos objetos que ainda não foram usados no acervo, e estão guardados no porão da casa, pois os espaços nos cômodos são pequenos e já estão bastante cheios.

Quanto à estrutura física, a casa que hoje abriga o museu, é um espaço amplo e poderoso, recheado de histórias a respeito do Coronel João Elias da Silva Caldas, sobre a cidade de Itaberaí e a vida cotidiana e os ofícios dos trabalhadores daquela época. Na fotografia a seguir, identifica-se a frente do Museu Casa da Cultura João Elias da Silva Caldas.

Figura 9: Casa do Cel. João Caldas e prédio que hoje abriga o “Museu Casa de Cultura”.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Como visto, o edifício que abriga o Museu Casa da Cultura possui características do período colonial, traços paralelos às construções desse período que podem ser encontradas em São Paulo e Minas Gerais. Em sua estrutura física, identificam os materiais utilizados nesse tipo de obras durante o século XVIII, que eram paredes de adobe (terra crua), telha canal (capa e bica), forro de madeira, piso confeccionado a partir do tijolo de barro cozido, piso composto por tábuas de madeira, porta almofada (engradada), e espaço dos fundos da casa que dá acesso a uma grande área, onde são promovidos eventos maiores, como shows, almoços ou jantares beneficentes, sorteios de bingos e até mesmo para receber um determinado tipo de público, quando passam de 30 pessoas. Essa área também dá acesso ao quintal do imóvel, visto que é bem grande e agradável (Figuras 10 e 11).

Figura 10: Parte dos fundos da casa com acesso ao quintal



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Figura 11: Área dos fundos.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

No quadro a seguir, estão descritas algumas informações sobre a infraestrutura apresentada pelo Museu Casa da Cultura, com especificidades da época em que foi construída (1903-1905), passando por poucas restaurações. Dessa forma, a construção apresenta algumas fragilidades, necessitando de novos restauros, mas, mesmo com esses problemas, não há nada que prejudique sua estrutura como um todo. Em 2017, passou por uma restauração mais abrangente, devido ao fato de o teto ter desabado.

Quadro 1: Estrutura Física do Museu Casa da Cultura: detalhes construtivos.

Estrutura Física do prédio do Museu	Descrição
Vedação	As paredes na quase totalidade do edifício são feitas de adobe com exceção da fachada principal que é de tijolo. Segundo a secretária do estabelecimento, sempre foi desta forma, desde sua construção. O acabamento da vedação é um revestimento com emboço de barro rebocado com cal e areia e depois caiado, tendo como finalidade proteger as superfícies.
Alicerces	Na parede da fachada principal, encontra-se um alicerce de pedra de aproximadamente 60 cm de largura sendo claramente observado quando entramos no porão e vemos, em primeiro lugar, toda a estrutura de sustentação da residência com alguns muros de arrimo ²⁵ que vão descendo de acordo com a declividade do terreno. A casa é feita de estrutura autônoma de madeira. Nas outras paredes do prédio, verificam-se os chamados falsos alicerces que não se aprofundam no solo e funcionam apenas para fechar o espaço vazio entre o terreno e o baldrame de madeira.
Muros	Os muros são feitos de adobe e sua composição traz terra crua, água, palha e fibras naturais (como esterco de gado). São moldados artesanalmente em formas e cozidos ao sol.
Estrutura	A edificação possui estrutura autônoma de madeira (aroeira) em que a seção das peças estruturais é de 22 x 22 cm. Esta estrutura consiste na armação de quadros compostos de esteios de seção quadrada fincados no chão e sendo a parte enterrada de seção cilíndrica. Ao nível do piso estes esteios recebem os baldrames com encaixe tipo meios madeira que irão suportar as vedações e os barrotes do assoalho. Na sua parte superior, os frechais são encaixados sendo que nestes descascam o forro e a cobertura. Os quadros que compõem as paredes externas da construção amarram-se entre si anulando os empuxos do telhado por intermédio dos frechais das paredes divisórias que lhe são normais bem como traves colocadas do vão que em alguns casos servirão também como peitoral das janelas. Na fachada principal os esteios das laterais são revestidos com alvenaria (tijolos) formando falsas pilastras.
Telhado	Encontram-se duas características: - Na cozinha o telhado é feito com caibro de seção cilíndrica colocada a uma distância aproximada de 80 cm entre si e recebe as ripas. (esse telhado se encontra em péssimas condições sendo que uma parte desabou).

²⁵Muro de arrimo é uma estrutura construída para conter desníveis no solo, impedindo que toda a terra não desmorone no nível abaixo. Usados para limitar solos entre duas elevações diferentes.

	- No restante da residência, o telhado é composto por caibros de seção retangular 6x7,5 cm e colocados a 40 cm equidistantes entre si, as ripas com seção de 1,5 x 6 cm equidistantes 13 cm entre si (esse telhado se apresenta em melhores condições, mas sempre sendo restaurados).
Telhas	As telhas são de barro com tamanho maior do que encontramos hoje, conhecidas como telha canal e colocadas em forma de capa e bica.
Forro	O forro é de madeira conhecida como mata piolho, colocada como saia e camisa onde as tábuas em ressaltado, as saias levam molduras simples, em meia cana, nos seus contornos. As tábuas são de largura uniforme e levam aba e amalha em toda volta no encontro com a parede.
Piso	Os pisos são de madeira, conhecido como tabuado corrido, outra referência construtiva colonial. Eram peças com cerca de 6m de comprimento, 0,40m de largura e 0,05m de espessura.
Vãos (janelas e portas)	Os vãos (janelas e portas) eram compostos de quatro elementos: as vergas, elemento superior; as ombreiras, laterais; e os peitoris e soleiras, inferiores. Com a finalidade de aumentar a luz do compartimento, as laterais dos vãos eram chanfradas ²⁶ ou ensutadas ²⁷ .
Porão	A finalidade do porão era elevar o patamar da casa, a fim de promover uma melhor ventilação do imóvel de maneira a evitar a umidade do solo com o piso de madeira.

Fonte: Entrevista com Antônio César Caldas Pinheiro, realizada em 2017.

Além desses elementos sobre a estrutura física do edifício onde o Museu Casa da Cultura está sediado, destacam-se também o piso de madeira, as janelas, o muro e o porão que podem ser observados nas fotografias a seguir.

Na edificação encontram-se dois tipos de piso: ladrilhado na cozinha e tabuado corrido nos demais cômodos. O ladrilhado encontrado na cozinha é feito com tijolo de barro cozido, assentados sobre a terra socada em fiadas continuamente. O tabuado corrido, por sua vez, presente em todos os outros cômodos da residência, é composto de tábuas de largura aproximada de 20 a 30 cm colocadas com encaixe de meia madeira.

²⁶A partir do século XVIII, quando o uso do vidro se torna mais comum, o vidro chanfrado, possui uma borda inclinada que cria um prisma, a forma como a luz refrata ao passar pelas janelas, cria um arco-íris de cores e divide a luz.

²⁷Significa um rasgo que não se faz normal ao alinhamento das paredes e sim em diagonal.

Figura 12: Piso tabuado corrido



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Figura 13: Piso ladrilhado feito com tijolo



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Além disso, outro aspecto que pode ser observado no edifício são os vãos da janela do edifício que são constituídos de vergas retas, ombreira e peitoral de madeira maciça. As janelas denominadas janelas rasgadas são abertas em paredes maciças de 30 cm de espessura com as esquadrias colocadas na face externa destas. O rasgo da janela é feito pela parte interna da parede e em diagonal ao alinhamento (chanfrado) o que possibilita melhor iluminação, ventilação e visibilidade.

Figura 14: Janelas do Museu Casa da Cultura



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

O fechamento dos vãos das janelas é feito por folhas de madeira de tabuado ao comprido do tipo saia e camisa com travas na parte interna. As janelas da fachada principal possuem as folhas internas de tabuado ao comprimento e pelo lado externo caixilhos de madeira e vidro do tipo guilhotina das quais hoje só existem vestígios. A porta principal é almofadada (engradada) organizada em quadros formados por painéis almofadados lisos. As demais portas são de tabuado corrido do tipo saia e camisa com travamento pelo lado interno com as janelas.

Os muros da residência (imagem a seguir) são de adobe e protegidos das chuvas através de telhas assentadas diretamente sobre eles em duas águas. O adobe é um material vernacular usado na construção civil. É considerado um dos antecedentes históricos do tijolo de barro e seu processo construtivo é uma forma rudimentar de alvenaria. O objetivo era oferecer resistência, vedar espaços e fornecer proteção acústica e térmica para a edificação.

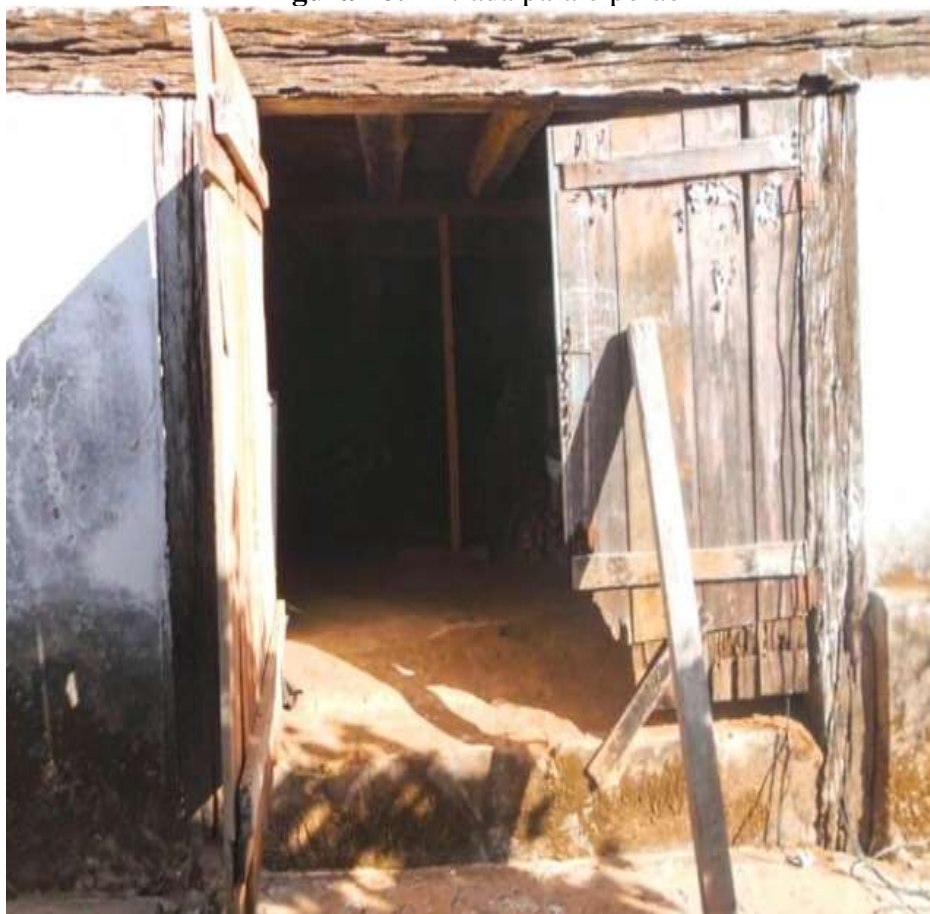
Figura 15: Muros feitos de adobe



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Na residência do Cel. João Caldas, sede do museu Casa da Cultura, tem também um porão como pode ser observado nas imagens a seguir (figuras 16 e 17):

Figura 16: Entrada para o porão



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

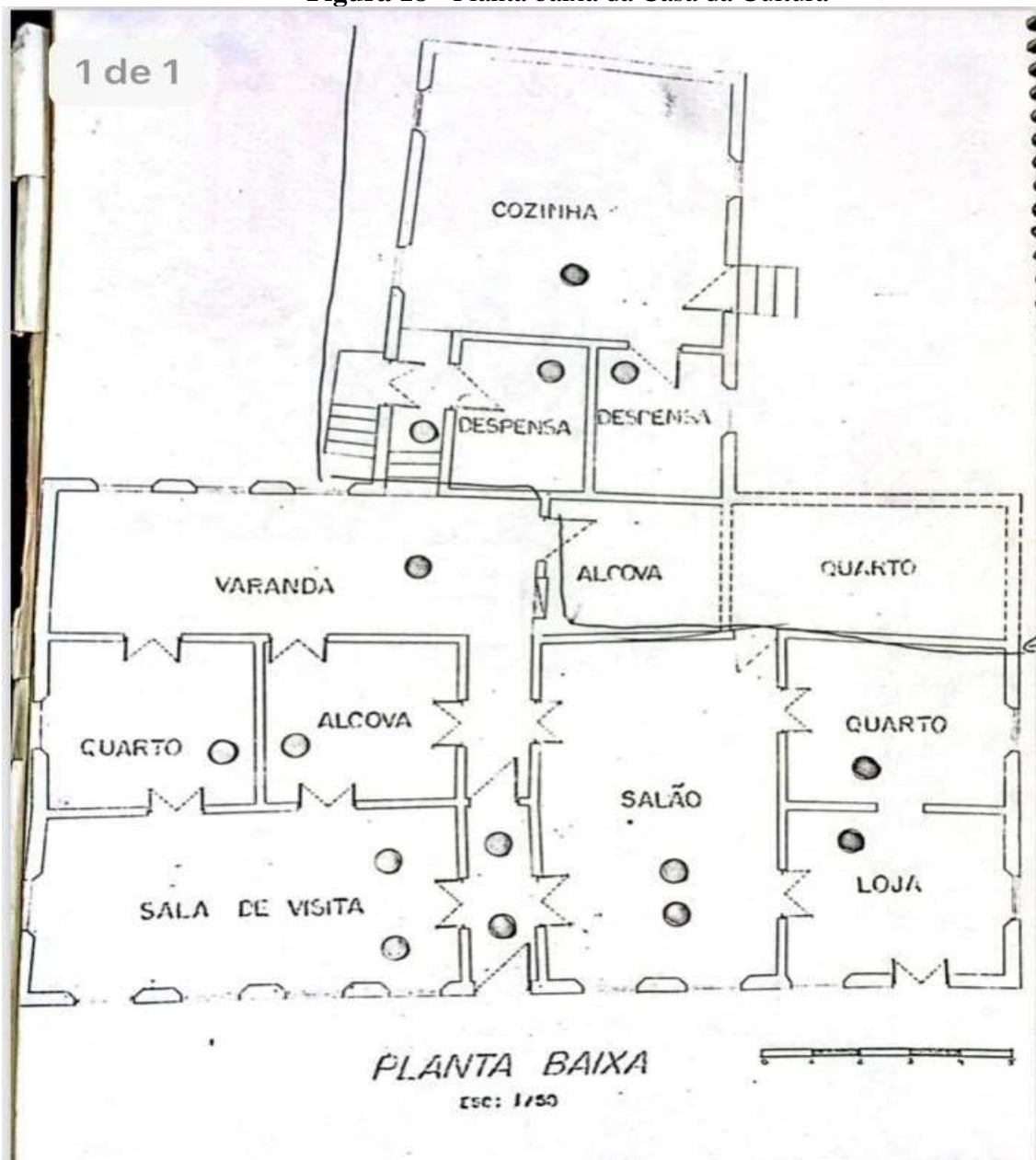
Antigamente, era muito comum encontrar casa com porão e a finalidade desse espaço era justamente de ter a função de isolar o frio ou o calor excessivo e guarnecer o interior das partículas de poeira e dos pequenos detritos açoiados pelo telhado. Na casa do Cel. João Caldas, o porão também possuía o objetivo de armazenar alimentos e barris de vinho.

Figura 17: Dentro do porão



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

A seguir, consta a planta baixa da Casa da Cultura. Observa-se que o documento revela como era pensada a arquitetura predial na época. Segundo as descrições de Vieira e Pinheiro (2015), o secretariado que administra a Academia Itaberina de Letras e Arte (AILA), inaugurou a Casa da Cultura Coronel João Caldas, no dia 08 de novembro de 1993, após grande reforma e restauração do venerando solar.

Figura 18 - Planta baixa da Casa da Cultura

Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaberaí - GO.

Por meio da planta do Museu Casa da Cultura (fotografia 18), podemos analisar a maneira como os cômodos são localizados ao longo de toda a casa, bem como os acessos frontais existentes. Essa planta baixa apresenta também todas as repartições dos cômodos, como áreas, salas, quartos e um cômodo típico desta época que são a “alcova”, que se refere a um recesso de um quarto, situado no interior de uma residência, sem janelas ou portas para o exterior.

Além disso, deve-se observar ainda a localização da cozinha, distante dos outros aposentos, característica da arquitetura da época em que a casa foi construída, rememorando

mais que um tipo de estrutura, mas uma característica cultural. No quadro a seguir, apresenta-se como está atualmente distribuído o acervo pelos cômodos da casa:

Quadro 2: Disposição do acervo do Museu Casa da Cultura

Cômodo da casa	Acervo do Museu
Corredor (centralizado, conduzindo a todos os cômodos da casa)	Livro de Visitas.
1ª Sala do lado esquerdo (sala maior)	Baús, rádios, bonecas, notas de dinheiro, ovos de avestruz, fotos de prefeitos, entre outros.
2ª Sala do lado esquerdo (sala menor)	Escritório do Museu.
Quarto (lado esquerdo)	Cama estilo Dona Maria I, bacias de banho, baús, espingardas, rádio, carpetes, entre outros.
Sala do fundo (interligada à cozinha)	Armário de cozinha, xícaras, talheres, pratos e tachos.
Sala do lado direito	Consultório médico, cadeiras destinadas ao tratamento odontológico, ferros a brasa, câmeras antigas.
Quarto do lado direito (menor)	Simulacro ²⁸ urna mortuária ²⁹ (imitação) de um indígena com restos mortais, cadeiras escolares, livros de época.
Quarto do lado direito (maior)	Biblioteca, máquinas de tear.

Fonte: Observações realizadas no Museu Casa da Cultura por Rodrigo Lúcio de Almeida.

Os móveis da casa, característicos do século XIX, estão dispostos ao longo do ambiente de acordo com sua localidade (camas, baús, itens pessoais em quartos e talheres na cozinha). Os outros objetos que compõem o acervo material estão distribuídos ao longo dos cômodos de várias formas, devido ao grande número de exemplares, as coleções ocupam todos os espaços, refletindo um modo organizacional apreciado pelos educadores/mediadores.

A seguir apresentamos algumas fotografias dos cômodos do Museu Casa da Cultura e como o acervo está atualmente exposto. A fotografia 19 representa a entrada central do Museu. O visitante, ao entrar, se depara com o livro de visitas e o corredor central que dará acesso aos demais aposentados da instituição.

²⁸ O mesmo que imitação, representação.

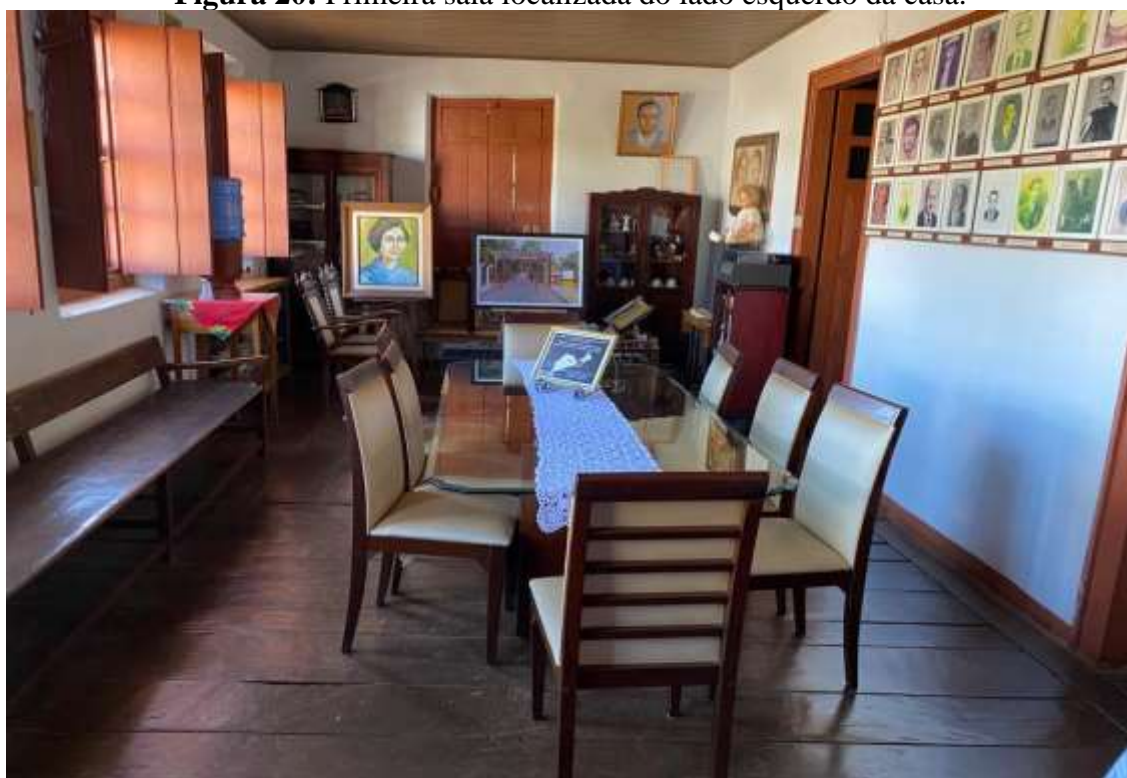
²⁹ As urnas mortuárias se faziam presentes nas culturas indígenas brasileiras, no período pré-colonial. Eram vasilhames de cerâmica que podiam ser feitos em vários tamanhos. Eram utilizadas para o sepultamento indígena de duas formas: utilizavam para conter o corpo do morto, realizado com o cadáver na íntegra, ou para conter os ossos do morto, sendo esse definitivo.

Figura 19: Acesso à entrada principal do museu



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Figura 20: Primeira sala localizada do lado esquerdo da casa.



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Na imagem acima (figura 20) retrata “a sala esquerda”, onde acontecem atualmente reuniões dos membros da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA), e recebe pessoas para agendar futuras visitas. Contém também o banco de madeira que pertenceu ao Cel. João Caldas, fotos de personalidades itaberinas que ficaram conhecidas na educação, na política, na religião e com ações sociais, e alguns objetos, quadros e utensílios dos primeiros fundadores da cidade de Itaberaí.

Nas fotografias a seguir, estão retratados os demais cômodos que foram distribuídos entre: uma sala para a guia do museu; uma sala para fazer palestras e aulas com os professores de escolas públicas e privadas; e uma para a biblioteca e objetos que pertenceram às primeiras escolas itaberinas.

Na imagem abaixo, temos a sala da guia e secretária do museu, Maria Lúcia. Esse espaço é destinado para reuniões internas, análise e disponibilidade das agendas de visitação.

Figura 21: Sala da Guia e Secretária Executiva do Museu



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

A figura a seguir retrata a segunda sala presente na casa. É a maior e atualmente, serve para receber os alunos (Sala de palestra). Em dias de visitação, é organizada a estrutura, com cadeiras de plásticos, para os alunos assistirem a palestras.

Figura 22: Sala de palestras



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

O espaço representado na figura 23 era um antigo quarto que foi disponibilizado, atualmente pelo museu, para o acervo e a exposição de objetos das escolas de antigamente, como quadros, palmatórias, boletins e atividades. Todos estes objetos pertenciam às primeiras escolas do município de Itaberá.

Figura 23: Sala do lado direito – exposições de objetos escolares antigamente



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Fotografia 24: Quarto que pertenceu ao Cel. João Caldas e sua esposa D. Deolinda



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2022.

Na fotografia acima, por sua vez, é apresentado o quarto do Cel. João Caldas e da sua esposa D. Deolinda, juntamente com alguns objetos pessoais, como: penicos, mesinha para encosto, espelhos, bíblias, terços etc. Nesse espaço encontra-se também a cama de estilo D. Maria I, típica da época, feita de crina de cavalo. Vale ressaltar ainda a presença de objetos que comprovam a religiosidade da época, como a bíblia e o terço.

Um museu que caracteriza esse tipo de história (memória biográfica) foi abordado por Andréa Delgado, em sua pesquisa, sobre o Museu Casa de Cora Coralina na Cidade de Goiás. No espaço do museu, o diálogo entre os aposentos e os objetos pessoais da escrita, aborda sua biografia, o que pode ser visto também a partir do modo como os móveis se apresentam no quarto, na sala, na varanda e na cozinha. Nesse sentido, os objetos e o diálogo da guia ao relatar a história dos objetos, configuram e eternizam os saberes sobre a poetisa. Em sua concepção,

Na exposição museológica, “tudo conta, tudo simboliza, tudo significa”, configurando o lugar da memória como “fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome” (NORA, 1993, p. 27). Em outras palavras, é na investigação das práticas museológicas que devemos buscar as estratégias de produção da biografia oficial (DELGADO, 2005, p. 107).

Andréa Delgado tem como foco de análise o Museu Casa de Cora Coralina que aborda a biografia da poetisa que dá nome ao museu. Extrapolando tal intenção, o objeto de estudo desta pesquisa, não se finda somente a dialogar sobre a biografia do Coronel João Caldas, mas

também sobre uma biografia itaberina. Isso porque o acervo material do museu é formado por objetos doados ou vendidos pelos antigos moradores da cidade e também preserva e vivifica bens imateriais, como a realização de comemorações religiosas realizadas que ocorrem desde o período em que a cidade era Curralinho.

Nesse cenário, compreendemos que os museus apresentam em seu teor material ou imaterial, resquícios de tradições culturais. Estes vestígios são advindos das mais diversas comunidades que sofreram processos de transformação, devido à existência de novas crenças e perspectivas inerentes ao presente, em âmbito individual e/ou coletivo. Esses diversos saberes e fazeres compostos pelo passado e presente, além de influenciados por perspectivas futuras, são condicionados, na maioria das vezes, por interesses de classes dominantes.

Assim, a exposição é distinguida por opiniões e interesses, selecionando os saberes a serem difundidos entre o público. Os objetos expostos refletem especificidades socioculturais, além da condição possibilitada por essas ações em valorizar os espaços físicos. A forma como se transcende a massificação de crenças e a diversidade cultural acarreta a construção da cultura a que hoje pertencemos. Essas características podem ser preservadas pela patrimonialização.

As informações e a forma selecionada para descrever a biografia exposta condizem diretamente sobre os saberes que serão construídos inerentes ao momento de visitação do público. A patrimonialização permite a condição de segurança frente à preservação do acervo.

2.2 Museu Casa da Cultura: espaço de saberes e fazeres da comunidade

Os museus representam mais que um espaço destinado à rememoração de lembranças que foram selecionadas, destinadas à preservação, tomando forma de patrimônio cultural. Eles vivificam saberes e fazeres produzidos inerentes à visitação realizada pelo público. Assim, é importante a discussão sobre o público do museu em estudo, visto que os visitantes podem ser não somente das localidades daqueles que fizeram parte direta ou indiretamente para a composição do acervo, mas também de outros locais e, na busca por aprendizado e lazer, encontram motivação, criatividade e propulsão para questionarem sobre novos horizontes. Portanto, as atividades para a comunidade local e/escolar fazem com que o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas seja condutor da construção de novos saberes e fazeres influenciadores sobre aspectos culturais que transcendem ao longo dos tempos. Nesse sentido, a partir da análise de atividades e de entrevistas com o membro da AILA e com a guia do Museu, será explanado como a instituição se compromete com a comunidade, com seu público e com a história local.

2.2.1 Público do Museu Casa da Cultura

Por volta do século XVIII, quando os primeiros colecionadores e museus começaram a permitir a visita, em grande parte das exposições o visitante encontrava centenas de objetos expostos sem nenhum tipo de legenda ou texto de apoio. Segundo Navas e Contier e Souza (2013), a visita era na base da observação. Portanto, o papel das equipes era o de conduzir um visitante por vez, para contemplar as obras de arte, os animais e os vegetais. E isso era considerado o suficiente para o público entender a importância do que estava sendo exposto.

No século XIX, surgiram outras maneiras de expor os acervos, tentando instruir o visitante. Foi o momento em que surgiram as exposições universais, para divulgar os avanços nos setores industriais e agrícolas de cada país. Assim, usavam-se modelos animados e criavam-se cenários e aparatos que podiam ser tocados. Tal processo levou esses locais a modificarem ou elaborarem estratégias para facilitar a comunicação com o público. Passaram, por exemplo, “a fazer a seleção dos objetos que deveriam compor a exposição, aumentar o espaço entre os objetos para permitir sua observação, separadamente, e a introdução de textos e legendas com informações” (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013, p. 15).

Os museus deixam de revelar somente seu papel de estimulador à preservação dos costumes e das tradições culturais existentes, e passam a impulsionar os visitantes a transformarem, por meio de suas particularidades e experiências, novas formas de pensar e atuar sobre o mundo. Nesse sentido, é preciso “[...] associar continuamente os bens culturais e a vida cotidiana, como criação de símbolos e circulação de significados” (FLORÊNCIO, 2015, p. 23), pois as crenças existentes são frutos de toda uma historicidade envolvida nos mais diversos setores sociais, ao longo dos anos.

Tais espaços são condicionados à preservação da memória e contribuem aos novos saberes e fazeres culturais construídos pelas vivências corriqueiras e atuais. Dessa forma, aprendizados e conceitos são fundamentados pelas visitas aos museus. Ao realizarmos uma atividade deste tipo, somos movidos tanto por objetivos quanto por justificativas (individuais e/ou coletivas) que são diretamente influenciadores de aprendizagem.

Por isso, a procura por desvelar os princípios existentes em relação à escolha de uma visita ao museu, bem como o aprendizado nele desenvolvido, condiciona a necessidade de se entender o tipo de público. Compreender os fatores que motivam essa visita possibilita que essas instituições, segundo as discussões no Portal do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), desenvolvam medidas associativas e acolham da melhor maneira possível a comunidade. Assim, os museus descobriram que podem planejar melhor sua programação e direcionar

adequadamente sua divulgação se conhecerem mais a fundo seu visitante (CARVALHO, 2005, p. 25).

Complementando com as experiências, para planejar uma boa visita e um acolhimento adequado, além de conhecer o perfil do seu público visitante, é importante que a instituição saiba também que existem perfis e comportamentos que se repetem em diferentes instituições e que, por isso, podem ser vistos como tendências (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013).

Uma forma de compreender o tipo de público dos museus ocorre a partir da análise da contagem e do registro do perfil presente nos livros de visitas. A contagem do público tem sido alvo de várias pesquisas e projetos realizados pelos principais institutos referentes ao tema: Iphan e IBRAM. Nesse sentido, para compreender o perfil do público do Museu Casa da Cultura, além da análise do caderno de visitas, realizou-se entrevista com a guia do museu, Maria Lúcia de Oliveira Sá.

Ressalta-se ainda que a contagem de público – que envolve o controle de ingressos, contadores manuais, sensores eletrônicos e livros de assinaturas, entre outros – não contribui somente para apresentar números, pois “Dependendo da técnica, ela pode indicar: exposições de maior público; necessidade de adequação dos serviços oferecidos; necessidade de ampliação da ação educativa, etc. São muitas as possibilidades” (IBRAM, 2019). Os números provenientes da contagem resultam no ranking, por exemplo, sobre os museus mais visitados no Brasil. Outro fator proveniente seria a criação de ações educativas para a ampliação do público, bem como o aumento de investimentos governamentais, já que as visitas abordam mais que um valor, indicando também a relevância que esta instituição significa para a sociedade na qual está inserida.

Na concepção de Wichers, Lussim e Dionísio (2015, p. 124), "é possível verificar o quanto o patrimônio se transforma dependendo de quem o olha. O que é importante para a comunidade, muitas vezes não o é para os órgãos responsáveis, ou quem faz essas escolhas". Logo, mais importante do que se atentar aos valores quantitativos de visitantes, tal ação serve para criar novas ações que preencham lacunas existentes, e que só podem ser identificadas frente ao conhecimento de tais valores. Desenvolver um ambiente mais sociável seria o intuito, como é abordado pelo site do IBRAM:

Dessa forma, saber quantas pessoas vão aos museus deve ser percebida como uma atividade fundamental para o estabelecimento de uma melhoria progressiva da experiência museal, da qualidade do funcionamento da instituição e do atendimento às necessidades dos visitantes (IBRAM, 2019).

O aprendizado gerado na relação entre o público e o acervo em exposição é distinguido segundo as características em comum do grupo de visitante, que variam desde a idade, sexo, classe econômica, objetivo da visita, entre outros, fazendo deles seus instrumentos coletores de experiências. Ao visitar um museu, Almeida (1995; 1997) considera que há vários saberes e fazeres que podem ser construídos. Além disso, os aprendizados associados contemplam tanto os aspectos afetivos como cognitivos, diretamente relacionados tanto às características do museu quanto às perspectivas do visitante. Wichers; Lussim e Dionísio (2015), em relação às pesquisas arqueológicas ressaltam que na análise das diferentes narrativas acerca do patrimônio em Pilar de Goiás, o olhar crítico da coletividade não sobre o destino das coisas, mas nas oportunidades de Educação Patrimonial. A proximidade que os moradores/visitantes têm com algumas estruturas como os fragmentos encontrados nas roças, pedaços de potes, louças, cachimbos e outros objetos. Faz com que esses vejam em suas mãos a sobreposição de ocupação do lugar, de um "passado marcado por culturas sobrepostas" (WICHERS; LUSSIM; DIONÍSIO, 2015, p. 123).

Com a visita o público tem a possibilidade de realizar leituras críticas sobre a instituição, pois o aprendizado não se dá somente pela análise frente o acervo, mas também pelo trabalho das inter-relações da comunidade com o ambiente e com os fatos culturais (RODRIGUES, 2010). Ressalta-se ainda que, a interpretação vai depender de um conjunto de elementos que conectam e se comunicam com o visitante.

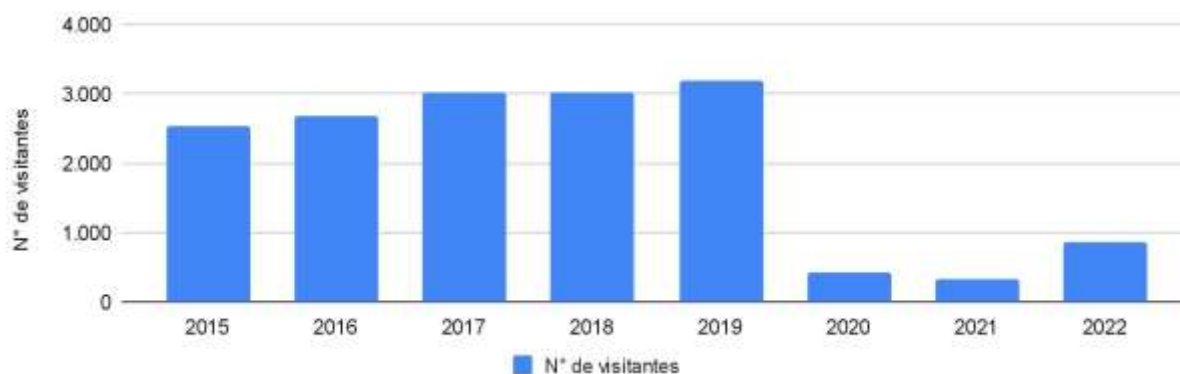
O processo de comunicação a partir dos objetos permite que o público perceba e interprete vários aspectos — científico, histórico, artístico, técnico, social — associados a eles. Os objetos expostos podem, assim, ser a base para o prazer estético, a contemplação, a observação, dentre muitas outras possibilidades. As diferenças entre os públicos e as múltiplas formas de interações sociais que podem ocorrer durante a visita, possibilitam diferentes leituras de um mesmo objeto. Portanto, para que esse processo de compreensão e apropriação sobre o objeto aconteça, é importante levar em consideração não só os diversos significados de um mesmo objeto, como as diferenças existentes entre os visitantes. (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013, p. 18).

Na trajetória entre a contemplação, a observação e a interpretação crítica desse conjunto de objetos expostos, destacam-se algumas impressões que variam de pessoa para pessoa. Essas impressões ora dependem da bagagem de conhecimentos, vivência e experiências, ora do contexto que move a ida do visitante ao museu. Dessa forma, ao entender mais sobre quem são os visitantes do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, é possível discutir alguns pontos interessantes sobre o perfil do público que frequenta o local. A guia Maria Lúcia afirma que presenciou a visita de mais de 20 mil pessoas até o ano de 2019. Assim que o

Museu Casa da Cultura organizou seu acervo e abriu suas portas para o público, até o primeiro semestre de 2022, foi contabilizado um público geral de 25.559 visitantes.

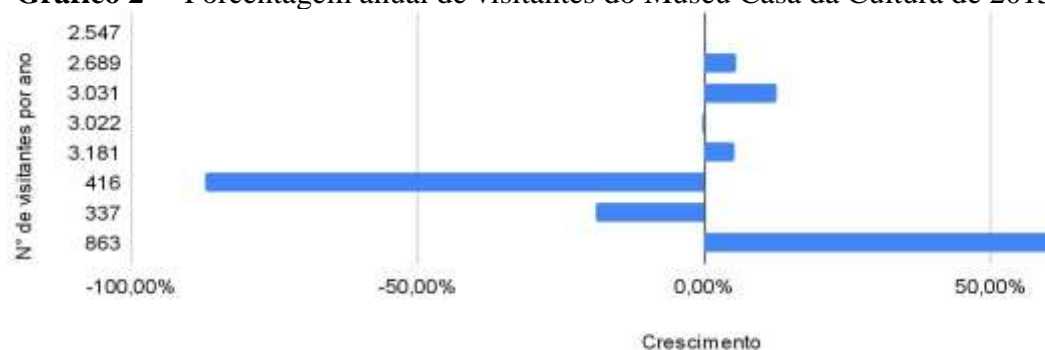
O caderno de visitação é o único documento de registro, no que se refere ao controle do público da Casa da Cultura. Nele, o próprio visitante preenche com os seguintes dados: data, nome, nível de ensino e cidade onde mora. Tomando como prioridade os dados sobre o público dos últimos oito anos, nos gráficos abaixo (gráfico 1 e 2), demonstra-se a relação de visitantes por seus respectivos anos.

Gráfico 1 – Quantitativo de Visitações realizadas ao Museu Casa da Cultura de 2015 a 2022.



Fonte: Adaptado do Livro de Visitação do Museu Casa da Cultura.

Gráfico 2 – Porcentagem anual de visitantes do Museu Casa da Cultura de 2015 a 2022.



Fonte: Adaptado do Livro de Visitação do Museu Casa da Cultura

Analisando os dois gráficos, observa-se que durante oito anos, entre 2015 e 2022, 16.086 pessoas visitaram o local. Tomando como espaço amostral 2015 a 2019, a média anual visitação equivale a 2.490 pessoas/ano, demonstrando crescimento de um ano para outro: +5,6% em 2016; +12,72% em 2017; em 2018, queda mínima de - 0,29%; e 2019 registrou aumento de +5,26% pessoas.

Os aumentos do público de 2017 a 2019 são um forte indicador de mudança na representatividade e na historicidade trazida pelo Museu Casa da Cultura. Isso contribui para

que a sociedade perceba os elementos ou os resquícios históricos e de seus influenciadores, contribuindo para que hoje vivessem, entendessem e acreditassem em suas tradições.

Em 2020, devido à pandemia e aos protocolos de segurança, o Museu Casa da Cultura ficou impedido de receber grupos de visitantes ou realizar qualquer evento que resultasse em aglomeração de pessoas. Essa foi uma realidade compartilhada por museus em todo o mundo. Muitos tiveram que adiar ou cancelar exposições devido às restrições de visitação e de deslocamento, e os funcionários foram incentivados a trabalhar de casa. A realização de reuniões on-line de equipe passou a fazer parte da realidade para muitas instituições museais, como meio mais viável para alguns tipos de tarefas, planejamentos, pesquisa, produção de conteúdo digital, entre outros. Como bem disse Denise Studart, para aqueles que exerciam suas funções no atendimento presencial, “o trabalho durante esse período de pandemia precisou ser revisto e até mesmo reinventado” (STUDART, 2020, p. 3). Assim foi feito, seja pensando em novas formas de continuar o contato com o público enquanto perdurasse o distanciamento social, seja buscando adaptar novas formas de atendimento presencial conforme regras da vigilância sanitária após o período mais crítico da pandemia.

Segundo Studart (2020), no que tange à exposição das coleções, em 2020, as instituições se debruçaram na coleta contemporânea através de registros para capturar a história da pandemia. Outras procuraram tornar mais acessível suas coleções através de *sites* na internet, criando repositórios digitais para favorecer a difusão de acervos culturais digitalizados. Naquele momento, todos compreenderam que existia – e existe – uma enorme demanda por ações digitais e assim diversas instituições apostaram nas mídias sociais – Instagram, Facebook, YouTube – preparando conteúdos para os seus sites institucionais. Dessa forma, surgiram ações como a realização de exposições virtuais e documentários online, o oferecimento de visitas remotas aos espaços do museu, e a criação de jogos interativos on-line, entre outras.

Em relação à experiência no meio digital, o Museu Casa da Cultura exerce quase todas suas atividades de forma analógica. Não há registros de atividades criadas exclusivamente pelo museu, para aproveitar e explorar novas formas de exposição ou atividades relacionadas com uso de tecnologia digital de informação e comunicação, para um possível público na Internet. Portanto, a instituição suspendeu temporariamente suas atividades durante o período da pandemia.

Embora a retomada das atividades normais tenha começado no primeiro trimestre de 2021, conforme observado no gráfico 2, em 2020, foi registrada a assinatura de 416 pessoas. Dada as circunstâncias, isso gerou uma redução de 86,9% em relação a 2019. Os números

caíram mais em 2021, somando 337. Já em 2022/1, as 863 visitas registradas, apesar de modestas, indicam um aumento de 60,96%, em relação ao mês anterior. Esse aumento pressupõe que existe um público que é mais estável, perene e outro que depende de estratégias que atraiam as pessoas para visitar o museu. Portanto, para conhecer o perfil do público visitante é necessário entender como surge o hábito de frequentar espaços culturais.

O relatório “O “não público” dos museus: levantamento estatístico sobre o “não-ir” a museus no Distrito Federal”, realizado pela Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal (CPIM) do Departamento de Processos Museais do IBRAM, publicado em 2012, aponta que esse hábito não constitui um processo que ocorre naturalmente ou é automático da população. Não ser público de um museu não se fundamenta apenas em motivos como desconhecimento, falta de acesso, ou distância geográfica. Para alguns segmentos da sociedade, inexistente uma demanda imediata de ir a museus. Portanto, essas pessoas não consideram ou compreendem essa ida como “algo necessário em suas vivências estéticas e culturais”. Assim, ocorre uma certa indisposição voluntária para frequentar uma instituição cultural. Esses casos, em que há uma exclusão simbólica que dificulta o acesso ao museu e gera um desinteresse nos indivíduos, pode ser amenizada por meio de ações educativas, e/ou modificação dos modos de musealização tradicionais e/ou oferecimento de mecanismos e conhecimento sobre os processos de musealização.

De acordo com pesquisas feitas com o público de museus no Rio de Janeiro e em São Paulo em 2008, pelo Observatório de Museus e Centros Culturais (OMCC), Programa de serviços e pesquisas da Fundação Oswaldo Cruz com foco nas relações dos museus e centros culturais com a sociedade, para a maioria das pessoas o motivo principal da visita é conhecer o museu. Logo, vão a esses lugares pela primeira vez. Por essa razão, ter uma boa experiência pode levar os visitantes a se tornarem um público constante de museus e centros culturais; também porque a visita a um museu é uma experiência de sociabilidade.

Sobre o público que visitou o Museu Casa da Cultura, a partir de 2015 (quadro 3), pode-se observar que, no quesito origem dos visitantes, naturalmente a maioria é de Itaberaí-GO, mas existem pessoas de outras localidades que, por uma razão ou outra, foram conhecer a Casa, um pouco de sua história e das atividades culturais locais, e com isso levaram consigo a experiência de estar naquele espaço cheio de histórias. No quadro abaixo (quadro 3), é apresentada a origem do público que visita/frequenta o Museu Casa da Cultura. Foram adotadas siglas para apresentar: o número de itaberinos (ITB); (OMG) para pessoas de outros municípios goianos; e (OE) de outros estados.

Quadro 3 – Quantitativo sobre a Origem dos Visitantes do Museu Casa da Cultura.

Origem dos Visitantes	Visitantes	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
ITB	15768 pessoas	2.531	2.613	3.031	2.819	3.177	414	331	852
O.M.G	243 pessoas	11	64	70	80	0	2	5	11
O.E	72 pessoas	5	12	30	20	4	0	1	0

Fonte: Adaptado do Livro de Visitação do Museu Casa da Cultura.

Com um público predominante constando mais de 15 mil itaberinos (ITB), reforça-se a importância da experiência de visitar a exposição do Museu Casa da Cultura, caracterizado como um Museu-Casa que mescla um pouco da biografia do Coronel João Elias da Silva Caldas, um homem influente e precursor da antiga Currálinho, e de sua família. Seu percurso político o fez conhecido por outras cidades, portanto, sua antiga casa passa abrigar e influenciar direta e indiretamente nos saberes e fazeres culturais dos cidadãos de Itaberaí, bem como para 315 pessoas fora das divisas municipais e estaduais que visitaram o espaço.

No relatório sobre o “não público” dos museus (2012), foi observado que a frequência ou não a museus é motivada pelo gosto, pela opção de lazer/diversão e pela curiosidade. Consequentemente, a ação de quem frequenta museus envolve tempo livre, portanto, esse tempo deve ser empregado em uma atividade prazerosa, e disso parte a relação com o gosto por tal atividade. Por essa razão, a proporção do público de outros municípios goianos (OMG) e de outros estados (OE) que aparecem no resultado da pesquisa representa aqueles que dedicaram um tempo para exercitar o gosto de visitar museus, conhecer e intercambiar interesses culturais.

Durante a pesquisa, sobre o público do museu, os registros que documentam a presença de visitantes de outros locais não apresentam informações adicionais sobre esse público em específico. Mas, a partir de buscas pela Internet, encontramos 6 depoimentos³⁰ divulgados diretamente em um site conhecido de turismo e lazer³¹ com o título “Casa da Cultura Coronel

³⁰As novas tecnologias com acesso à Internet possibilitaram capturar e compartilhar o conhecimento coletivo mais facilmente. Depoimentos se tornarão comuns e conhecidos, e servem como forma de dar sua opinião e compartilhar experiências sobre um lugar ou serviço para outros interessados, que usam a Internet para saber mais sobre esse assunto, fazer elogios, críticas ou sugestões.

³¹O Tripadvisor, fundado em 2000, é um site de viagens que fornece informações e opiniões de conteúdos relacionados ao turismo. Por meio da plataforma, empresas ou pessoas, divulgam seu local no site e os usuários avaliam as experiências oferecidas por elas. Dessa forma, clientes se beneficiam fazendo uma melhor escolha e

João Caldas - Itaberaí” como pode ser visto na imagem (Figura 25). Na imagem é possível saber o local onde moram os depoentes, nome e foto. Já no quadro (quadro 4) destacam-se a data da publicação, o depoimento/avaliação, o nome e a cidade de origem.

Figura 25 - Imagem da página na plataforma Tripadvisor: espaço virtual de compartilhamento de experiências dos visitantes da Casa da Cultura Coronel João Caldas.



Fonte: Avaliação sobre a Casa da Cultura Coronel João Caldas na plataforma Tripadvisor, 2022.

Quadro 4 - Registro de visitantes de outras cidades, estados e país.

Data	Experiência do público	Autor, Cidade e Estado	
10 de Janeiro de 2014	<p>Motivo: Família</p> <p>Viajamos para Itaberaí para um casamento de uns parentes. Como a cerimônia seria a noite e chegamos na parte da manhã, resolvemos dar uma volta pela cidade. Ao passar em frente à uma praça, vimos a placa da Casa Cel. João Caldas. Resolvemos parar mais necessariamente pelo vendedor de picolé que ali estava parado. Como teríamos um tempo disponível resolvemos entrar no Museu para ver o que ali tinha, e confesso que foi uma agradável surpresa, pois contém um rico acervo da história natural da cidade. Recomendo</p>	JH Bretas	Goiânia, Goiás.
12 de Agosto de 2014	<p>Motivo: Amigos.</p> <p>Essa região toda é de uma cultura riquíssima no Goiás. Eu recomendo a visita a este museu. Vale a pena.</p>	Juliana	Santana, Amapá.
22 de Dezembro	<p>Motivo: Família.</p> <p>Muito bom interessante saber da história da</p>	Tatiana C.	Goiânia, Goiás.

estabelecimentos são promovidos pelas recomendações. No site os viajantes encontram diversos recursos e informações turísticas do mundo todo. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2347266-d4376528-Reviews-Itaberaí_Casa_Coronel_Joao_Caldas_History_Museum-Itaberaí_State_of_Goias.html>

de 2014	cidade pouco divulgado fiquei sabendo por acaso, mas gostei muito		
17 de Abril de 2015	Motivo: Família Casa da cultura coronel João Caldas mostra mais sobre cidade de Itaberaí/GO e também sobre a nosso Estado de Goiás. Apesar da pouca divulgação é um lugar muito rico para nossa história.	Maísa P.	Montevideo, Uruguai.
18 de Abril de 2015	Motivo: A sós. É uma das primeiras casas da cidade de Itaberaí-Go, e tem muita importância para a população local. Simples.	José Geraldo C.	Goiânia, Goiás
30 de Novembro de 2015	Motivo: Museu. O museu conta parte da história de Itaberaí. Localiza-se em uma casa antiga que mantém vivas as lembranças de um período de nossa história.	Marcos H.	Itaberaí, Goiás.

Fonte: Plataforma Tripadvisor: Casa da Cultura Coronel João Caldas, 2020.

Conforme demonstram os seis relatos de visitantes no quadro 4 acima, cinco são de outras localidades e um é de Itaberaí. O objetivo não é promover os relatos, mas atentar para a importância do público do museu, principalmente na reverberação de todo trabalho desenvolvido pela instituição, e para a facilidade de acesso a esse espaço. O quadro em si representa e dá destaque ao que faz sentido para aquela pessoa/comunidade, naquele tempo e por escolha própria, conforme ressaltam Wichers, Lussim e Dionísio (2015).

De acordo com a OMCC (2008), em muitos lugares do país há uma certa dificuldade de acesso, associada a uma forma de exclusão socioespacial. Nas grandes cidades brasileiras, os principais museus se localizam em regiões centrais e/ou em bairros ditos “nobres”, o que dificulta o acesso das populações suburbanas e periféricas, na maioria das vezes por hipossuficiência econômica e de tempo livre suficiente para ser gasto no deslocamento até a região onde se encontram os museus e centros culturais mais conhecidos.

Ainda de acordo com os dados da OMCC (2008), 80% dos visitantes vão aos museus acompanhados, seja por cônjuge, familiares ou amigos. No caso da Casa da Cultura, não existem informações sobre isso. Dada a importância para o patrimônio local, para além das portas e janelas do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, a presença de mais visitantes locais e de outros municípios goianos, estados, e países, é pequena por que o museu é pouco divulgado?

Como já foi dito, a memória é o coração do testemunho (que aqui será chamado de depoimento) e do reconhecimento. Os depoimentos do público do museu constituem-se, em

sua essência, de lembranças que a pessoa ou o grupo conseguiu registrar e resgatar, sobre fatos e reconhecimento de seus personagens. Quanto mais detalhadas e fidedignas forem estas narrativas/lembranças, melhor será o depoimento.

Maria Lúcia, secretária executiva e guia do Museu, em sua fala a respeito do público que visita/frequenta a instituição revela com satisfação que os visitantes são:

Desde a educação infantil até os graduados e pós-graduados doutores. Não só da comunidade do município, mas até de outros municípios e também de outros países de outros estados vêm, tudo vêm à procura da nossa história, do nosso acervo [...]. (Maria Lúcia, entrevistada em 19/04/2022).

Nesse contexto, o museu procurou fortalecer as relações com as escolas da cidade, por meio de ações educativas, buscando o apoio dos professores de História. Com isso, procurou-se validar a importância de estarem mais envolvidos, e de perceber o museu como um instrumento de ensino e de atividades práticas. Consequentemente, houve uma significativa alta das visitas da comunidade itaberina. Observando o gráfico 3, separamos o público do museu em 2 grupos e obtemos o perfil predominante do seu público no somatório dos oito anos (2015 a 2022).

Gráfico 3 – Perfil Relativo dos Visitantes do Museu Casa da Cultura 2015-2022: Comunidade Local e Comunidade Escolar, ambos Itaberinos.



Fonte: Adaptado do Livro de Visitação do Museu Casa da Cultura.

Pelo gráfico acima, percebemos que a comunidade escolar (em azul), representa 67% do público visitante. No geral, a comunidade local é mais constante em números, apesar de serem baixos. Observando o quadro 4 a seguir, de 2015 a 2018 a comunidade local permaneceu estável. Em 2019, obteve um aumento de 88,6%. Mas a comunidade escolar veio ao longo dos cinco anos apresentando crescimento sucessivo. Em 2019, cresceu 90% em relação ao ano de 2018. E de certo modo supera o exposto por Navas; Contier; Souza (2013) sobre a representatividade dos grupos escolares serem 50% do público frequentador destes espaços, pois foi observado que no Museu Casa da Cultura esse percentual oscila entre 67% e 70%.

Quadro 5 - Grupos que compõem a Comunidade Escolar

Perfil do público	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
ESF1	780	860	857	967	987	0	0	108	4.559
ESF2	587	738	878	893	935	16	0	115	4.162
ESM	120	198	178	142	190	0	7	218	1.053
ES	215	158	183	103	89	0	0	35	783
Comunidade Local	815	659	835	817	976	398	325	381	5.206
	2.517	2.613	2.931	2.922	3.177	414	332	857	15.763

Fonte: Adaptado do Livro de Visitação do Museu Casa da Cultura.

O quadro acima, em relação aos anos de 2020 e 2021, revela as consequências da pandemia, com a suspensão das atividades presenciais nas escolas e nas universidades da rede pública e privada, iniciada em 15 de março de 2020, voltando-se às atividades normais apenas em janeiro de 2022. Tal situação afetou diretamente a Comunidade Escolar que aparece subdividida em grupos: ESF1 e ESF2 (Ensino Fundamental 1 e 2), ESM (Ensino Médio) e ES (Ensino Superior).

A visita dos grupos escolares ao Museu Casa da Cultura tem sido a responsável por movimentar de segunda à sexta a agenda da semana. Conforme explica Navas; Contier; Souza (2013, p. 24), desde o final do século XIX existem relatos de visitas escolares, embora essa tenha se tornado uma ação corriqueira somente após 1960. É importante saber valorizar esse momento, até porque, para muitos, a primeira visita é, muitas vezes, a única que farão a uma instituição museológica.

O grupo ESF1 representa dentro da comunidade escolar o maior público, sendo aqueles que possuem de 6 a 11 anos. Portanto, são crianças e como tal, produtoras de cultura dado seu reconhecimento como seres sociais e históricos. Essas possuem um jeito próprio de fazer escolhas e de influenciar as escolhas daqueles que estão próximos a elas. Portanto, tê-las como referência de público requer que aquele lugar faça sentido para essa faixa etária.

É na interatividade entre os adultos e a criança dentro do espaço museal que ela vai naturalmente construindo uma narrativa interpretativa dos elementos em exposição. No entanto, esse processo deve ocorrer de forma gradativa e planejada, focando em apenas um

tema, sobre o qual a escola possa dar continuidade em suas atividades na sala de aula (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013).

Analisando os gráficos e quadros apresentados, pode-se compreender a relevância do Museu Casa da Cultura, principalmente para a educação formal, tornando-se um espaço oferecem mecanismos e ferramentas para que o professor perceba nele vários parâmetros condizentes às suas aulas, sobretudo quando se fala sobre a representatividade necessária de conteúdos curriculares e do cotidiano dos educandos.

Outro grande influenciador sobre o quantitativo de público seria a identificação do público com a instituição. Isso porque, segundo Almeida (1995, p. 329), “como outras instituições culturais, os museus atraem aqueles visitantes que se identificam com suas propostas. Ao longo dos anos, os museus definiram sua imagem para o público e criaram também sua imagem do público” dentre elementos que motivam. “Durante a visita ao museu, o público pode se divertir, se chatear, aprender, aumentar sua curiosidade sobre alguns temas, se cansar, etc..”. Dentre as inúmeras possibilidades de aprendizagem, a forma em que ela ocorre no museu é muito discutida pelos educadores. Essa discussão se motiva pela necessidade de entender o tipo de público, bem como criar ações que os motivem indiretamente na preservação desses patrimônios culturais.

Outro grupo que merece atenção são os idosos. Segundo Navas e Contier e Souza (2013), o Brasil ainda apresenta uma pequena demanda de público referente aos idosos, mencionando que tal dado se diferencia das outras localidades do mundo, pois em outros países a taxa de visitação do público idoso é relativamente alta. A guia do Museu Casa da Cultura, Maria Lúcia, afirmou que existe público significativo quando o assunto são os idosos, contrariando as estimativas nacionais. Nesse sentido, pode-se inferir que, por grande parte do museu possuir um acervo caracterizado por doações, como mencionado na entrevista realizada, haveria uma vontade inerente à população em resguardar suas memórias por meio de instrumentos materiais ou imateriais, para serem recordadas sempre que possível, fazendo com que este tipo de instituição desperte o interesse de tal público.

Mais do que para qualquer outro público, valorizar suas experiências prévias é fundamental. Quando as perspectivas de futuro são incertas, apoiar-se nas memórias do passado é prática muito comum entre os idosos. Por isso, se uma visita educativa valoriza relembrar o passado e recontextualizar fatos e histórias, ela pode ser muito valiosa para esses grupos. Nesse processo os museus podem contribuir muito para trabalhar com o lado cognitivo e emotivo desse público. (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013, p. 30).

Essa rememoração é uma característica presente entre o público idoso, que muitas vezes se dá pela possibilidade de terem vivido em épocas que foram eternizadas pelos museus. Assim, para eles, reviver costumes, histórias, práticas, seria retornar a um passado saudoso.

As visitas influenciam diretamente na construção de aprendizado gerado por qualquer tipo de público. Tanto os educadores/mediadores/guias quanto os professores devem se atentar não pelo conhecimento que acreditam ser relevante, mas pelas ações e atitudes que significaram a permanência e a influência sobre os saberes e fazeres que estarão envolvidos sobre eles.

Saber que a visita a um museu é tida como um momento de lazer educativo coloca para as equipes o desafio de aliar lazer e fruição com um caráter educacional no planejamento de suas atividades. O aspecto educacional dos museus deve, portanto, estar presente em todas as ações propostas para o público (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013, p. 23).

Esse lazer educativo permite que os alunos se sintam motivados pela espera de novas oportunidades de aprendizagem, desde que aconteça de forma natural. Incluir ações mediando relações entre museus e instituições escolares permite um ensino pautado no cotidiano, tornando relevante a origem de princípios culturais. Esse processo que relaciona conteúdos curriculares às práticas desenvolvidas nas instituições museais contraria formas de ensino guiadas pela “transmissão” de conhecimentos. Nos alunos, deve-se mediar o desenvolvimento de capacidades para filtrarem informações significativas, para que se gere aprendizado.

Vimos ao longo dessa discussão que os museus apresentam diversas possibilidades para acolher tanto a comunidade local, como a escolar, embora também se deparam com alguns empecilhos. Navas, Contier e Souza (2013) mencionam que a existência dos seguintes fatores causa um afunilamento às visitas: falta de divulgação, dificuldade de transporte ou acesso; e custo do ingresso ou de uma visita. Por mais que existam falhas e dificuldades referentes às políticas públicas da instituição, esta representa um espaço destinado ao aprendizado. Todas as influências que conduzem as práticas museológicas evidenciam que conhecer seu público com maior poder de diálogo contribuirá com o desenvolvimento da ação educativa.

2.2.2 As Ações de Educação Patrimonial na Casa da Cultura

O conhecimento crítico e a apropriação consciente pela comunidade itaberina do seu Patrimônio são fatores indispensáveis para e no processo de preservação consciente dos bens materiais e imateriais assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. Desde a criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – em 1937,

este assumiu a responsabilidade de desenvolver iniciativas e projetos, instaurando documentos que reforçam a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio. Do mesmo modo, o Iphan instituiu um campo de discussões teóricas, conceituais e metodologias de atuação nas quais se encontram a base das atuais políticas públicas de Estado na área (FLORÊNCIO et al, 2014).

Em meio a necessidade de uma maior sistematização das ações educativas frente às políticas de preservação, o Iphan criou "uma área específica voltada para as ações educativas ligadas à preservação do patrimônio cultural brasileiro" (FLORÊNCIO, 2019, p. 58). Atualmente, todos os assuntos ligados à Educação Patrimonial do IPHAN, são de responsabilidade da Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (COGECON). Portanto, o Iphan, ao longo de 14 anos priorizou sistematizar diretrizes e eixos norteadores fundamentais na área, buscando formas de ampliação. E dentre essas a consolidação do entendimento da educação como processo que privilegie a construção coletiva e dialógica do conhecimento, identificando a comunidade como sujeitos históricos e transformadores de suas realidades em seus territórios (FLORÊNCIO, 2019).

Na mesma perspectiva, o caráter pedagógico dos museus já era apontado por Mário de Andrade como lugar estrategicamente de grande relevância educativa. Até porque no anteprojeto de criação do IPHAN (na época ainda era o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN), ele sugeria entre outras coisas, a criação de uma Seção dos Museus, que segundo suas concepções, deveriam ser ecléticas, com acervos heterogêneos, os critérios de seleção das peças deveriam ser definidos pelo valor que representam para a comunidade local (FLORÊNCIO et al, 2014).

Assim, a Educação Patrimonial tem sido utilizada como política pública no âmbito do Iphan. Por sua vez, há também a Educação Museal adotada como política pública do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A esse respeito, no âmbito do Iphan foi criado, em 2004, o Departamento de Museus e Centros Culturais - DEMU, responsável pela Política Nacional de Museus, que foi sucedido em 2009, pelo IBRAM (CAZELLI; VALENTE, 2019). Como o centro de gravidade da política cultural brasileira passa pelo território dos museus, em 2017, após um processo de construção coletiva iniciada em 2010, educadores museais, agentes públicos, professores, estudantes, pesquisadores e demais profissionais de museus colaboraram para a criação da Política Nacional de Educação Museal (IBRAM, 2022).

Uma das principais funções de um museu é a educação museal (IBRAM, 2022). As ações educativas nos museus acontecem desde a criação dos primeiros museus no Brasil, logo, não é possível definir um marco zero para educação museal. Com a criação do Ibram, transferiu

para este instituto a gestão que antes era atribuída ao Iphan. Ao longo do tempo, mediante as diferentes discussões, ações e programações sobre as ações educativas, tem-se evoluído bastante para abarcar inúmeras funções e públicos diversos dos museus. Logo, com as mudanças no mundo dos museus, as concepções das exposições abertas ao público passaram a ter caráter mais didático, diferenciando das apresentações exaustivas das coleções de estudo, de pouca conexão entre os visitantes e os saberes contidos nos espaços do museu. Em contraponto, às ações de educação em museus passaram a ser definidas pelo conjunto de valores, conceitos, saberes e práticas que objetivavam o crescimento do visitante e da comunidade. Embora ainda existam instituições produtoras de elites políticas, espaços de poder distanciados da maioria da sociedade e ausentes em muitos territórios (CAZELLI; VALENTE, 2019).

A Casa de Cultura Coronel João Caldas, lugar de memórias e histórias, embora hoje seja uma casa simples, é também muito rica de histórias que lembram o povo goiano e seus ofícios principais, tanto na agricultura quanto na pecuária. O edifício de cômodos largos, quintal abastado de frutas, com janelas e portas largas, todas de madeira, e abriga fotos de gente antiga e de um povo que usava técnicas antigas, mas que correspondiam ao jeito contemporâneo de sua época. E, assim, os museus representam espaços que possibilitam a construção de diversos saberes e fazeres inerentes aos objetos, ao espaço estrutural e à história relatada durante a visita (COELHO, 2009).

... o museu é muito mais que um local de acumulação de objetos, sua função é conservar, estudar, valorizar e expor ao público elementos da vida social que estejam ligados de formas diversas à história e à memória. Os museus são fontes de conhecimento, pois materializam um contexto histórico e através de objetos e de outras maneiras preservam a realidade de uma época, de um costume, de uma utilidade, enfim daquilo que foi, pois a partir do momento da entrada de um objeto em um museu ele deixa de exercer sua função original e passa a ser conservado para fins de preservação de memória (COELHO, 2009, p. 17).

Os museus possuem variadas possibilidades de integrar a comunidade com atividades culturais, relacionando conhecimentos contemporâneos aos de décadas passadas. Com isso, confirma também seu papel de preservação e de difusor de conhecimentos, valorizando a diversidade cultural. As ações educativas ou a educação patrimonial permitem interações entre os agentes presentes nos museus, bem como as relações diretas sobre o tipo do acervo exposto. Conhecer e compreender a relevância do patrimônio cultural, visando à importância da preservação de espaços físicos - históricos, bem como das memórias por meio de bens

imateriais, propicia ao público construir conhecimentos não somente sobre a história contada pelos objetos, mas também sobre a relevância da existência de instituições desse tipo. Nessa perspectiva, “As atividades desenvolvidas nos museus compreendem ações e programações que envolvem a participação da comunidade em práticas educacionais e culturais.” (IBRAM, 2011, p. 38). A respeito da concepção de ações educativas, Navas e Contier e Souza (2013) as definem como sendo:

[...] estratégias que permitem ao visitante entrar em contato com a perspectiva daqueles que conceberam a exposição; mas também permitem construir seus próprios significados sobre aquilo que se vê. Os educadores, por meio de suas ações e estratégias, têm o importante papel de dialogar com os diferentes públicos, negociando sentidos e ajudando na compreensão de novas perspectivas (NAVAS; CONTIER; SOUZA, 2013, p. 49).

Assim, a construção de seus próprios significados só acontece na medida em que o indivíduo percebe algo relevante, confrontando-o com sua realidade, seu cotidiano. Novos pressupostos condicionam o conhecimento, por meio da autonomia, motivação e criatividade. Desta forma, as ações educativas devem ser desenvolvidas sem determinações, mas devem ser planejadas e guiadas com base em objetivos e referenciais teóricos, relacionados à proposta apresentada.

Sobre as atividades propostas pelo Museu Casa da Cultura, destacam-se: a Semana de Museus; e a Primavera dos Museus; Visitações reservadas pelas escolas; Eventos para lançamentos de livros, Festas Culturais; Foliás, entre outros. Essas atividades exemplificam a inserção do museu na comunidade, como instituição educativa.

Dentre os eventos nacionais que envolvem os museus, a Semana de Museus ocorre anualmente em comemoração ao Dia Internacional dos Museus, em 18 de maio. Como a data foi criada em 1977 pelo Conselho Internacional de Museus (Icom), o Dia Internacional de Museus tem como objetivo sensibilizar sobre o papel dos museus no desenvolvimento da sociedade. Portanto, cabe ao Icom delimitar um tema que norteará as atividades propostas por cada instituição. O Brasil é considerado um dos países que mais celebram a data, e a duração do evento tem como parte dos objetivos: “Promover, divulgar e valorizar os museus brasileiros; Aumentar o público visitante; Intensificar a relação dos museus com a sociedade” (IBRAM, 2019, p. 1).

A primeira Semana Nacional de Museus ocorreu no ano de 2003, contando com 57 museus inscritos e 207 eventos. De acordo com Benedito Magno, membro da AILA, o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas começou a participar da Semana dos Museus no ano de 2005, mais especificamente na 3ª edição com o tema “Museus: Pontes entre

Culturas”. Porém não foram encontrados dados relacionados ao público participante e nem folder do evento. Devido a algumas informações contraditórias durante a pesquisa, existe um eco nos registros sobre as participações do museu de 2006 a 2011. Já em 2012, 2013, 2014 foi possível obter acesso aos dados sobre o público participante, mas não aos folders personalizados pelo museu e nem fotos públicas sobre os eventos.

Para entender a eficiência desses eventos promovidos pelo IBRAM (2019) e realizados pelos museus inscritos, a instituição realiza pesquisas e cria um banco de dados com os resultados de participação dos museus. Portanto, desde sua primeira edição, foi registrado aumento médio de 25% anual de instituições participantes e, somado ao número de eventos cadastrados, houve um aumento de 103% do número de visitantes em relação ao número do evento anterior. O Museu Casa da Cultura participou de 6 edições na Semana dos Museus, conforme exposto no quadro a seguir.

Quadro 6 - Participação do Museu Casa da Cultura Coronel João Caldas Semana de Museus

Ano	Edição	Tema da Semana de Museus	Público
2012	10°	Museus em um mundo em transformação: novos desafios, novas inspirações	1.820
2013	11°	Museus (memória + criatividade) = mudança social	4.506
2014	12°	Museus - Coleções Criam Conexões	1009
2015	13°	Museus para uma Sociedade Sustentável	850
2016	14°	Museus e Paisagens Culturais	977
2017	15°	Museus e Histórias Controversas - dizer o indizível em museus	1.047
2018	16°	Museus hiperconectados: novas abordagens, novos públicos	1.051
2019	17°	Museus como Núcleos Culturais: o futuro das tradições	1.000
2020	18°	Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão	-
2021	19°	O futuro dos Museus: recuperar e reimaginar	-
2022	20°	O poder dos Museus	-

Fonte: Adaptado do Livro de Visitação do Museu Casa da Cultura.

Tomaremos como parâmetro de observação as últimas oito edições, ou seja, a partir da 13ª edição. Na fotografia a seguir, será apresentado o tema da 13ª Semana dos Museus, em 2015, na qual o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas deveria promover ações reflexivas sobre o papel dos museus para uma sociedade sustentável. Na ocasião, a equipe da Casa de Cultura preparou apresentações teatrais e musicais, danças, e exposições do acervo do museu e de artes plásticas locais. A programação detalhada das atividades oferecidas pela equipe do Museu Casa da Cultura fica disponível no site do IBRAM, a cada ano.

No folder abaixo, da 13ª Semana dos Museus, além do elemento natureza fortemente destacado na imagem, percebemos a interação do homem negro com esse meio. Nota-se na Programação que, por meio de apresentações culturais, o cronograma deixou evidente um comprometimento em difundir a relação entre o meio ambiente e sua vida social, carregada de historicidade. Segundo o Icom, “um dos desafios contemporâneos mais importantes, compartilhado por pessoas em todo o mundo, é adaptar-se às novas formas de vida e desenvolvimento dentro dos limites da natureza” (IBRAM, 2015).

Figura 26 – Folder da 13ª Semana de Museus para uma Sociedade Sustentável.

13ª SEMANA DE MUSEUS

18 a 24
MAIO
2015

MUSEUS
PARA UMA
SOCIEDADE
SUSTENTÁVEL

Confira a programação em
www.museus.gov.br
#semanamuseus2015
museusbr

BARRACÃO CULTURAL
18/05/2015 - 14h às 17h
ABERTURA - Vivência Artística -
O Mato Que Me
Rodeia, com Marcelo Fecunde

**MUSEU HISTÓRICO DE
ITABERÁ "CASA
CORONEL JOÃO CALDAS"**

18/05/2015 - 19h às 20h
ABERTURA -
Performance - O homem da
cabeça de papelão - Grupo
Barracão
APRESENTAÇÃO musical com
Carlos Rodrigues de Moraes.
Projeto de música do Col. Est.
Honestino Monteiro Guimarães
20h às 20h30
PERFORMANCE - Gota (Grupo
Barracão)
20h30 às 22h
EXPOSIÇÃO - Tramas da
Natureza, com obras de
artistas itaberinos.
Curadoria/concepção: Marcelo
Fecunde, Ângelo Machado,
Marta Cristina e
Silvana Amaral.

Apelo:

Realização:

Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaberá - GO.

Assim, evidencia-se que o papel que os museus representam é mais complexo que a ideia de rememorar ou de serem designados como “lugares de memória”, pois, com as atividades propostas nessas instituições, promovem-se reflexões sobre o papel desse homem histórico que luta pela preservação do seu meio. Os museus tomam parte nessa transição, provocando reflexões na construção de uma sociedade que se conscientize sobre suas ações e que reconheça os problemas que podem ser provenientes de desperdícios, já que a luta pela sustentabilidade incentiva atitudes cooperativas e responsáveis, tanto sobre a humanidade quanto sobre o meio ambiente.

No ano em que o museu participou e programou as atividades na 13ª Semana dos Museus, foi um dos 1.378 participantes inscritos que somaram juntos um total de 4.570 atividades cadastradas e realizadas por esses museus brasileiros. Houve com isso um aumento do quantitativo de participantes, sendo o número do total de visitantes/participantes 22,04% maior em relação ao ano anterior. O volume maior de público veio das unidades escolares do ensino fundamental 1ª fase, com aumento de 32% em relação ao ano anterior. Em segundo ficou a comunidade local que aumentou em 25% sua participação relativa.

Segundo Maria Lúcia, guia e secretária executiva do museu, esse aumento expressivo no público da Comunidade Escolar, principalmente da rede pública, deve-se também à iniciativa do museu em fazer divulgação sobre esse espaço nas escolas municipais e estaduais de Itaberaí. Para isso, os professores foram convidados a levar seus alunos e participar das atividades. Com apoio da prefeitura municipal, foi disponibilizado o transporte para levar os estudantes até o museu. Esse é o sentido pedagógico do museu, como disse Chagas (2006, p. 98) “a compreensão desses espaços como agência educativa, como veículos de participação da coletividade e como área de convergência de esforços da sociedade civil e do governo”.

Em maio de 2016, foi a vez da 14ª edição – Museus e paisagens Culturais. Na imagem 28, destaca-se o encarte publicitário da Semana que veio com os dizeres enfáticos “Itaberaí tem Museu e faz parte da programação do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus)” com destaque para os objetivos descritos no folder:

Divulgar a relação entre museus e paisagens culturais como enfoque norteador das discussões da 14ª Semana dos Museus, priorizando a data de 18 de maio Dia Internacional dos Museus;
Atender ao chamado do IBRAM e IPHAN à abertura de portas aos contextos externos, enfatizando a necessidade de valorização das culturas e da diversidade paisagística do país, um magnífico mosaico de bens culturais;

Tomar a 14ª Semana dos Museus como convite à compreensão do espaço cultural das comunidades como ambiente sujeito à construção e reconstrução constantes à ordem da diversidade cultural;

Considerar as instituições museológicas como espaço de comunicação, conhecimento, pesquisa e aprimoramento de importantes práticas culturais para além da preservação da memória, qualificando entornos, vilas, cidades e demais pontos habitados;

Reconhecer o papel estratégico dos museus no desenvolvimento local, bem como na construção da cidadania, dinamizando oportunidades (Folder 14ª Semana dos Museus Itaberaí, 2016).

Os objetivos adotados seguem a estratégia adotada pelo IBRAM desde a criação do evento, que é priorizar o Dia dos Museus, além de gerar provocações que despertem para a riqueza cultural encontrada em cada região do país, principalmente pela diversidade paisagística natural. Dessa forma, pretende-se também convidar a comunidade a compreender que são sujeitos que constroem e reconstróem a ordem da diversidade cultural.

Figura 27 - Folder da 14ª Edição da Semana de Museus divulgando a identidade do museu local junto ao IBRAM



Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaberaí - GO.

Na frase “Itaberaí tem Museu” (figura 27), para além da preservação da memória, nota-se também uma forma de despertar o interesse pelo museu, como instituição que tem um importante papel na qualificação, sejam de vilas, cidades, ou quaisquer locais que importem às populações em relação a suas identidades e à preservação de seu patrimônio. O museu é também um dinamizador no desenvolvimento local e gerador de oportunidades culturais e econômicas para Itaberaí, além de ter um espaço multidisciplinar, de saberes e fazeres, pesquisa e aprimoramento de práticas de preservação e construção cidadã por meio de suas ações educativas.

O tema escolhido – “Museus e paisagens culturais” – faz referência às paisagens específicas de cada região do Brasil, sendo identificadas inclusive pela relação estabelecida entre os grupos sociais e o território. Nesse sentido, nota-se que as populações estão muito conectadas às dinâmicas das paisagens e da natureza, mesmo dentro das metrópoles, e possuem fortes laços de pertencimento com as localidades, herdando e transmitindo as tradições culturais. Isso, no todo, gera uma diversidade cultural riquíssima de espaços que abrigam pessoas com diferentes heranças culturais e que trazem influências múltiplas em termos de arquitetura, culinária, costumes, vestimentas, falares, artes e outros (IBRAM, 2015).

Figura 28 - Folder com a Programação da 14ª Semana dos Museus realizada de Museus Casa de Cultura Coronel João Caldas

14ª SEMANA DOS MUSEUS

MUSEUS 16 a 22
CULTURÁRIOS 2016

OBJETIVOS:

- Dissolva a relação entre museus e paisagens culturais como enfoque norteador das discussões da 14ª Semana dos Museus, priorizando a data de 18 de maio Dia Internacional dos Museus;
- Atender ao chamado do IBRAM e IPHAN à abertura de portas aos contextos externos, estimulando a necessidade de valorização dos culturais e da diversidade paisagística do país, magnificando espaços de bens culturais;
- Tratar a 14ª Semana dos Museus como convite à apropriação do espaço cultural das comunidades como ambiente sujeito à construção e reconstrução constantes a ordem da diversidade cultural;
- Considerar as instituições museológicas como espaço de comunicação, ventanhamento, pesquisa e aprimoramento de importantes práticas culturais para além da preservação da memória, qualificando praias, vilas, cidades e demais pontos habitados;
- Reconhecer o papel estratégico dos museus no desenvolvimento local, bem como na construção da cidadania, dinamizando oportunidades culturais e econômicas.

IMPORTANTE:
As atividades realizadas já se encontram agendadas conforme o respectivo Guia de Cultura Cel. João Caldas

Local: CASA DE CULTURA CEL. JOÃO CALDAS
Rua Capitão Caldas, 16 - Centro, Itaberaí-GO

PROGRAMAÇÃO:

16 DE MAIO DE 2016 DE 19:00 ÀS 22:00 H.
* ABERTURA da 14ª Semana dos Museus pelo Presidente da AILA, Odilonilson Beneditino Moura.

Um Olhar Especial pelos alunos da Inclusão do Colégio Estadual Honório Monteiro Guimarães à curadoria de Ângelo Machado, Marcelo Fecunde e Sílvia Amaral e Performance Confissões por alunos do Programa Mais Cultura desta mesma escola.

17 DE MAIO DE 2016 DE 19:00 ÀS 22:00 h.
* Palestra com o tema Paisagens Naturais, Rios e Outras Histórias pela SEITA (Sociedade Ecológica de Itaberaí)

18 DE MAIO DE 2016 DE 14:00 ÀS 16:00 h.
Dia Internacional dos Museus
* Roda do Tempo: Chás, Memórias e Pratos. Organização: Creana Arrais e Sílvia Amaral.

19 DE MAIO DE 2016 DE 19:00 ÀS 22:00 h.
* OFICINA: Paisagens Culturais na Poesia. Organização: Profas. Acadêmicas da AILA Rita de Cássia Silva e Maria das Graças Morais

DIA 20 DE MAIO DE 2016 DE 14:00 ÀS 16:00 h.
* OFICINA: Iniciação ao Desenho
Organização: Artistas Plásticos da AILA Nires Soares e Escardo Pinheiro com participação das Acadêmicas Valéria Vilela e Marilda Aquino Pinheiro

DE 19:30 ÀS 21:00 h NA CÂMARA MUNICIPAL.
* Palestra com o tema História e Valores de Música pelo Maestro Carlos Rodrigues de Moraes e Lançamento do CD 'O Amigo', do cantor Itaberaí Brito

DIA 21 DE MAIO DE 2016 DE 9:00 ÀS 12:00 h.
* Conferência Sociointerativa - Barão do Quental - Organização do Grupo Barão.

DIA 21 DE MAIO DE 2016 - DE 10:00 ÀS 14:00 h.
* ENCERRAMENTO ao decoro religioso da Folia do Divino Espírito Santo se dirigindo à Casa de Cultura Cel. João Caldas para

Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaberaí - GO.

Florêncio *et al* (2014, p.23) afirma que “é imprescindível que toda ação educativa assegure a participação da comunidade na formulação, implementação e execução das atividades propostas”. Foi por esta razão que, dentre as oportunidades oferecidas na programação do evento, a equipe do Museu Casa da Cultura preparou uma série de atividades como: exposições fotográficas, palestras, oficinas de pintura, rodas de conversas e bazar de quintal. Como proposta de construção coletiva, trouxe a exposição fotográfica “Um Olhar Especial”, um trabalho fotográfico realizado pelos alunos da inclusão do Colégio Estadual Honestino Monteiro Guimarães. Foi oferecida também uma oficina de Iniciação ao desenho, organizada por artistas plásticos, que trabalharam o desenho de observação das paisagens culturais (figura 29)

Figura 29 - Registro da 14ª Edição da Semana dos Museus: oficina de desenho, paisagens e alunos do Colégio Estadual Honestino Monteiro Guimarães



Fonte: Acervo do Barracão Cultural, 2016.

Nas imagens acima, observa-se o registro do 4º Dia, no qual acontecia a oficina de desenho, com várias atividades e participantes que podem ser vistos nas imagens 29: G, H e I. A atividade é o resultado de uma parceria entre Barracão Cultural – Colégio Honestino Monteiro Guimarães – Ciranda da Arte Regional Itaberaí – Academia Itaberina de Letras e Artes. A oficina ocorreu em um dos cômodos principais do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, em meio ao cenário expositivo da Casa-Museu. Além disso, as atividades foram dedicadas para a divulgação, promoção e realização de ações financiadas pelo programa Mais Cultura nas Escolas – financiadas por edital do Ministério da Cultura em 2014 – e estão na segunda etapa do programa.

Para Florêncio *et al* (2014, p. 23), iniciativas educativas, como essas realizadas no espaço do museu, devem ser consideradas “um recurso fundamental para a valorização da diversidade cultural e para o fortalecimento da identidade local”. Portanto, mostram a importância de se “fazer uso de múltiplas estratégias e situações de aprendizagem construídas coletivamente”.

Programas que apoiam, incentivam e promovem a cultura apresentam como desafio reverter a problemática brasileira de que nem todo indivíduo “se identifica ou se vê no conjunto do que é reconhecido oficialmente como patrimônio cultural nacional”. Ao fortalecer os vínculos das comunidades com o seu Patrimônio Cultural, incentiva-se também a participação social em todas as etapas da preservação dos bens. Assim, cabe aos poderes públicos exercer o papel de mediador da sociedade civil, contribuindo para a criação de canais de interlocução que se valem, em especial, de mecanismos de escuta e observação (FLORÊNCIO *et al*, 2014).

Na figura 30, destaca-se o folder da 15ª Semana de Museus, que aconteceu em 2017, com o tema “Museus e histórias controversas - dizer o indizível em museus”. Tal tema representa as narrativas museográficas, constituídas por “escolhas, disputas de poder e silêncios”, produzindo ausências e sigilos. Nessa perspectiva, as narrativas, as histórias e também os discursos museológicos são construções sociais, no sentido de que “narrar o passado é reinventá-lo, é colocá-lo sob o filtro interpretativo de seu narrador, seja ele um livro, um jornal, uma pessoa, uma exposição, uma instituição” (IBRAM, 2017). No entanto, deve-se ainda indagar se é preciso, nesses casos, levar ao conhecimento quais são os esquecimentos, qual história o museu está contando e qual está deixando de contar?

[...] a identidade visual traz a imagem de dois objetos do acervo do MHN que representam perspectivas aparentemente divergentes: masculino e feminino; erudito e popular; passado e presente. Ao aproximá-los, seus contrastes ficam mais evidentes e provocativos – produzindo então novas interações (IBRAM, 2017).

Essa inserção no meio social por intermédio de eventos, além de significar a historicidade da qual a comunidade é fruto, pode promover a conscientização sobre vários setores sociais. O desafio dado era trabalhar na expografia o confronto entre liderança e esquecimento. Nesta edição, o Museu foi o protagonista da programação com a exposição: “A casa conta a história do Museu Histórico de Itaberaí”. O evento contou com oficinas, rodas de conversas, ações educativas de exposições e contação de histórias e exposição de carros antigos na Praça Capitão Caldas.

Figura 30 – Folder: 15ª Semana de Museus - que se apresentava na Casa de Cultura.



Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaberaí - GO.

A imagem a seguir é o folder da 16ª edição da Semana dos Museus: “Museus hiperconectados: novas abordagens, novos públicos”. A intenção do tema foi provocar algumas

reflexões: “Que novas abordagens são necessárias para engajar quem não está on-line? Que outras formas, para além da internet, estão disponíveis para se criar e estreitar laços com o meio onde se atua?”. Tais questionamentos são relevantes nesse contexto porque o modo de interação dos museus com seu entorno, especialmente nos centros urbanos, foi impactado com o avanço da conectividade digital.

Figura 31 - Folder da 16ª Semana dos Museus

The image is a promotional flyer for the 16th National Week of Museums. It features a clean, modern design with a light gray background. In the top left corner, there is a logo for the 16th week, consisting of a yellow square with the number '16' and the text 'SEMANA DE MUSEUS' below it. In the top right corner, the text 'MUSEUS HIPERCONECTADOS' is written in a bold, sans-serif font, with 'MUSEUS' in purple and 'HIPERCONECTADOS' in yellow. Below this, the tagline 'novas abordagens, novos públicos' is written in a smaller, purple font. The central text, 'Visite nosso museu na Semana Nacional de Museus!', is written in a large, purple, sans-serif font. Below the text, there are three black tablets arranged in a row. Each tablet displays a different image of a hand interacting with a black line on a white background. The first tablet shows a hand holding the line, the second shows a hand pointing at the line, and the third shows a hand with a black band around the index finger. Below the tablets, there is a social media icon for Facebook, Twitter, and Instagram, followed by the text 'museusbr'. Below the second tablet, the hashtag '#semanamuseus2018' is written. At the bottom left, the text 'Confira nossa programação: //guiadaprogramacao.museus.gov.br' is written. At the bottom right, the dates '14 a 20 MAIO 2018' are written in a large, bold, yellow font.

Fonte: IBRAM, 2020.

O evento foi realizado em 2018, no Museu Casa da Cultura e, embora tenha registrado um público expressivo de 1.051 pessoas durante as datas em que ocorreu, não foi encontrado

nenhum registro que documentasse as atividades oferecidas como exposições, ações educativas, exibição de filmes ou rodas de conversas.

Em 2019, a 17ª Semana Nacional de Museus, na fotografia 32 foi regida pelo tema “Museus como núcleos culturais: o futuro das tradições”, e se comprometeu em evidenciar a relação com o homem do presente, rememorando seu passado e visionando seu futuro. Nesse evento, procurou-se retratar o papel que os museus constroem junto à sociedade, conforme podemos observar no folder e nas fotografias a seguir.

Figura 32 – Folder 17ª Semana Nacional de Museus.

17ª SEMANA NACIONAL de MUSEUS
13 a 19 MAI 2019

MUSEUS
como núcleos culturais
e futuro das tradições

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS - SEMANA NACIONAL DE MUSEUS
MUSEU HISTÓRICO DE ITABERAÍ
ITABERAÍ - GO

PROGRAMAÇÃO da 17ª Semana de Museus - de 13 a 19 de Maio de 2019
ACADEMIA ITABERINA DE LETRAS E ARTES assessorada pela SEÍTA

13.05.2019 - Às 19h **ABERTURA com Palestra Ilustrativa do Tema**
MUSEUS COMO NÚCLEOS CULTURAIS
- O Futuro das Tradições -

INÍCIO da Exposição de Peças do Museu Histórico de Itaberaí rendendo preito ao desenvolvimento da história do homem ser social, cuja tendência ao colecionismo de objetos e de peculiaridades análogas lhes atribuindo valor afetivo, cultural ou mesmo estéticos justifica o seu espírito de preservação ao longo do tempo - razão da existência dos Museus.

IMPORTANTE:
De 14 a 18 de maio visitas de escolares e do público à Casa de Cultura Cel. João Caldas, sede do referido Museu. Membros Acadêmicos, Membros Seitanos e as Auxiliares Assistentes da Casa de Cultura estarão mediando as atividades ao decorrer de toda semana.

Obs. Visitas de escolares serão agendadas com a devida antecedência.

14.05.2019 - Às 19h Concessão do Título de Jovem Aspirante à Cadeira da AILA ao escritor Matheus Nunes, da vizinha cidade de Matrinchã-GO, admirador confesso desta Academia Itaberina de Letras, Ciências e Artes.
- Às 20h RODA DE PROSA conduzida por jovens itaberinos frequentadores assíduos da Casa de Cultura Coronel João Caldas.

15.05.2019 - Às 19h SELETIVA de Artes Plásticas pela Acadêmica Nires Luzia da Silva Soares atribuindo valores estéticos, culturais e afetivos à criatividade artística justificando o **FUTURO DAS TRADIÇÕES**.

17.05.2019 - Às 19h PALESTRA promovida pela SEÍTA, cujo **TEMA** aborda o homem ser histórico-social no centro do eco-sistema carente da proteção do próprio homem.

18.05.2019 - DIA INTERNACIONAL DE MUSEUS
III ENCONTRO DE CARROS ANTIGOS & MOTOS CLÁSSICAS
Evento promovido pela AILA e Museu Histórico de Itaberaí
LOCAL: FEIRA COBERTA ao decorrer da presente data

19.05.2019 - ENCERRAMENTO DA 17ª SEMANA DE MUSEUS com queima de Fogos ao final da tarde desta data prestigiando a significativa identidade itaberina por seu respeito à História, à Cultura e demais Valores Tradicionais - e o **MUSEU HISTÓRICO DE ITABERAÍ** é o **FIEL** desta balança.

Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaberaí - GO.

O evento, que é realizado por diversos museus brasileiros mediante a inscrição antecipada, esteve presente mais uma vez nas atividades desenvolvidas pelo Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas. O tema de 2019 fortifica a ideia de que os museus exercem o papel de relacionar passado, presente e futuro, evidenciando que o indivíduo é fruto de um passado, das escolhas e das ações que realiza no presente e de suas perspectivas futuras. O presente é fortemente influenciado pelo passado e futuro. Para isso, tomou como identidade visual o pássaro Sankofa:

O pássaro Sankofa, que aparece na arte da 17ª Semana de Museus, é um símbolo africano Adinkra desenvolvido pelo grupo cultural Akan. Com a cabeça voltada para trás e os pés voltados para frente, o pássaro simboliza o retorno ao passado para ressignificação do presente, visando o futuro (IBRAM, 2019).

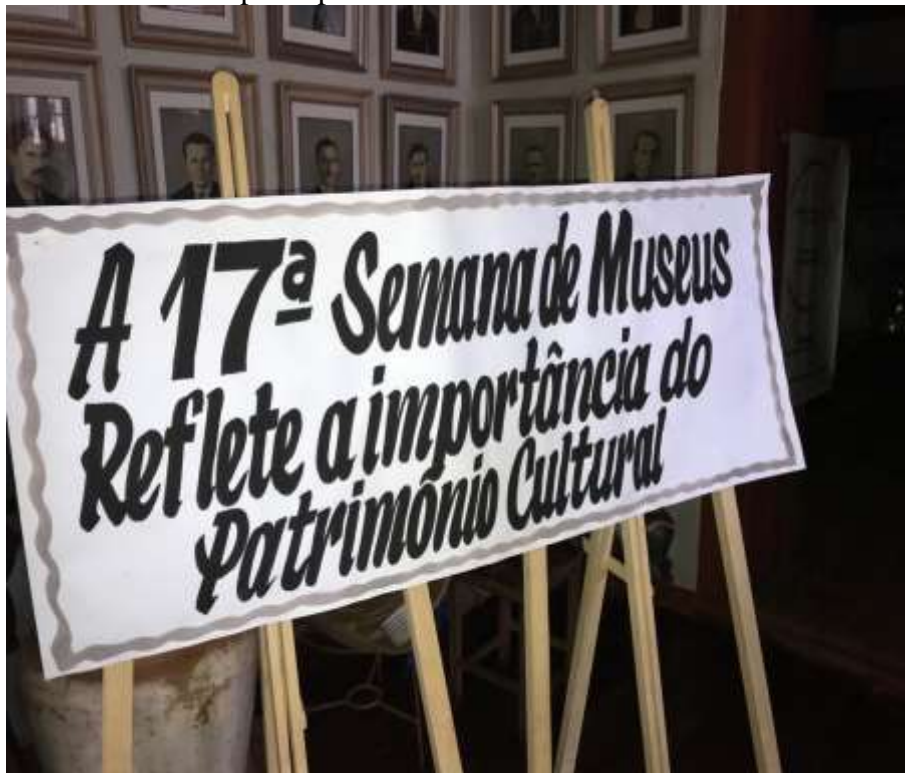
Essa transição entre passado, presente e futuro é refletida na programação organizada pelo Museu Casa da Cultura. Ao analisá-la, chama a atenção primeiramente a cerimônia de *Concessão do Título de Jovem Aspirante à Cadeira da AILA*, ação que evidencia que instituições como os museus representam a ligação entre os tempos mencionados, em que o novo se faz presente, como a busca por novos integrantes junto a AILA. O futuro é evidenciado pela *Seletiva de Artes Plásticas*, desenvolvendo um cenário sugestivo do que pode ser visto há alguns anos como exemplificações de nossas tradições. Esses valores histórico-sociais produzem novas perspectivas e, conseqüentemente, novas crenças e tradições.

Contíguas ao sentido de produzir novas perspectivas estão às ações educativas. Considerados cada vez mais como espaços de educação não formal, os museus despertam o interesse das comunidades, nas quais estão inseridos, pelo potencial que possuem de estabelecer um permanente diálogo entre educação e cultura. Isso se dá ainda por serem um local onde se realizam pesquisas sistemáticas, seja sobre uma coleção em exposição, ou por se configurarem como um espaço de sensibilização do público para determinados temas e assuntos (PACHECO, 2012). Logo, Navas, Contier e Souza (2013) apontam que a pedagogia presente nos museus tem suas especificidades nos processos educativos, em que a prática pode ser executada durante a visita museológica.

O agendamento para visitas escolares deve ser feito com antecedência. Para atender a demanda escolar e do público do Museu durante eventos como a Semana dos Museus, é criada uma equipe, formada geralmente por membros de outras instituições culturais itaberinas, além dos acadêmicos da AILA. Do outro lado, para a maioria dos educadores, ao conduzir uma ou mais turmas da escola ao Museu, essa é uma operação que requer esforço de organização e

disposição. Para que as visitas de grupos escolares tenham uma boa experiência educacional, próxima das metas esperadas, são necessárias estratégias que aproximem os objetivos educacionais em relação aos ambientes museais e a escola.

Figura 33 – Banner exposto para os visitantes durante a 17ª Semana de Museus.



Fonte: Rodrigo Lúcio de Almeida - 2019.

Figura 34 - Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio de Almeida, na 17ª Semana dos Museus.



Fonte: Rodrigo Lúcio de Almeida - 2019.

A 17ª Semana Nacional de Museus, como todas as outras já realizadas, ofereceu diversas atividades. A comunidade escolar teve abertura para a participação com visitas pré-agendadas. A fotografia acima retrata a turma da 2ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual Rocha Lima que visitou o Museu Casa da Cultura no dia 17 de agosto de 2019. Na visitação, a guia do museu, além de retratar a historicidade frente ao acervo exposto e à memória inerente, procurou valorizar o papel do museu na sociedade.

Vimos até aqui um pouco da trajetória do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas como um dinamizador da valorização socioespacial e cultural para Itaberaí. Desse ponto de vista, ao assumir funções de mediação, o museu e as instituições culturais locais devem, incansavelmente, buscar promover/criar espaços de aprendizagem e interação para a reflexão e a mobilização dos diferentes grupos sociais em relação ao seu próprio patrimônio. Nesse sentido, devem educar e priorizar o trabalho coletivo e participativo junto às comunidades. Como qualificador, dentro do local em que está inserido (Itaberaí-GO), o museu procura a *priori* mediar todo tipo de processo de patrimonialização, encaminhar demandas e intervir nas questões pontuais e estratégicas, pautando sempre pelo respeito à diversidade sociocultural (FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

Outro ponto a ser considerado na abordagem pedagógica exercida pelo museu estudado refere-se ao fato de que as políticas educativas estão se afastando de ações centradas em acervos museológicos e restritos a construções isoladas e passivas para a compreensão dos espaços territoriais. Por outro lado, tais políticas estão se aproximando daquelas mais significativas que procuram interligar espaços tradicionais de aprendizagem a equipamentos públicos, por exemplo, praças e parques, teatros e cinemas; essas ações se tornam até mais efetivas quando conectadas às demais dimensões da vida das pessoas e articuladas a práticas cotidianas e marcos de referências identitárias ou culturais de seus usuários (FLORÊNCIO *et al.*, 2014).

Em relação a 18ª edição Semana dos Museus em Itaberaí, na preparação para receber mais uma edição do evento, como de costume, na segunda semana de março de 2020, o IBRAM, em virtude da necessidade da adoção de medidas de prevenção contra o coronavírus (Covid-19), recomendou que os eventos presenciais que foram planejados para a 18ª Semana Nacional dos Museus fossem suspensos, sugerindo (a meu ver, desafiando) que as instituições adaptassem suas atividades ao ambiente virtual.

Certamente ninguém pensou na possibilidade de enfrentar uma grande pandemia. Não até aquele momento, mesmo sabendo que historicamente grandes pandemias como a peste negra mudaram o mundo, provocando grandes transformações na sociedade. Mas naquele

momento os museus no mundo todo foram umas das instituições mais afetadas pelos impactos da pandemia. Como se viram obrigados a fechar suas portas, colocar suas equipes para trabalhar a distância e ainda pensar em novas estratégias de comunicação com o público, pouquíssimas instituições participaram da 18ª edição, que teve como tema “Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão” (Figura 36). E o mesmo aconteceu em 2021, com a 19ª edição com o tema “O Museu, a educação e a imaginação no poder” (Figura 37).

Analisando os acontecimentos iniciais de 2020, e questionando o motivo de os museus terem fechados, Átila Tolentino, no dia 18 de maio (data que celebra o dia dos Museus) publicou na Revista Museu³² um texto com um título bem provocativo “Os Museus estão fechados! E daí?”. No título a expressão “E daí?” remete à fala proferida pelo atual presidente e candidato à reeleição em 2023, Jair Bolsonaro, demonstrando total empáfia e desdém, quando foi perguntado pelos repórteres sobre as inúmeras mortes confirmadas pela Covid-19; e por Regina Duarte em sua curta carreira enquanto Secretária da Cultura do Governo Federal, que também disse um “E daí?” mórbido relacionado às tortura e aos assassinatos durante a ditadura civil-militar pós-1964, para dizer que “a humanidade não para de morrer”. Sobre esse ponto, Tolentino diz sobre memória coletiva, poder e manipulação:

Quem trabalha com memória sabe muito bem que, se você fala de lembrança, do outro lado tem o esquecimento. Falar da vida, no contexto em que a Secretária defende, não é para celebrar a vitalidade e a potencialidade do ser humano, da sua forte presença no mundo como agente propulsor de culturas. A intenção de não falar das mortes é para que as atrocidades da ditadura-civil militar brasileira caiam no esquecimento, enquanto se canta “Pra frente, Brasil, salve a Seleção...”, violando os direitos humanos e desmantelando a Comissão Nacional da Verdade. Nessa briga entre lembrar ou não dos mortos da ditadura ou da Covid-19 paira uma clara demonstração de como a memória coletiva é objeto de disputa entre os diferentes agentes que procuram, a todo momento, conformá-la. Ou seja, a memória não está cristalizada no passado. Ela é construída e reconstruída no presente, em um jogo de poder alimentado pelas lutas e conflitos entre os distintos atores que a disputam. Está claro também como a memória pode ser manipulada, sobretudo por grupos hegemônicos e agentes imbuídos pelo poder do Estado. (REVISTA MUSEU, 2020, p.1-2)

Tolentino ressalta como o poder atua esmagando a memória coletiva, levando ao esquecimento fatos tão marcantes, dolorosos e decisivos para a humanidade. Alerta ainda para

³² Revista Museu é um site que mostra os bastidores dos museus, a criatividade dos profissionais da área e os projetos inovadores. Assim, divulga a cultura no Brasil, informa e dá orientações técnicas, abrindo espaço para discussões e análises mercadológicas, expondo opiniões de profissionais atuantes, prestando serviços de suporte e treinamento.

a importância dos centros memoriais e dos museus para a memória de resistência. É nesse contexto que o autor questiona e responde ao questionamento de Mario Chagas em um evento on-line, em relação ao porquê de os museus estarem fechados durante a pandemia da Covid-19 se eles são tão essenciais.

[...] argumento que os museus estão fechados porque as pessoas são essenciais. Não custa lembrar, como sempre nos ensina o próprio Mário, que os museus que não servem para a vida não servem para nada. Os museus, também enquanto organismos vivos, somente têm sentido se seu foco primeiro, em todo o seu fazer, seja na preservação, comunicação, educação e pesquisa, for voltado para os indivíduos. [...] Nesta pandemia, os museus, de fato, estão com as portas fechadas, de modo a preservar as vidas dos seus públicos, visitantes, trabalhadores e trabalhadoras. Não quero afirmar com isso que a situação seja fácil e sem possíveis consequências. Deve-se registrar, por exemplo, o caso de inúmeros educadores e educadoras de museus terem sido demitidos durante a pandemia [...] E certamente essa mesma situação está ocorrendo com as categorias mais fragilizadas nas relações sociais de trabalho, como as equipes de limpeza e vigilância dos museus, bem como aqueles profissionais que não têm o devido vínculo empregatício, com contratos de trabalho temporário. [...] Mas os museus, [...], não são somente portas, que à vezes se fecham, ou paredes, quase sempre mudas, inarticuladas e obtusas. Os museus são também pontes, que criam interconexão e ligam duas margens. Nesta época de pandemia, muitas instituições e processos museais têm atuado como pontes, articulando-se uns aos outros e aos públicos, num constante reinventar-se e aprendizado. [...] Mas neste momento, ainda sem respostas prontas e com um devir incerto, os trabalhadores e trabalhadoras de museus têm se dedicado a pensar e realizar novas estratégias ou potencializar projetos antes executados para manter o seu público, utilizando-se, sobretudo, de plataformas virtuais. [...] demais atividades que não sejam ligadas necessariamente à comunicação ou até mesmo atuado em outras frentes, antes não imaginadas ou que não eram o foco principal de sua atuação. É o caso da confecção de máscaras de pano pelo Museu da Boneca de Pano e da doação de luvas e álcool ao complexo hospitalar da UFRJ [...] (REVISTA MUSEU, 2020, p.3-4).

Como bem demonstra Tolentino, houve uma sequência de perdas com os museus fechados, por outro lado, os museus que sempre estarão abertos, não só fisicamente, mas também como propósito de existência, se redescobriram em atividades inimaginadas até então. Isso porque naquele momento a vida precisava de cuidados especiais.

Considerando a relação que os sujeitos estabelecem com os objetos dentro do museu, ao problematizar a situação Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, um museu-casa que expõe uma mescla de biografia e ofícios, dependente do público visitante, e que sabe da importância da interação entre museus, cultura e sociedade, nota-se que essa instituição optou por não participar das edições que ocorreram no ambiente virtual e nem na 20ª edição (figura 35) no pós-pandemia, temendo a precocidade dos acontecimentos.

Figura 35 - Folder da 18ª edição da Semana de Museus “Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão”

Foto: Camilla Cendalino

Foto: Demócrito Nilton

18ª SEMANA NACIONAL DE MUSEUS

Museus para a igualdade: diversidade e inclusão

18 a 24 maio

Confira a programação
www.museus.gov.br

museusbr
 #semanamuseus2020

Figura 36 - Folder da 19ª edição da Semana de Museus “O Museu, a educação e a imaginação no poder”.



Fonte: IBRAM, 2020

Figura 37 - Folder da 20ª Edição da Semana de Museus



Fonte: IBRAM, 2020.

Nas imagens acima, temos os folders das edições de 2020 e de 2021 do evento organizado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em comemoração ao Dia Internacional dos Museus (18 de maio). De acordo com o site do IBRAM, por conta da necessidade de adaptações na programação, muitas das mais de 900 instituições inscritas inicialmente não chegaram a informar suas novas programações, em relação à edição de 2020.

Já na edição de 2022, uma das consequências de levar o evento para o meio digital foram as melhoras na página do IBRAM em relação ao layout. Em 2020, informações sobre a programação dos eventos estavam esparsas. Na versão de 2022, as informações sobre cronogramas, escolha de temática, kits digitais, redes sociais, entre outras, estão mais organizadas e visíveis. Com o tema “O Poder dos Museus”, o evento já acumula um total de 14.358 museus participantes e aproximadamente 43.544 eventos realizados em todo o território nacional ao longo de 19 anos (IBRAM, 2020).

Quadro 7 - Participação do Museu Casa da Cultura Coronel João Caldas na Primavera dos Museus

Ano	Edição	Tema da Semana de Museus	Público
2011	5º	Museus Mulheres e Memória	977
2014	8º	Museus Criativos	1.005
2015	9º	Museus e Memórias Indígenas	1.560
2016	10º	Museus e Memórias e Economia das Culturas	1.598
2017	11º	Museus e suas Memórias	1.913
2019	13º	Museus por Dentro por Dentro dos Museus	2.012
2020	14º	Museus em Transformação	-
2021	15º	Museus: perdas e recomeços	-
2022	16º	Independência e Museus: outros 200, outras histórias ³³	-

Fonte: Adaptado do Livro de Visitação do Museu Casa da Cultura.

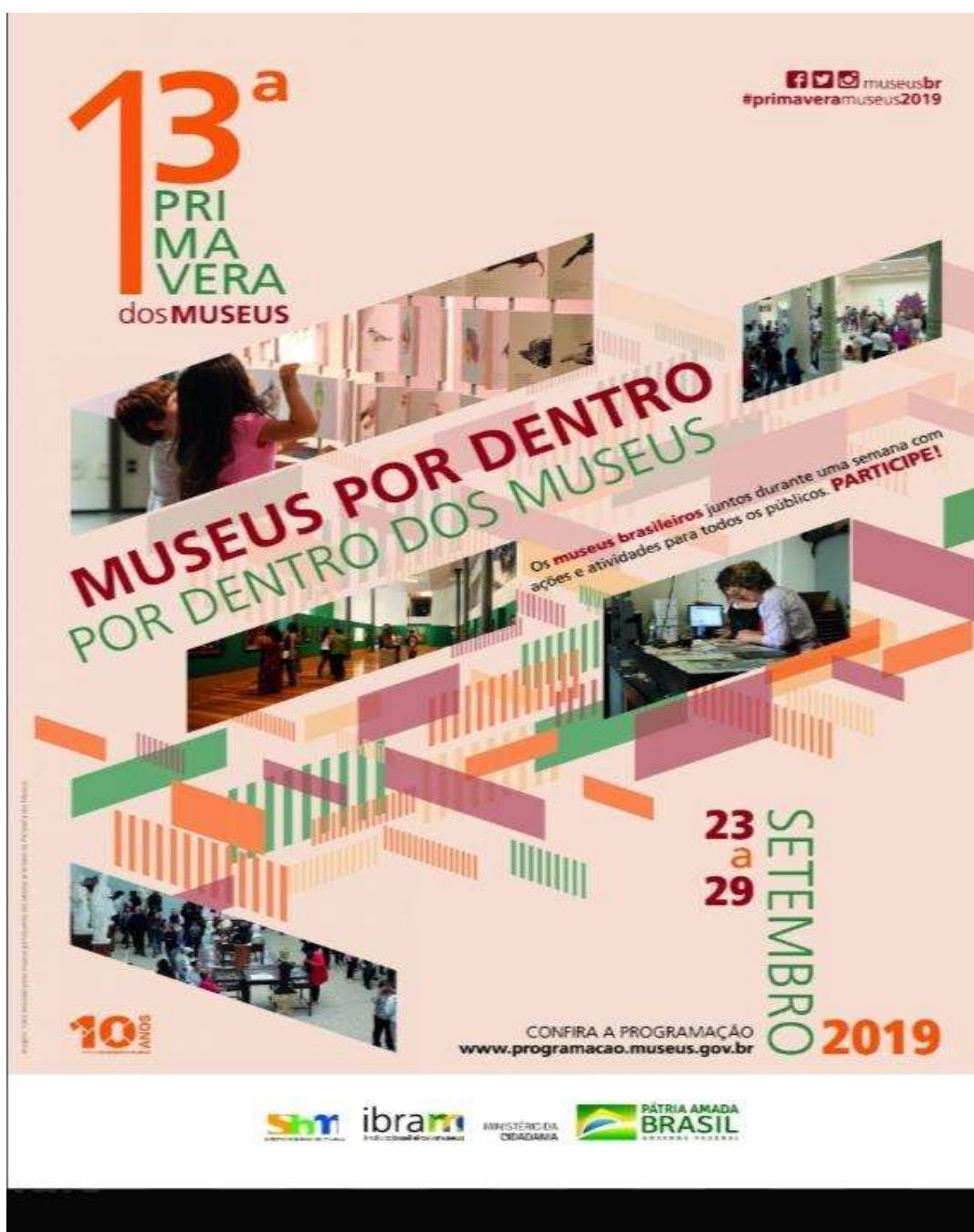
Outro evento envolvendo essas instituições no Brasil é a Primavera dos Museus que, segundo informações presentes no site do Instituto Brasileiro de Museus, é uma temporada cultural coordenada pelo IBRAM que acontece todo ano no início da estação homônima. A organização para tal evento se dá pela necessidade dos seguintes objetivos: “Promover, divulgar e valorizar os museus brasileiros; Aumentar o público; Intensificar a relação dos museus com a sociedade” (IBRAM, 2019).

Esse evento procura criar, assim, novos hábitos para manter o vínculo com a comunidade, pois mesmo quem já tenha visitado o museu e, portanto, já o conhece, volta à instituição para participar das atividades promovidas. O Museu Casa da Cultura Coronel João

³³ O evento será realizado ainda em setembro de 2022, o museu ainda não manifestou sobre sua participação.

Elias da Silva Caldas participou da 13ª Primavera dos Museus “Museus por dentro: por dentro dos Museus”, em setembro de 2019. Neste ano, 848 museus participaram da semana, com 2.657 atrações formatadas para a temporada, incluindo palestras, oficinas, exposições, workshops, shows e outras atividades. Abaixo, a figura 38 refere-se ao folder do evento que foi disponibilizado para divulgação nas redes sociais.

Figura 38 - Folder da edição em que o Museu Casa da Cultura coronel João Caldas participou da Primavera dos Museus



Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaboraí - GO.

Em sua experiência na Primavera dos Museus, a Casa da Cultura buscou envolver o público a conhecer, preservar e compartilhar suas memórias. Por essa razão, as atividades realizadas estiveram em consonância com os seguintes objetivos na fotografia 39:

Atrair escolas e comunidade a refletirem e repensem a realidade museológica como referencial histórico sociocultural de uma comunidade, de um estudo, de um país e do mundo;

Compreender a MUSEU de qualquer localidade como espaço relevante para as mais importantes trocas, essas, voltadas para as relações compartilhadas entre os cidadãos e seus bens culturais (Folder 13ª Primavera dos Museus, 2019).

Figura 39 – Folder 13ª Primavera dos Museus: Objetivos e a programação das atividades

13ª
PRIMAVERA
dos MUSEUS

MUSEUS POR DENTRO POR DENTRO DOS MUSEUS

De 22 a 29 de setembro de 2019 ocorre pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) a 13ª temporada cultural à estação do ano **PRIMAVERA**, quando os **MUSEUS** de todo país oferecem ao público momentos de interação social envolvendo **comunidade e escolas** à realidade museológica, essa, verdadeiro patrimônio histórico, cultural e artístico.

OBJETIVOS:

- *Atrair escolas e comunidade a refletirem e repensem a realidade museológica como referencial histórico e sócio cultural de uma comunidade, de um estado, de um país e do mundo;*
- *Compreender o MUSEU de qualquer localidade como espaço relevante para as mais importantes trocas, essas, voltadas para as relações compartilhadas entre os cidadãos e seus bens culturais.*

PROGRAMAÇÃO

23.09.2019 ABERTURA
19h - **EXPLANAÇÃO** do significado, funcionamento e desempenho do IBRAM e outros mais órgãos de igual importância no Brasil - pelo Vice-Presidente da AILA Odontólogo **Benedito Magno Vieira**.

19h30 - **PALESTRA** com o tema **Valores poéticos perpassando perfis museológicos** pelo itaberino escritor e poeta **Benedito Ferreira Rios**.

24.09.2019
14h - **1ª OFICINA PEDAGÓGICA** explorando o tema: **Por dentro do MUSEU DE ITABERAÍ** – clientela de escolares já inscritos.

25.09.2019
19h - **RODA DE PROSA** **Causos e Passagens** do cenário histórico itaberino (Aillanos e Seitanos já inscritos).

26.09.2019
2ª **OFICINA PEDAGÓGICA** explorando o tema: **Por dentro do MUSEU DE ITABERAÍ** – clientela de escolares já inscritos

27.09.2019
19h - **APRESENTAÇÃO** do Saxofonista e Maestro **Carlos Rodrigues de Moraes**
19h30 - **MENÇÃO ÀS SAUDADES** do Aillano **JUREDE ANTONIO DE LIMA** – uma compassiva atenção da AILA a seus parentes, amigos e admiradores. 27.09.2019

28.09.2019
9:00 h - **CAFÉ DA MANHÃ** e **ENCERRAMENTO** das atividades da 13ª Primavera dos Museus.

OBS. As oficinas pedagógicas serão desenvolvidas também na 1ª semana do mês de outubro de 2019 para maior acesso de alunos ao museu.

Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas – Itaberáí - GO.

De acordo com o IBRAM (2019), a Primavera dos Museus, criada em 2007, tem apresentado resultados positivos. Entre 2007 e 2018, a quantidade de atividades oferecidas pelos museus apresentou crescimento médio ainda mais expressivo – 16% anuais no mesmo período. Observa-se que organizar e realizar esses eventos visam envolver as escolas e a comunidade junto às atividades que o Museu Casa da Cultura desenvolve, para que tenham oportunidade de refletirem e repensarem através da perspectiva museológica, que faz parte dos aspectos sociais e culturais de qualquer comunidade. Para isso, o museu disponibilizou uma programação voltada inteiramente no envolvimento da comunidade e das escolas por meio das atividades, palestras, oficinas, entre outros.

Em outros momentos, o Museu cria ações como: palestras, tanto no museu quanto em escolas, sobre a História da Casa que se tornou Museu e sobre a História do município de Itaberaí. Assim, nessa constante interação entre presente e passado, a instituição, por intermédio desses eventos, envolve a comunidade social e escolar nesse tipo de reflexão por meio de ações que os façam participar e indagar sobre seus costumes e suas tradições. Assim, o museu contribui para a valorização dos saberes e fazeres locais, oferecendo momentos/ações educativas para que a comunidade esteja envolvida e participe inteiramente.

Fotografia 40 – Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio de Almeida, no primeiro semestre de 2022.



Fonte: Rodrigo Lúcio de Almeida - 2022.

Na imagem acima, estão os registros fotográficos de uma turma do Ensino Médio do Colégio Estadual Rocha Lima, visitando o Museu Casa de Cultura Coronel João Caldas. Observa-se pelas imagens que, ao percorrer os espaços da Casa, os estudantes olham a disposição dos objetos da Sala Maior, enquanto o professor explica sobre os objetos do cenário

que pertenciam à família do Coronel João Caldas e sobre as fotos expostas. Aborda-se ainda sobre a dimensão do espaço da sala e como eram as mobílias, chama-se atenção para o chão de madeira e a presença de mais de uma janela nos espaços de convivência da casa.

Vygotsky (1998) considera que os processos psicológicos superiores de um indivíduo se desenvolvem durante a vida, dependendo da forma como esse indivíduo atua em situações de interação social, quando tais situações são mediadas por instrumentos e signos que o levam a se organizar e estruturar seu ambiente e seu pensamento. Dessa maneira, não somente práticas sociais e artefatos presentes no Museu Casa da Cultura Coronel João Caldas são apropriados: para compreendê-los, é necessário também se aprofundar nos problemas e nas situações para os quais eles foram criados.

Figura 41 - Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio de Almeida, no primeiro semestre de 2022.



Fonte: Rodrigo Lúcio de Almeida - 2022.

Nos registros fotográficos acima, o grupo (à esquerda) caminha e observa a sala que representa os ofícios da época, com os objetos do primeiro consultório odontológico que existiu em Itaberaí e um tear grande que era usado pelas mulheres para tecer as roupas. Há também máquinas de datilografia e objetos da primeira rádio local. Na imagem (à direita), destaca-se o extenso quintal onde eram amarrados os cavalos quando as tropas iam descansar após longas viagens. Na época, o Coronel era proprietário também do terreno ao lado, onde existia uma estalagem.

Figura 42 - Visita de alunos ao Museu Casa da Cultura, acompanhados pelo professor Rodrigo Lúcio de Almeida, na 17ª Semana de Museus.



Fonte: Rodrigo Lúcio de Almeida (2019).

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio recomendam o desenvolvimento de práticas fora do espaço escolar, apontando esse procedimento como atividade motivadora, já que desloca o ambiente de aprendizagem para fora de sala de aula (BRASIL, 2006). Daí o papel de espaços não formais do Museu Casa da Cultura, pois ao aproximar os conteúdos curriculares aos espaços museais, permite-se que esses conteúdos sejam trabalhados de forma lúdica e contextualizados, ao mesmo tempo em que são oferecidas aos alunos oportunidades de produção e de aperfeiçoamento do conhecimento (FLORÊNCIO, *et al*, 2014).

Também não se trata de limitar as vivências simbólicas e educativas a um único contexto cultural específico e nem o promover acriticamente, insinuando que todos os processos de aprendizagem se realizam dentro do seu território e com seus exemplos. Isso não é nem sensato e nem prudente, nas palavras de Florêncio *et al* (2014):

ao contrário, de partir das referências culturais locais para, por meio delas, acessar processos sociais e culturais mais amplos e abrangentes, em um registro no qual cada sujeito, com base em seu repertório de referências, possa compreender e refletir tanto sobre contextos inclusivos quanto sobre a diversidade cultural que o cerca (FLORÊNCIO *et al*, 2014, p. 27).

Portanto, para ter esse repertório de referência, o Museu Casa de Cultura não é o fim, mas um meio dentre outras possibilidades. Em se tratando de tê-lo, são importantes todos esses encontros, como a Semana dos Museus, a Semana da Primavera, as oficinas e outros eventos, desde que criados metodicamente e não ocasionalmente, sendo planejados de forma que os

ambientes despertam a crítica e estimulem a busca pelo conhecimento e conseqüentemente a aprendizagem, em linguagem acessível a todos e em todo seu percurso. Na vida e para a vida, não só para a comunidade escolar, mas para todos, e de forma que todos se beneficiem. Dessa forma, é possível desvincular um pensamento errôneo de que tudo que temos por meio da patrimonialização veio da solução de algum conflito.

Para isso, a Educação Patrimonial, segundo (Florêncio et al, 2014, p. 30), é um processo transversal, componente essencial presente em todos os momentos. Assim, reforça o caráter dialógico entre o ser, o ter, o espaço e o outro, criando possibilidades de construção compartilhada da ideia de patrimônio cultural, possível apenas por meio do diálogo e da negociação com os diferentes agentes que coexistem e se correlacionam direta ou indiretamente e que têm diferentes apropriações sobre os bens culturais.

2.3 O Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas: os bens relacionados ao patrimônio cultural da comunidade

A rigor científico, toda interpretação antropológica de quaisquer formas de vida socioculturais, de acordo com Gonçalves (2007, p. 8), necessariamente, passa por uma "descrição etnográfica dos usos individuais e coletivos dos objetos materiais". Seja pelo valor real desses objetos (funções práticas indispensáveis), mas, também por suas funções simbólicas (pré-condições estruturais) que justificam sua necessidade. Ou seja, os objetos não são definidos exclusivamente no momento da produção, mas em todo o processo social que envolve seu posterior uso, valorização, descarte e/ou reaproveitamento.

Os objetos materiais existem como partes integrantes de sistemas classificatórios, seja no contexto de seus usos sociais, econômicos cotidianos, sejam em seus usos rituais ou quando reclassificados como peças de acervos museológicos ou patrimônios culturais. Criar um sistema de classificação dá condições e assegura o poder não só de tornar os acervos museológicos visíveis, mas estabiliza determinadas categorias socioculturais, delineando fronteiras entre estas, como também o poder de constituir sensivelmente formas específicas de subjetividade individual e coletiva (GONÇALVES, 2007).

Nessa perspectiva, compreende-se que os museus possuem no geral, função social, cultural e de pesquisa. Assim, o acervo consiste em criações artísticas, bens materiais criados pelas comunidades e/ou em formas de expressões culturais e tradições preservadas por um grupo. Então, a organização estrutural e funcional de uma instituição museológica é baseada nos métodos e técnicas específicas que visam à melhor forma de documentar, conservar e

divulgar os procedimentos realizados por ela, tendo em vista a variedade tipológica do acervo (PADILHA, 2014).

Os objetos que compõem o acervo de um museu podem ser "adquiridos por coleta, doação, legado, empréstimo, compra, transferência, permuta ou depósito" (PADILHA, 2014, p. 18). No que diz respeito ao tratamento documental do acervo, é imprescindível que os objetos museológicos sejam registrados individualmente e identificados de acordo com suas possibilidades informacionais. Deste modo, cabe ao sistema de documentação museológica:

gerir e organizar seu acervo a partir da entrada, quando são realizados os procedimentos de seleção e aquisição; da organização e controle, referentes aos processos de registro, número de identificação/ marcação, armazenagem/localização, classificação/catalogação e indexação; e das saídas, momento da recuperação e disseminação da informação (PADILHA, 2014, p.18).

O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, possui um acervo com mais de duas mil peças, de acordo com os responsáveis da instituição, em exposição ao público. No geral, segundo o autor acima, qualquer objeto produzido pela ação humana ou pela natureza, independentemente do formato ou suporte e que possui registro de informação é um documento. Sendo caracterizado como algo que prova testemunha legítima e que constitui elementos de informação. Dada a finalidade, será que todo objeto pode ser um instrumento museológico?

A esse respeito, Padilha (2014), afirma que o processo que transforma um objeto de variados suportes, funções e usos específicos em um objeto museológico, depende da análise adotada pela instituição no momento em que ele for adquirido. Para se tornar parte do acervo de um museu, a critério de seleção, o objeto primeiro passa por uma investigação que visa à sua identificação com a missão da instituição, com a história que esta pretende preservar/conservar. Feito isto, o objeto recebe um valor documental e simbólico que é admitido à sua incorporação ao acervo museológico, caracterizando-o como documento de valor patrimonial e informacional e que, portanto, deve ser salvaguardado (PADILHA, 2014).

Diante disso um objeto passa a ser descrito a partir da sua vida útil antes de fazer parte do museu e depois, quando ganha novos usos e sentidos dentro do espaço de salvaguarda. No Museu Casa da Cultura, primeiro, todo acervo foi adquirido através de doações de moradores da cidade, familiares do Coronel e Dona Deolinda, instituições públicas, empresas, funcionários, entre outros. Mas não passaram pela avaliação de um especialista ou curador. Todo o processo foi feito por membros da direção da AILA.

Os objetos materiais, em especial aqueles classificados como itens integrantes de museus e patrimônios, têm seu papel no desempenho do processo de formação de diversas modalidades de autoconsciência. Logo, não desempenham apenas a função de demarcar identidades, mas de contribuir decisivamente para a sua constituição e percepção subjetiva. Mas os instrumentos que integram as coleções, acervos museológicos e patrimônios também não são estudados/analizados apenas pela sua íntima relação com a história antropológica social ou cultural. Os artefatos influem secretamente na vida de cada um. "Perceber e reconhecer esse fato pode trazer novas perspectivas sobre os processos pelos quais definimos, estabilizamos ou questionamos nossas memórias e identidades" (GONÇALVES, 2007, p.9).

O Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas é na verdade o *locus* de intersecção de uma série de relações de ordem epistemológica, política e social, estrategicamente uma área de pesquisa e reflexão para a compreensão das muitas formas de relações entre os diversos grupos e segmentos sociais, principalmente daqueles que se fizeram presentes nos contextos coloniais e pós-coloniais.

Instrumentos de trabalho, mobílias, meios de transporte e de comunicação, objetos sagrados, casas, roupas, ornamentos corporais, armas, moedas, imagens materiais de divindades, objetos cerimoniais ou de arte, entre tantos outros, representam todo um vasto e irregular conjunto de objetos materiais que circulam significativamente no ambiente social, por intermédio das categorias culturais ou dos sistemas classificatórios dentro dos quais são situados, separados, divididos e hierarquizados. E assim são expostos, cotidianamente a uma extensa e diversificada trama de objetos, com base na sua relevância social e simbólica. A sua repercussão subjetiva em cada visitante, termina por passar despercebida por todos, em razão seja por proximidade, um aspecto familiar e/ou por assumir um caráter de obviedade (GONÇALVES, 2007).

As instituições de preservação, cultura e memória têm um papel social, administrativo e cultural importante em relação à comunidade em que está inserida, tendo como objetivo recolher, tratar, transferir e difundir informações. Desse modo, a diversidade de origem do acervo e a distinção das técnicas empregadas, permitem compreender as diferenças no tratamento informacional dos museus. Isso porque, antes de chegarem à condição de objetos de museu, foram objetos de uso cotidiano, foram mercadorias, dádivas ou objetos sagrados. Afinal, cada objeto material tem a sua própria biografia cultural (GONÇALVES, 2007; PADILHA, 2014).

Todo objeto pode ser interpretado não somente como instrumento, mas como signo, e como tal é passível de vários significados, criados e recriados em diversos formatos, como por

exemplo, nas relações de poder. A habilidade da cultura material em subverter e resistir ao seu valor de uso por meio da fetichização e recontextualização o faz tão dinâmico e, é essa materialidade que garante a fácil passagem de um contexto a outro. Logo, os processos de musealização são vistos como possibilidades importantes de mediação entre a pesquisa e o público. Mas o gerenciamento da materialidade é que permite o acesso aos objetos, a partir de quatro possíveis estratégias de visibilidade: inibir, esconder, exhibir e monumentalizar (CÂNDIDO, 2014).

O acervo do Museu é constituído por 271 objetos, doados pela comunidade itaberina desde a inauguração do museu até os dias atuais, são diversificados englobando desde utensílios e móveis, a itens ligados aos diversos ofícios e saberes realizados na cidade. No quadro 8 a seguir é apresentado parte dos objetos do acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, de acordo com dados coletados da direção.

Quadro 8 - Dados Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva

Objetos	Data de criação do objeto - aquisição do bem	Quantidade	Estado de conservação
Cama 2x Criado-mudo	1933- 1956	3	Conservado
Baú	1933	1	Conservado
Penteadeira	1933	1	Razoavelmente
Máquinas de costura	1980- 1989	6	Pouco conservado
Bules	1996- 2012	10	Muito conservado
xícaras	1970- 1985	8	Pouco conservado
Canecas	1970- 2012	16	Muito conservado
Ferros de passar	1970	11	Razoavelmente
Boneca	2008	1	Conservado
Aparelho 3 em 1	2001	1	Conservado
Mesa de costura	1955	1	Conservado

Estojo de exames	1980	1	Muito conservado
Balança	1990	1	Razoavelmente
Armário	1985	1	Muito conservado
Escrivaninha e cadeira	1985	2	Conservado
Diploma	1985	1	Muito conservado
Retrato	1985	1	Muito conservado
Fotografia	1985	1	Conservado
Retrato	1933	1	Muito conservado
Armário	2002	1	Razoavelmente
Relógio	2011	1	Pouco conservado
Cédulas	1933 -2005	85	Muito conservado
Cadeira de barbeiro	1985	1	Pouco conservado
Cadeira de consultório odontológico	1990	1	Pouco conservado
Cadeira de consultório médico	1985	1	Pouco conservado
Máquina de tecer manual (1) Balaio com algodão (2) Peça de algodão (2)	1940	5	Pouco conservado
Louça	1982	10	Conservado
Candeia	1955	1	Pouco conservado
Lamparina	1968	2	Pouco conservado
Lamparina	1973	2	Muito conservado
Cabaça	2002	1	Muito conservado
Máquinas fotográficas	1933- 2013	18	Muito conservado

Seringas	2005	2	Conservado
Estátua	2010	1	Pouco conservado
Jornais	1950- 1998	29	Pouco conservado
Urna	1999	1	Razoavelmente
Materiais de construção	1958- 2002	16	Muito conservado
Cerâmica	1996	24	Pouco conservado
Filtro d'água	1983	1	Pouco conservado
Rádio	2010	1	Muito conservado
Gravador	2009	1	Muito conservado
Vitrola	1989	1	Muito conservado
Televisão	2007	1	Conservado
Quadros	1996- 2001	2	Muito conservado
Quadros	1997- 2016	5	Muito conservado

Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

Além disso, o museu conta também com um acervo bibliográfico composto por 5.984 itens da Biblioteca nomeada de Eliezer Pinheiro. Este acervo bibliográfico, consta de obras literárias, que foram doadas pela Prefeitura Municipal de Itaberaí, pela comunidade em geral e também por próprios autores itaberinos, que ao lançarem suas obras, no próprio Museu, acaba por prestigia-lo, deixo assim, um dos seus exemplares. Estas doações são a partir do ano do ano de 1933, variando, até o ano de 2022.

Na natureza latente dos objetos, há marcas específicas da memória, reveladoras da vida de seus produtores e usuários originais. Segundo Cândido (2006), nenhum atributo de sentido é imanente, não faz parte do estudo buscar no próprio objeto o seu sentido, é necessário trazê-lo para o campo do conhecimento histórico e investi-lo de significados. Isso significa que é preciso interrogá-lo e qualificá-lo, decodificando seus atributos físicos, emocionais e simbólicos como fonte de pesquisa para que no contexto museológico, esses objetos se recriem

em seu enunciado, alcançando o status de documento. Na data da aquisição, ao incorporar um objeto, deve-se sempre analisar e identificar também o estado de conservação da peça.

O acervo museológico do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas é formado por objetos bi³⁴ e tridimensionais³⁵, de ampla variedade tipológica: algumas de cunho etnográfico, antropológico, arqueológico, artístico, histórico, tecnológico, sonoro, entre outros. A maioria das peças apresenta condições físicas entre conservado e muito conservadas. No entanto, algumas estão poucas conservadas como os jornais da figura a 43. Alguns objetos descritos como pouco conservadas, apresentam fragilidades na sua estrutura física por causa de ações de desgaste com o tempo presente no ato da aquisição ou por acondicionamentos insuficientes. Algumas amostras de jornais, por exemplo, estão totalmente amareladas, aderidas ao vidro da moldura, sendo impossível removê-las sem danificar a informação ali contida (figura 43).

Alguns objetos descritos como pouco conservadas, apresentam fragilidades na sua estrutura física por causa de ações de desgaste com o tempo presente no ato da aquisição ou por acondicionamentos insuficientes. Algumas amostras de jornais, por exemplo, estão totalmente amareladas, aderidas ao vidro da moldura, sendo impossível removê-las sem danificar a informação ali contida (figura 43).

Figura 43 - Jornais e documentos em exposição na vitrine da biblioteca do Museu datados dos anos 1927, 1958 e 1968 respectivamente (da esquerda para direita)



Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

³⁴ Objeto bidimensional recebe este nome por possuir apenas duas dimensões: comprimento e largura.

³⁵ Algo tridimensionais, além de largura e comprimento, também possuem profundidade. A arte bidimensional apresenta figuras dispostas em superfície plana, ou seja, não existe a percepção de volume.

Nesse sentido, às peças indígenas - cerâmicas, machados, almofariz, cachimbos e urna mortuária (figura 44) - encontradas na região de Itaberaí, chegaram ao Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas de duas formas de doação. No entanto, foi feita uma imitação da urna mortuária, para ficar em exposição no museu.

Figura 44 - Resquícios indígenas doados ao museu: urna mortuária (simulacro) (à esquerda); a (direita) partes de cerâmicas e fragmentos de cachimbos.



Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022

Para o historiador Antônio César, durante entrevista concedida em 23 de maio de 2022, ao comentar sobre a formação do acervo cita uma das circunstâncias em que se deu essa aquisição:

[...] É como foi formado o acervo, né. Chegou lá no nossos ouvidos, que tinha uns alunos, acho que no Benedito Pinheiro de Abreu ou Modestina³⁶-não sei-com pedaços, assim de ossos com dentes, com mandíbulas que tinha achado num lugar, lá no Guerrinha. Falei: "- Gente, mas isso num pode!". Eu morava lá em Goiânia e vinha no final de semana. Falei: "Ditim!"³⁷ - Ditim, trabalhou demais pra esse museu, [...] a Maria Lúcia, eu praticamente não fiz quase nada- Então, aí nós fomos no Ministério Público. (Relembrando disse) "- Porque isso não pode. Isso é um material arqueológico, né. Não pode fazer dessa forma, pegar as coisas e dispersar assim! E também tem o sentido de respeito com a memória! E se um indígena vê isso?" (Simula um índio vendo aquilo) "Cê tá com osso aqui do meu povo, brincando? E o povo rindo?". Aí

³⁶ São escolas do ensino fundamental na cidade de Itaberaí.

³⁷ Aqui o entrevistado refere-se ao Benedito Magno Vieira, um dos membros da AILA, foi também entrevistado durante este estudo.

nós fomos lá, no Ministério, que pegou, até mandou pra nós isso, falou onde esses meninos estavam e nós fomos lá. Aí estava lá uma urna grande assim - até estava quebrada - aí levamos pra Academia. Então tá lá, machado que nós achamos lá. Então, eu me lembro que na minha dissertação de mestrado, uma das primeiras investidas contra o indígena na época ocorreu aí, em Itaberaí. E isso me fez lembrar, acho que foi em 1731 [...] (Antônio César Caldas Pinheiro, entrevista 23 de maio de 2022).

No deslocamento para o museu, os objetos indígenas são descontextualizados com relação à sua origem e reordenados sob novas lógicas e critérios. Fazendo uma comparação ao texto de Regina Abreu et al (2007, p. 143-146), nos primeiros anos das práticas de colecionamento da Antropologia, eram as políticas de museus estrangeiros, que fomentaram as grandes expedições científicas ao Brasil para coletar acervos de povos indígenas. Para esses, apreender um material tão exótico era, antes de tudo, salvar o que irremediavelmente iria se perder, reconhecendo os objetos indígenas como relíquias e testemunho expresso, recolhendo os artefatos produzidos por esses povos. Já nos museus brasileiros, a busca pelo exótico foi levemente alterada pelas coleções de artefatos dos sertanejos. Sendo estes considerados nossos ancestrais por excelência, numa visão evolutiva de degrau: do primitivismo para o mundo civilizado da cultura. A partir de um determinado momento da história alguns antropólogos começaram a se sensibilizar com as questões sociais enfrentadas pelos grupos indígenas. Destacando Darcy Ribeiro - idealizador da criação do Museu do Índio, um museu contra o preconceito - o qual dizia que o "problema indígena" era um dos principais focos de análise e de atuação política. Que almejava, nesse novo museu, inspirar um sentimento solidário com estes povos, de um destino trágico passaria a estimular a compreensão de suas criações artísticas. Reconhecendo os povos indígenas e apresentando-os como seres humanos que, dentro dos limites, de suas culturas e dos recursos de seu ambiente trouxeram soluções próprias a problemas humanos universais. Portanto, um museu deveria privilegiar informações sobre as condições de vida dos povos indígenas na sociedade brasileira, os graves problemas sociais e o fato de os índios não terem a propriedade de suas terras asseguradas, propondo então que as exposições fugissem da tendência a mostrar os objetos indígenas como exóticos.

.Na narrativa de Antônio César sobre o acervo indígena e a disponibilização deste no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, ao contrário do museu idealizado por Darcy Ribeiro, vê-se nos artefatos pouco conservados, denunciar que realmente foram resgatados, em meio ao preconceito e falta de reconhecimento territorial e social

Nesse sentido, pensando no protagonismo indígena nas terras de Itaberaí e na consciência de que um dos primeiro registros históricos de morte destes nativos das terras

goianas, se deu nesta cidade, foi uma das questões que levou a equipe do Museu Casa da Cultura a salvaguardar esses e outros instrumentos indígenas na instituição. Ao se reconhecer perante o Ministério Público, como responsável por recolher os bens culturais indígenas e integrar ao seu acervo, é necessário caracterizar quais são as noções éticas e legais que abrangem a gestão de acervos museológicos.

No Código de Ética do ICOM para Museus (2009) são estipulados os princípios legais e éticos da salvaguarda do acervo. Segundo o item 2, "Os museus mantêm acervos em benefício da sociedade e de seu desenvolvimento" tendo como:

dever de adquirir, preservar e valorizar seus acervos, a fim de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico. Seus acervos constituem patrimônio público significativo, ocupam posição legal especial e são protegidos pelo direito internacional. A noção de gestão é inerente a este dever público e implica zelar pela legitimidade da propriedade desses acervos, por sua permanência, documentação, acessibilidade e pela responsabilidade em casos de sua alienação, quando permitida (ICOM, 2009, p. 12).

Quanto à aquisição do acervo indígena, o museu é proibido de adquirir um objeto quando existem indícios de que a sua obtenção envolve dano ou destruição não autorizada ou sem projeto científico. A aquisição só pôde ocorrer com o conhecimento ou por parte do proprietário ou possuidor da terra em questão ou das autoridades legais ou governamentais competentes.

São várias as formas de entrada de objetos nos acervos museológicos. Por isso é essencial conhecer a situação jurídica da coleção, uma vez que é a partir dela que o museu poderá recuperar uma série de informações sobre esse objeto. Juridicamente a Política Nacional de Museus (2003) e o Estatuto de Museus (2009), além de uma vasta produção técnica e acadêmica em torno do assunto, definem as diferentes formas de tutela que o museu tem sobre cada item do acervo; logo, para cada uma das situações descritas abaixo, são necessários documentos diferentes que comprovem a propriedade ou posse:

Doação - transferência de propriedade sem encargos para o museu. Deve ser feito um contrato ou, pelo menos, um termo de doação que será registrado em cartório; **Compra** - Transferência de propriedade com encargos. Nesse caso, será importante arquivar recibos de compra, declaração e justificativa de empenho de verbas etc. **Permuta** - Troca mútua de proprietários. Para proceder à permuta de acervos museológicos é importante que se consultem todos os níveis de hierarquia. A permuta deve ser justificada sob os pontos de vista científico e museológico. A permuta implica Baixa Patrimonial e deve estar de acordo com as políticas internas de gestão de acervos; **Legado** -

Doação por herança. Deve ser registrada por meio de cartas de manifestação de vontade de ambas as partes envolvidas no processo. O museu deve estar munido de um recibo de doação ou uma cópia do testamento; **Coleta de campo** - Ação típica em museus antropológicos, arqueológicos e de ciências naturais, a coleta de campo, em geral, é resultado de trabalho científico desenvolvido com base em projetos. O trabalho científico que redunde em coleta de campo deve ser autorizado por órgãos competentes que determinam a destinação do material coletado. O museu deve estar munido de cópia dos processos de autorização de pesquisas de campo; **Transferência** - Cessão de propriedade sem ônus ou troca. Alguns museus foram criados como resultado da transferência de coleções públicas. Nesse caso, o museu deve solicitar a documentação referente aos objetos transferidos e cópia da resolução de transferência. As situações jurídicas descritas a seguir não transferem a propriedade de bens, apenas sua posse; **Depósito** - Confere ao museu o direito de posse e uso restrito da coleção, que deve ser assegurado por meio de contrato. O depositante, por sua vez, pode reivindicar a posse a qualquer momento. Por esse motivo, recomenda-se que os museus restrinjam os depósitos e prefiram o comodato. Deve ter sua finalidade justificada; **Comodato** - Trata-se de um empréstimo sem ônus que deve ser restituído ao final do prazo convencionado. Algumas vezes, quando um comodato é muito extenso, a coleção passa a ser encarada como parte da coleção com inscrição em Livros de Registro e armazenagem em locais reservados à coleção permanente. Deve ter sua finalidade justificada; **Empréstimo** - Figura jurídica semelhante ao comodato. Em geral, fala-se de empréstimo quando os prazos são menores e vinculados a exposições temporárias e itinerantes. Deve ter sua finalidade justificada (BOTTALLO, 2010, p. 67-68, grifo meu).

No museu estudado do total das mais de 6 mil peças (entre objetos e documentos do acervo museológico e também da biblioteca) até os dias atuais, 70% das peças foram doadas, 22% transferidas e 8% emprestadas, sendo de responsabilidade do museu manter todos documentos referentes aos trâmites destas ações. Embora que nem sempre os museus conhecem com clareza a forma de entrada de alguns objetos de seu acervo, ou às vezes há objetos que não são compatíveis com a coleção. Nestes casos é possível serem corrigidas por meio de políticas internas ou portarias criadas para regular tais circunstâncias, devendo ser escritas e compartilhadas em todos os níveis hierárquicos da instituição (BOTTALLO, 2010). No quadro a seguir, temos uma balança mecânica, pertencente ao Governo Estadual emprestada a exposição permanente e o mostruário dos primeiros jornais da cidade, aquisição por transferência de posse.

No quadro a seguir, a Balança mecânica da marca Filizole, capacidade até 150 Kg, fabricada em São Paulo, pertencente ao Patrimônio do Governo Estadual de Goiás foi emprestada ao museu para compor a coleção do primeiro consultório médico de Itaberaí; e representando um dos objetos cuja posse foi transferida ao museu, há uma coleção de 29 jornais da cidade, em papel já amarelados, arranjados em uma mesa com mostruário de vidro, contendo

exemplares do Itaberahy, O Colega e Jornal de Itaberaí publicados por volta dos anos 50 até os anos 90.

Quadro 9 – Informações do acervo do Museu Casa da Cultura

Objeto	Data de aquisição	Tipo de aquisição	Foto
29x Jornais	1950-1998	Transferência	
Balança	1990	Empréstimo	

Fonte: Acervo Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

Cada tipologia de objeto requer formas distintas de descrição. Para Bottallo (2010), com a tecnologia já existem muitas instituições que adotam processos documentais que incluem a digitalização da imagem de objetos; outras já possuem coleções de documentos digitais. Em casos como esses, a descrição desses documentos deve incluir tipo, dimensões, tamanho e resolução das imagens.

Por essa visão, a necessidade de transitar entre a exibição e a inibição, entre a seleção e o descarte faz parte do mundo dos museus, tornando-se uma constância. Nas áreas voltadas para o estudo e tratamento do patrimônio, é necessário entender que socialmente os artefatos museológicos são construídos e contestados, antes como portadores de significados inerentes e históricos de reflexões, instrumento ideológico da construção das identidades e de fomento de ações políticas, mais do que de admiração ou contemplação (CÂNDIDO, 2014).

Partindo do pressuposto de que documentos são suportes importantes de informação, um dos grandes desafios de um museu é preservar o objeto e sua possibilidade de informar, qualificando-o como documento (CÂNDIDO, 2006). Portanto, compreendendo a preservação não como um fim, mas como parte de um processo museológico, a ação voltada para a investigação sobre bens culturais em exposição do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, entende-se que o ato de preservar inclui a coleta, aquisição, e o acondicionamento desses bens. Para depois cumprir a outra parte da sua missão, que é comunicarem-se por meio das exposições, publicações, projetos educativos e culturais. Mas que também abre caminho para o exercício da pesquisa, que permeia todas as atividades de um museu, fundamentadas cientificamente.

Os objetos museológicos têm na conservação e na documentação as bases para a sua transformação em fontes de pesquisa científica e de comunicação, que por sua vez, produzem e disseminam novas informações, resultando e cumprindo o ciclo museológico (CÂNDIDO, 2006). Em relação ao estudo desses objetos museológicos (acervo do museu), didaticamente a metodologia de documentação deste foi desenvolvida em 2 etapas: a primeira, chamada de Documentação do Acervo; e a segunda, parte da oficina pedagógica envolvendo os critérios de seleção para a exposição colaborativa temporária. Ambas serão detalhadas separadamente no subtópico 2.3.1 e tópico 2.4.

2.3.1 Documentação do Acervo

Ao ser criada, uma documentação apresenta forma e função, com características que irão estabelecer suas possibilidades de uso e de salvaguarda. Será a origem do material/objeto, seu formato e a sua funcionalidade que, muitas vezes, determinam se esse será um documento de arquivo, da biblioteca ou do museu (PADILHA, 2014). O objeto/documento passa a ter uma capacidade informativa por meio de sua descrição e representação. Assim, pode-se compreender que a informação está agora atrelada a um documento único, que comporta um significado e que, estabelece um processo comunicativo, emitindo uma mensagem.

Quanto à Lei vigente do Estatuto Brasileiro de Museus – Lei nº 11.904/2009, no que se refere ao acervo do museu, Capítulo II, Seção II, Subseção IV - Dos Acervos dos Museus, consta

Art. 39. É obrigação dos museus manter documentação sistematicamente atualizada sobre os bens culturais que integram seus acervos, na forma de registros e inventários. § 1º O registro e o inventário dos bens culturais dos museus devem estruturar-se de forma a assegurar a compatibilização com o inventário nacional dos bens culturais. § 2º Os bens inventariados ou registrados gozam de proteção com vistas em evitar o seu perecimento ou degradação, a promover sua preservação e segurança e a divulgar a respectiva existência (PADILHA, 2014, p.25).

A mesma lei aponta para a importância do registro do acervo bem como a existência do plano museológico: instrumento de caráter estratégico, que objetiva o desenvolvimento da fundação, gestão e organização de um museu. Conforme consta na Seção III - Plano Museológico, Art. 46., dentre os itens que devem ser contemplados nesse instrumento, o acervo deve ter sua importância autenticada por meio de uma política de gestão que também permita dialogar com as demais atividades do museu.

É um instrumento indispensável para a consolidação da missão, dos objetivos e das ações da instituição, caracterizando-o como essencial para a elaboração de todas as atividades do museu, seja para atender à organização do trabalho interno, como promover clareza das necessidades institucionais e até mesmo para determinar as prioridades para elaboração de projetos (PADILHA, 2014).

No geral, os objetos que fazem parte do acervo precisam ser documentados de modo mais completo possível, dentro das suas múltiplas possibilidades de informação. E por isso teve que ser identificado e investigado individualmente, para que no processo museológico passe a compor uma determinada coleção (PADILHA, 2014).

Esta ação permite a extração de informações intrínsecas e extrínsecas sobre o acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas: intrínsecas, são as informações deduzidas por meio do próprio objeto, ou seja, pela análise das suas propriedades físicas; já as informações extrínsecas, são obtidas por meio de outras fontes que não o objeto, e que permitem compreender o contexto no qual o objeto existiu, funcionou e adquiriu significado. Estes detalhes podem ser identificados pelas fontes bibliográficas ou documentais, ao mesmo tempo em que permite que novos usos e significados possam ser construídos. Visto, que "um documento é suporte que evidencia algo a alguém e que, ao passar por um processo técnico específico, manifesta seu potencial informativo. Ele é o meio que nos traz a informação e, assim, permite que o indivíduo produza conhecimentos diversos" (PADILHA, 2014, p. 13). Para Bottallo (2010, p. 51) uma documentalidade, "pressupõe ao documento, cuja raiz é a mesma de docere: ensinar". Logo, o "documento não apenas diz, mas ensina algo de alguém ou alguma coisa".

Todos os procedimentos utilizados na área de documentação museológica devem ser padronizados. Posto que no processo de catalogação, é muito importante criar, revendo sistematicamente manuais de procedimentos de catalogação e as regras para utilização e preenchimento de cada campo da ficha catalográfica e/ou do banco de dados sobre o acervo. A incorporação de objetos aos acervos dos museus deve seguir procedimentos administrativos e contábeis de registro patrimonial, assim como os bens permanentes das instituições (móveis, equipamentos, entre outros) (BOTTALLO, 2010).

Dentre esses documentos, é necessário entender a importância do Livro Tombo, ou seja, para que se tenha conhecimento da existência dos objetos museológicos e do *status* diferenciado na coleção, eles precisam ser tombados, o que significa ser registrados como patrimônio da instituição, em que os números de patrimônio costumam ser registrados nos bens. Porém, o livro do Tombo ou Registro do Acervo é um instrumento, obrigatoriamente manuscrito, que não pode ser rasurado, onde deve ser registrado os objetos do acervo como documento e bem cultural da instituição. Serve para que a instituição tenha um controle dos objetos, tanto daquele que entra, sai, ou que talvez é perdido ou roubado. Assim, a partir do regulamento interno, o museu protege seu acervo de possível destruição ou descaracterização, bem como o preserva em prol de uma memória coletiva (BOTTALLO, 2010).

Para a concepção do documento, recomenda-se a utilização de um caderno de ata ou de livro criado para esse fim. Necessita também de um Termo de Abertura e de um de Fechamento (quando for o caso). Tais livros deverão ser numerados, todas as páginas devem ser rubricadas e as informações devem ser dispostas de maneira padronizada, não podendo haver espaços em

branco entre a inscrição de informações sobre um objeto e o seguinte. Os campos básicos que devem constar nos Livros de Tombo ou de Registro de Acervo devem ser: número tomo, número de registro, do nome do objeto, data, data de entrada na coleção, forma de aquisição, nome do doador (quando for o caso) e estado de conservação (PADILHA, 2014). Na figura abaixo, temos o modelo da parte interna do livro.

Figura 45 - Modelo descritivo da parte interna do livro do Tombo como é preenchido no Museu Casa da

Nº de tomo	Nº de registro	Objeto	Data de aquisição	Tipo de aquisição	Descrição intrínseca	Descrição extrínseca	Estado de conservação
1	MCC.001.1 MCC.001.2 MCC.001.3	Cama 2x Criado-mudo	1933 - 1956	Transferência	Cama em madeira maciça, 2m altura x 2m comprimento; criado mudo madeira maciça 60x50 cm, penicos em alumínio.	Cama estilo Dona Maria I, sec. XIX, completa com criado mudo, cortinado e penicos	Conservado

Cultura

Fonte: Livro do Tombo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

O registro de tombamento, que identifica o objeto como patrimônio da instituição, é realizado a partir de uma numeração corrida. Entretanto, o número do Tombo deve sempre começar com zero (BOTTALLO, 2010). O número de registro é estipulado pelo museu para o registro de identificação da peça no acervo. Já no aparelho, diz respeito à informação que apresenta o que é o objeto, descrevendo a forma correta como o instrumento é conhecido sem abreviações, por exemplo, uma cama e dois criados mudos. Na data de aquisição, será a data do artefato e a data que foi adquirido pelo museu. Agora, no tipo de aquisição, remete a forma como o dispositivo foi adquirido pelo museu, no exemplo foi por transferência, mas em alguns casos pode haver doação, legado, compra, coleta, permuta, empréstimo ou depósito.

A classificação das peças do acervo, portanto, é baseada na função que estas possuem, tanto por utilidade (ou função original primária) como pelo valor simbólico (ou função original secundária):

A metodologia deste instrumento de pesquisa, o qual pode ser denominado de Esquema Classificatório do Acervo, permite estabelecer um quadro geral, em ordem crescente, contendo termo / título, o código de registro ou de inventário, a classe e a subclasse de cada objeto (CÂNDIDO, 2006, p. 41).

No primeiro momento da documentação museológica do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, fez-se a Classificação dos objetos. Como o museu estudado possui diversas tipologias museológicas, foi feita uma separação dos objetos por cômodos. Neste procedimento, devem-se registrar as informações acerca dos documentos que o museu possui, uma vez que ainda não há um Plano Museológico, foram verificados: objetos que compõem o acervo, o livro do Tombo, o estatuto do Museu e Estatuto da Aila (Academia Itaberina de Letras e Artes) – instituição que mantém o Museu.

Sobre as diferenças entre as tipologias, elas são estabelecidas baseadas nas formas de tratamento que os museus dão aos seus acervos, priorizando determinados aspectos dos objetos em detrimento de outros (BOTTALLO, 2010).

No segundo momento, cabe a identificação e registros dos objetos que compõem o acervo do museu. No qual é criado o registro individual de cada peça, inserindo o código de registro subsidiado por parâmetros especiais (processo de numeração). Esse procedimento promove uma gestão mais eficiente do museu, e facilita a organização da exposição:

O código de inventário ou código de registro representa o elemento básico de todo o sistema de identificação e controle do objeto, pois é através dele que se pode recuperar rapidamente as informações documentais. Por isso, deve ser necessariamente usado como referência numérica única do objeto em todas as atividades do museu. (CÂNDIDO, 2006, p. 40).

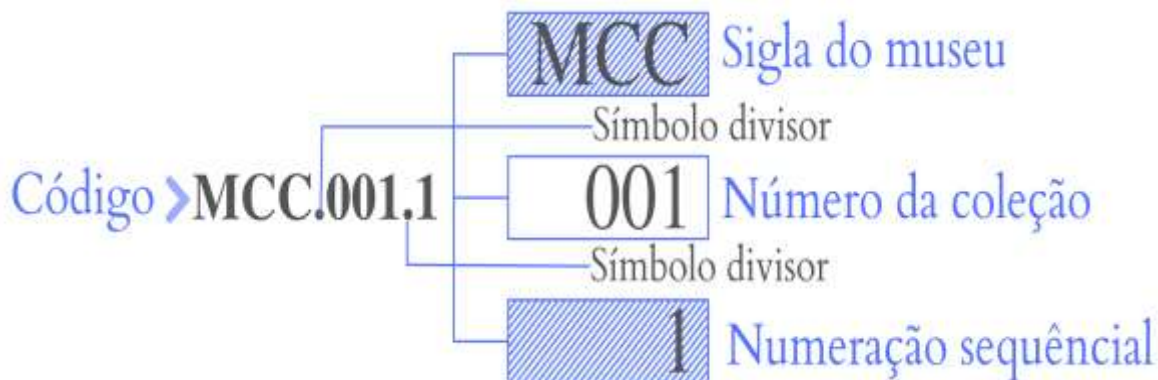
A identificação do objeto é indispensável para a autenticidade e segurança do acervo museológico, bem como para a recuperação imediata das suas informações documentais. Logo, deve-se considerar o número de registro e o tipo de marcação em cada objeto adquirido pelo museu: essas ações precisam ser cuidadosamente pensadas antes de serem aplicadas nas peças. Porém, mesmo que haja recomendações técnicas baseadas nos princípios da museologia, no que tange ao registro destes, não há normas oficiais para essa numeração (CÂNDIDO, 2006). Mas foi observado que há poucas diferenças na estrutura dos códigos de identificação adotados nos estudos abordados sobre documentação de acervo.

O reflexo direto da dualidade dos objetos resulta na necessidade de o mesmo ser referenciado peça a peça (BOTTALLO, 2010). Portanto, o formato de código adotado pela direção do Museu Casa da Cultura, de acordo com o livro do Tombo, é do tipo alfanumérico, elaborado a partir de letras e números em três partes intercaladas (tripartidas).

As três primeiras letras à esquerda, respectivamente, identificam seu pertencimento ao acervo da instituição Museu Casa da Cultura. Os três próximos dígitos 001, por exemplo, representam a coleção, ou seja, o que permite a contextualização, ou relação dos objetos de um

museu entre si, e organizá-los em coleções - ou conjuntos - geralmente constituídos artificialmente de acordo com a temática, a função ou outros aspectos comuns dos objetos (BOTTALLO, 2010). No exemplo do código do objeto MCC.001.1 (figura 46), observa-se:

Figura 46- Exemplo do código adotado para identificar a cama, no quarto que pertenceu ao casal Cel. João Caldas e Deolinda Baylão.



Fonte: Rodrigo Lúcio, 2022.

No caso de haver objeto composto, o museu adota o sistema de repetição para o conjunto da mesma coleção variando apenas a numeração sequencial no final, veja no quadro abaixo como foi descrito a coleção de máquinas fotográficas (MCC.004). Pelo número do Tombo a coleção com 6 exemplares de máquinas fotográficas foi registrada em sequência.

Quadro 10: Modelo de registro de objetos composto na coleção

Nº Tombo	Nº registro	Objeto	Descrição
4	MCC.004.1 MCC.004.2 MCC.004.3 MCC.004.4 MCC.004.5 MCC.004.6	6x Máquinas de costura	Coleção 6 máquinas de costura, modelo de pedal, 50x25 cm cada; modelos da década de 70/80, marca não identificada

Fonte: Livro do Tombo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, 2022.

Na documentação do objeto, as medidas devem ser exatas e expressas em centímetros, sendo recomendado o uso de instrumentos com escalas precisas. É necessário colocar o tipo de material do objeto, marca, estado de conservação, quantidade, entre outros. Para todos os itens, é importante criar regras de padronização na forma de preenchimento de cada um dos campos de um documento de catalogação do acervo. Portanto, como instrumento de coleta, por sua

capacidade de armazenamento e facilidade de acesso aos dados, foi definido o uso de uma planilha de catalogação. Uma vez que esta ação deve ser toda focada em quantificar e qualificar minimamente o acervo.

Tendo como referência o livro do Tombo, foram feitas as checagens, atualização de dados e conferências nas fichas de identificação das peças e essas informações foram inseridos diretamente na planilha. Em um sistema eficiente de gestão, deve-se apresentar e acessar dados primordiais sobre as coleções e responder rapidamente questões fundamentais como: o que há no acervo, onde está, qual sua quantidade, tipo de custódia, entre outras (BOTTALLO, 2010). Entre todos os elementos que constituem esse documento, destaca-se também os relacionados à proteção e conservação dos acervos. Portanto, durante a análise, a ação de observar a conservação destes deve ser simultânea ao diagnóstico das condições de acondicionamentos destes.

Contudo, a partir da condição jurídico-administrativa do museu, a organização, o registro, a conservação e a definição das suas coleções são bases fundamentais para que o método de documentação museológica registre os dados que integra desde aspectos relativos aos processos de incorporação, ou de eventual baixa patrimonial, até na forma em como os objetos devem ser descritos, catalogados, armazenados e expostos.

2.4 Oficina de educação patrimonial e a exposição colaborativa

O patrimônio cultural está inserido no cotidiano - nas nossas vidas e no nosso dia a dia. Logo, ao falar em educação patrimonial, é imprescindível e inevitável levar em conta que ela pode estar presente tanto nas práticas educativas diretamente ligadas à escola, no chamado ambiente formal, como também no ambiente não formal, que não está relacionado ao ensino sistemático. Atualmente, entende-se que a educação patrimonial, para além de fronteiras e limites, é reflexo de todo um processo, construído a várias mãos e pensamentos (TOLENTINO, 2022).

Como professor de História, acredito na importância de instigar o aluno a ampliar seu conhecimento sobre os ofícios e objetos e as relações que se estabelece com eles e por eles (no passado, presente e no futuro); por que é preservado, como é preservado e o que é preservado.

Portanto, na ação de Educação Patrimonial no Colégio Estadual Rocha Lima³⁸, foram convidados os alunos das turmas A e B, da 3ª série do Ensino Médio. A proposta da oficina educativa foi a de que os alunos construíssem e apresentassem uma Exposição Colaborativa em uma das salas do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas em Itaberaí, com a temática voltada para os ofícios.

Baseada na reflexão de Cândido e Lima (2014) compreende-se que as instituições museológicas não querem/devem mais ser apenas espaço de exposições-produto e do discurso técnico, mas ser/tornar um lugar onde o processo construído participativamente ocupe o centro das atenções. Logo, é necessário atender às novas demandas que devem ser concretizadas dentro dos museus, para desenvolvimento de ações culturais de grupos reduzidos que procuram participar integralmente dos processos de trabalho museológicos. Resulta assim, em uma nova tendência na forma de abordagem biográfica dentro dos museus, não mais por um viés da memória do poder, pela representação de biografias das elites, ao contrário, busca integrar o fortalecimento do poder das memórias das minorias e a valorização das subjetividades. E diante a nova demanda de representar as identidades locais determinou que grupos de intelectuais incentivassem e/ou criarem instituições museológicas em suas comunidades e/ou região, a exemplo de Itaberaí.

Entretanto, inspirado na colocação afortunada de Tolentino (2022, p. 107), como professor, é necessário pensar e integrar formas para que a educação patrimonial aconteça "na escola e com a escola", considerando como, a partir da escola, posso trabalhar "o seu entorno, a cidade, as pessoas, numa perspectiva de patrimônio transcendente que contemple a diversidade cultural e as memórias de diferentes grupos sociais."

Nesse sentido, as reflexões que originaram a proposta da oficina se deram a partir da exposição permanente do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, na percepção sobre o que os objetos dizem sobre nós: são compreendidos como portadores de sentidos, desencadeadores de sentimentos, ideias, conhecimentos e memórias? Escolher pensar a oficina e a exposição colaborativa por meio dos ofícios (saberes), foi uma importante forma de provocar a reflexão sobre os saberes e fazeres intrínsecos na formação de identidade coletiva

³⁸ O Colégio Estadual Rocha Lima foi o primeiro colégio do município. Fundado em 1923, em um local onde funcionava o mercado municipal, faz parte do patrimônio histórico da cidade. Tornou-se com o decorrer dos anos, uma escola de referência para o município. A unidade escolar, situada em frente à Praça Sinhô Fonseca, é mantida pelo Poder Público Estadual e administrada pela Secretaria de Estado de Educação, a SEDUC. O nome da escola é uma homenagem ao antigo presidente da província de Goiás, Miguel Rocha Lima. A Escola dispõe de oito salas de aula, amplas, arejadas, iluminação e visibilidade boas, quadros grandes e dispostos ao longo da parede lateral. Funciona nos três turnos, nas modalidades do Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos, EJA. Tendo um total de 633 alunos.

dos sujeitos. A partir dessa implicação, toda modificação do lugar cultural (o Museu Casa da Cultura Coronel João Caldas), e a criação do cenário cultural dos ofícios tiveram como os indivíduos sociais envolvidos, alunos da rede pública estadual de ensino.

Para desenvolver essa atividade os alunos escolheram os objetos que consideram significativos e que representam os ofícios locais, às narrativas que os identifiquem além da materialidade, mas também nos detalhes culturais da época em que foram construídos e utilizados. Dessa forma, poderiam compreender como a instituição museológica define uma lógica para dispor seus objetos e salvaguardá-los. E também poderão perceber como alguns ofícios tem se efetivado como patrimônio cultural do município. Ao passo que identificar, junto aos alunos, seus patrimônios, pode ser uma atividade ainda mais interessante. No decorrer da oficina a realidade do aluno em relação a seu patrimônio cultural próprio, vai surgindo e/ou sendo construído a cada etapa da oficina, entremeada pelas suas histórias pessoais, dos colegas, professores, familiares, a guia do museu e atividades lúdicas.

Segundo explica e recomenda Tolentino (2022), o texto de "Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos" publicados pelo Iphan e base das diretrizes da Portaria 137/2016 desta instituição, apresenta todo um percurso histórico de ações, projetos e políticas voltadas para a educação patrimonial; e traz conceitos, acepções e as práticas pedagógicas inerentes ao Iphan. Portanto, recomenda a todos os professores, uma leitura mais aprofundada deste recurso porque possibilita-nos "extrair os ingredientes necessários para ações de educação patrimonial nas práticas educativas" (TOLENTINO, 2022, p. 108). E pautado nesse referencial, tece argumentos importantes a partir das diretrizes do Artigo 3º da Portaria 137/2016, e que foram importantes para o planejamento e realização da oficina pedagógica.

Pelas diretrizes do Art. 3º, no que tange "Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais", é fundamental que em projetos educativos que envolvem o patrimônio cultural, desenvolvidos na e pela escola devem incentivar a participação/protagonismo no caso dos alunos. Nesta perspectiva, uma ação educativa democrática, dialógica e horizontal, que prioriza a participação efetiva dos discentes perante atuação do conjunto, importando tanto o saber e os olhares dos docentes sobre os patrimônios culturais, como também dos alunos, por conta dos saberes que são desenvolvidos (TOLENTINO, 2022).

Ao visitar uma exposição museal, os alunos passam por múltiplos trajetos, observam a exposição dos objetos, assimilam alguns fatos históricos até chegarem ao seu destino final. Conhecer e frequentar espaços culturais, museus ou galerias são ações privilegiadas para o

desenvolvimento de capacidades intelectuais e cognitivas, exercício de sensibilidade e imaginação. Por esta razão o museu é muito mais que um local de visitação e acumulação de objetos, sua função é conservar, estudar, valorizar e expor os elementos da vida social que estejam ligados de formas diversas à história e à memória.

Na presença da materialidade que se refere aos objetos no dia-a-dia, agimos tão mecanicamente que não tomamos consciência de seu protagonismo. Alguns dizem que isso ocorre devido a uma memória motora, na qual essa relação com os objetos é identificada como algo natural. Mas a partir do estudo de suas funções sociais, os diferentes modos de apropriação que fazemos tornaram-se amplas. Ajudando inclusive a entender o comportamento do indivíduo e da sociedade, mas como modo de individualização e de construção identitária, permeado por criatividade e rituais que não se explicam pela simples lógica do consumismo, do mercado ou da globalização. Na experiência museal, o aluno fará dois caminhos: primeiro, identificando os objetos e sua utilidade; e depois esvaziando dessa utilidade e investindo-os de sentido.

Nessa perspectiva, é preciso, como afirma Lima e Carvalho (2020), compreender as funções dos objetos na vida social e cotidiana e entender também que eles possuem um valor como patrimônio cultural. Nessa tarefa, os museus exercem um papel importante. Assim, em relação ao acervo, compreende-se que

Na condição de objetos descontextualizados, porque retirados de seu meio social e esvaziados de suas funções utilitárias, os objetos de coleção tornam-se semióforos [...], ou seja, matéria investida de sentidos. Ao tentarmos compreender sua condição museológica, o que os levou até ali e que vida progressa tiveram, tornamos visíveis esses objetos [...] (LIMA; CARVALHO, 2020, p. 187-188)

Ao pesquisar a história dos ofícios locais, os saberes e fazeres, os objetos, o aluno irá identificar como a cultura se expressa através dos conhecimentos, nos produtos que são fabricados pelos diversos indivíduos e nos grupos humanos. Compreendendo que para a realização de um serviço (por exemplo, um parto ou benzeção) ou ação que resulte em um produto (vidro, alimentos e bebidas), necessita ter determinado saberes, logo, sempre haverá um conjunto de concepções e conhecimentos que estarão atrelados aos processos ou fazeres.

No campo do patrimônio cultural, em meio a critérios e práticas de preservação, a "cultura dos ofícios" é entendida como o conjunto material e simbólico de saberes e fazeres que caracterizam certas atividades manuais/mecânicas, anteriores à era industrial/tecnológica, os "ofícios mecânicos" das antigas "corporações de ofício" - como carpinteiros, ferreiros,

pedreiros - que surgiram posteriormente por outras experiências sociais, mas vinculadas a modos de vida, crenças, gestos, produção e circulação de objetos, ligados aos hábitos e às culturas. Assim como o "patrimônio vivo", os saberes tradicionais considerados ameaçados com o avanço da indústria e pelo novo ensino superior profissionalizando atividades antes exercidas sem obrigatoriedade de diploma, e o desaparecimento dos mestres e aprendizes. Os ofícios da construção civil preservados desde 1937 pelo Iphan; os ofícios ligados à memória de escravidão; os inúmeros saberes ligados à cultura indígena; as práticas agrícolas; as culinárias regionais; as práticas artesanais e religiosas espalhadas pelo Brasil (PARETO JR, 2020)

A preservação cultural dos ofícios como bens imateriais, representado pelas tradições dos saberes e fazeres, também reconhece sua existência materializada, subtraída da natureza pelas condições humanas. Como por exemplo, o "Ofício de Sineiro", em Minas Gerais, que envolve a tradição religiosa do estado e o toque dos sinos das igrejas. Vivenciar essa experiência prepara o estudante para compreender a importância do trabalho multidisciplinar, e o papel das equipes responsáveis pela manutenção dos museus, organização e na seleção de objetos entre outras questões significativas que exigem diálogo constante. Os alunos passam a perceber a necessidade de sincronia do trabalho coletivo e a importância das contribuições diversificadas de várias pessoas para a sua realização. Na parceria museu e escola, a educação é o meio para trabalhar a educação patrimonial ao passo que o próprio aluno será o protagonista do seu próprio conhecimento. Ao criar o roteiro da exposição, o educador deve fundamentar-se no pressuposto de que a proposição de questões-problema e de temas para discussão é primordial no trabalho com a memória (PARETO JR, 2020).

Por esta razão quando se deparam com a necessidade de selecionar objetos, higienizá-lo, agrupá-los por categorias, elaborar legendas, organizar o espaço, definir a ordem em que serão apresentados a público, dentre outras questões, compreenderão que toda exposição só é possível mediante um processo de seleção e escolha, de produção de esquecimentos e lembranças, de construção de narrativas.

Considera-se a educação patrimonial como parte dos processos educativos, de base democrática, que prima pela construção coletiva do conhecimento e pela participação efetiva dos diferentes atores sociais detentores e produtores das referências culturais (SILVA; TOLENTINO, 2015). Assim, partindo dessa concepção, foi realizada entre os dias 18 e 24 de outubro oficina de Educação Patrimonial com alunos das 3ª séries do Colégio Estadual Rocha

Lima³⁹. O objetivo da ação educativa foi a criação de uma exposição colaborativa sobre o tema "Ofícios: saberes e fazeres" partindo da vivência e realidade dos alunos e do que eles consideram como suas referências culturais.

A execução da ação de Educação Patrimonial visa desenvolver as seguintes habilidades: Compreender a importância da preservação dos ofícios e seus objetos como mediadores de significação, percebendo as dimensões tangíveis e intangíveis dos saberes e fazeres para o patrimônio histórico cultural; Perceber os processos de seleção presentes na produção da memória; Compreender as exposições colaborativas como parte do processo de educação, por meio da construção intencional de narrativas criadas e selecionadas por pessoas determinadas e empenhadas na reverberação dos efeitos de memória; Estimular a cooperação e o trabalho em equipe, organização na divisão de tarefas, priorizar e escolher as melhores opções para apresentar os resultados da pesquisa, ouvir os colegas e suas opiniões, compreender outras realidades e contextos socioculturais, permitindo escolhas mais assertivas na realização da exposição.

Para dinamizar o trabalho do professor e dar mais autonomia aos alunos, a oficina dividiu-se em etapas com um roteiro geral mediador. A cada etapa (quando necessário) foi distribuído aos responsáveis uma parte do roteiro. Estes são compostos por atividades que têm objetivos gerais e propósitos específicos ao tema, com conteúdos reflexivos e práticos.

Antes de realizar a segunda etapa é importante que o professor já tenha realizado pelo menos uma visita museológica com seus alunos. Caso a localidade não possua um museu é possível realizar o *tour* virtual, a alguns museus nacionais e internacionais que tem disponibilizado seus acervos e coleções, assim como percursos que simulam visitas presenciais. É importante que o aluno conheça algumas referências sobre o que vem a ser uma exposição museal.

Todo trabalho foi desenvolvido prioritariamente pelos alunos em equipes. Sendo necessário um líder geral, responsável por acompanhar e auxiliar na execução das missões de cada equipe. Para cada equipe formada, foi escolhido um responsável pela organização, desenvolvimento e execução da missão dos membros. Na imagem abaixo, apresento a dinâmica de sensibilização:

³⁹ Para executar a oficina foi necessário, entrar em contato com a direção da escola e do museu, informar aos responsáveis os objetivos da ação educativa e a importância do apoio de ambos, para o desenvolvimento da Ação de Educação Patrimonial.

Figura 47: Apresentação do projeto de exposição colaborativa e a proposta de sensibilização para os alunos

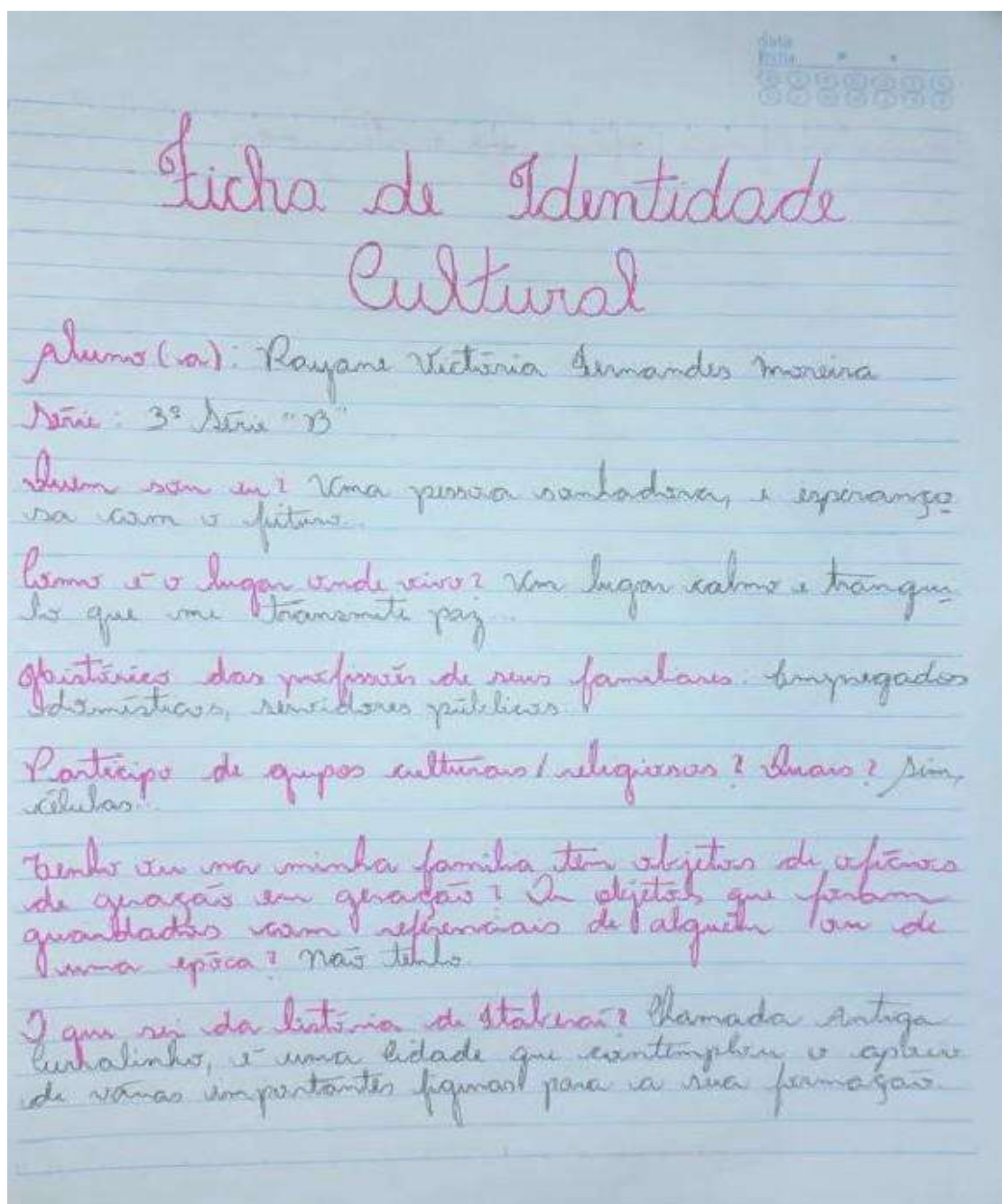


Fonte: Acervo fotográfico de Rodrigo Lúcio, 2022.

A primeira etapa aconteceu com os discentes em sala de aula no Colégio Estadual Rocha Lima. O objetivo das atividades foi sensibilizá-los a partir de sua história e referências locais. Do mesmo modo, visava promover a discussão sobre os temas profissões/ofícios, saberes e fazeres, memória, patrimônio, preservação e exposição, e sobretudo, a importância de tudo isso para a história, a realidade, a identidade e protagonismo dos alunos. Atividades de sensibilização permitem fazer uma leitura rápida da realidade cultural dos alunos e suas identidades socioculturais, suas histórias pessoais e de familiares, propondo uma atividade de investigativa (COSTA, 2014); (SILVA; TOLENTINO, 2015).

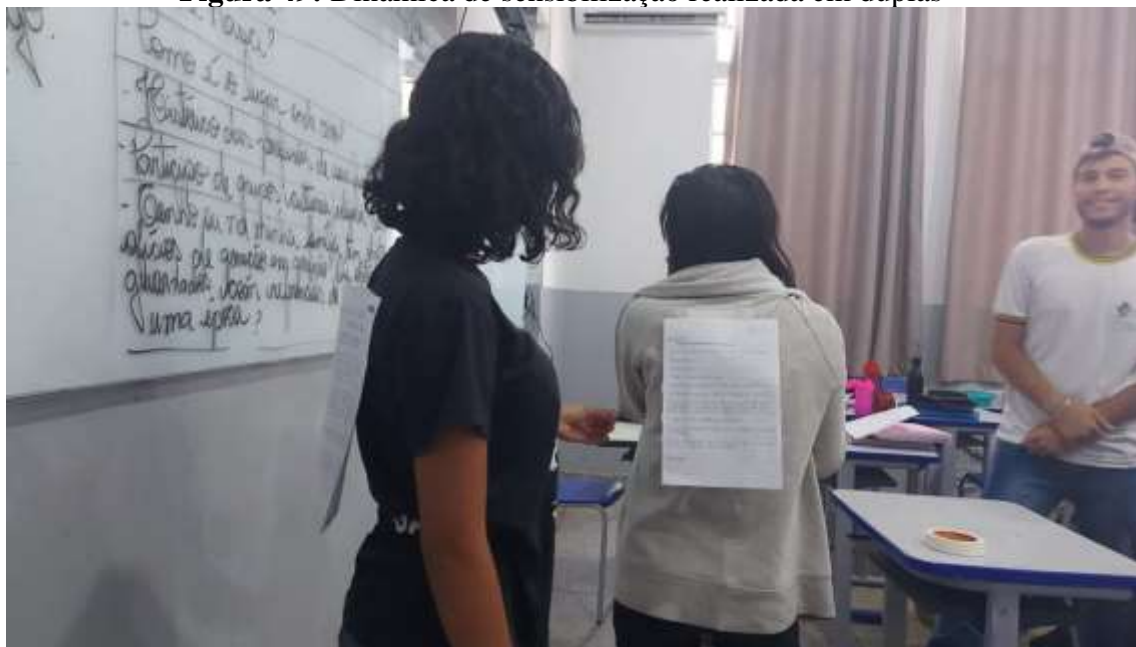
Na dinâmica denominada história de vida (figura 48) foi distribuída a ficha de identidade cultural, na qual eles preencheram falando um pouco sobre sua história e de seu grupo familiar. As respostas partiram dos seguintes questionamentos: quem sou eu? Onde nasci? Como é o lugar que eu vivo? Qual o histórico das profissões de meus familiares (avós, avôs, pai, mãe, tios e tias)? Participo de grupos culturais ou religiosos? Tenho ou minha família tem objetos de ofícios passados de geração a geração ou objetos que foram guardados como referenciais de alguém ou de uma época? O que sei da história da cidade de Itaberaí? Quais profissões/ofícios que existem na cidade de Itaberaí? Quais são as profissões mais antigas e que ainda continuam sendo exercidas na cidade e na zona rural?

Figura 48: Aplicação da dinâmica de sensibilização



Fonte: Acervo fotográfico de Rodrigo Lúcio, 2022.

Após um intervalo de 15 minutos, foram criadas duplas de acordo com a ordem da chamada. Como parte da proposta da dinâmica, foi solicitado que colassem, com ajuda do colega da dupla, suas fichas nas costas. Sabendo que cada um "carrega" sua história de acordo com seu contexto de vida, todos leram a história de seu parceiro da dupla sem descolar o papel. Enquanto os alunos apresentavam, foram anotadas no quadro, as profissões que apareciam com as narrativas, e que foram comentadas após as reflexões de sensibilização.

Figura 49: Dinâmica de sensibilização realizada em duplas

Fonte: Acervo fotográfico de Rodrigo Lúcio, 2022.

O professor e alunos poderão perceber que historicidade de cada um, a cidade, a comunidade ou bairro onde trabalha também pode ser maior que o mundo, que existem inúmeras possibilidades de trabalhar com a identidade local de seus alunos e poder realizar um bom trabalho de educação patrimonial (LACERDA et al, 2015).

Voltando para os ofícios apresentados, o professor deve especificar que cada uma das profissões envolve saberes e esses são considerados patrimônio cultural da cidade. Apresentando um recorte temporal de como e por que os órgãos de preservação do patrimônio histórico cultural foram justificando meios de salvaguardar os ofícios locais. Chamando atenção para ofícios que são silenciados e não estão sendo lembrados como parte da história dos trabalhadores locais e mesmo importantes tornam-se esquecidos.

Tempestade de ideias - foi solicitado às duplas criassem um quadro em seus cadernos e que pesquisassem para cada ofício citado, e escrevessem até 3 objetos que estejam relacionados aos fazeres destes ofícios/profissionais. Enquanto, o professor usa o quadro - negro, para anotar todos os resultados dos objetos escolhidos pelas duplas. Depois todos opinam se concordam ou não com os objetos da lista e por que, criando uma lista final escolhida pela turma.

Quadro 11: Quadro resultante dos ofícios e objetos indicados pelos alunos.

	OFÍCIOS	OBJETOS
1	Lavrador	Enxada, rastelo, foice e enxadão

2	Comerciantes	Produtos, agendas e calculadora
3	Professores	Quadro, giz, livros e pincel
4	Mecânicos	Chaves, alicates, macacos e guinchos
5	Médicos	Estetoscópio, maca e eletrocardiógrafo
6	Dentistas	Espelho, sonda, pinça e espátulas
7	Enfermeiras (os)	Esfígmomanômetro, garrote e seringas
8	Costureiras (os)	Fita métrica, máquina de costura, tecidos, linhas e agulhas
9	Advogados (as)	Escritório, mesa, computador e livros jurídicos
10	Agricultores	Trator, arado, colheitadeiras e pulverizador

Fonte: Rodrigo Lúcio, 2022.

Para a proposta apresentada, partiu-se da concepção de que a história não pode ser entendida/aprendida como exclusiva de um grupo social específico, detentor de poderes político, econômico, social, cultural ou acadêmico. Ao contrário, tanto a escrita, como o ensino de história deve ser descentralizada, aberta a outras problemáticas, abordagens, recortes e metodologias. O ideal é buscar estratégias diversas que permitam ao aluno participar, interpretar e se ver responsável na produção do conhecimento histórico aberto a múltiplas identidades, sujeitos e direitos (PORTILHO; LOPES, 2021).

A partir da reflexão sobre as escolhas das profissões, foram feitas perguntas sobre os objetos que representavam para eles as profissões/ofícios existentes na cidade de Itaberaí, como essas:

O que mudou nesta profissão com o passar do tempo? “O que mais mudou foram os tipos de objetos, usados antes e depois” (R.V. F. M - 3ª B); “A chegada da tecnologia facilitou bastante o serviço, modernizando as máquinas de escrever, o meio de comunicação com os clientes” (A. L. - 3ª A). **Algumas desta profissão listadas, te chama a atenção para seguir carreira?** “Sim, em cursar, medicina” (I. H. L. C. - 3ª B); “Sim em fazer odontologia” (G. C. - 3ª B); “Sim, quero ser advogada” (A. M. - 3ª A).

O conjunto de perguntas respondidas pelos alunos de forma escrita e apresentada oralmente foram todas baseadas nas escolhas deles, os objetos que representavam esses ofícios, tomando como referência suas experiências e nos conhecimentos adquiridos ao longo da vida.

Logo, aquilo que foi expresso pelos alunos, deve ser anotado pois cada objeto registrado passou a ser usado como referência para uma breve introdução sobre a representatividade cultural dos objetos, construção de significados, patrimônio cultural e musealização. E também, esse material foi utilizado como base referencial para entenderem os conceitos envolvidos na construção de narrativas.

Como professor de história, corroboro com Pacheco (2010, p. 146), "a ação do historiador no campo do patrimônio e no espaço do museu, portanto, não se limita a articular um discurso teórico e tecnicamente coerente sobre o passado". É imprescindível que haja uma mediação que esteja articulada com as versões e demandas que os alunos desejam validar sobre o seu passado e sobre a memória que desejam para si. Porém, quando o historiador trabalha com a memória institucional (ou de grupos específicos) recaem sobre si a dupla responsabilidade: "falar do passado, explicitando os conflitos e as disputas que nele se encontram, ao mesmo tempo em que auxilia na formação da identidade positiva" para a comunidade de alunos retratados (PACHECO, 2010, p. 146).

As memórias se dão a partir das relações que se dão, necessariamente em um território, ao mesmo tempo passam a ter um território como referencial, dando sentido e ajudando a modificá-lo. Assim, sabendo que os espaços educativos não formais também contribuem para a produção de conhecimento e para formação de memória histórico-educativa dos alunos (PORTILHO; LOPES, 2021), para proporcionar novas experiências de ensino aprendizagem significativas, a segunda etapa da ação educativa foi realizada com os alunos no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas.

Uma vez que Köptcke (2001), ao falar do início da ação educativa em museus no Brasil, nos anos 20, culminou em um movimento de modernização dos museus, passando a ser vistos como complementares ao ensino escola. Porém, segundo a autora, tempos depois (referindo-se ao ano 2001), determinado guia turístico do Rio de Janeiro, editado e impresso pela Riotur, apontava 54 museus e 18 espaços permanentes de exposições, onde a metade destes declarou propor visitas orientadas ou atividades educativas.

Infelizmente alguns museus ainda são em grande medida pensados como locais de exposição e não de produção do conhecimento por parte da comunidade e de pesquisadores. Assim, acabam sendo vistos como locais para uma visitação passiva e não para uma interação ativa por parte do público, em específico alunos das escolas (PACHECO, 2010).

Dentre os objetivos da ação no Museu destacam-se: coletar informações e ampliar o conhecimento sobre o papel do museu na preservação do patrimônio cultural de Itaberá, dando

ênfase na atividade de curadoria de exposições. Assim, foi trabalhado com os alunos as definições de acervo material e imaterial e como avaliar e construir narrativas em exposições.

Antes de iniciar o *tour* no museu foi solicitado para os alunos que criassem um arquivo fotógrafo das salas como um referencial para analisar o espaço e os objetos do acervo, (que posteriormente utilizará para planejar possíveis mudanças na estética da exposição); e preencheu um mapa, baseado na planta baixa do museu, os detalhes sobre as narrativas apresentada nas salas visitadas.

Após observar atentamente a exposição no Museu Casa da Cultura, os alunos identificaram os objetos que representam ofícios por eles indicados na etapa anterior em sala de aula; e analisaram e responderam junto com o mediador/professor as seguintes questões norteadoras, durante a visita exploratória Museu:

O que entendem por conceito de ofícios/profissões?

"É uma vocação, uma atividade empregatícia, escolhida para se estudar, especializar e ter remunerações que garantem a sua sobrevivência" (J.V. da S. G. - 3ª B); **Sobre a curadoria em exposições de museus e seus processos.**

Qual sua importância para criar uma exposição, requer algum processo?

"A curadoria permite que tenha conhecimento relevante do que tem no museu, qual o seu acervo e tipos de objetos" (G. H. V. - 3ª B); **Dentre os objetos, pertencentes ao acervo, quais mais chamaram sua atenção?** [A maioria expressou a mesma opinião] "Chamou mais atenção foi os objetos que os professores do passado usavam, como a palmatoria, o quadro de escrever que era pequeno, a forma de ensinar e as carteiras dos alunos sentarem que eram emendadas" (L. V. M. - 3ª B); **Dentre as salas que visitou qual chamou mais sua atenção? Por que?** [A maioria expressou a mesma opinião] "A sala do lado esquerdo, porque lá contém uma quantidade maior de objetos, como a urna funerária, jornais de antigamente da nossa cidade, e esta sala, dá acesso a mais dois cômodos" (G. A. de O. - 3ª A); **Na sua opinião, quais objetos em exposição, caracterizam e contam a história das principais profissões/ofícios do município?** "O consultório do dentista e seus objetos" (R.V. F. M - 3ª B); "Os objetos do primeiro consultório médico e os ferros de passar e as máquinas de costura, que são diversas" (M. M. de A. - 3ª A); **Quais objetos selecionariam para uma exposição temática sobre ofícios locais? Por que?** "Os próprios que já estão no museu, e mais enxada, facão e instrumentos ligados a atividade rural" (A. L. - 3ª A);

O que você mudaria para tornar a experiência de visitaçao no Museu mais interessante? "Mudaria os objetos de lugar, criando algo que chamem a atenção da população, algo que seja diferente e não estar sempre a mesma coisa" (A. M. - 3ª A).

Nesta etapa, os alunos foram direcionados para avaliar, junto com a equipe do museu, dois cômodos/salas da instituição considerados interessantes para realizar a exposição colaborativa temporária. E também, solicitaram a autorização e disposição de um dos espaços

do Museu Casa da Cultura para se reunirem (em equipes de alunos) durante as etapas de organização da exposição.

Segundo Köptcke (2001, p.16), "parece evidente que grupos escolares visitem museus e que estas instituições sejam naturalmente fadadas ao trabalho em parceria". Em sua opinião, mesmo que a relação entre as instituições de ensino formal e instituições museais seja bem antiga, os atores envolvidos provém de campos específicos - da cultura e da educação - que por vezes almejam objetivos distintos, de acordo ou com interesses particulares ou segundo determinados contexto - social, político, cultural, econômico, científico e educativo -, e por essas condições a relação formal dessas instituições é complexa e a parceria pode estar longe de constituir uma decorrência natural.

De certo modo, parece até sugestivo, na percepção de Luciana Sepúlveda Köptcke, que o museu, apareça como subcampo dos campos científico e artístico-cultural, apresentando especificidades, mais precisas em relação a determinadas lógicas do meio escolar. A autora cita, portanto que em uma edição temática da revista *Public et musées* sobre o museu e a educação, os autores Jacobi e Copey, apontam que "museu e educação formal entretiveram e entretêm relações de natureza diversa, podendo ser estas de colaboração, de coabitação, de complementaridade ou ainda de contradição" (KÖPTCKE, 2001, p. 16); essas classificações que possivelmente estariam relacionadas ao fato de que ambas instituições, dentre outras coisas, visam promover situações de construção do conhecimento, segundo regras e valores implícitos nem sempre idênticos ou mesmo harmoniosos, num espaço/tempo definido.

Embora a relação museu-escola formal também sofreu ao longo dos anos variações, segundo o nível do ensino. É possível que o ensino superior foi/é beneficiado bem mais cedo das relações com os museus, enquanto os outros níveis foram/são integrados aos poucos, em paralelo à propagação dos ideais de democratização da educação e da cultura (KÖPTCKE, 2001). E com isso o que se observa é uma relação entre museu e educação formal que vem se desenvolvendo, frequentemente, por meio de uma lógica de oferta nem sempre permeável ao diálogo, ou seja, "ao museu cabe oferecer 'produtos' às instituições da educação, e isto, mesmo quando a natureza manifesta da relação estabelecida é a de colaboração" (KÖPTCKE, 2001, p. 16).

Para a organização da exposição foram apresentadas uma série de questões-problema para discussão. Um passo importante é a avaliação dos objetos e das narrativas que cada estudante já produziu ou ouviu de sua família/grupo de convívio. Depois, foi proposto um pequeno exercício de imaginação histórico-social a partir dos objetos que eles selecionaram: Provoca a curiosidade? Quais seus pontos fortes e fracos? Tem peças repetidas? As peças da

sala dialogam somente sobre saberes e fazeres? Os objetos serão expostos de forma aleatória ou numa determinada sequência? Caso haja uma sequência, qual critério será adotado na sua definição? Os objetos serão organizados por seções? Quais seriam essas seções? Quais são os itens importantes para a identificação técnica de cada objeto? Os objetos serão acompanhados de legendas que podem chamar a atenção para algum aspecto importante? A exposição terá um nome? Qual seria? As salas em exposição teriam um foco específico dentro do tema? Como as pessoas saberão da exposição? Serão montados cartazes informando o dia, a hora e o local? Como usar as redes sociais para divulgá-la?

O objetivo desta etapa é apresentar os detalhes a serem executados no planejamento e criação da exposição. Para manter uma organização é necessário dividir os alunos em equipes colaborativas responsáveis por executar os passos necessários de organização de exposições e alguém para liderar e acompanhar as equipes.

Um líder precisa saber que uma exposição museal requer atenção especial, por ser um processo cuidadoso é composto por várias etapas. Primeiro, a depender do tipo de planejamento de exposições requer instalação de painéis e suportes expográficos, instalação de equipamentos eletrônicos (vídeos, projetores), de som (cabos e caixas) e de iluminação (cabos elétricos e luminárias), e devem anteceder o momento da distribuição das peças. É necessário que o espaço e as peças do acervo estejam totalmente e cuidadosamente limpos, sem poeira, tanto os vidros que serão utilizados como as vitrines. É papel do líder confirmar que todas as etapas tenham sido cumpridas antes de se iniciar a montagem do acervo (LACERDA et al, 2015).

3. PATRIMÔNIO E MEMÓRIAS EM EXPOSIÇÃO NO MUSEU CASA DA CULTURA

A observação, a seleção, valorização, a exposição e a guarda de objetos, é o que distingue as sociedades humanas há milênios. E as ações de colecionismo proporcionaram o surgimento dos museus (WICHERS, 2011). As instituições museológicas não são lugares sem vida, como também não são almoxarifados de referências patrimoniais, têm compromissos e responsabilidades éticas no contexto dos processos sócio-político-culturais, bem como na preservação e educação dos sentidos e significados. A existência de uma pedagogia museológica, direcionada para a educação da memória a partir de referências patrimoniais (BRUNO, 2020).

Na concepção de Wichers (2011), o conceito de Pedagogia Museológica está vinculado à ideia do estudo da relação entre homem e sua realidade, sendo essa uma das possibilidades de compreendermos o objeto de estudo da Museologia. Área de conhecimento que tem como referência a preocupação de preservar a lucidez dos olhares perceptivos, se apropriando de referências culturais, coleções e acervos, constituindo entidades museológicas. Todavia, apresenta "a intenção de possibilitar a reversibilidade destes olhares, de permitir novos arranjos patrimoniais e novas apropriações culturais e, sobretudo, desvelar novas faces do patrimônio" (BRUNO, 2020, p. 164).

A esse respeito, Bruno (2020) aponta para essa pedagogia direcionada para a educação da memória a partir das referências patrimoniais em que busca amparar do ponto de vista técnico os procedimentos museológicos, e também ampliar as perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento. Do mesmo modo, cria caminhos que passem por experimentações, especialmente, mediando análises críticas sobre a função social dos museus na atualidade. A dimensão experimental a partir de sistemas de memórias estabelece e qualifica as ligações cognitivas e afetivas entre as referências patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade. O que proporciona abertura de ações/caminhos para a constituição das noções de pertencimento dos indivíduos e nos grupos sociais.

Para alguns pesquisadores, as exposições representam os museus. Entretanto, as exposições podem ser criadas e apresentadas de muitos modos e sob inúmeros formatos, não sendo necessária a utilização só de espaços fechados, visto que existem várias possibilidades, até porque "a criatividade não cansa de acontecer" (IBRAM, 2017, p.8). No entanto, não pode ser criada de qualquer modo, uma exposição precisa ter uma intencionalidade, ou seja, prima

por fazer escolhas conscientes que direcionam o trabalho ao resultado que se busca. Logo, é imprescindível saber o que se quer dizer, para quem quer dizer, para então desenvolver de modo mais adequado e possível para dizê-lo. Até porque uma exposição nunca deverá induzir o visitante ao erro ou reproduzir informações sem a certeza da sua veracidade (IBRAM, 2017).

O que remete tanto à função básica dos museus e também ao exercício prático da museologia sintetizado por Bruno (1996), ou seja, a função básica de um museu é a preservação, e a partir desta função estão subordinadas todas as outras: como coleta e estudo dos objetos e/ou espécimes da natureza; salvaguarda das coleções e/ou referências patrimoniais (conservação e documentação); e comunicação (exposição, educação e ação sócio-cultural). Logo, a partir do desempenho em conjunto de todas estas estratégias preservacionistas devem/estão ligadas ao exercício da disciplina museológica (BRUNO, 1996).

Por essa razão, a organização do inventário possibilita documentar o repertório que constitui o patrimônio da comunidade, do local em que estão inseridos e daqueles que fizeram e fazem parte dele. E nesse contexto as exposições tornam-se os principais meios de comunicação dos museus com os seus públicos. Repercutindo o modo de pensar e agir de uma comunidade, reconhecendo que a comunicação se dá em via de mão dupla, em que as exposições devem mobilizar e induzir a cognição, as emoções e os sentidos dos visitantes. Ambos refletem e convergem a historicidade local.

3.1 Formato definido dos produtos

Seguindo as regulamentações legais⁴⁰, mestrados na Área de Ensino, ao desenvolver a proposta de pesquisa necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, entre outros derivados do relato descritivo e analítico dessa experiência (MOREIRA, 2004). Uma das características desse tipo de formação é aproximar os professores dos seus próprios locais de atuação profissional.

Os produtos desta pesquisa advêm de uma intervenção de gestão e educação em parte do acervo que compõe o Museu Casa da Cultura: 1. **Inventário e Documentação do acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas**; 2. Organização de exposição temporária "**Saberes e Fazer em Itaberaí-GO – uma Exposição Colaborativa**".

⁴⁰ Os mestrados profissionais brasileiros foram instituídos em 1995, pela Portaria nº 47, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e pela subsequente regulamentação expressa na Portaria nº 80/1998, do Ministério da Educação; sendo que a área de ensino foi criada em 6 de junho de 2011 pela Portaria 83/2011 da Capes.

Para isso, o trabalho é realizado em duas linhas: o inventário do acervo e a exposição temporária colaborativa.

Assim, fez-se necessário uma intervenção de gestão no acervo, para que fosse proposta uma exposição no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas. A primeira etapa configurou-se no levantamento de dados para o inventário dos objetos, construindo assim, um registro de natureza documental, que foi utilizado para coletar informações mínimas sobre a coleção e/ou acervo. Para a formação estruturante do inventário, além do estudo já realizado da documentação do museu, desde a sua criação, também foi analisado o livro de tomo (entrada e saída de objetos do acervo museal).

Após esse levantamento, deve ser realizada a catalogação do acervo, processo conhecido também como “conservação preventiva do acervo museológico”. Trata-se de um instrumento de planejamento que tem como objetivo analisar e organizar as informações relativas aos acervos museológicos, identificando as necessidades do museu em relação às suas coleções. A relevância da catalogação está centrada na identificação dos objetos que são salvaguardados pelo museu, resultando numa análise da sua situação atual e dos seus respectivos problemas encontrados. A catalogação do acervo foi dividida em: conferência do sistema de numeração das peças e das fichas de identificação nas peças e o estado de conservação do acervo; atualização dos dados e reposições de fichas danificadas ou com dados insuficientes (BOTTALLO, 2010).

Para estrutura do inventário e documentação do acervo, foi criada uma tabela parecida com o sistema de registro do livro do Tombo - já existente na documentação da instituição -, com os elementos: código (número de registro), objeto, data de fabricação e de aquisição pelo museu, tipo de aquisição, descrição do objeto, estado de conservação e imagem da peça. No documento, foram identificados mais de seis mil objetos, de vários tamanhos e significados. Documentos, jornais, livros, móveis, utensílios, fotografias, peças de arte e decoração, juntas, formam parte dos bens materiais do acervo cultural do museu e da comunidade itaberina. Em função da proposta de dois produtos que demandam muito tempo para realização e também do curto prazo, optamos nessa pesquisa, por não inventariar os 5984 livros e demais produções escritas que integram a Biblioteca Eliezer Pinheiro e fazem parte do acervo do Museu Casa da Cultura.

O processo para a criação da exposição "**Saberes e Fazeres em Itaberaí-GO – uma Exposição Colaborativa**", segue o caráter dialógico e coletivo, dessa forma, passa acontecer com os alunos das 3ª séries do Colégio Estadual Rocha Lima juntamente com a equipe que

compõe o museu: a guia e secretária executiva Maria Lúcia, alguns membros da Academia Itaberina de Letras e Artes – AILA, a auxiliar de serviço geral.

[...] às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais - mesmo os museus sendo universais e, sobretudo, à compreensão da vocação educacional de todas as tarefas museais. Trata-se, portanto, da imposição e estabelecimento de critérios de gerenciamento da informação contida no universo de intervenção museal (BRUNO, 1996, p.20).

Basicamente a ideia/conceito da Museologia para autora acima é a preservação. E muitas são as suas definições e datas, porém, sempre estão relacionadas à sobrevivência dos grupos humanos, seja pela identidade cultural do grupo, ou pela integridade dos seres vivos. Desse modo, quando se reflete a respeito de uma atividade de preservação, outras ideias como os atos de selecionar, guardar, manter (ou repetir) e transmitir, são também analisadas (BRUNO, 1996).

Para criar a proposta de exposição torna-se necessário traçar estratégias para que os objetos que são considerados patrimônio pela coletividade (alunos e a equipe do museu) não se perca e seja preservado. No caso, o processo de construção da narrativa expositiva parte da seleção dos objetos feita pelos alunos, ou seja, da escolha feita por eles entre aquilo que será preservado e o que não fará parte desse processo. Com isso acaba por efetivar o papel de administração da memória⁴¹ da Museologia. Que é, portanto, uma ação seletiva na qual é necessário estar atento ao que é selecionado, porque, pode ser que seja preservada apenas uma memória preponderante, ou ao invés disso servir como uma fonte de discussão e da memória mas também da identidade (BRUNO, 1966).

Assim, a "Museologia se interessa, portanto, em administrar, conservar e em organizar novas maneiras de informação, por meio da elaboração de discursos expositivos e estratégias pedagógicas" (BRUNO, 1996, p. 21). Nesse contexto, à exposição temporária colaborativa, trabalhou-se na perspectiva da exposição de objetos antigos, peças que remetem à história do município de Itaberaí-GO em comemoração ao seu aniversário, no dia 9 de novembro. E também a disposição dos trabalhos produzidos pelos alunos que visitam o museu-casa: cartazes, textos, poesias e desenhos. Recursos que representem as suas visitas e o que aprenderam durante a mesma, entre outras exposições com a natureza temporária.

⁴¹ Bruno cita o termo usado por Ulpiana Bezerra de Meneses, em seu estudo "A História. Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais", onde ao discutir a natureza da memória, faz uma reflexão sobre as formas de Gestão Social da Memória.

Os processos de musealização são eixos importantes na construção de conhecimento, uma vez que contribuem, por um lado, para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressas nos objetos. Por outro lado, promove a construção de novos valores e significados, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural (BRUNO, 1996).

Para a temática de exposição colaborativa foram realizadas com alunos reuniões, para levantamentos de ideias, partindo dos mesmos, para propor uma exposição voltada para os principais tipos de ofício de Itaberaí-GO. Por esta razão, os próprios alunos escolheram as peças do acervo e produziram as fichas de identificação dos objetos.

A exposição, em um amplo sentido, é uma apresentação organizada e com a exibição de seleção de itens. Na prática, as exposições geralmente ocorrem em um ambiente cultural ou educacional, neste caso, o Museu Casa da Cultura. De acordo com a última definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu “adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade”.

Partindo dessa perspectiva, uma exposição museológica é a organização de conteúdos, de objetos, que pode ou não ser um ambiente específico do museu, a partir da composição de uma narrativa ou temática, de forma a atender a uma das funções da instituição museológica, a própria comunicação. As exposições conseguem assumir várias dimensões e inúmeros formatos, a depender da natureza da instituição, do porte, dos objetivos e da natureza de seus acervos e narrativas (FRANCO, 2018). Tais elementos determinam a escolha do discurso expositivo, dos objetos a serem expostos (IBRAM, 2017).

Hoje o acervo do Museu em estudo, Casa da Cultura, se encontra com uma rica variedade, constituída de alguns objetos pertencentes ao Cel. João Caldas e sua família, objetos de ofícios da época e objetos doados pela comunidade. Porém, não há uma lógica e/ou sequência didática e pedagógica, atrapalhando e dificultando uma narrativa histórica do museu em relação ao seu acervo com a história da casa, da cidade e da comunidade.

Com o passar do tempo, o sentido e a forma de se pensar e organizar as exposições se modificou, das mais tradicionais exposições, transmissoras de conteúdos, até caminhar para um paradigma que reconhece e trabalha com a ideia de que a comunicação se dá em via de mão dupla entre o museu, por meio das suas exposições e o seu público, que o visita, que doa objetos para compor o acervo do museu. É, portanto, uma interação múltipla e contínua.

Na atualidade, os museus estão abertos aos seus públicos e levam em consideração suas opiniões e seus interesses antes, durante e depois da concepção e montagem de suas exposições. Todo o processo para a preparação da exposição, como reuniões, discussões, a escolha dos

cômodos da casa para se tornarem os ambientes utilizados para as exposições, dos objetos que serão utilizados para cada tipo de exposição e a construção das narrativas, ocorrerá sempre em conjunto com a equipe museal: pesquisador, guia e secretária do museu, historiador responsável pelo museu, membros da AILA (Academia Itaberina de Letras e Artes), e integrantes da comunidade (a convite do pesquisador e para quem mais se interessar pelo projeto).

Por fim, chegando às partes da montagem das exposições, definiremos quais os locais/cômodos da casa serão utilizados para serem distribuídas as peças/os objetos do acervo que consistirá na exposição temporária colaborativa. Após selecionados os cômodos e as peças para cada natureza das exposições, será feita a divulgação por meio dos recursos tecnológicos. Esse processo envolve ações como: enviar convites, estabelecer uma agenda/cronograma para os diferentes tipos de público: escolar, comunidade, entre outros, e estabelecer as datas para a exposição temporária colaborativa.

3.2 Público-alvo das exposições

No que se referem ao público-alvo deste produto, as exposições serão destinadas à comunidade em geral e principalmente, à escolar, a fim de despertar e provocar o interesse pela preservação do patrimônio cultural local e democratizar o acesso para todas as pessoas, para se aproximarem da história e da cultura presentes no desenvolvimento geral da humanidade.

A escolha por envolver o público escolar – e ser destinado principalmente para este, se deve ao fato de os museus auxiliarem os professores de História no ensino-aprendizagem partindo da teoria (sala de aula) para a prática (visitação nos museus). Nesse sentido, os museus são espaços privilegiados para o ensino de História, em que o docente elabora, sistematicamente, o trabalho de compreensão da linguagem própria dos espaços museais e sua relação com o conteúdo já estudado, resultando assim, na fruição pedagógica desejada da exposição.

A comunicação da exposição com a comunidade em geral tem como papel fundamental a construção dialógica entre os indivíduos e a sua própria história, bem como seus saberes e fazeres. A importância da visita dos moradores para este museu, mais especificamente ao produto, que são as exposições, permite o diálogo e a interação da comunidade com a instituição museal. Assim, os moradores podem se sentir protagonistas da sua própria história, por meio dos objetos que foram doados pelos mesmos, tendo uma troca conjunta de experiências, num processo que se faz contínuo e resignificativo a cada visita.

Preservar a história, o patrimônio cultural e a memória do ser humano de épocas passadas, sempre foi um grande desafio. Nesse contexto, as instituições museais exercem um papel e significado importante e relevante. E por meio das exposições, permite-se que o público estabeleça uma conexão entre passado, presente e futuro, possibilitando ainda que esse conhecimento seja transmitido para as futuras gerações.

3.3 O impacto esperado no museu e na comunidade

Após a análise documental referente ao Museu Casa da Cultura, a intervenção na gestão do acervo foi proposta mediante estudos e diálogos com a historiografia atual de Educação Patrimonial. Depois se projetou a criação de um produto, cujo objetivo é a realização de uma exposição colaborativa a partir do acervo, de curta duração ou temporária.

O impacto da proposta da exposição trará múltiplos benefícios para o museu e sua comunidade a qual ele pertence e o que o visita. A ideia é atualizar as ações do museu ao utilizar o acervo e os recursos materiais já disponíveis na instituição, bem como buscar incentivar mais parcerias escola-museu sob novas iniciativas, para fazer desse espaço de memória um espaço de ações educativas mais dialógicas. Vistos assim, como benefícios que auxiliarão na interpretação e na comunicação do acervo com o museu que o abriga.

Para o museu, a ação servirá como pontapé inicial para criar um plano museológico, visto que ainda não possui. Assim, as pesquisas e as informações levantadas durante o processo de inventário e catalogação dos objetos do acervo serão um norte para elaboração e criação do plano museológico. Do mesmo modo, possibilitará a atualização das informações patrimoniais que são pertencentes a este museu, através do inventário e dos conhecimentos levantados durante a catalogação para a conservação deste acervo em específico.

Para o trabalho da guia/secretária executiva da instituição, o trabalho servirá para facilitar a orientação que terá para a visitação, contando a narrativa histórica dos objetos e a ligação que eles possuem com a casa, a localidade na qual está inserida e na construção da identidade da comunidade itaberina.

Se por um lado facilitam o trabalho e a interpretação durante as visitas guiadas, às exposições também beneficiarão o público em geral, aumentando a visibilidade da cultura histórica de Itaberá e a compreensão na valorização do patrimônio cultural local. Despertando o interesse pela visitação, principalmente daqueles que ainda não conhecem o Museu Casa da Cultura, o seu espaço, histórias e atividades culturais realizadas, levando-os a visitá-lo e assim

conhecê-lo. Ao mesmo tempo em que é uma ótima oportunidade para aqueles quem já o visitou, retornando, para conhecer “novas exposições” e ações educativas.

Para o público escolar, é esperado que facilitasse o entendimento e auxilie nos estudos históricos, promovendo um espaço agradável e colaborativo na identificação de saberes e fazeres inerentes e pertinentes à humanidade. Após as visitas, serão propostas aos professores e aos alunos que confeccionem trabalhos que remetem aos novos conhecimentos adquiridos, emoções despertadas, as impressões antes e depois da visitação. Para isso, há atividades como poesias, pinturas, desenhos, textos e outros instrumentos criativos e pedagógicos para serem expostos no museu dentro da temática de “exposições temporárias”.

Assim, todos os públicos visitantes do museu, durante a proposta das exposições, poderão refletir sobre o passado por meio dos espaços e dos objetos organizados estrategicamente, para facilitar a narrativa histórica da região e inseri-los como participantes da identidade e cultura itaberina.

4. INVENTÁRIO DO ACERVO E EXPOSIÇÕES MUSEOLÓGICAS: PROPOSTAS DE APLICAÇÃO NO ESPAÇO DO MUSEU CASA DA CULTURA CORONEL JOÃO ELIAS DA SILVA CALDAS

Os produtos são caracterizados como ferramentas pedagógicas que comportam conhecimentos organizados objetivando viabilizar a prática pedagógica, mas não só isso, são também elementos produtores de saberes, tanto para quem os produz quanto para aqueles em que são destinados (MOREIRA, 2004). Logo, os produtos, resultados dessa pesquisa, foram aplicados em condições reais de sala de aula e no espaço não formal ou informal de ensino, o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas.

Com isso, considere uma reflexão importante, os produtos educacionais não podem ser considerados fórmulas mágicas, isto porque, foram desenvolvidos para atender necessidades específicas do público para os quais foi/serão desenvolvidos (SOUSA, 2015). No item anterior foi apresentada a proposta dos dois produtos finais: o inventário do acervo e a exposição colaborativa temporária. Portanto, foi destacado o público-alvo (alunos da rede pública de ensino) e o impacto esperado no museu e na comunidade local.

Neste item, é feita a descrição dos processos de uso dos produtos, sistematizando-o para que possa ser utilizado por outros profissionais envolvidos com a educação patrimonial. E do mesmo modo, são abordadas as propostas de aplicação, que possam de modo mais ou menos imediato, impactar a comunidade itaberina. No primeiro tópico, em que é apresentado o manual de utilização do inventário e da exposição colaborativa temporária, considera-se que ambos, podem fazer parte de uma realidade quando se compreende a necessidade de suas adaptações, reestruturações e avaliações a partir do local e público em que serão destinados (MOREIRA, 2004).

4.1 Manual: instruções de uso dos produtos e proposta de aplicação

O manual de utilização dos produtos, antes de tudo tem o objetivo de contribuir com contextos específicos, tornando as aprendizagens e o ensino mais significativos (MOREIRA, 2004). Dos produtos educacionais enquanto, o inventário de acervo e a proposta de exposição colaborativa temporária, o primeiro trata-se do documento relativo à política de aquisição, proteção e utilização de acervos. No qual é detalhado os objetos que foram catalogados, preservados ou expostos no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas.

O segundo é uma proposta para integrar temporariamente a narrativa museológica da instituição. Contudo, devem ser utilizados integrando os dois ambientes educacionais - formal

Preencher o nome do responsável pelo acervo, local e data, e também a data da última atividade de atualização e ao final, deve constar a assinatura da direção do Museu e de quem executou a atividade do inventário. No corpo do documento que será preenchido é necessário estar atento de que é um formulário para cada cômodo da casa. Portanto, no Museu Casa da Cultura, a localização dos objetos foi definida conforme a planta da casa.

Os campos seguem uma proposta parecida com o livro do Tombo da instituição, no qual o *status* de identificação, o campo para imagem e o item observação são as únicas diferenças que foram acrescentadas para gerar um banco de dados mais completo. Na museologia, a classificação dos objetos é uma área relacionada à sua identificação a partir também do vínculo cultural do objeto e/ou sua origem, a sua forma de confecção e a forma como foi incorporado socialmente e sua contribuição para a coleção (BOTTALLO, 2010).

A equipe responsável pelo inventário deve estar sempre atenta para evitar qualquer tipo de redundância no preenchimento. A imagem do objeto, assim como documentos bidimensionais, deve ter seu conteúdo descrito de modo a possibilitar sua fácil identificação. No caso de coleções com múltiplos objetos muito parecidos e/ou cópias, deve-se adicionar outros aspectos diferentes para ser para a identificação individual, tais como sinais ou marcas e estado de conservação.

4.1.2 A proposta da exposição colaborativa temporária

A exposição colaborativa "**Saberes e Fazeres em Itaberaí-GO – uma Exposição Colaborativa**" será realizada no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, porém apenas dois cômodos da instituição serão modificados para receber a nova narrativa, construída por alunos das turmas A e B, da 3ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual Rocha Lima.

Para desenvolver esse produto, os alunos já escolheram os objetos que consideram significativos e que representam os ofícios locais, identificando a narrativa que melhor atenda a exposição das peças, pensando em detalhes culturais da época em que foram construídos e utilizados. Dessa forma, junto com os professores e a equipe do museu, passou a compreender como a instituição museológica define uma lógica para dispor seus objetos e salvaguardá-los.

A “cultura dos ofícios” pode ser entendida como uma prática em movimento, um fenômeno, passando de geração em geração, pautado em tradições e incluindo inovações técnicas, distintas por diferentes práticas. Nessa perspectiva, essa proposta de Exposição Colaborativa, contará com a apresentação de saberes e um panorama de objetos ligados a estes

ofícios, como por exemplo: cafeicultores, fiandeira (o), passadeiras, costureiras, professor (a), médico (a), enfermeiro (a), advogado (a) e fotógrafo. Esses ofícios estiveram presentes desde a formação da cidade de Itaberaí-Go, até os dias atuais.

Quando se cria a necessidade de selecionar objetos, higienizá-lo, agrupá-los por categorias, elaborar legendas, organizar o espaço, definir a ordem em que serão apresentados ao público, dentre outras questões, torna mais fácil a compreensão que toda exposição só é possível mediante um processo de seleção e escolha, de produção de esquecimentos e lembranças, de construção de narrativas.

Todas as informações sobre os ofícios em exposição devem estar inseridas em um banco de dados que possibilite a gestão do acervo da exposição. Simulando o inventário do acervo, a exposição terá o "Diário do Acervo", nele devem estar descritos de forma acessível à consulta pública os dados principais de cada ofício e respectivos objetos como: título do ofício, autoria da documentação, data, descrição do ofício. Para os objetos relacionados é descrito sua função ou uso; estado de conservação; localização dentro do museu; significado social e econômico para o município; curiosidade ou descoberta durante a pesquisa. Esse diário deve ser confeccionado junto com a separação e higienização das peças.

Nos dois cômodos escolhidos para expor as peças que representam os ofícios locais, a proposta é dispor em sequência temporal. A narrativa sugere que ao caminhar pelos cômodos, a organização de forma temporal, permite despertar no público visitante o contraste por comparação na evolução, aperfeiçoamento, ou até extinção dos ofícios e objetos ligados aos mesmos, ao longo do tempo. E para alcançar seus objetivos, textos e desenhos representativos serão colocados junto às peças para despertar a imaginação e a identificação dos alunos com os objetos da narrativa.

Para minimizar os riscos de acidentes, é recomendável que o local de colocação dos objetos na sala de exposição esteja devidamente sinalizado de acordo com o projeto expográfico criado pelos alunos. Duas equipes criaram um mapa para cada turma, das salas escolhidas, para organizar onde será disposto, previamente as peças temáticas escolhidas, para depois executar a modificação dos cômodos.

4.2 Devolutiva para a comunidade

A devolutiva para a comunidade é o momento em que é consumada a exposição temporária "**Saberes e Fazer em Itaberaí-GO – uma Exposição Colaborativa**", prevista para ser realizada em Março de 2023, com dia e horário a definir, e aberta ao público. Espera

receber os alunos responsáveis pela elaboração da proposta de exposição colaborativa, visitantes da comunidade de todas idades, com a expectativa de um público maior e especificamente vindos das escolas das redes privada, municipal e estadual de ensino.

A interação com o público será por meio de monitoria e guia. Terá uma pessoa, de forma escalonada, responsável por acompanhar os visitantes, parando em cada seção, e apresentando a história do ofício e os objetos que foram selecionados para compor este cunho histórico. Poderá ser dialogada também, onde o condutor/guia/monitor abordará questionamentos norteadores ligados aos ofícios em estudo na exposição.

Após percorrer o circuito do museu, na saída os visitantes deverão registrar suas opiniões acerca dos "*Saberes e Fazeres em Itaberaí-GO*". Portanto, mediante uma ferramenta de pesquisa de opinião, o público visitante avaliará, com base na sua experiência e conhecimento alcançados durante a passagem nos cômodos destinados à exposição temporária colaborativa, expressando: suas expectativas antes e depois de conhecer a nova exposição, a percepção acerca da organização temporal, quais seções mais chamou atenção e de que forma, e deixar sugestões para futuras exposições colaborativas (como tema e maneiras de abordá-las).

Quanto aos alunos, protagonistas na criação da exposição colaborativa, a fim de avaliar os significados produzidos, serão refeitos os questionamentos que responderam antes, durante a etapa da oficina realizada no museu, para que leiam suas respostas e confrontam mediante o diálogo com toda a gama de novos significados produzidos e aqueles provocados a partir da experiência de ser protagonistas de uma exposição museológica.

A exposição é aberta ao público, com tempo de duração a ser definida pelo coordenador do projeto, com a expectativa de receber visitantes da comunidade e alunos das redes privada, municipal e estadual de ensino. É importante convidar o público a refletir sobre as temáticas que envolvem o patrimônio cultural, os legados deixados por todos aqueles que vieram antes de nós, seus saberes e fazeres, por mais que possam parecer esquecidos, pertencem ao patrimônio que nos afetam, sejam eles coletivos ou individuais. Para promover uma atitude ativa dos espectadores e provocar os visitantes a participar da exposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciei minha pesquisa sobre o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, ainda na graduação, pude perceber sua grande relevância para a construção e preservação histórica, principalmente por sua resiliência em ser representante do patrimônio cultural e de afirmação da identidade da comunidade itaberina. Mas ao mesmo tempo, que se revelava no cenário local como referência, pôde verificar o quão era importante realizar o inventário e a catalogação das peças, dada a pouca informação técnica disponível sobre seu acervo de bens materiais.

Durante o período de catalogação, ao verificar como os objetos estão condicionados e preservados, é visível o quão essa situação no museu é delicada e não foi possível concluir integralmente o acondicionamento ideal dos objetos. Primeiro, quanto à análise da edificação do casarão. É uma casa muito antiga, toda estrutura necessita de uma reforma ampla, portanto, a existência de frestas, vãos e aberturas em portas e janelas externas possibilitam a entrada de insetos e animais que colocam em risco a integridade das peças. As condições do telhado não são boas, foi até relatado que chegou a cair parcialmente uma vez. No forro e nas paredes é possível identificar marcas de umidade, poeira, infiltrações e fissuras.

Dos cômodos existentes, todos estão cheios de objetos e documentos, alguns sem mobiliários adequados para acomodar o acervo, ficam expostos a poeira, ou muito aglomerados e sem espaços nas estantes e vitrines, enquanto outros são colocados no chão. Não há uma reserva técnica no museu, que seria para abrigar com segurança e de forma adequada, os objetos de uma coleção museológica que não estão em exposição permanente. A direção da instituição até apresentou o relato da existência de uma verba que deveria ter sido repassada pelo governo federal, já faz cinco anos e que seria (ou será) usada para reforma do prédio e construção da reserva técnica, caso o governo cumpra o compromisso. Em razão disso, ao propor a organização do acervo para uma exposição temporária, a alternativa foi trabalhar com apenas uma parte dos cômodos e do volume do acervo, o que tornou possível focar em temas e objetivos mais específicos.

Durante a entrevista com um dos principais idealizadores da AILA e do museu, Antônio César, foi questionado se o museu tem um plano museológico (principal instrumento para a compreensão de uma gama de funções/ações destas instituições). Esta ferramenta de gestão, instituída pelo estatuto dos museus, possibilita que o museu planeje e sistematize ações administrativas, técnicas e políticas; definindo por objetivos e prioridades, buscando identificar os caminhos a serem tomados. É um documento que permite acompanhar as ações e avaliar o

cumprimento dos seus objetivos. Como não há um plano museológico no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, foi identificado que a instituição tem apresentado dificuldades para executar e alcançar seus objetivos da forma mais eficaz.

Para realizar o inventário de bens materiais do acervo, evitando começar do zero foi possível, mediante as informações do Livro do Tombo do Museu Casa da Cultura, criar um sistema de coleta e atualização de informações. Estudando, adaptando e usando os campos já preenchidos sobre as informações dos objetos tombados, criou-se uma planilha digital que pode ser acessada pelo computador ou dispositivo móvel e assim, é possível preencher os campos obrigatórios do formulário e também adicionar a imagem da peça ao mesmo, enquanto é analisada/contada peça por peça em todos os cômodos do museu.

Com a identificação criada, pelo inventário é possível saber quais objetos estão em cada cômodo, caso seja necessário buscar alguma informação rápida sobre o objeto ou coleções, é possível identificar o cômodo em que foram alocados segundo a planta do Museu. Foi mantida a mesma configuração do código (número de registro) no livro do Tombo. Assim, enquanto analisa e conta os objetos foi importante, apontar o estado de conservação, remover poeira, atualizar, adicionar ou trocar a ficha de identificação da peça, tudo isso manualmente e com muita atenção para não danificar o objeto.

Foram inventariados 6.255 objetos e identificados por uma planilha. Das 46 coleções identificadas, os objetos de 19 coleções, foram classificados como "muito conservado", mesmo acondicionado inadequadamente: o acervo da biblioteca, as porcelanas, canecas, estojo médico, documentos, fotografias, máquinas fotográficas, itens de construção civil, rádios, vitrolas e quadros. E dentre as coleções "pouco conservadas", 12 possuem objetos museológicos que precisam receber maior atenção ao serem manuseados: os poucos objetos indígenas - simulacro, cerâmicas, machados, almofariz e cachimbos - encontrados na região de Itaberai e outros em uma fazenda e doado pela família; e também candeias, lamparinas, cadeiras odontológicas e a coleção de 29 jornais, em papel já amarelado com o tempo, arranjados em uma mesa com mostruário de vidro.

Durante o processo de interpretação de áreas diversas do conhecimento com vistas à elaboração de exposições museológicas, compreendeu-se a importância da curadoria da exposição. Trata-se de uma ação que estuda a coleção museológica, e vários outros fatores, para propor recortes mais objetivos e que ofereçam formas mais amplas de conhecimentos, durante as exposições de longa duração ou temporárias. Contudo, é possível favorecer a significação da visita, não só por meio de um diálogo coerente com peças localizadas em locais estratégico-condizentes. A visitação pode e tende a ser mais significativa quando se desperta e

aciona emoções e sentimentos de pertencimento, de identificação com a mensagem, ou quando se vê como protagonista durante sua estadia em uma instituição museológica.

O desenvolvimento de uma exposição temporária não só colabora na gestão do acervo, mas depende de uma boa gestão deste. A documentação museológica dos objetos é responsável por dar outra dimensão de significados, onde deixa de ser um simples utensílio, comum no contexto diário, para se tornar um testemunho imbricado de simbologias, narrativas e valor histórico.

A ideia de uma exposição temporária colaborativa visa não apenas entender o museu como o responsável por oferecer um produto. Mas de ser também ser um local de conhecimento e de ações educativas, construção de identidades, inclusão e de valorização da diversidade cultural. Ao seguir o viés da colaboração tem como finalidade incentivar o diálogo do museu com outros grupos sociais e eixos históricos, que não só das elites sociais ou políticas, mas como agentes de renovação social na relação entre o território, a comunidade e seu patrimônio. Dito isso, a proposta da exposição temporária colaborativa dá não só a oportunidade de conhecer os procedimentos envolvidos na construção de uma narrativa museológica, mas permite criar uma, de comum acordo, entre os demais colaboradores. Não só selecionando objetos, mas também apontando os significados de existir, seus testemunhos históricos e relações com a comunidade. Portanto, no contexto colaborativo museu-escola, os colaboradores serão os alunos, professores e equipe do museu, sendo que os primeiros estão no centro do processo de criação. Os demais serão os mediadores deste processo.

A abordagem metodológica de Educação Patrimonial no Colégio Estadual Rocha Lima, com os alunos das turmas A e B, da 3ª série do Ensino Médio, iniciou e terminou na sala de aula. A oficina pedagógica foi dividida em 4 etapas: a primeira desenvolvida no Colégio Estadual Rocha Lima; a segunda e terceira no Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas; e a última no Colégio acima.

Através do método do aprender fazendo, os alunos desempenharam o papel de protagonista, na elaboração e realização da exposição colaborativa temporária. Tendo como enfoque o dever de sempre partir da realidade quotidiana dos alunos, de experiências concretas de observação, coleta, pesquisa e exploração. A dinâmica da Ficha de Identidade Cultural resultou na formação de duplas que não se formaram por afinidades, mas seguindo a ordem da chamada. Muitos alunos disseram que passaram a conhecer e se relacionar com o outro a partir da troca de experiências e identidade histórica do outro.

A pesquisa, desenvolvida tendo o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas, como espaço de pesquisa, segue inédita e que dispõe de dois produtos educacionais. O

primeiro, como resultado da intervenção na gestão do acervo, foi criada a estrutura do documento que agora reúne todas as informações sobre as mais de 6 mil peças (doadas, transferidas e/ou emprestadas a instituição), que são facilmente encontradas pelo inventário do acervo, como por exemplo a fotografia preto e branco do Dr. Gilberto Silva Caldas como médico na “Revolução” de 1930. Desse modo, dentro do aporte de documentos para a gestão do acervo, a instituição não possui um plano museológico para criação de exposições temporárias ou/e permanente.

O segundo produto educacional, a proposta de exposição temporária e colaborativa com o título "Ofícios: Saberes e Fazeres uma Exposição Colaborativa", teve como objetivo, incentivar a realização de exposições com temas sociais, visando ampliar as relações dialógicas da comunidade com o museu, por meio de atividades de educação patrimonial.

Em entrevista, Antônio César, relatou que a sua vontade era de construir um museu do Ofício, da classe trabalhadora em suas diversas formas de saberes e fazeres. Uma vez que os ofícios locais, como bens imateriais, têm como suporte a materialidade dos instrumentos forjados da natureza, representando a sua existência (dos ofícios). Por sua vez, merecem ser registrados e preservados como patrimônio cultural. Na exposição temporária colaborativa, os objetos selecionados pelos alunos, narram, portanto, os saberes e fazeres da história da cidade.

Atividades envolvendo a seleção do acervo para a exposição são excelentes formas para estimular o professor e alunos a estabelecer e compreender as relações fundamentais entre o presente, o passado, e as mudanças ocorridas nos modos de vida das pessoas em relação aos ofícios e os saberes e fazeres de tempos.

Em virtude de toda pesquisa feita, de certo modo, meu estudo pode ajudar muito na compreensão sobre este museu: sua relação com a história de Itaberaí, suas ações culturais, público, o acervo e documentação, o lugar de memórias e propostas de atividades educativas. Até o momento considero que pela importância de ser um dos locais de referência cultural local, o Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas revela grandes oportunidades para trabalhos futuros considerando não só as temáticas ligadas aos museus, mas também na perspectiva da interdisciplinaridade das ações de educação e preservação do patrimônio cultural. Portanto, há oportunidades para propostas de exposição temporária e de longa duração; atividades visando aumentar a relação do museu com a comunidade e também de estudos visando contribuir para a elaboração do plano museológico.

REFERÊNCIAS

1. Listagem dos acervos e fontes

1.1 Documentos do Museu Casa da Cultura

Estatuto da Academia Itaberina de Letras e Artes (AILA). Acessado no ano de 2018.

Livro de Visitações do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas. Acessado no ano de 2019.

Livro de Visitações do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas. Acessado no ano de 2022.

1.2 Entrevistas

Entrevista com Antônio César Caldas Pinheiro, (Historiador) Itaberaí – GO, entrevista concedida em 04 de abril de 2017.

Entrevista com Antônio César Caldas Pinheiro, (Historiador) Itaberaí – GO, entrevista concedida em 23 de maio de 2022.

Entrevista com Benedito Magno Vieira (Membro da Academia Itaberina de Letras e Artes-AILA) Itaberaí-GO, entrevista concedida em 28 de Abril de 2022.

Entrevista com Maria Lúcia de Oliveira Sá, (Guia do Museu Casa da Cultura) Itaberaí – GO, entrevista concedida em 23 de Julho de 2019.

Entrevista com Maria Lúcia de Oliveira Sá, (Guia do Museu Casa da Cultura) Itaberaí – GO, entrevista concedida em 19 de Abril de 2012.

1.3 Acervo fotográfico

Acervo fotográfico de Rodrigo Lúcio de Almeida

Acervo fotográfico do Barracão Cultural

Acervo fotográfico do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas

1.4 Acervo do Museu

Acervo do Museu Casa da Cultura Coronel João Elias da Silva Caldas

1.5 Documentos legislativos

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

BRASIL. **Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013**, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus – Ibram. Brasília, 2013.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/d8124.htm
Acesso em: 10/06/2022.

BRASIL. **Legislação sobre museus**. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, p.159, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Orientações curriculares para o ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2006.

CÂMARA MUNICIPAL DE ITABERAÍ. **Lei nº 577 de 10 de abril de 1992**. Estabelece a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico de Itaberaí e dá outras providências. 1992. Disponível em: <<https://camaraitaberaí.go.gov.br/leis-1992/lei-no577-1992-estabeleci-a-protecao-do-patrimonio-estorico-de-itaberaí/>>. Acesso em: 20/07/2022.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 42, DE 2003. Reforma Tributária (2003). **EMENTA: Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências**.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. IPHAN. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/Convencao_Salvaguarda_Patrimonio_Imaterial.pdf>. Acesso em: 12/03/2022.

1.6 Fontes Estatísticas

IBGE. **Itaberaí**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itaberaí/historico>>. Acesso em: 10/06/2022.

RELATÓRIO FINAL. **O “não público” dos museus**: levantamento estatístico sobre o “não-ir” a museus no Distrito Federal. Coordenação de Pesquisa e Inovação Museal (CPIM), Departamento de Processos Museais (DEPMUS) do IBRAM. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/09/naopublico.pdf>>. Acesso em: 20/07/2022.

1.7 Sites

GOIÁS. Perfil competitivo das regiões de planejamento do estado de Goiás. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Goiás, 2007. 109 f. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.sgc.goias.gov.br/upload/anexos/2011-04/f40892f24f7def77a05e7bce682943ff.pdf&ved=2ahUKEwjjoqfexan4AhUER7gEHe0bBW04FBAWegQIBhAB&usg=AOvVaw0uwUn-L1YsqE_z8C5n1HEe>. Acesso em 09/06/2022.

ICOM. **ICOM aprova nova definição de Museu. 2022**. Disponível em: <<https://www.icom.org.br/?p=2756>>. Acesso em: 01/09/2022.

TRIPADVISOR. **Casa da Cultura Coronel João Caldas - Itaberaí**. tripadvisor.com.br, 2022. Disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g2347266-d4376528-

[Reviews-or5-Itaberaí Casa Coronel Joao Caldas History Museum-Itaberaí State of Goiás.html](#)>. Acesso em: 10/07/2022.

VIEIRA, Benedito M.; PINHEIRO, A. C. C. **AILA – Academia Itaberina de Letras e Artes**. Facebook. Publicação: 15/03/2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/ailaitaberaí/> Acesso em: 07/06/2022.

2. Bibliográfica

ABREU, E. P. **Currallinho seus costumes e sua gente**. Goiânia: Oriente, 1978.

ABREU, L. L. R. de; SANTOS, S. R. dos. Nos braços de Mnemosine: o espaço do museu como lugar de memória e educação. **EDUCERE: XII Congresso Nacional de Educação** - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2015. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/18551_8073.pdf>. Acesso em 20/03/2022.

ABREU, Regina. **A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p.15-20.

ABREU, Regina. Museus, patrimônios e diferenças culturais. In. ABREU, R; CHAGAS, M. de Sousa; SANTOS, M. S. dos (Orgs.). **Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas**. Rio de Janeiro: Garamond, MinCJIPHAN/ DEMU, 2007. 256p.

ALMEIDA, Adriana M. **Desafios da relação museu-escola. Comunicação & Educação**, São Paulo, (10): 50 a 56, set./dez, 1997.

ALMEIDA, Adriana M. Estudos De Público: A Avaliação De Exposição Como Instrumento Para Compreender Um Processo De Comunicação. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5: 325-334, 1995.

Apostila História de Itaberaí-GO (Material didático). Itaberaí-GO: Colégio Educandário Evangélico, 1995.

Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Itaberaí. Didática Editora do Brasil Ltda/Acervo Cultural Brasileiro Ltda. Itaberaí, 2008.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos Santos. **Anuario histórico, geographico e descriptivo do estado de Goyaz para 1910**. Brasília: Centauro, 1987. 204 p.

BITTAR, Maria José G. **As Três Faces de Eva na Cidade de Goiás**. 258f, 1997. Orientadora: Dr^a Lena Castello Branco Ferreira de Freitas. (Dissertação) Programa de Mestrado em História das Sociedades Agrárias. Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás.

BOAVENTURA, Deusa. M. R. **Urbanização em Goiás no século XVIII**. São Paulo: FAU-USP, 2007.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOTTALLO, Marilúcia. **Diretrizes em documentação museológica. In: Documentação e conservação de acervos museológicos.** Brodowski: ACAM Portinari; São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2010. p. 48-79.

BOURDIEU, Pierre. Modos de Produção e Modos de Percepção Artísticos. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2001. p.269-294.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Média e Tecnológica. **Orientações curriculares para o ensino médio: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias.** Brasília, 2006.

BRUNO, M. C. O. **Museus e pedagogia museológica: os caminhos para a administração dos indicadores da memória.** In_ Introdução à Sociomuseologia. Tradução . Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias - ULHT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/31335eda-1c33-47d0-8fe1-e5ae0671d684/PMCOB.192%20-%203074797.pdf>. Acesso em: 30/11/2022.

BRUNO, Cristina. Museologia: algumas ideias para sua organização disciplinar. *Cadernos de Sociomuseologia*, v. 9, n° 9, 1996.

CÂNDIDO, Maria I. Documentação museológica. **Cadernos de diretrizes museológicas.** Ministério da Cultura, Brasília, DF, 2006. Disponível em: http://cultura.mg.gov.br/files/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 27/05 2022.

CÂNDIDO, M. M. D. **Cultura material: interfaces disciplinares da Arqueologia e da Museologia.** *Cadernos do CEOM*, n. 21, ano 18, 2014.

CÂNDIDO, M. M. D.; LIMA, N. C. de. **Ocupe o museu (com) memórias de Goiânia: o público como construtor de conteúdos.** *MIDAS (Online)*, n.3, 2014.

CAYER, Nelson Alexis; SHEINER, Teresa Cristina. Casas históricas e museus-casa: conceitualização e desenvolvimento. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi.** *Cienc. Hum.*, Belém, v. 16, n. 2, 2021.

CARLAN, Claudio U. **Os Museus e o Patrimônio Histórico: uma relação complexa.** São Paulo, 27 (2): 2008.

CARVALHO, Rosane M. R. de. **As transformações da relação museu e público: a influência das tecnologias da informação e comunicação no desenvolvimento de um público virtual.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Escola da Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Derval Alves de. **Annaes da Comarca do Rio das Pedras.** São Paulo, Casa Duprat, 1993.

CAZELLI, Sibeles; VALENTE, Maria Esther. **Incursões sobre os termos e conceitos da Educação Patrimonial.** *Revista Docência e Cibercultura*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 18-40, set. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/40729>. Acesso em: 30/11/2022.

CHAGAS, Mário de S. **A imaginação museal: museu, memória e poder** em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Ibram, 2009.

CHAGAS, M. Casas e portas da memória e do patrimônio. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 207-224, jul/dez 2007.

CHAGAS, Mário. **Há uma gota de sangue em cada museu: a ótica museológica de Mário de Andrade**. Chapecó: Argos, 2006.

CHAGAS, Mario; FILHO, Manuel L. **Por que o Instituto Brasileiro de Museus tem que continuar?** 2019. Disponível em: <https://www.ufg.br/up/1/o/Por_que_o_Instituto_Brasileiro_de_Museus_tem_que_continuar.pdf>. Acesso em 07/07/2022.

CHUVA, Márcia. Da referência cultural ao patrimônio imaterial: introdução à história das políticas de patrimônio imaterial no Brasil. In REIS, Alcenir S. dos & FIGUEIREDO, Betania G. **Patrimônio Imaterial em perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. pp.25-49.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. In: CHUVA, Márcia (Org.). História e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n.34, 2012.

COELHO, Erica Andreza. **A relação entre Museu e Escola**. Relatório Final. UNISAL- Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Lorena, SP, 2009.

COSTA, Sabrina C. **O Patrimônio Cultural em sala de aula: abordagens interdisciplinares nos municípios paraenses**. IN.: Tolentino, A. et al. (Org.) Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); João Pessoa: Iphan, 2014.116 p.

DELGADO, Andréa Ferreira. Museu e memória biográfica: um estudo da Casa de Cora Coralina. **Sociedade e Cultura**, V. 8, N. 2, JUL./DEZ. 2005.

FELIPE, M. L. de F. M.; ALVES, W. F. A importância da fonte oral como instrumento de resgate histórico das mulheres do quilombo Sítio Arruda, no estado Ceará. **Associação Brasileira de História Oral - XII Encontro Nacional de História Oral**. 13f. 2016.

FERRAZ, Wagner; BELLO, Samuel E. L. Inventário de pesquisa: procedimentos metódicos imanente de um corpo-professor. In: ALMEIDA, Domingues; et all (Orgs.). **Criações e métodos na pesquisa em educação**. UFRGS/Nota Azul: Porto Alegre, SC, 2020, 427 p.

FLORÊNCIO, Sônia R. R. et al. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. 2. ed. rev. ampl. Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc: Brasília, DF, 2014.

FLORÊNCIO, Sônia R. R. et al. **Educação Patrimonial: inventários participativos: manual de aplicação**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília-DF, 2016.

FLORÊNCIO, Sônia R. R. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial / Organização Adson Rodrigo S. Pinheiro.** – Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015.

FLORÊNCIO, S. R. Política de educação patrimonial no Iphan: diretrizes conceituais e ações estratégicas. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27 esp., p. 55-89, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/159666>. Acesso em: 29/11/2022.

FONSECA, Selva Guimarães. Museus e Cultura material. In: **Didática e Prática de ensino de História.** Campinas, SP: Papyrus, 2012, p. 379 – 399.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios.** Rio de Janeiro, 2007.

GUILHERME, Cássio A. S. A. **A memória sobre o "pioneiro"**. VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica, 21-25, out. 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** tradução: Laurent Léon Schaffter, São Paulo: Vértice, 1990. 188 p.

IBRAM. **Caminhos da memória: para fazer uma exposição.** Série Caminhos da Memória 1, Brasília, DF: IBRAM, 2017.

IBRAM. **Ibram abre inscrições para atividades durante a Semana de Museus.** 2015. Portal do Instituto Brasileiro de Museus. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/ibram-abre-inscricoes-para-atividades-durante-a-semana-de-museus-2015/>. Acesso em: 16/07/2022.

IBRAM. **Formulário de visita anual.** Gov.br, agosto, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/museus-publico/formulario-de-visitacao-anual-fva>>. Acesso em: 08/06/2022.

IBRAM. **Semana dos Museus.** Gov.br, agosto, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/semana-nacional-de-museus>>. Acesso em: 08/06/2022.

IBRAM. **Semanas dos Museus - Edições.** Gov.br. 2021. Disponível em: <<https://antigo.museus.gov.br/acesoainformacao/acoes-e-programas/semana-nacional-de-museus/>>. Acesso em: 20/06/2022.

IBRAM. **Primavera dos Museus - Edições.** Gov.br, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/museus/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/primavera-dos-museus>>. Acesso em: 08/06/2022.

IBRAM. **Portaria IBRAM Nº 1.145, de 30 de março de 2022.** Brasília, DF: IBRAM, 2022.

ICOM. **Código de ética do ICOM para Museus: versão lusófona.** São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2009.

IPHAN. **Educação patrimonial**. Manual de Aplicação. Programa Mais Educação, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc: Brasília, DF, 2013. 85 p.

JOURDAN, Laetitia V. Um museu sem paredes para um patrimônio sem limites: o Museu do Patrimônio Vivo da Grande João Pessoa. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). **Educação patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade**. João Pessoa: Iphan, 2014. p. 05-116.

JUNIOR, Carlos A. M.; FARIA, Nicole C. Memória. **Psychology** - Psicologia Reflexão e Crítica. n° 28, v. 4, p. 780-788, 2015.

KÖPTCKE, Luciana Sepúlveda. Analisando a dinâmica da relação museu-educação-formal. In: **O formal e o não-formal na dimensão educativa do museu**. Rio de Janeiro: Museu da Vida/MAST, 2001 – 2002; p. 16 – 25 (Caderno do Museu da Vida).

LACERDA, Arnaldo D. et al. **Patrimônio cultural em oficinas: atividades em contextos escolares**. 1° ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.], Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Diana F. C. Museologia-Museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas [online]. v. 7, n. 1, p. 31-50, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1981-81222012000100004>>. Acesso em: 09/09/2022.

LIMA, Luana N. M. de. **Lugar e memória: o patrimônio goiano entre o esquecimento e a resistência**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de Brasília, 2017.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro de. A Antropologia e o Patrimônio Cultural no Brasil. In: **Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão, Cornelia Eckert**. – Blumenau : Nova Letra, 2007.

LIMA, S. Ferraz de; CARVALHO, V. Carneiro. Patrimônio e objetos cotidianos. In: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.). **Dicionário temático do Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas, SP: UNICAMP, 2020, p.185-188.

MARCOLINO, Maria L. de Q. S. **Diagnóstico de documentação museológica: um estudo de caso no Museu da Imagem e do Som de Santa Catarina**. 2021, Trabalho de Conclusão do Curso de Museologia, Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

MARANDINO, M. **Educação em museus: a mediação em foco**. São Paulo: Geenf/FEUSP, 2008. 48 p.

MENDES, José A. O papel educativo dos museus: evolução histórica e tendências atuais. **Didaskalia**, n.1-2, v.29, 1999.

MENDES, José A. **Estudos do patrimônio**: Museus e Educação. Imprensa da Universidade de Coimbra, Portugal, 2009.

MOREIRA, M. A. O mestrado (profissional) em ensino. In: **Revista Brasileira de Pós-Graduação**. Brasília, N. 1, p. 131-142, 2004.

NASCIMENTO, G. R. do. **Modos de ver a iconosfera da arquitetura colonial goiana**: cultura visual e processos de mediação na construção de sentidos. Dissertação (Mestrado em Arte e Cultura Visual) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Goiânia, Goiás, 2018.

NAVAS, Ana Maria; CONTIER, Djana; SOUZA, Maria Paula Correia de. **Que público é esse?** Formação de públicos de Museus de Centros Culturais. Luciana Conrado Martins (Org.). Projeto realizado com o apoio do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria da Cultura, Programa de Ação Cultural, 2013.

NETO, Moysés M. de S.; JOURDAN, Laetitia V. Perspectivas e práticas do museu do patrimônio Vivo de João Pessoa. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.5, 2015, p. 7 - 27.

NORA, Pierre. Entre memória e história a problemática dos lugares. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

OBSERVATÓRIO DE MUSEUS E CENTROS CULTURAIS. Pesquisa perfil-opinião. 2006-2007: análise descritiva preliminar dos dados agregados dos museus participantes da pesquisa em São Paulo. Observatório de Museus e Centros Culturais, 2008. Disponível em: <<https://www.fiocruz.br/omcc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=33>>. Acesso em: 20/07/2022.

OLIVEIRA e SILVA, M. G. O. Os índios e a colonização de Goiás. Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científica, Rio de Janeiro, Jun- Ago, 2014.

PACHECO, Ricardo de A. O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus. **Revista Tempo e Argumento**, v.4, n.2, p. 63-81, 2012

PACHECO, Ricardo de A. **Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história**. Revista Brasileira de História [online]. v. 30, n. 60, p. 143-154, 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882010000200008>>. Acesso em 17/12/2022.

PADILHA, M. I. O uso das fontes na condução da pesquisa histórica. **Texto & Contexto**. v. 26, n. 4, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0104-07072017002760017>>. Acesso em 17/06/2022.

PADILHA, Renata C. O papel das instituições museológicas na sociedade da informação/conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, n.2, p.68-82, abr./jun. 2014.

PALACÍN, Luís; MORAES, Maria A. de S.. **História de Goiás**.6.ed. Goiânia: Editora da PUC/Goiás, 1994.

PANIAGO, E. A. F. Sesmarias, registros paroquiais e políticas expropriantes das terras devolutas em Goiás. **Rev. Fac. Dir.** UFG, v.35, n. 01, p. 99-130 , jan-jun, 2011.

PARETO JR, Lindener. Patrimônio e ofícios. In.: CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Orgs.) **Dicionário temático do patrimônio: debates contemporâneo**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020, p. 185-192.

PEDROSO, Dulce M. R. **O povo invisível: a história dos avá-canoeiros nos séculos XVIII-XIX**. Goiânia: Editora UCG, 1994.

PEREIRA, Beatriz de O.; VALLE, Mariana G. do. O discurso museológico e suas tipologias em um museu de história natural. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 23, n. 4, p. 835-849, 2017.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo, editora Contexto, 2007, 190p.

PESAVENTO, Sandra J. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. **Cadernos do LEPAARQ**, vol. 2, no. 4, Jul-Dez, 2005.

PINHEIRO, Antônio C. C. **Tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Agrárias) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, Goiás, 2003.

PINHEIRO, Antônio Cesar Caldas; PINHEIRO, Zanoni de Goiaz. **Tronco e Vergôntas**. Goiânia/GO, Ed. Bandeirante Ltda, 2002.

PINHEIRO, Antônio C. C. **História de Itaberaí, desfazendo enganos**. Goiânia: Editora PUC-Goiás, 2009.

POHL, Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Tradução de Milton Amado e Eugênio Amado. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p. 3-15, 1989.

PORTILHO, Aline dos S; LOPES, Raimundo H. **Mapa afetivo e de memória: instrumento de educação patrimonial para reflexões sobre a memória e a história local**. In_ TEIXEIRA, S. et al.(Organ.) Educação patrimonial: abordagens e atividades educativas com os patrimônios. 1ºed.,Campos dos Goytacazes: EdUENF, RJ, 2021.

PRADO, Paulo B. **Aventuras feminista nos sertões de Goiás: as mulheres e suas lutas nos guardados de Consuelo Ramos Caiado (1899-1931)**. 471f., 2019. Orientadora Dr.^a Rachel Soihet. Tese (doutorado)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

QUEIROZ, Eneida Q. O desafio biográfico e os museus-casa: Eufrasia Teixeira Leite e o Museu Casa da Hera. Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 7-31, nov. 2013.

RANGEL A. M. de S.; ALMEIDA, A. S. de. Os cômodos do Museu Casa de Rui Barbosa enquanto museália. **Midas: Museus e Estudos Interdisciplinares**, v. 8, 2017.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. **Tentativa de classificação das cidades brasileiras**. Ano VIII, nº 3, jul-set. 1946. Disponível em: <<https://www.rbge.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/3930/3208>>. Acesso em: 20/06/2022.

RIBEIRO, R. J. **O mestrado profissional na política atual da Capes**. In: Debates, R B P G, v. 2, N. 4, p. 8-15, 2015.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Editora da UNICAMP: Campinas, São Paulo, 2007.

RODRIGUES, Ana R. O Museu Histórico como agente de Ação Educativa. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Vol. 2 Nº 4, p. 1 – 8, dez., 2010.

ROLNIK, Raquel. **O que é Cidade**. Editora Brasiliense – Série Primeiros Passos - 84p., São Paulo, 1988.

ROTMAN, Mônica; CASTELLS, Alicia N. G. de. Patrimônio e Cultura: Processos de Politização, Mercantilização e Construção de Identidades. In: **Associação Brasileira de Antropologia. Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. (Org.) FILHO, Manuel F. L. F. et al. Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 57 - 79.

SAINT MARTIN, Monique de. Apresentação. In: ABREU, Regina. A fabricação do Imortal: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996, p.15-20.

SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. **Projeto História**. São Paulo: PUC, fev., 1997, p. 41-81.

SANTOS, N. G.; ANDRADE, R. V. O Acervo documental e inventário de obras do Museu de Arte da Pampulha, possibilidades de escrita da História da Arte. **MUSEOLOGIA & INTERDISCIPLINARIDADE** Vol. 7, nº14, Jul./ Dez. de 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 1. ed. -- São Paulo: Cortez, 2013. 1,0 MB ; e-PUB. Bibliografia.

SILVA, Daniel M. A Lei de promoções do exército brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar. **Temáticas**, Campinas, 28, (56): 14-37, ago./dez. 2020

SOUZA, Maria do C. Produtos educacionais de Matemática elaborados por professores da Educação Básica no âmbito do NIPEM, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228458613_Produtos_educacionais_de_Matematica_elaborados_por_professores_da_Educacao_Basica_no_ambito_do_NIPEM. Acesso em: 23/12/2022.

SILVA, Maria O. E.; TOLENTINO, Átila B. **Narrativas em educação patrimonial: a experiência da casa do patrimônio da Paraíba.** In.: PINHEIRO, A. R. S.(Org.) Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. 210p.

STUDART, Denise. Pandemia global de Covid-19 e impactos para os museus: crise ou Oportunidade? **Revista Museu** [Online], maio, 2020. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/341462407>>. Acesso em: 01/07/2022.

TARDY, Cécile ; DODEBEI, Vera. Memória e novos patrimônios. **Nouvelle édition** [online]. Marseille: OpenEdition Press, 2015. Disponível em: <<http://books.openedition.org/oep/417>>. Acesso em: 10/07/2022.

TEIXEIRA, D. O Sertão de Goiás na Literatura de Viagem. **Revista Mosaico - Revista de História**, 6(1), 95-106. 2013.

TOLENTINO, Átila B. **Educação, memórias e identidades:** enlaces e cruzamentos. In: Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan); Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa : Iphan, 2013.

TOLENTINO, Átila B. **Educação patrimonial na escola, com a escola e para além da escola: uma conversa com professoras e professores em diálogo com Paulo Freire.** Cadernos de Sociomuseologia, Nº 19, v. 63, 2022.

TOLENTINO, Átila B. Entre políticos e mestres de cultura popular: discurso, poder e ideologia nos museus. **Cadernos de Sociomuseologia**, n.3, v. 47, 2014.

TOLENTINO, Átila B. Os museus estão fechados! E daí?. **Revista Museu** [Online], maio, 2020. Disponível em: <<https://revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2020/8494-os-museus-estao-fechados-e-dai.html>>. Acesso em: 01/08/2022.

TOLENTINO, Átila B. O que é Patrimônio Cultural para você? In: TOLENTINO, A. B. (Org.) **Educação patrimonial:** reflexões e práticas. João Pessoa: Iphan Paraíba, 2012.

TOLENTINO, Átila B. O movimento e a roda: Escola Viva Olho do Tempo e o trabalho com as memórias do Vale do Gramame. **Revista Museu** [Online], publicado 18 maio de 2016. Disponível em: <<https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2016/233-museus-e-paisagens-culturais-o-exemplo-do-museu-comunitario-da-escola-viva-olho-do-tempo.html>>. Acesso em: 07/07/2022.

TOLENTINO, Átila B.; FRANCH, Mônica. **O Movimento e a roda:** Escola Viva Olho do Tempo e o trabalho com as memórias do Vale do Gramame. João Pessoa: Editora UFPB, 2017, 298 p.

VAZ, Adriana. Instituições culturais: gênero, narrativas e memórias. **R.cient./FAP**, Curitiba, v.4, n.1 p.1-19, jan./jun. 2009.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ZIMMERMANN, Tânia R.; MEDEIROS, Márcia M de. **Biografia e gênero: biografia e gênero: repensando o feminino.** Revista de História Regional, v.9, nº1, p.31-44, 2004.

WICHERS, Camila A. de M. **Museus, ações educativas e prática arqueológica no Brasil contemporâneo: dilemas, escolhas e experiências.** Museu e interdisciplinaridade. Vol.1 II, nº6, março/ abril de 2015

WICHERS, Camila A. de M. **Patrimônio Arqueológico Paulista: proposições e provocações museológicas.** 2011. Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno, Tese (doutorado). Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

WICHERS, C. A. de M.; LUSSIM, B.; DIONIZIO, D. C. R. **Pilar de Goiás entre tempos e narrativas.** Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 9, n. 4[14], p. 116–128, 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8643524>. Acesso em: 29/11/2022.

YASSUDA, Silvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista.** 2009. 123 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual

ANEXOS



ROTEIRO DE QUESTÕES

Nome do entrevistado: Antônio César Caldas Pinheiro

Questões pessoais:

Qual é a sua profissão? Há quanto tempo trabalha nessa área?

Questões para o Entrevistado:

01. O Museu Casa da Cultura de Itaberaí-GO, criado em 1993 e localizado na antiga residência do Coronel João Elias da Silva Caldas. Quais lembranças você tem da vivência nesta casa antes do local tornar-se museu?

02. Na falta dos donos da casa, esse edifício ficou fechado quando tempo? Quais foram as ideias e os interesses em convertê-la em museu?

03. Como ocorreu o processo de conversão da casa do Cel. João Elias da Silva Caldas em museu? A conversão da residência em museu envolveu quais tipos de trâmites: políticos? Burocráticos? Políticas culturais? Foi idealizado por um só indivíduo? Por um grupo? Alguma instituição envolvida?

04. O museu tem função de mantenedor de memória. Quais os possíveis motivos e interesses na conversão da casa em museu? Qual memória “deve” ser preservada? Que tipo de memória guarda o museu? Elitizada? Intelectualizada? Historicizada?

05. Qual o valor simbólico este museu representa para a cidade Itaberina?

06. Durante os estudos deste bem cultural (O Museu) mostra que você enquanto bisneto do Cel. João Elias, Historiador e membro da AILA (Academia Itaberina de Letras e Artes) foi o principal idealizador deste projeto. Quais foram os maiores entraves para tornar este projeto realidade? Relembre alguns pontos positivos e negativos.

07. Qual a função social e memorial teria o museu na comunidade itaberina?

08. O acervo deste museu possui mais objetos oriundos dos donos da casa ou objetos doados pela comunidade?

11. O Museu Casa da Cultura pode ser considerado um “museu comunitário”?

12. Em relação ao acervo do Museu que é muito rico e conta com inúmeros objetos, como foi pensada a disposição desses objetos nos cômodos da casa? Se for para organizar uma exposição permanente no museu, quais temáticas seriam importantes abordar?



Nome do entrevistada: Maria Lúcia de Oliveira Sá

Questões pessoais:

Qual é a sua profissão? Há quanto tempo trabalha nessa área?

Questões para a Entrevistada:

01. Há quanto tempo você trabalha nesta instituição? Qual balanço você faz enquanto servidora a este tempo todo de serviços prestados?

02. O Museu Casa da Cultura cede seus espaços para exposições, cursos, seminários, palestras e eventos particulares?

03. Já foi feito algum tipo de trabalho supervisionado de estágio para estudantes de museologia nesta instituição?

04. Ao estudar este museu e analisar todos os documentos vigentes, me deparei com a ausência de um plano museológico. Porque ainda não possui um plano museológico? E se tem alguma previsão para implantar este plano no museu?

05. Este museu supracitado permite a reprodução de imagens do seu acervo? 06. Dialoga com a comunidade de forma geral? É frequentado e visitado por quais tipos de público?

07. Como foi o funcionamento dos eventos ligados ao Ibram e eventos culturais da própria cidade neste período de pandemia?

08. Você enquanto guia deste museu, já contribuiu com a doação de algum pertence pessoal para ser exposto neste museu?

09. Dentre deste longo período que está à frente da guia das visitas dessa instituição, qual foi o momento mais marcante em sua carreira? Que lembrança jamais esquecerá?

10. Durante o estudo que realizei sobre o público do museu, foi levantado perante o livro de visitas que a maior porcentagem do público que visita este museu é um público escolar. Que ação falta para chamar a atenção de outros tipos de público?

11. Quais são as atuais dificuldades que está enfrentando na gestão do museu?

12. Do que sente falta para exercer e desenvolver esta profissão de guia e gestora do museu?

13. Em relação ao acervo do Museu, como foi pensada a disposição dos objetos nos cômodos da casa? Quais temas ligados aos objetos expostos são os que você considera importante para uma exposição permanente?



Nome do entrevistado: Benedito Magno Vieira

Questões pessoais:

Qual é a sua profissão? Há quanto tempo trabalha nessa área?

Questões para os Entrevistados: Membros da AILA

01. Quando foi criada a AILA? E quais são os principais objetivos?

02. Qual relação vocês possuem com o museu?

03. O que vocês já fizeram para contribuir para o funcionamento e manutenção do Museu Casa da Cultura? O que ainda podem contribuir?

04. Nesta instituição já foram realizados vários eventos culturais contando com a participação da comunidade. Qual (is) destes eventos mais ficou marcado a sua memória que foi de grande relevância para o Museu?

05. Vocês pensam em buscar alguma restauração/reforma para o Museu? Se sim, como farão este processo?